



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

FERNANDA GOMES DA SILVA

PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE E O TURISMO NO RIO
AZUIS, TOCANTINS

BRASÍLIA – DF
2019

FERNANDA GOMES DA SILVA

**PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE E O TURISMO NO RIO
AZUIS, TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. André de Almeida Cunha, Laboratório de Biodiversidade e Áreas Protegidas, Departamento de Ecologia – IB, Centro de Excelência em Turismo – CET, Centro UnB Cerrado.

**BRASÍLIA – DF
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SSI586p
p
Silva, Fernanda Gomes da
PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE E O TURISMO NO RIO
AZUIS, TOCANTINS / Fernanda Gomes da Silva; orientador
André de Almeida Cunha. -- Brasília, 2019.
264 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo)
-- Universidade de Brasília, 2019.

1. Rio Azuis. 2. Sustentabilidade. 3. Ecoturismo. 4.
Turismo. 5. Conflito Socioambiental. I. Cunha, André de
Almeida, orient. II. Título.

FERNANDA GOMES DA SILVA

**PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE E O TURISMO NO RIO
AZUIS, TOCANTINS**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André de Almeida Cunha
Orientador/Presidente da Banca
CET – UnB

Prof.^a Dr.^a Iara Gomes Brasileiro
Membro Titular
CET – UnB

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho
Membro Titular
DAN – UnB

Prof. Dr. Marutschka Martini Moesch
Membro Titular
CET – UnB

BRASÍLIA – DF

2019

Parodiando Brecht ou O ANALFABETO AMBIENTAL

O Analfabeto Ambiental vê apenas o próprio umbigo.

Nada enxerga além do que permite o seu cego e estúpido egoísmo.

O pronome “nós” simplesmente não existe.

Palavras como “família, grupo, amizade, comum, cidadão, comunidade” não possuem sentido para ele.

A vida do Analfabeto Ambiental não tem passado e não admite futuro.

Percebe apenas a pequena parte do presente imediato e nem desconfia do processo dinâmico e rico que compõe o tempo todo.

Não entende que se inicia nele, e não tem fim, o ambiente.

Desconhece que a leitura do ambiente é a mais importante de todas as leituras possíveis.

Que a leitura do ambiente é a interação dos sentidos com a prática da atenção constante e que, ao observarmos uma planta, um pássaro, um animal, estamos vendo a nós mesmos, em outro tempo, em outro arranjo.

O Analfabeto Ambiental não desenvolveu a sensibilidade para perceber que a vida é uma só e que, ao fazermos parte dela, devemos honrá-la.

Não aprendeu, o inconsciente, que o respeito é a moeda da convivência e que, ao respeitarmos toda forma de vida, estamos respeitando a vida em nós.

Coitado do Analfabeto Ambiental!

Precisa saber e sentir que o respeito começa em si próprio, estende-se ao próximo, envolve o ambiente, alcança nossa rua, nosso bairro, nossa cidade, nosso país, nosso planeta e extrapola, atingindo o infinito universo, que é de todos.

Triste e pobre Analfabeto Ambiental!

Desconectado, julga, o insensato, que o mundo se resume em si próprio!!!

(Desconsiderações desautorizadas sobre O Analfabeto Político, de Bertold Brecht.)

Rio Azuis

No sudeste do estado do Tocantins, rodeado pelo cerrado: o berço das nascentes e da vida

em meio a formações rochosas, cachoeiras, bancos de areia e lagos das Serras Gerais.

O Rio Azuis resiste, renovando esperanças e sonhos, correndo forte, lindo e límpido

saindo de dentro da caverna misteriosa,

reza a lenda que quem descobrisse seus segredos e de que refúgio ele vem encontraria a cura dos males do corpo e da alma

e que todos aqueles que se refrescam em suas águas

são agraciados com a paz, a saúde e o amor.

A riqueza desse lugar que fica no coração do Brasil não se resume a sua beleza natural

ela está também em seus moradores

que lá criaram raízes profundas desde sua ancestralidade

e recebem todos aqueles que vêm de todos os cantos do mundo.

Nem sei dele o que gosto mais:

- se o rio, ao qual chamo de lar.

- sua fauna e flora,

seus notáveis camaleões, peixes, macacos, pássaros

a mata, morros, flores, pedras e árvores

seus pés de jambo, manga, cajá, jenipapo.

as Caliandras do Cerrado

a vista exuberante da Serra Geral divisora de águas e de estados

- se a cultura presente nos costumes, tradições e causos

no melhor sabor da comida de interior feita com amor, dedicação e cuidado

na música e cada artista que passa pelo palco Juraildes da Cruz,

- se a arte estampada em grafites nas paredes, entalhadas em placas de madeira

contempladas nos artesanatos, filtros dos sonhos, esculturas e quadros

e todos os artesãos de rua que por ali passaram

- se a dignidade do trabalho, os milhares de turistas e amigos que o visitaram cada um com sua história, experiência, expectativas e trocas.

- se o associativismo, o turismo e a perspectiva de um futuro mais justo, feliz e sustentável

onde estaremos unidos em prol do bem coletivo e da preservação da biodiversidade

tal qual guardiões desse recanto divino

que esse objetivo não seja desfeito por desacordos, competitividade ou dinheiro.

Fernanda Caliandra (Fernanda Gomes da Silva)

*Dedico este trabalho a toda a comunidade do povoado do Rio Azuis, pelo
acolhimento, ajuda e carinho de todos.*

Dedico também a todos os que amam o Rio Azuis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente.

A meus pais, Osmane e Leide, que me deram todo amparo financeiro e emocional que precisei para concluir o mestrado e sempre me incentivaram para que eu alcançasse todos os meus objetivos.

A Aparecida, Ozelita e família, que me acolheram em suas casas por todo o período do mestrado, me ajudando sempre que precisei.

A toda a comunidade do Rio Azuis, por me motivar e colaborar para que eu fizesse esta pesquisa.

A todos os meus familiares e também a vó Ana Maria de Jesus (1934-2019, *in memoriam*).

Ao meu orientador, professor André Cunha, pelos ensinamentos, paciência, atenção e por corrigir e direcionar meu trabalho.

Aos professores do Centro de Excelência em Turismo da UnB (CET) Iara Brasileiro, Luiz Spiller, Mozart Fazito, Marutschka Moesch, Neio Campos, João Tasso, Biagio Avena, Lana Pires, Neuza Araújo, Everaldo Costa, Helena Costa.

À turma do mestrado do CET por todas as experiências e conhecimentos compartilhados, especialmente Dayara Lopes, que fez sua dissertação sobre a sustentabilidade em Aurora do Tocantins.

Às amigas Rose Santos e Anastasciya Golets, por serem minhas companheiras nos estudos. À amiga Jessica Farias, que me ajudou muito, corrigindo meu trabalho várias vezes. Ao amigo João Batista, por ter feito parte dos meus registros fotográficos para a pesquisa. A Iuri Gules, que me deu muita força e amor, levando-me a todos os lugares que precisei ir para a coleta de dados da pesquisa, acompanhando-me nas viagens de campo e me inserindo no mundo da música.

A toda a turma da disciplina *Tópico Especial da Amazônia* e aos professores Manoel Pereira e Enaile Iadanza. A todos os mestres do Encontro de Culturas, em especial a Dainda, Fióta, Tuya Kalunga e o professor José Jorge. Aos professores Henyo Barreto, Stéphanie Nasuti e toda a turma do Mestrado Junto a Povos Tradicionais da UnB (MESPT). Aos queridos professores Camila Becker, Alexei Queiroz, Adeilton Bairral, Víctor Hugo Leite, Júlio César, Luiz Afonso Figueiredo.

Às amigas e amigos Luana Ricchi, Victoria Carballar, Djallys Dietz, Brenda Gabrielly, Joana Carvalho, Fábio Lacerda, Gustavo Halfeld, Ayla Gresta, Thalita Sá, Bárbara Oliveira, Levi Gules, Audir Gules, Arthur Arruda, Diogo Arruda, por todo o carinho e por fazerem parte desta trajetória de evolução pessoal, acadêmica e profissional.

Aos professores do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade do Tocantins (UFT) do Campus de Arraias (TO) Roosevelt Moldes, Ana Clara Sampaio, Leonardo Soares, Noeci Carvalho, Thamyrys Andrade, Alice Amaral, Valdirene Jesus e Angela Taberga. Foi a época em que mais gostei de estudar, pelas matérias, livros e conteúdos interessantes, pela didática dos educadores e pela turma maravilhosa em que eu estava inserida, composta por muitos alunos quilombolas. Esses alunos nos contavam e mostravam coisas interessantes da sua história e cultura, como as festas, tradições, danças, por exemplo, a suça. Em apenas um semestre do curso, vocês me ajudaram a obter o conhecimento necessário à conclusão de mais esta etapa.

A todos os professores que passaram pela minha trajetória escolar e possibilitaram, por meio dos seus ensinamentos, a esta aluna que sempre estudou em escolas públicas a chegar no mestrado de uma universidade federal.

Ao maestro David Junker e à maestrina Patrícia Tavares. A toda a equipe da Associação Comunitária Ludocriarte em especial aos professores Jefferson Duprado, Isaac Mendes, Cristiano Silva. Gratidão eterna pela dedicação, carinho e ensinamentos de vocês. Vocês foram importantes ao me ensinarem o amor pela arte e cultura!

Gratidão também à equipe do SEBRAE Tocantins, por todos os cursos e capacitações nas áreas de turismo e administração e pelas viagens inesquecíveis que fiz com o incentivo de vocês. Obrigada por nos terem apresentado a outros parceiros e empreendedores da região das Serras Gerais. Disso nasceram muitas parcerias, amizades e experiências.

A todos que conduzem a Horta Comunitária Orgânica Girassol da Quadra 12, Morro Azul, São Sebastião-DF, por fazerem parte da minha vida, sendo essa a primeira experiência que eu tive com o associativismo.

RESUMO

O Rio Azuis, conhecido como o menor rio do Brasil, localiza-se no município de Aurora do Tocantins, estado do Tocantins, na região turística das Serras Gerais, a 494 km de distância da capital Palmas e a 491 km de Brasília, Distrito Federal. Devido à sua localização privilegiada entre o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Estadual do Jalapão, o Rio Azuis, com suas águas cristalinas e termais, recebe uma visitação turística intensa. O turismo desempenha um papel importante especialmente na dinâmica do povoado, sendo sua principal fonte econômica. No entanto, o turismo de massa trouxe profundos impactos socioambientais para a comunidade. Por meio do associativismo, os moradores estão buscando regulamentação e alternativas sustentáveis para o uso do rio como balneário. Esta pesquisa analisou o histórico do turismo e os conflitos socioambientais gerados na comunidade do Rio Azuis e identificou as perspectivas para o desenvolvimento do turismo sustentável na região.

Palavras-chave: Rio Azuis. Sustentabilidade. Ecoturismo. Turismo. Conflito Socioambiental.

ABSTRACT

Azuis River, considered the smallest river in Brazil, is in the municipality of Aurora do Tocantins, state of Tocantins, in the tourist region of Serras Gerais, 494 km away from the capital Palmas and 491 km from Brasília, Federal District. Due to its privileged location between Chapada dos Veadeiros National Park and Jalapão State Park, the Azuis River, with its crystalline and thermal waters, receives an intense tourist visit. Tourism plays an important role especially in the dynamics of the village, being its main economic source. However, mass tourism has brought profound socio-environmental impacts to the community. Through the associativism, the residents are seeking regulation and sustainable alternatives for the use of the river as a resort. This research analyzed the history of tourism and the socioenvironmental conflicts generated in the Rio Azul community and identified the perspectives for the development of sustainable tourism in the region.

Keywords: Azuis river. Sustainability. Ecotourism. Tourism. Socio-environmental conflict.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagem
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ACATA	Associação das Cavalhadas de Taguatinga
ACCN	Associação Cultural Chapada dos Negros
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AMAA	Associação de Moradores e Amigos dos Azuis
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
ASCCUNA	Associação Comunitária Cultural de Natividade
CC	Capacidade de Carga Turística em Áreas Protegidas
CET	Centro de Excelência em Turismo
COOPERCATO	Cooperativa de Produtores de Cachaça de Alambique da Região Sudeste do Tocantins.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional
FESTURIS	Feira de Turismo de Gramado, Rio Grande do Sul.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFT	Instituto Federal do Tocantins
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAC	Limite Aceitável de Câmbio
LEM	Luís Eduardo Magalhães
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEI	Microempreendedor Individual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEJ	Parque Estadual do Jalapão
PPA	Plano Plurianual
ROVAP	Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas
Ruraltins	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOMTO	Secretaria da Comunicação Social do Estado do Tocantins
Seden	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
VERP	<i>The Visitor and Resource Protection Framework</i>
VIM	<i>Visitor Impact Management</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os três pilares da sustentabilidade.	39
Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	43
Figura 3 – Turismo em gradações de verde, segundo Swarbrooke (2000a).	45
Figura 4 – Divisa Goiás-Tocantins.	63
Figura 5 – Mapa das Regiões Turísticas do Tocantins.....	66
Figura 6 – Dunas do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), Mateiros, Tocantins.....	67
Figura 7 – Fervedouro do Ceíça, Mateiros, Jalapão, Tocantins.....	68
Figura 8 – Artesanato em Capim Dourado, povoado quilombola Mumbuca, Mateiros, Jalapão, Tocantins.....	68
Figura 9 – Vale Encantado, Dianópolis, Serras Gerais, Tocantins.	71
Figura 10 – Fortaleza dos Guardiões, Dianópolis, Serras Gerais, Tocantins.	71
Figura 11 – Lagoa da Serra, Rio da Conceição, Serras Gerais, Tocantins.	72
Figura 12 – Cachoeira do Brejo Limpo, Rio da Conceição, Serras Gerais, Tocantins.	73
Figura 13 – Rapel Cânion Encantado, Almas, Serras Gerais, Tocantins.....	74
Figura 14 – Arco do Sol, Almas, Serras Gerais, Tocantins.....	74
Figura 15 – Museu Histórico e Cultural de Arraias, Serras Gerais, Tocantins.	76
Figura 16 – Elenco de <i>O Escolhido</i> e Grupo de Suça Tia Benvinda nas Ruínas da Igreja Nossa Senhora dos Pretos em Natividade, Serras Gerais, Tocantins.....	77
Figura 17 – Casa da Dona Romana, Natividade, Serras Gerais, Tocantins.	78
Figura 18 – Galpão para o levantar da terra, Natividade, Serras Gerais, Tocantins.	79
Figura 19 – Cachoeira do Registro, Taguatinga, Serras Gerais, Tocantins.....	80
Figura 20 – Gruta dos Caldeirões, Taguatinga, Serras Gerais, Tocantins.....	80
Figura 21 – Cavalhadas, Taguatinga, Serras Gerais, Tocantins.	81
Figura 22 – Prainha do Pequizeiro, Lavandeira, Serras Gerais, Tocantins.	82
Figura 23 – Poço Azul, Lavandeira, Serras Gerais, Tocantins.	82
Figura 24 – Cachoeira das Andorinhas, Lavandeira, Serras Gerais, Tocantins.....	83
Figura 25 – Aurora do Tocantins, Serras Gerais, Tocantins.....	84
Figura 26 – Localização geográfica de Aurora do Tocantins.....	85
Figura 27 – Crepúsculo em Aurora do Tocantins.	86
Figura 28 – Rio Azuis visto de cima, Aurora do Tocantins.	86
Figura 29 – Gruta do Sabiá, Aurora do Tocantins.	87
Figura 30 – Balneário Douradas, Aurora do Tocantins.....	88
Figura 31 – Cachoeira do Sombra, Aurora do Tocantins.	89
Figura 32 – Morro da Cruz, Aurora do Tocantins.	89
Figura 33 – Cidade dos Totens, Aurora do Tocantins.	90
Figura 34 – Poço Escorrega, Aurora do Tocantins.....	90
Figura 35 – Poço Escorrega, Aurora do Tocantins.....	91
Figura 36 – Tiriba-do-Paraná, Aurora do Tocantins.	92
Figura 37 – Localização da Área de Estudo povoado do Rio Azuis, Aurora do Tocantins....	93
Figura 38 – Uso e ocupação do solo, povoado do Rio Azuis, Aurora do Tocantins.....	94
Figura 39 – Encontro dos Rios Azuis e Sobrado, povoado do Rio Azuis, Aurora do Tocantins.....	95
Figura 40 – Croqui com a localização das imediações de Rio Azuis, Aurora do Tocantins, 2019.	99
Figura 41 – Rio Azuis, ano de 1996.	100

Figura 42 – Nascente do Rio Azuis.....	101
Figura 43 – Surgência Cárstica Rio Azuis.....	101
Figura 44 – Vaporização do Rio Azuis.....	102
Figura 45 – Pecuária, povoado do Rio Azuis.....	103
Figura 46 – Produção de melão de cana no povoado do Rio Azuis.....	104
Figura 47 – Ponte quebrada, Rio Sobrado, povoado do Rio Azuis.....	105
Figura 48 – Rio Azuis antes da pavimentação.....	105
Figura 49 – Rio Azuis depois da pavimentação.....	106
Figura 50 – Represamento do Rio Azuis.....	108
Figura 51 – Estacionamento em frente à nascente do Rio Azuis.....	109
Figura 52 – Calhas pluviais no Rio Azuis.....	110
Figura 53 – Estrada por cima da nascente do Rio Azuis.....	110
Figura 54 – Árvore genealógica do povoado do Rio Azuis.....	113
Figura 55 – Placas Naturatins, Rio Azuis.....	116
Figura 56 – Camaleão no Rio Azuis.....	118
Figura 57 – Cachaça Dama dos Azuis.....	119
Figura 58 – Projeto de Proteção e Recuperação Ambiental do Rio Azuis.....	121
Figura 59 – Produtos alimentícios típicos do povoado do Rio Azuis e região.....	123
Figura 60 – LEM Gastronomia.....	123
Figura 61 – Prêmio Dolmã.....	124
Figura 62 – Livro Territórios da Cidadania – Riquezas de um novo Brasil, SEBRAE, Região Tocantins, Rio Azuis.....	125
Figura 63 – Oficina de Artesanato no povoado do Rio Azuis.....	126
Figura 64 – Guia Turístico do Tocantins 2015.....	127
Figura 65 – Os músicos Israel e Rodolfo no Rio Azuis.....	129
Figura 66 – Lixo às margens do Rio Azuis.....	132
Figura 67 – Degrau de concreto dentro do Rio Azuis.....	132
Figura 68 – Nascente do Rio Azuis repleta de turistas.....	133
Figura 69 – Sagui na mata ciliar do Rio Azuis.....	134
Figura 70 – Turistas escreveram no tronco da árvore no povoado do Rio Azuis.....	135
Figura 71 – Placas fauna do Rio Azuis.....	136
Figura 72 – Lotação máxima de veículos no povoado do Rio Azuis.....	137
Figura 74 – Acesso ao Rio Sobrado, povoado do Rio Azuis.....	139
Figura 75 – Área de Mata Ciliar do Rio Azuis.....	140
Figura 76 – Cerca na nascente do Rio Azuis.....	141
Figura 77 – Área particular na nascente do Rio Azuis.....	142
Figura 78 – Placa Proibido na nascente do Rio Azuis.....	142
Figura 79 – Portão nascente do Rio Azuis.....	143
Figura 80 – Área do Estacionamento do povoado do Rio Azuis.....	146
Figura 81 – Aviso aos Visitantes do Rio Azuis.....	148
Figura 82 – Juraildes da Cruz, compositor aurense, no palco Juraildes da Cruz, no povoado do Rio Azuis.....	150
Figura 83 – letra da música Aurora Régia, de Juraildes da Cruz.....	151
Figura 84 – Foto da autora com vestido da marca quilombola Tuya Kalunga.....	153
Figura 85 – Placa da cobrança de taxa de entrada da nascente do Rio Azuis.....	154
Figura 86 – Avisos aos visitantes do Rio Azuis.....	155
Figura 87 – Placa de consultoria SEBRAE, no povoado do Rio Azuis.....	160
Figura 88 – Placa Dissemine essa ideia, consultoria SEBRAE no povoado do Rio Azuis..	162

Figura 89 – Equipamentos flutuantes de uso obrigatório na nascente do Rio Azuis, recomendados na consultoria do SEBRAE.....	163
Figura 90 – Área de Interdição obrigatória na surgência cárstica do Rio Azuis.....	164
Figura 91 – Placa de aviso da cobrança de taxa de 25 reais para acesso à nascente do Rio Azuis.....	166
Figura 92 – Portaria da nascente do Rio Azuis.....	168
Figura 93 – Placa de boas vindas ao Rio Azuis, AMAA.....	173
Figura 94 – Antigas mesas próximas da nascente do rio Azuis.....	175
Figura 95 – Áreas isoladas em que outrora havia mesas.....	175
Figura 96 – Áreas marginais do Rio Azuis.....	176
Figura 97 – Áreas sem concreto na nascente do Rio Azuis.....	176
Figura 98 – Áreas onde os turistas podem transitar na nascente do Rio Azuis.....	177
Figura 99 – Rampas de Acessibilidade na nascente do Rio Azuis.....	177
Figura 100 – Acesso à nascente do Rio Azuis.....	178
Figura 101 – Rampa em cima da calha pluvial na nascente do Rio Azuis.....	178
Figura 102 – Solo compactado na nascente do Rio Azuis.....	179
Figura 103 – Placa de advertência “Não pise” na nascente do Rio Azuis.....	179
Figura 104 – Placas de advertência na nascente do Rio Azuis.....	180
Figura 105 – Proteção da Surgência Cárstica da nascente do Rio Azuis.....	180
Figura 106 – Proteção das Bananeiras na nascente do Rio Azuis.....	181
Figura 107 – Proteção das Corredeiras na nascente do Rio Azuis.....	181
Figura 108 – Corredeiras no Rio Azuis.....	182
Figura 109 – Placa com regras de utilização da Nascente do Rio Azuis.....	183
Figura 110 – Poço da nascente do Rio Azuis antes das mudanças.....	184
Figura 111 – Poço da nascente do Rio Azuis após as mudanças estruturais.....	185
Figura 112 – Terreno varrido na nascente do Rio Azuis.....	185
Figura 113 – Churrasco na parte de baixo do Rio Azuis.....	186
Figura 114 – Parte de Baixo do Rio Azuis.....	187
Figura 115 – Acesso à parte de baixo do Rio Azuis.....	187
Figura 116 – Escada na parte de baixo do Rio Azuis.....	188
Figura 117 – Escada de madeira para acesso ao Rio Sobrado, povoado do Rio Azuis.....	188
Figura 118 – Reflorestamento na parte de baixo do Rio Azuis.....	189
Figura 119 – Placa com frase na parte de baixo do Rio Azuis.....	189
Figura 120 – Acondicionamento de lixo no povoado do Rio Azuis.....	190
Figura 121 – Faixa AMAA no povoado do Rio Azuis.....	191
Figura 122 – Arte do povoado do Rio Azuis.....	191
Figura 123 – Motiba, grafite no povoado do Rio Azuis.....	193
Figura 124 – Quadro feito com resíduos recolhidos do fundo do Rio Azuis.....	193
Figura 125 – Rampa de acessibilidade interdita na parte de baixo do Rio Azuis.....	200
Figura 126 – Acesso à parte de baixo do Rio Azuis interdita.....	200
Figura 127 – Banheiro interdita no povoado do Rio Azuis.....	203
Figura 128 – Boi Manso no povoado do Rio Azuis.....	204
Figura 129 – Queimadas na Entrada do povoado do Rio Azuis.....	205
Figura 130 – Oficina de resgate da memória gustativa no povoado do Rio Azuis.....	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Componentes do desenvolvimento sustentável.....	31
Tabela 2 – Principais diferenças entre o turismo de massa e o ecoturismo.	48
Tabela 3 – Diferenças entre associação e cooperativa.	55
Tabela 4 – Linha do tempo do povoado do Rio Azuis.	208

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas norteadores da entrevista semioestruturada, Brasília, 2019.	21
Quadro 2 – Princípios da Agenda 21 Global.	35
Quadro 3 – Responsabilidades e direitos do turista.	45
Quadro 4 – Síntese dos tipos associativos e seus efeitos democráticos.....	58
Quadro 5 – Parecer técnico do Naturatins no povoado do Rio Azuis.....	145
Quadro 6 – O papel do SEBRAE na comunidade do Rio Azuis.	211
Quadro 7 – Impactos do turismo no Rio Azuis.	217
Quadro 8 – Perspectivas positivas e desafios para à sustentabilidade no povoado do Rio Azuis.....	221

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cobrança da nascente do Rio Azuis.....	158
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 REFERENCIAL TEÓRICO	24
1.1 TURISMO.....	24
1.2 AMBIENTALISMO, ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE	27
1.2.1 Dimensão econômica	38
1.2.2 Dimensão social.....	38
1.2.3 Dimensão ambiental	38
1.3 TURISMO DE MASSA, TURISMO ALTERNATIVO E SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA	40
1.4 TURISMO SUSTENTÁVEL	43
1.5 ECOTURISMO	46
1.6 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO, IMPACTOS DO TURISMO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL	48
1.7 ASSOCIATIVISMO.....	53
1.8 TURISMO COMO INSTRUMENTO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	59
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	63
2.1 TOCANTINS	63
2.2 SERRAS GERAIS	69
2.3 AURORA DO TOCANTINS	83
2.4 RIO AZUIS	92
2.4.1 Caracterização da área de estudo	92
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	100
3.1 Histórico da origem do povoado do Rio Azuis e do turismo no local.....	100
3.2 Genealogia da comunidade do Rio Azuis	111
4 CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS SOBRE A SUSTENTABILIDADE E O TURISMO NO RIO AZUIS	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
REFERÊNCIAS	224
ANEXO 1 – PESQUISA DE SATISFAÇÃO TURÍSTICA COM RIO AZUIS	246

INTRODUÇÃO

O Rio Azuis, localizado na cidade de Aurora do Tocantins, no sudeste do Tocantins, a 491 km de distância de Brasília e a 494 km da capital estadual Palmas, é o menor rio da América Latina, com 137 metros de extensão (ALVES, 2019). Ele atrai muitos turistas devido à sua impressionante beleza cênica, com águas cristalinas, termas e localização privilegiada entre a Chapada dos Veadeiros e o Parque Estadual do Jalapão.

O turismo no Rio Azuis tem grande relevância sociocultural para a comunidade de cerca de cem habitantes que se desenvolveu nas suas proximidades desde 1939, além de ser sua principal fonte econômica. Esse rio é um importante patrimônio natural do estado do Tocantins e um dos principais cartões postais da região turística das Serras Gerais, na qual Aurora do Tocantins está inserida. Essa região tem um grande potencial para o turismo de natureza, com uma crescente visitação turística e visibilidade de seus atrativos naturais e culturais (TOCANTINS, 2019) e uma forte tendência de essa visitação turística aumentar devido ao fomento de instituições públicas e privadas, ao surgimento de agências de turismo locais e à divulgação nos meios de comunicação.

Por meio do efeito multiplicador do turismo, foram gerados muitos empregos diretos e indiretos. A atividade turística, com a comercialização de produtos e serviços, beneficiou moradores do povoado do Azuis e comunidades vizinhas da zona rural das cidades de Aurora e de Taguatinga. A infraestrutura turística do local consiste em cinco restaurantes, três pousadas, uma área de *camping* e um estacionamento privado.

No entanto, o turismo de massa vem ocasionando profundos impactos socioculturais e ambientais no povoado do Rio Azuis. Ao longo dos últimos anos, verificaram-se transformações, problemas e conflitos causados pelo turismo desordenado, tais como superlotação, lixo descartado às margens e dentro do rio, poluição sonora, assoreamento, excesso de competitividade entre os comerciantes e dependência econômica do turismo.

Devido aos danos ambientais visíveis e às crescentes pressões internas e externas, por meio do órgão ambiental fiscalizador Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), do Ministério Público, da imprensa e dos visitantes, os moradores estão

se organizando mediante articulação com a Associação de Moradores e Amigos dos Azuis (AMAA). O objetivo dessa mobilização comunitária é regularizarem o uso do rio como balneário, adequarem-se à legislação ambiental e, com isso, desenvolverem o turismo de forma sustentável. No entanto, esse processo de gestão participativa local é marcado por divergências de opiniões e posicionamentos entre os membros da comunidade. Tais conflitos são detalhados no trabalho por intermédio de entrevistas. Nesse contexto, o presente estudo busca analisar o histórico do turismo na comunidade e os conflitos socioambientais no povoado do Rio Azuis, a fim de identificar as perspectivas para a sustentabilidade no local.

A carência de pesquisas sobre a história e o turismo no Rio Azuis e as recentes transformações socioambientais no povoado, que ocorrem por meio de pressões externas e internas, e as mobilizações comunitárias em prol da regulamentação do turismo e adequação à legislação ambiental compõem um cenário que fez surgir a necessidade de se levantarem e analisarem as perspectivas para a sustentabilidade e o turismo em Rio Azuis. Essa análise foi baseada na fundamentação teórica acerca do ecoturismo, sustentabilidade, ambientalismo de autores como Swarbrooke (2000a; 2000b), Wearing e Neil (2001), Irving e Camphora (2005), Neiman (2010) e Viola (1987). Para isso, foi preciso entender conceitos relacionados a “turismo”, “turismo de massa” e “turismo alternativo”, por intermédio de autores como Moesch (2002), Pires (2002), Ruschmann (1997) e Krippendorf (1989), Tribe (1997), Jafari (2005), Barreto (2006), Coriolano (2002), Tasso (2010), Mitraud (2003).

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar o histórico do turismo na comunidade e os conflitos socioambientais no povoado do Rio Azuis, a fim de identificar as perspectivas para a sustentabilidade no local.

Para atingir tal resultado, os objetivos específicos foram: realizar um levantamento histórico sobre a origem do povoado e o desenvolvimento do turismo no Rio Azuis, destacando seus principais impactos positivos e negativos; apresentar uma contextualização geral do turismo no Tocantins, Serras Gerais e Aurora do Tocantins e descrever as mobilizações para a regularização da atividade turística no Rio Azuis a fim de entender o arranjo social e a importância da organização comunitária.

A fim de alcançar os objetivos propostos, essa dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo consta um referencial teórico que abrange temas como turismo, associativismo e sustentabilidade. No segundo capítulo há uma

caracterização da área de estudo envolvendo o estado do Tocantins, a região turística Serras Gerais e o município de Aurora do Tocantins, localidade onde se encontra o Rio Azuis. No terceiro capítulo inicia-se a apresentação dos resultados da pesquisa por meio do histórico e genealogia do povoado do Rio Azuis. Essa apresentação se desenvolve no quarto capítulo, que discorre sobre o contexto atual e as perspectivas da sustentabilidade no Rio Azuis.

Métodos

O caminho metodológico empregado foi o de pesquisa qualitativa, com o procedimento monográfico de estudo de caso do Rio Azuis. Isso porque “o estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular” (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

O estudo de caso almeja a descoberta, dá ênfase na “interpretação em contexto”, retrata a realidade de maneira aprofundada e íntegra, por meio de várias fontes de informação. Desse modo, “estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social” (OLIVEIRA, 2008, p. 4). Ao relatá-lo, os autores empregam uma linguagem mais simples, se comparada aos demais relatórios de pesquisa acadêmica (OLIVEIRA, 2008, *apud* LUDKE; ANDRADE, 1986, p. 18-20).

A pesquisa foi feita através da observação sistêmica *in loco* em baixa e alta temporada, incluindo a participação em reuniões da AMAA Associação de Moradores e Amigos dos Azuis (AMAA), de audiências públicas entre a comunidade e o poder público. Foram registrados os principais impactos positivos e negativos do turismo na comunidade, os conflitos socioculturais e ambientais entre os moradores e agentes externos, realizando-se diferentes pesquisas etnográficas com perguntas abertas e discursivas com temas acerca do Rio Azuis, turismo, sustentabilidade e associativismo.

A abordagem etnográfica da pesquisa qualitativa de estudo de caso possibilita a utilização de diversas técnicas concomitantemente, tais como “a observação, a entrevista, a história de vida, a análise de documentos, vídeos, fotos, testes psicológicos, dentre outros” (OLIVEIRA, 2008, p. 5).

Em 2017, foram realizadas cinco viagens para o povoado do Rio Azuis de cerca de três dias e uma imersão na comunidade no período de dois meses, entre o fim do mês de dezembro de 2017 e o começo de fevereiro de 2018. Essa fase da pesquisa foi a exploratória. Nesse período, a autora realizou observações e conversas preliminares com a comunidade e visitantes.

No ano de 2018, foram feitas mais ou menos sete viagens para o Rio Azuis. Nesse período, a autora delimitou a área de estudo, registrou observações *in loco*, pesquisa documental, parte da pesquisa bibliográfica e entrevistas com moradores, usando questões abertas.

No ano de 2019, foram três viagens. A autora fez a última parte da pesquisa documental e entrevistas com moradores, analisou e redigiu os dados da pesquisa. Essas viagens foram realizadas com o intuito de coletar dados necessários para a pesquisa e com a finalidade de participar de reuniões comunitárias da AMAA, audiências de conciliação ou capacitações na área de turismo.

Também foi realizada pela autora deste trabalho uma pesquisa preliminar online de satisfação com os turistas, via formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas sobre a percepção dos visitantes sobre o turismo no Rio Azuis. Essa pesquisa conta em anexo 1 da dissertação. O período de aplicação foi de 2 de julho de 2018 a 6 de maio de 2019, totalizando 64 respondentes.

Foi realizada uma pesquisa documental por meio de atas de reunião da AMAA, tais como a ata de abertura da AMAA, o estatuto da associação, e as últimas atas de reunião referentes ao período de 2018 e 2019. Examinaram-se leis municipais, a exemplo da lei municipal que torna a AMAA de utilidade pública; documentos fornecidos pela Naturatins, como notificações ambientais, relatórios, multas atribuídas a AMMA ou a membros da associação; mapas, reportagens sobre o turismo no Rio Azuis e o turismo nas Serras Gerais, pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre a região. Nesses últimos, foram utilizados autores como Lopes (2018), Soibelzon e Avilla (2011), Alves (2018), Alves e Moraes (2017). Foram consultados especialistas sobre a forma de medição da extensão do Rio Azuis e sobre a característica de ser uma surgência cárstica.

No que tange às entrevistas, foi priorizado o anonimato dos entrevistados, por se tratar de questões sobre conflitos socioambientais delicados e a comunidade ser pequena. Por isso, foi necessário ocultar-se o nome e a idade dos entrevistados, descrevendo-se apenas a ocupação e utilizando-se numeração (Entrevista 1,

Entrevista 2...). Foram escolhidos para as entrevistas moradores de todas as casas do povoado, residentes atualmente no Rio Azuis, em busca de representatividade de gênero, idade, ocupação (proprietários de comércio na área do turismo, trabalhadores desses comércios, aposentados), de grupos de interesse (falando também com moradores que não têm benefício direto com o turismo, membros da AMAA e moradores que optaram por não participar da AMAA).

A entrevista foi semiestruturada, com questões abertas com a finalidade de dar maior liberdade ao entrevistado para detalhar as memórias e opiniões sobre cada tópico e para que a autora pudesse adaptar as perguntas ao entrevistado de acordo com fatores como idade, escolaridade e tempo morando no povoado, no intuito que todos entendessem o que foi perguntado. Os temas norteadores das entrevistas estão no Quadro 1.

Quadro 1 – Temas norteadores da entrevista semioestruturada, Brasília, 2019.

Tempo que o morador vive nos Azuis ou frequenta o local
Origem do povoado
Como era o Rio Azuis no passado (aspectos ambientais, sociais e culturais)
Quais as principais mudanças e como essas foram ocorrendo
Como começou o turismo no Rio Azuis
Sobre a importância, impactos e aceitação em relação ao turismo
O que é a sustentabilidade do ponto de vista do entrevistado
O que o morador pensa a respeito das recentes mudanças no Rio Azuis (portaria, estacionamento, cobrança)
Qual a opinião do entrevistado acerca da associação; e se não faz parte, por qual motivo
Opinião do entrevistado sobre a atuação do SEBRAE, Naturatins e poder público

Fonte: Autora, 2019.

A Árvore Genealógica utilizada no trabalho foi feita por Osmane José da Silva, morador do Rio Azuis, e Ricardo Rodrigues Cardoso, designer gráfico, em 27 de maio de 2017. Eles realizaram a coleta de informações por meio de entrevista oral com moradores. O levantamento contempla desde os dois casais pioneiros que originaram a comunidade até a terceira geração da família. A Árvore Genealógica foi editada em

2019 pela autora juntamente com Iuri de Arruda Gules, padronizando os nomes, acrescentando símbolos a fim de auxiliar a interpretação dos indivíduos dessa família que ainda moram e trabalham no povoado do Rio Azuis e acrescentando alguns dados que faltavam na Árvore Genealógica.

A autora mora no Rio Azuis com sua família há treze anos, e eles estão inseridos na dinâmica do povoado, no turismo local, possuindo um restaurante e uma pousada e são membros da associação de moradores. A mãe da autora, Francileide Silva, faz parte da terceira geração da família, por parte do avô materno da autora, que é da segunda geração da família que fundou a comunidade do Rio Azuis. O pai da autora, Osmane Silva, é um chef de cozinha reconhecido e premiado. Com o passar dos anos, a autora presenciou parte das transformações, conflitos e impactos socioculturais e ambientais no povoado. E entrou no curso de mestrado movida pelo desejo de entender a sustentabilidade e aplicá-la no contexto em que está inserida.

Ainda, por a autora fazer parte da comunidade, por sua história de vida estar ligada ao objeto de estudo desta pesquisa, a autora teve que buscar o máximo de imparcialidade ao realizar as entrevistas, analisá-las, coletar os dados e redigir a pesquisa. Um dos principais motivos da utilização das entrevistas semiestruturadas para descrever os conflitos socioculturais foi a tentativa de anular o máximo possível os julgamentos pessoais da autora sobre os acontecimentos para dar voz aos demais moradores do povoado para que eles compartilhassem suas opiniões, experiências e vivências, memórias e inquietações. No caso de uma pesquisa acadêmica dessa natureza, foi primordial prezar pela ética, integridade, equidade e sigilo, com a finalidade de não provocar constrangimentos, conflitos, ou qualquer efeito negativo, com a pesquisa.

Uma vez que os pontos de vista são influenciados por valores, experiências de vida, bagagem cultural, acadêmica e grupos de interesse, a pesquisa poderia ter um determinado viés, privilegiando parte das opiniões. Daí a importância de “observar, definir o objeto e o foco da investigação, cabendo também a escolha do grau de envolvimento com a pesquisa” (OLIVEIRA, 2008).

Quando ingressou no mestrado, a autora desempenhava o papel de presidente da AMAA e, após alguns meses, optou por sair do cargo e ser membro, sem nenhum cargo na associação. Isso porque a comunidade atingiu um ponto crítico de conflitos e, devido à relevância do cargo, alguns moradores almejavam que as soluções desses problemas partissem da diretoria da associação. Isso afetava as discussões

com a comunidade e a pesquisa. Foi necessário também deixar de morar no Tocantins e passar a residir em Brasília, a fim de cursar o mestrado e obter o foco necessário para redigir a dissertação.

É impossível uma isenção total no caso de uma pesquisadora que tem família, trabalho e envolvimento emocional com o objeto da pesquisa. No entanto, é muito importante a tentativa de se desvincular de preconceitos e opiniões pessoais, pois isso poderia fazer com que a pesquisa tivesse uma visão limitada. Para uma melhor interpretação da realidade do povoado, foi preciso exercitar o hábito de ouvir e aprender com sensibilidade, respeito e neutralidade.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que o turismo tem potencial de ser um instrumento de valorização do meio ambiente, da história e da cultura, contribuindo para a educação ambiental.

A fim de alcançar os objetivos propostos, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo consta um referencial teórico que abrange temas como turismo, associativismo e sustentabilidade. No segundo capítulo há uma caracterização da área de estudo envolvendo o estado do Tocantins, a região turística Serras Gerais e o município de Aurora do Tocantins, localidade onde se encontra o Rio Azuis. No terceiro capítulo inicia-se a apresentação dos resultados da pesquisa por meio do histórico e genealogia do povoado do Rio Azuis. Essa apresentação se desenvolve no quarto capítulo, que discorre sobre o contexto atual e as perspectivas da sustentabilidade no Rio Azuis.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 TURISMO

Estudar diversas percepções e conceitos sobre turismo, apresentados por diferentes autores, foi essencial para uma maior compreensão sobre o Rio Azuis, que recebe visitação desde a origem do povoado, há 80 anos. A comunidade local presenciou, de forma gradativa, essa visitação aumentar, o que ocasionou mudanças socioculturais e ambientais, e, atualmente, o povoado tem uma relação de dependência econômica com a atividade turística.

O turismo é entendido neste trabalho como um fenômeno social complexo que envolve o ambiente onde está inserido, a história e cultura locais, a relação entre a comunidade receptora e o visitante e a prestação de serviços. Moesch (2002) define o turismo como

[...] um fenômeno complexo de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (MOESCH, 2002, p. 9).

Turismo é um campo de estudo das ciências sociais aplicadas, e sua compreensão está relacionada a conhecimentos interdisciplinares de diversas áreas, como sociologia, psicologia, antropologia, administração, geografia, ecologia, economia, hotelaria, gastronomia, transportes, direito, ciências políticas (TRIBE, 1997; JAFARI, 2005). Esse campo estuda as relações entre os residentes do espaço turístico e o turista, que possuem diferentes culturas, hábitos, expectativas. Observa também a gestão territorial e ambiental desses locais turísticos e os impactos socioambientais e culturais da atividade turística. Seu estudo permeia também significados como cultura, identidade, patrimônio material e imaterial. O turismo consiste

no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. A atividade dos turistas acontece durante o deslocamento e a permanência fora da sua residência (BARRETO, 2006).

Existem diferenças em relação à visão de turismo como área de estudo e como atividade turística, ambas abordadas na academia. A academia debruça-se sobre seu estudo conceitual, sua prática social, suas relações interpessoais e seus impactos ao meio ambiente. A visão mercadológica da atividade turística visa a aperfeiçoar estratégias de *marketing* e estudar tendências de consumo a fim de aumentar o lucro.

Devido ao efeito multiplicador do turismo – que consiste na movimentação de atividades por meio do fluxo turístico e gastos dos turistas em diferentes ramos de negócios, como restaurantes, hotéis, transportes, bancos, mercados – o turismo é constantemente visto pelo setor produtivo por seu viés econômico. Jafari (2005) ressalta que “na atualidade o turismo é considerado como a maior força econômica do mundo e uma potência gigantesca de dimensões globais” na criação de empregos e renda. E a Organização Mundial de Turismo

registra que o turismo internacional gerou 1,2 trilhão de dólares em 2011, o que representou 30% das exportações de serviços, e 6% das exportações de todos os bens e serviços no mundo naquele ano. A mesma organização também prevê que o fluxo mundial de turistas em 2012 ultrapassará a barreira dos um bilhão, e antevê um aumento para 1,8 bilhão até o ano de 2030 (UNWTO, 2012 *apud* FAZITO, 2015)

Fletcher (1991) ressalta que o conceito “multiplicador do turismo” é baseado no reconhecimento de que as vendas de uma firma a levam a comprar produtos e serviços de outras, dentro da economia local, ou seja, os setores econômicos são interdependentes. Segundo Oliveira (2001), entender os impactos da atividade turística e a relação do turismo com outras atividades econômicas é fundamental para a busca de soluções.

O efeito multiplicador do turismo é citado recorrentemente como o resultado econômico direto e indireto do dinheiro gasto pelo turista, ocasionando impactos positivos, como geração de renda, emprego, impostos, importação e movimentando diferentes setores da economia e diferentes empreendimentos, como produção, serviços, transportes. A extensão dos benefícios para a cidade do efeito multiplicador do turismo depende “da capacidade da economia local em fornecer os bens e serviços demandados pelo setor turístico” (OLIVEIRA, 2006, p. 11).

Segundo Coriolano (2002), o sistema turístico e os de serviços criados a partir da prática social do turismo e as múltiplas relações que se estabelecem com lugares visitados constituem o fenômeno turístico; e os estudos sobre o fenômeno turístico, a turismologia. Já destino turístico entende-se como o “lugar onde os turistas

pretendem passar o seu tempo quando estão longe de casa". Esse território geográfico que será visitado pode se referir "a vila ou vilarejo, uma cidade, uma região ou ilha ou, mesmo, um país inteiro". O destino pode ser considerado pelo turista como uma localidade, um *tour* ou rota turística que integra um conjunto de destinos, ou ainda um destino móvel, a exemplo dos cruzeiros marítimos" (LOHNANN, 2008, *apud* TASSO, 2010).

De acordo com Mitraud (2003, p. 152), "o turismo pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de amplas regiões, tem, ao mesmo tempo, o potencial para degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança cultural dos povos". Portanto, é necessário que a atividade turística seja organizada com um planejamento estratégico holístico, com responsabilidade socioambiental, baseado nos princípios da sustentabilidade. Esse conceito abrange aspectos ambientais, sociais e econômicos (2000a),

sendo o negócio apenas uma parte do fenômeno turístico, analisá-lo somente com os paradigmas econômicos nos remete ao esquecimento da dimensão antropológica, enxergando os turistas não como pessoas, mas como simples portadores de dinheiro. Ao mesmo tempo, tratar o turismo somente a partir da dimensão sócio-antropológica e ambiental leva ao esquecimento das suas derivações no plano econômico, o que pode constituir-se numa visão romântica deslocada das atuais condições históricas (BARRETO, 2003 *apud* AVILA, 2009, p. 22).

Segundo Irving, Bursztyn, Sancho e Melo (2005), nas novas perspectivas do Turismo, a atividade deve apoiar-se no compromisso da conservação ambiental, na valorização do patrimônio cultural e no engajamento efetivo da população residente no processo de tomada de decisão.

Nesse sentido, os possíveis benefícios advindos do turismo vão muito além de aspectos econômicos, como o potencial para contribuir com educação, paz, cidadania, participação e inclusão social, valorização do patrimônio cultural e ambiental e como meio de impulsionar o ecoturismo, a conscientização ambiental e a percepção do turista. Também se observa a "construção de consciência, de autocontrole, resgate do afeto das pessoas pelos seus lugares, na aceitação de culturas, enfim na construção de um mundo melhor para as gerações atuais e futuras" (FAZITO, 2017, p. 15).

1.2 AMBIENTALISMO, ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

No que concerne ao termo “ambiente”, na ecologia pode-se afirmar que “não há ambiente sem ambientado”. Todo ambiente é ambiente de diversos organismos e espécies, que habitam e coexistem naquele ecossistema. Nessa perspectiva, a natureza é uma categoria de entendimento e, portanto, um dispositivo simbólico. Neste trabalho o termo ambiente é entendido de forma holística, considerando a fauna, flora e também as pessoas que habitam os territórios. (CASTRO, 2007, p. 70).

As pessoas dependem da preservação da natureza para sobreviver, no entanto, seu modo de vida desenvolvimentista, capitalista, consumista e antropocêntrico diante das outras espécies provoca impactos como a destruição de ambientes naturais, extinção de espécies, poluição da água e do ar, contaminação do solo e alteração do clima. Isso acontece porque, quando o uso de recursos naturais se dá de forma indiscriminada, a capacidade do ambiente de se regenerar é excedida, causando sua escassez (VIOLA, 1987).

Santos (2000) apresentou impactos da globalização na contemporaneidade e seu caráter devastador. O autor ressalta que, com o pensamento economicista difundido por todo o mundo, disseminou-se a ideologia de que tudo pode ser pago e ressarcido e que existe uma matematização da existência. Essa matematização representa uma ascensão na representação algorítmica e utilização nas estatísticas (SANTOS, 2000, p. 27). Sobre o assunto, o autor acrescenta:

Para tudo isso, também contribuiu a perda de influência da filosofia na formulação das ciências sociais, cuja interdisciplinaridade acaba por buscar inspiração na economia. Daí o empobrecimento das ciências humanas e a conseqüente dificuldade para interpretar o que vai pelo mundo, já que a ciência econômica se torna, cada vez mais, uma disciplina da administração das coisas ao serviço de um sistema ideológico. É assim que se implantam novas concepções sobre o valor a atribuir a cada objeto, a cada indivíduo, a cada relação, a cada lugar, legitimando novas modalidades e novas regras da produção e do consumo. E novas formas financeiras e da contabilidade nacional (SANTOS, 2000, p. 24).

De acordo com o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicado em 2017, por todo o planeta “cerca de três em cada dez pessoas, em um total de 2,1 bilhões, não têm acesso a água potável em casa, e seis em cada dez, ou 4,5 bilhões, carecem de

saneamento seguro”. Também esta autora aprendeu sobre o impacto do setor primário – como agricultura, pecuária, mineração – e das indústrias e do setor de serviços sobre o meio ambiente, o que gerou uma reflexão também a respeito da nossa pegada ecológica, dos nossos padrões de consumo, da destinação de nossos resíduos sólidos e da consciência sobre sustentabilidade.

O ser humano é a espécie que conseguiu se proliferar por todo o planeta, até mesmo nos ambientes mais inóspitos, e isso gerou crises ecológicas ao longo da história por causa de seu comportamento predatório. Isso ocasionou a transformação de ambientes e até dizimou civilizações inteiras por meio de guerras. É preciso considerar que

o Planeta Terra tem 5 bilhões de anos. Se condensamos esse período num compreensível, poderemos comparar a idade da terra com a idade de uma pessoa com 50 anos. Nada sabemos a respeito dos dez primeiros desse planeta. Embora existam apenas vagas informações sobre o período intermediário, sabemos que a Terra apenas começou a florescer aos 46 anos. O homem moderno surgiu no planeta há apenas quatro horas e há uma hora descobriu a agricultura. A revolução industrial se iniciou há um minuto. E, durante esses sessenta segundos, o homem moderno fez do planeta um lixão. Causou a extinção de inúmeras espécies, destruiu montanhas, queimou florestas, poluiu rios, mares, solos, todos os ares, saqueou o planeta em busca de riquezas e combustíveis, consumiu, consumiu, e está prestes a destruir este oásis de vida do sistema solar. A aventura humana na terra necessita urgentemente de educação ambiental para reorientar seu desenvolvimento para a sustentabilidade possível (ALBUQUERQUE FILHO, 2003, p. 11, *apud* GREENPEACE).

A segunda metade da década de 1950 passou por um momento marcante, quando os seres humanos alcançaram o potencial de completa autodestruição, especialmente a partir do bombardeamento de Hiroshima (VIOLA, 1987). No final do século XX e nos dois últimos séculos de industrialização, a velocidade e a escala das agressões ao meio ambiente foram potencializadas. Acelerou-se o processo de aquecimento global, a degradação da natureza, as catástrofes ambientais e a escassez de determinados recursos naturais em diversos países. Com a expansão colonial europeia, onde foram dominadas extensas localidades do mundo, com toda sua diversidade de territórios, ambientes e biodiversidade. (Pádua, 2002).

No início do século XIX, iniciou-se a discussão acerca dos limites malthusianos, relacionada aos estudos do economista inglês Thomas Malthus, que analisou as mudanças provocadas pelo desenvolvimento da sociedade pós-Segunda Guerra

Mundial. Ele apontou que há uma relação direta entre o aumento da população e o padrão de subsistência para o homem. Enquanto o primeiro cresce em progressão geométrica, o segundo aumenta em progressão aritmética. Nesse sentido, Nobre apontou que “a partir dos anos 1960, a problemática ambiental surgiu acoplada à discussão sobre o crescimento demográfico e suas mazelas” (SWARBROOKE, 2000a, p. 27). Como consequência, previu-se que a ausência de recursos no futuro ocasionaria uma catástrofe (TASSO, 2010).

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (CNUMAH), em 1972, ocorreu um período de crescimento da economia capitalista no mundo, bem como a industrialização de países de economia periférica (MACHADO, 2005, *apud* TASSO, 2010). O debate central da CNUMAH envolveu a busca de alternativas para o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental (ALMEIDA, 2002).

A partir da década de 1970, ocorreu um movimento mundial de conscientização ecológica no mundo. Houve conferências sobre a degradação dos ambientes naturais em decorrência do crescimento econômico, a exemplo do Relatório Meadows (1972), também conhecido como Relatório do Clube de Roma, baseado na obra *Limites do Crescimento (Limits to Growth)*, de Donella Meadows e outros (1972), que evidenciou os problemas da poluição, do uso de recursos naturais finitos, de variáveis elementares do processo econômico e social, popularizando a discussão ambiental (NOBRE; AMAZONAS, 2002; TASSO, 2010).

No mesmo ano, aconteceu a CNUMAH, criada por meio do Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep), que levantou a discussão sob a perspectiva ambientalista e desenvolvimentista, abordando a erradicação da pobreza, o crescimento econômico e as melhorias das disparidades sociais em países subdesenvolvidos. Os resultados da conferência foram primordiais para o início da discussão sobre o desenvolvimento sustentável (TASSO, 2010). Em conformidade com Lelé (1991) *apud* Nobre (2002, p. 23), o conceito de desenvolvimento sustentável demonstra o seguinte protótipo:

[...] subitamente, a expressão desenvolvimento sustentável (DS) tornou-se pervasiva. Desenvolvimento Sustentável passou a ser a palavra-chave para agências internacionais de fomento, o jargão do planejador de desenvolvimento, o tema de conferências e *papers* eruditos e o *slogan* de ativistas do desenvolvimento e do meio ambiente. Parece ter ganhado o apoio amplo que faltou a conceitos de desenvolvimento anteriores como “ecodesenvolvimento”, e está fadado a se tornar o paradigma de desenvolvimento dos anos 1990 (LÉLÉ *apud* NOBRE, 2002, p. 23).

Em decorrência dessas discussões, surgiu o “paradigma teórico da ecologia política” e multiplicaram-se os “movimentos sociais ecologistas” no Ocidente. Concomitantemente com os movimentos ecológicos, na década de 1970, ocorreu a crise do marxismo, que ruiu devido a um “caráter totalitário do socialismo real, à complexidade sócio-política do capitalismo contemporâneo e à crise ecológica” e ao enfraquecimento do movimento operário e sindical pelo mundo (VIOLA, 1987).

De acordo com Ely (1990), a ecologia pode ser subdividida nas áreas *bioecologia* e *ecologia humana*. Outras subdivisões podem ser feitas de acordo com o que se deseja pesquisar ou analisar, a exemplo da ecologia humana, cujo estudo pode se aplicar ao aspecto *homem ecológico* e *social*. Sobre a conceituação do termo “ecologia”, o autor destaca que

[...] ecologia é muitas vezes definida como o estudo das interrelações entre os organismos e o meio ambiente. Eu sinto que esta definição convencional não é apropriada: ela é por demais vaga e aberta. Pessoalmente, eu prefiro definir a ecologia como o estudo da estrutura e função dos ecossistemas. Em outras palavras menos tecnológicas: o estudo da estrutura e da função da natureza. (ELY, 1990, p. 21).

Em busca de soluções dos problemas socioambientais, surgiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987. O Relatório Brundtland, com o título de *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), estabeleceu o conceito de desenvolvimento sustentável como “*atendimento das necessidades das gerações atuais sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações*”, de forma igualitária (CMMAD, 1988, p. 49).

De acordo com SWARBROOKE (2000a, p. 7), alguns dos componentes do desenvolvimento sustentável apresentados no Relatório Brundtland (1987) estão expostos na Tabela 1:

Tabela 1 – Componentes do desenvolvimento sustentável.

Capacidade de carga e rendimentos sustentáveis	“...a maioria dos recursos renováveis são parte de um complexo e interligado ecossistema, devendo-se definir o rendimento sustentável máximo depois de se ponderar a dimensão dos efeitos do sistema de exploração”.
Retenção de recursos	“O desenvolvimento sustentável exige que o índice de esgotamento de recursos não renováveis force o encerramento de quaisquer futuras retenções por mínimas que sejam”.
Diversidade das espécies	“Contribuir para o desenvolvimento sustentável e a conservação das espécies da fauna e da flora”.
Minimização de impactos adversos	“O desenvolvimento sustentável exige que os impactos adversos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais sejam minimizados de forma a sustentar a integridade total do ecossistema”.
Controle por parte da comunidade	“...controle por parte da comunidade sobre as decisões de desenvolvimento que afetam os ecossistemas locais”.
Amplio suporte da política nacional/internacional	“...a biosfera é o lar comum de toda a espécie humana e a administração conjunta da biosfera é um pré-requisito para a segurança política global”.
Viabilidade econômica	“... as comunidades devem perseguir o bem-estar econômico e, ao mesmo tempo, reconhecer que as políticas [governamentais] podem definir limites ao crescimento material”.
Qualidade ambiental	“A política ambiental das empresas é uma extensão da administração de qualidade total”.
Auditoria ambiental	“Um sistema efetivo de auditoria ambiental está no cerne da boa administração do meio ambiente”.

Fonte: Swarbrooke (2000a, p. 7).

Contudo, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu anteriormente, a partir do termo “ecodesenvolvimento”, apresentado na Conferência de Estocolmo em 1972, em crítica à ideologia economicista e desenvolvimentista. Ecodesenvolvimento consiste no desenvolvimento ecológico por meio da gestão positiva do ambiente para benefício da natureza e humano (SWARBROOKE, 2000a *apud* GILPIN, 1997; SACHS, 1993; GODARD; SACHS, 1975).

O autor Antonio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo, em sua obra *Colonização, quilombos: modos e significações* (2015) apresenta o conceito de Biointeração como a relação comunitária, orgânica, sensível e interligadamente próxima que as comunidades tradicionais apresentam com a natureza. Na biointeração, essas comunidades se vêem como parte do meio ambiente e essa visão está ligado a suas crenças e tradições que atribuem a natureza um papel sagrado.

Em conformidade com Santos (2015), a biointeração se difere do conceito de desenvolvimento sustentável pois o termo de desenvolvimento está historicamente atrelado a colonização, pensamento monista, estruturas verticais de organização, enquanto nas comunidades tradicionais essas estruturas são circulares, o pensamento é plurista e territorializado.

Ele exemplifica dizendo que o desenvolvimento sustentável apresenta a tríade reduzir, reutilizar e reciclar e "como pano de fundo o problema do uso indiscriminado de recursos naturais finitos e não renováveis nos processos de sintetização e de manufaturamento, característicos do desenvolvimentismo." E para que tais materiais sejam reciclados muitas vezes é preciso derretê-los e construir novos formatos de objetos sintéticos. Na biointeratividade a comunidade dá preferência ao uso de materiais orgânicos, baseando-se na tríade "extrair, utilizar e reeditar". (SANTOS, 2015, p. 100).

No Brasil, desde sua colonização, a exploração ambiental para atividades econômicas como agricultura e mineração foi realizada extensivamente de forma predatória, devastadora, descontrolada, degradando as margens das nascentes e rios, os solos e aniquilando as florestas e a biodiversidade. (Pádua, 2002).

Entre 1920 e 1970 surgiram algumas iniciativas de caráter conservadorista e em 1937 o primeiro parque nacional do Brasil, o Itatiaia, seguido da criação do Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional das Serras dos Órgãos, ambos em 1939. Entre 1959 e 1961 foram criados dezenas de outros parques nacionais, a exemplo do Parque Nacional de Brasília e o Parque Nacional do Araguaia. A criação de parques

nacionais no Brasil foi inspirada no modelo de proteção de áreas naturais americano. (SANTILLI, 2005).

Segundo Viola (1987), a partir do discurso de Juscelino Kubitschek de “avançar 50 anos em 5”, o discurso do crescimento econômico acelerado passou a ser consonante entre a elite do país:

A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e revistas do 1º Mundo convidando as indústrias poluidoras a transferirem-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente, e a delegação brasileira na Conferência Internacional do Meio Ambiente (ESTOCOLMO, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascenso dos países em desenvolvimento (VIOLA, 1987)

No decorrer de duas décadas de regime autoritário militar, os movimentos ecológicos conseguiram influência nula na discussão política, social e global do futuro do Brasil, pois houve forte repressão a mobilizações sociais. (VIOLA, 1987; SANTILLI, 2005). Raramente se debatia o enorme custo ecológico do desenvolvimentismo predatório. A oposição realizava críticas sobre a concentração de renda e problemas sociais, mas poucos economistas, políticos e pesquisadores de relevância da oposição – a exemplo de Celso Furtado, Alberto Guerreiro Ramos e Fernando Gabeira – promoviam um modelo desenvolvimentista que contemplasse o equilíbrio ecológico para além de propor soluções diante da desigualdade econômica e social (VIOLA, 1987). O Relatório Brundtland destacou a relação entre a ecologia e a desigualdade social:

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras...O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL)

Em 1974, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) pelo então presidente Geisel. A finalidade era atender determinações de organizações internacionais que, para liberar empréstimos destinados a grandiosas obras públicas, exigiam esse tipo de órgão formal para emitir relatórios de impacto ambiental. As leis ambientais formuladas nesse período eram desarticuladas com departamentos separados por recurso natural, a exemplo de Código Florestal, Código da Água,

Código de Proteção à Fauna. (SANTILLI, 2005). A SEMA foi uma secretaria subutilizada durante o governo militar e a Nova República, sendo comandada por Paulo Nogueira Neto de forma patrimonialista. Ele ficou no cargo até 1986, por 12 anos, durante os governos dos presidentes Geisel, Figueiredo e Sarney, embora parcialmente refutado no movimento ecológico (VIOLA, 1987).

Em meados da década de 1970, foram criadas agências estaduais de meio ambiente no eixo Sul-Sudeste do país, a fim de conter os danos exorbitantes relacionados à poluição ambiental. Entretanto, apenas iniciaram efetivamente as atividades de licenciamento ambiental no começo da década de 1980, de forma branda diante da relutância das indústrias em efetuar "investimentos improdutivos". De acordo com Viola (1987), na Nova República não se concretizaram mudanças efetivas no que tange a esse desenvolvimento predatório na política econômica do país, apesar de ter havido algumas transformações nos discursos que almejam desenvolvimento, justiça social e de forma secundária a questão ambiental.

No período de 1974 a 1981, o movimento ecológico no Brasil passou pela fase ambientalista (VIOLA, 1987). Em 1971, foi fundada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), primeira associação ecologista do Brasil e América Latina, liderada por José Lutzenberger, engenheiro agrônomo, em Porto Alegre. Os principais objetivos da AGAPAN eram:

[...] defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e à poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; combate à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; luta pela salvação da humanidade da destruição, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica (VIOLA, 1987).

Viola (1987) considerou o ano de 1974 como o ano de começo do movimento ecológico no Brasil. Devido à gestão do governo Médici, que reprimia a organização autônoma da sociedade civil, a mobilização da AGAPAN foi dificultada, melhorando no ano de 1974, com o começo de uma liberação política. Nesse contexto, surgiram associações ecológicas nos principais municípios do eixo Sul-Sudeste, sobressaindo o Movimento Arte e Pensamento Ecológico, na cidade de São Paulo.

Em 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a conferência Rio 92, também conhecida como Eco 92 ou Cúpula da Terra, em que 179 países discutiram conceitos, diretrizes

e metas acerca do tema desenvolvimento sustentável e de formas de proteção ao meio ambiente. Nessa reunião, discutiu-se que se todos os países alcançassem padrões de desenvolvimento semelhantes aos dos países ricos, não haveria recursos naturais suficientes para todo mundo sem que ocorressem perdas graves e irreversíveis à natureza e à biodiversidade (SENADO FEDERAL, 1992). Concluiu-se que é preciso buscar a sustentabilidade no âmbito econômico, ambiental e social e que as nações tidas como desenvolvidas têm responsabilidades diferentes na conservação ambiental daquelas dos países em desenvolvimento. Portanto, elas forneceriam apoio financeiro e tecnológico para que esses territórios se desenvolvessem de forma sustentável, incentivando a diminuição do consumo de combustíveis fósseis (SENADO FEDERAL, 1992).

Os países participantes da Rio 92 decidiram e assinaram a Agenda 21 Global, um planejamento de ações embasado em um documento de 40 capítulos, na intenção de promover, em níveis mundiais, o desenvolvimento sustentável. Assim, “a Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MMA).

Alguns dos princípios fundamentais da Agenda 21 Global, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2000) são expostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Princípios da Agenda 21 Global.

I	Geração de um processo de planejamento participativo para o futuro do planeta de forma sustentável, em escala local, regional e global.
II	Encaminhamento de propostas dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional.
III	Envolvimento de todos os atores sociais na discussão dos principais problemas, garantindo a sustentabilidade dos resultados.
IV	Formação de parcerias e compromissos para a solução dos problemas em curto, médio e longo prazos.
V	Desenvolvimento de produtos, propostas e projetos concretos, exequíveis e mensuráveis.

Fonte (MMA, 2000).

Entre os anos de 1996 e 2002, foi desenvolvida a Agenda 21 Brasileira, processo coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS) com o “envolvimento de cerca de 40 mil pessoas de todo o Brasil”. Em 2003, a Agenda 21 Brasileira iniciou a fase de implementação e foi

elevada pelo governo vigente como a base para o Programa do Plano Plurianual (PPA 2004-2007) das diretrizes nacionais de política ambiental, que seguiu concomitantemente outras referências, como a Carta da Terra¹. A Agenda 21 Brasileira

é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País (MMA, 2002).

Foi desenvolvida também a Agenda 21 Local, que pode ser aplicada em diferentes territórios, integrando governo e sociedade civil no desenvolvimento “de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável”. Definindo as ações a curto, médio e longo prazo, formas de implementação, atribuições do poder público e de outros setores da sociedade no acompanhamento e revisão do projeto, incentiva, assim, a cooperação, a cidadania e a participação social nas políticas públicas (MMA).

Na atualidade, a sustentabilidade pode ser vista sob a perspectiva de diversas dimensões, entre elas a ambiental (ou ecológica), cultural, social, econômica, política, ética, justapondo-se aos desígnios e transformações da sociedade (TISDELL, 1991, *apud* ABRAHAN, 2001). Diante de seu caráter multidimensional, a sustentabilidade é considerada um “conceito de ponte” entre as ciências naturais e sociais (PAEHLKE, 2005, *apud* ABRAHAN, 2001), fornecendo uma interface para a articulação simultânea de preocupações políticas, econômicas, sociais e ambientais (BECKER *et al.*, 1999, *apud* ABRAHAN, 2001).

A sustentabilidade não deve ser estudada em aspectos isolados, mas sim em todas as suas dimensões, em todos os âmbitos, com uma visão ampla e holística (ABRAHAN, 2001). Swarbrooke argumenta que “a sustentabilidade envolve o meio ambiente, pessoas e economia, e é preciso o entendimento dos impactos do turismo

¹ A Carta da Terra consiste em uma declaração de princípios e responsabilidades globais, almejando a construção de uma sociedade sustentável, justa e pacífica para essa e para as futuras gerações, pautada no respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos. Fonte: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra.html> Acesso em: 3º dez 2019.

nos ambientes natural, cultural e humano, tanto pela comunidade residente como pelo visitante” (2000a, p. 14).

A sustentabilidade encontra desafios devido aos conflitos socioambientais, de interesse e de expansão econômica que acontece sem levar em consideração a justiça ambiental. (HERCULANO, 2002). Justiça Ambiental é um termo que pode ser conceituado como um

[...] conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2002).

É um erro ignorar os impactos ao meio ambiente, uma vez que toda a sociedade depende dele para sua continuidade. Como afirma John Muir (1838-1914), “a Terra pode sobreviver bem sem amigos, mas os humanos se quiserem sobreviver, devem aprender a ser amigos da Terra” (MUIR, *apud* ABRAHAN, 2001, p. 26).

Em 1973, a partir do choque do petróleo, houve uma preocupação repentina com a escassez dos “recursos naturais não renováveis”. Essa apreensão foi a única ligação entre o movimento ecologista e a tecnoburocracia estatal, sendo as alternativas adotadas de alto impacto ambiental:

opção nuclear em grande escala através do acordo com a Alemanha; energia de biomassa através de uma de suas formas ecologicamente mais perigosas, o álcool da cana-de-açúcar; aceleração na construção de grandes usinas hidroelétricas, [...] pouco considerando as usinas de médio e pequeno porte (mais apropriadas ecologicamente) (BÔA NOVA, 1985, *apud* VIOLA, 1987).

O movimento ecológico brasileiro na fase ambientalista foi integrado principalmente pelos movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e pelas comunidades alternativas rurais (VIOLA, 1987). Diz-se que esse é um marco histórico para a questão ambiental neste país, pois foi o primeiro plano nacional a inserir a pauta meio ambiente com a ênfase que o assunto requer nas políticas públicas do Governo Federal. Ele foi desenvolvido durante a Nova República, no período entre os anos de 1986 e 1989, estabelecendo, na parte VI, a política ambiental brasileira (ELY, 1990).

A fim de facilitar seu estudo e entendimento, a sustentabilidade pode ser analisada sobre a dimensão ambiental, econômica e social, denominada o tripé da sustentabilidade, ou ainda *Triple Bottom Line* (COTRIM, 2006). Esses pilares se integram simultaneamente e estão diretamente relacionados. As perspectivas para se atingir a sustentabilidade dependem do equilíbrio entre essas três dimensões (ESTENDER; PITTA, 2008, p. 23).

1.2.1 Dimensão econômica

Do ponto de vista convencional capitalista, o pilar econômico resume-se ao lucro. Sob a óptica da sustentabilidade, o planejamento, os investimentos e as estratégias são projetados para manter a estabilidade econômica também em médio e longo prazos. O patrimônio da empresa não é contabilizado apenas como diferença sobre seus ativos e passivos, analisando o capital físico e o capital financeiro. Também são valorizados o capital humano, intelectual, natural e social.

1.2.2 Dimensão social

São considerados aspectos socioculturais o acesso à educação, saúde, qualidade e expectativa de vida, equidade, capacidade de geração de riqueza, participação social, responsabilidade social, bem-estar comum, disparidades sociais, concentração de renda, democracia. A sustentabilidade social abrange uma relação justa, ética e transparente entre empresários, colaboradores, fornecedores, investidores e consumidores, para que todos consigam progredir, gerando confiabilidade, respeito, redução de conflitos e resultados positivos para todos os envolvidos.

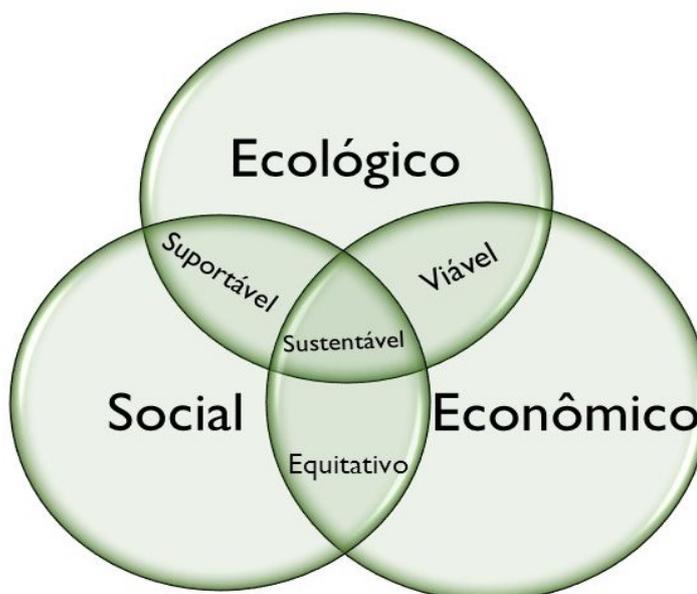
1.2.3 Dimensão ambiental

Essa dimensão envolve a identificação e minimização de impactos ao meio ambiente, a contribuição para a conservação da biodiversidade e a adequação às leis ambientais vigentes. As empresas devem buscar diminuir a dependência de recursos naturais escassos ou esgotáveis, como uso de recursos de forma eficaz e ecologicamente suportável, sejam os recursos naturais renováveis ou não

renováveis. Busca-se reduzir resíduos sólidos, evitando desperdícios, reutilizando, reciclando ou ainda descartando da melhor maneira possível. Os empreendimentos interessam-se pelos debates de assuntos em nível universal, como desmatamento, aquecimento global, predação, poluição, lixo, consumo e globalização e também em nível local, avaliando os impactos da atividade econômica junto a comunidades e o quanto ela afeta o equilíbrio do ecossistema em que está inserido.

O planejamento e as ações devem ser feitos no âmbito estratégico, tático e operacional pensando a sustentabilidade do território em que estão inseridas, de forma holística. Os investimentos devem ser economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e contribuir para a equidade social, conforme a Figura 1, que demonstra os pilares da sustentabilidade que são interdependentes entre si.

Figura 1 – Os três pilares da sustentabilidade.



Fonte: Cotrim, 2006.

É preciso discernimento crítico ao que tange aos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, pois muitas organizações utilizam tais termos como “estratégia de marketing”, sem de fato demonstrar responsabilidade socioambiental. A sustentabilidade é um conceito bastante abrangente, que dá margens a generalizações, ocorrendo de empresas realizarem ações pontuais e setoriais e auto intitulem-se como um empreendimento sustentável. No entanto, para sua aplicação real é preciso estudo, planejamento, monitoramento e ações que busquem a sustentabilidade como um todo, em suas diversas dimensões.

1.3 TURISMO DE MASSA, TURISMO ALTERNATIVO E SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA

O turismo convencional de massas caracteriza-se pela grande quantidade de turistas em determinados destinos, que podem ou não estar preparados estruturalmente para suportar tal demanda. Nessa modalidade de turismo, desconsidera-se o caráter dos impactos socioculturais em relação à população residente, e dos impactos ambientais em relação ao entorno natural desses locais (PIRES, 2002).

O turismo de massa causa diversos tipos de impactos no ecossistema e na comunidade receptora. Nesse sentido,

algumas características do turismo de massa são: sazonalidade; contribuição para o desgaste dos recursos naturais; especulação de imóveis e terrenos; elevação do preço de produtos; pressão de corporações sobre as terras e a população; segmentação territorial; incentivo a prostituição; desrespeito a cultura local; desrespeito a locais sagrados; inchamento do trânsito, desequilíbrio econômico; neocolonialismo; espetacularização da cultura; interesses estritamente econômico, evasão de divisas (FACO; NEIMAN, 2010, p. 27).

De acordo com Ruschmann (1997) e Krippendorf (1989), o turista viaja em grupos ou individualmente, comumente nas mesmas épocas do ano, demonstrando pouca ou nenhuma preocupação com a preservação da natureza e com a cultura local. Esse comportamento gera agressões aos espaços naturais, pois o excesso de turistas leva ao superdimensionamento dos equipamentos relacionados à superestrutura dos meios turísticos, que ocupam grandes espaços, agredem paisagens e destroem ecossistemas.

Segundo Pires (2002), foram criadas amplas terminologias para denominar propostas e experiências turísticas, em que a essência é a diferenciação do turismo convencional de massas. Essas denominações e classificações foram desenvolvidas a partir de abordagens e enfoques centralizados na ideia de uma corrente alternativa. Isso resulta no surgimento de segmentações turísticas, tais como turismo responsável, turismo de natureza, ecoturismo, turismo cultural, turismo rural, turismo de aventura, turismo com base local, turismo comunitário e turismo ambiental.

Os principais segmentos turísticos, segundo o Ministério do Turismo (2006), são o Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e

Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural e Turismo de Saúde. A segmentação turística tem a finalidade “de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado”. Esses segmentos são definidos a partir de variáveis de oferta e demanda e da análise de comportamentos, motivações, características e necessidades em comum de turistas atuais ou potenciais.

Essas segmentações têm utilidade para fins mercadológicos, porém a prática do turismo é um fenômeno no qual essas denominações se misturam. O turista pode, numa mesma viagem, por exemplo, ir para um destino de sol e praia, ter o desejo de apreciar a cultura, gastronomia, ir a templos religiosos, praticar esportes de aventura e visitar um atrativo natural onde há a prática do ecoturismo. Outra crítica à segmentação turística é a apropriação de terminologias como uma estratégia de *marketing* sem a necessária responsabilidade sociocultural e ambiental com o destino turístico. Em um destino de turismo cultural, no qual ocorre a massificação e a comercialização da cultura da comunidade receptora, modifica-se totalmente seus hábitos e tradições, trazendo impactos negativos para a cultura local.

No Rio Azuis, atualmente, sucede um turismo massificado em que, até o término deste trabalho, não ocorre o controle de capacidade de carga, que limitaria o número máximo de visitantes que podem usufruir do lugar sem destruir o ambiente natural, a fim de “diminuir impactos sociais e biofísicos”. A concepção de capacidade de carga surgiu com base nas conjecturas das “Tragédias do Comuns”, discussão que teve início em 1968, a partir do artigo de Garrett Hardin sobre a utilização particular de áreas públicas, coletivas e parques nos Estados Unidos para pastagens. Ele estabeleceu que, sem uma ação de regulamentação coercitiva, o uso dessas áreas excederia a capacidade do ambiente de se regenerar, pois os empreendedores teriam interesse em explorar o máximo da área para maior ganho econômico (ZIMMERMANN *et al.*, 2011).

Pelo fato de o turismo ser uma prática social por meio da qual os impactos dependem não somente da quantidade de pessoas, mas também do comportamento, valores, consciência ambiental, sensibilidade ao lidar com a comunidade receptora, entre outros aspectos, o nível dos impactos não é determinado somente pelo número de pessoas. Nesse sentido, vários países criaram regulamentações, normas, mecanismos e ferramentas de controle à

visitação de unidades de conservação, para atender demandas específicas das localidades.

O Rio Azuis pertence a uma Área de Proteção Permanente e necessita de uma forma de controle propenso à minimização de danos advindos da visitação turística. No Brasil, o ICMBio disponibiliza o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais, ferramenta baseada nas metodologias ROVAP – Rango de Oportunidades para Visitantes em Áreas Protegidas; CC – Capacidade de Carga Turística em Áreas Protegidas; LAC – Limite Aceitável de Câmbio; VERP *The Visitor and Resource Protection Framework* VIM *Visitor Impact Management* (ZIMMERMANN *et al.*, 2011). O Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação visa ao aumento da qualidade da visitação, da experiência turística e da preservação dos recursos naturais. Sua implementação exige planejamento inicial de recursos materiais e humanos disponíveis, análise do patrimônio ambiental e cultural do território, levantamento de indicadores de impacto, um trabalho cíclico de monitoramento, administração e avaliação da visitação e do ambiente.

Zimmermann (2006) ressalta que, no Brasil, a ineficácia do turismo em Parques Nacionais e Estaduais deve-se à precariedade da infraestrutura e apoio à visitação, funcionários escassos e pouco qualificados e escassez de recursos financeiros. As diretrizes nacionais para a visitação em Unidades de Conservação indicam que a visitação a áreas naturais pode ser um instrumento primordial “para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e dos processos naturais, independente da atividade que se está praticando na unidade de conservação” (MMA, 2006).

O turismo alternativo, segundo Pires (2002), tem como algumas de suas características desenvolvimento organizado e sustentável, onde haja valorização dos costumes locais, geração de benefícios e renda para a comunidade, poucos efeitos sociais negativos, receptividade e hospitalidade ao turista, pequena alteração da paisagem natural, preservação e proteção de recursos e motivação da visitação pela experiência. Ele “expressa valor de cunho social, natural e cultural por meio de uma interação positiva e compartilhamento de experiências promovendo a conservação e seguindo critérios de desenvolvimento sustentável” (PIRES, 2002, p. 50).

De acordo com Pires (2002), o turismo alternativo foi se dividindo de acordo com as motivações que levam os indivíduos a se deslocarem, gerando outras

denominações e especificações nos segmentos, tais como turismo sustentável, turismo de natureza e turismo comunitário. Esses conceitos se relacionam ao turismo alternativo por serem opção ao turismo convencional de massas.

1.4 TURISMO SUSTENTÁVEL

A Organização Mundial do Turismo (OMT), principal organização internacional no campo do turismo, é a agência das Nações Unidas incumbida da promoção do turismo responsável, sustentável e acessível. A OMT defende que o turismo “contribui para o crescimento econômico, desenvolvimento inclusivo e sustentabilidade ambiental”, e disponibiliza suporte ao setor para ampliar e disseminar conhecimento e políticas públicas em turismo no mundo.

A OMT estabeleceu o Código Global de Ética para o Turismo a fim de potencializar a contribuição socioeconômica do setor, minimizando seus possíveis impactos negativos. O compromisso é difundir o turismo como um instrumento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a Figura 2.

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2002.

O conceito de turismo sustentável é definido pelo Relatório de Brundtland, como a atividade que

[...] atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. [...] respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (OMT, *apud* DIAS, 2006, p. 68).

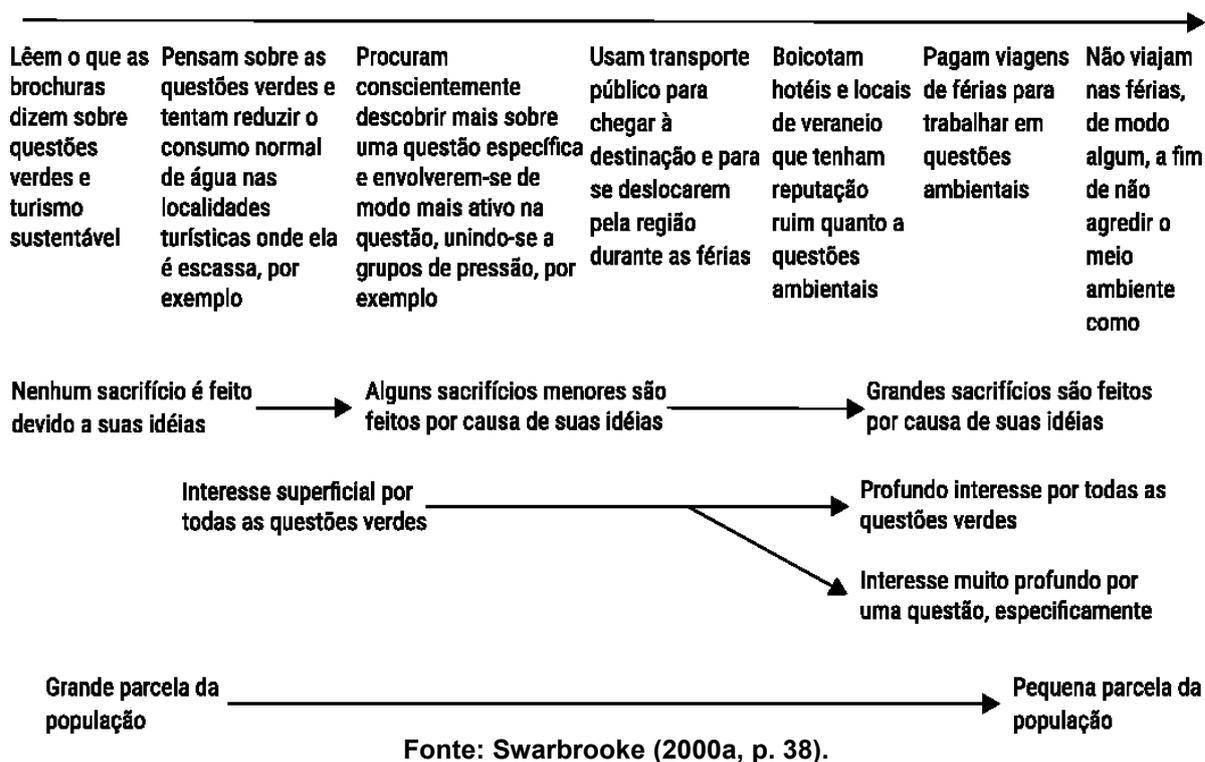
Swarbrooke (2000a) pressupõe que o turismo sustentável busca: gerar percepção dos impactos da atividade turística nos ambientes natural e humano; fomentar a entrada de divisas, diversificando a economia local e as alternativas de empregos diretos e indiretos; promover a distribuição de renda e de custos de forma justa, diversificando a economia local; incentivar o planejamento e zoneamento territorial, respeitando a capacidade de carga do ecossistema; facilitar a recreação da população local, não somente de turistas advindos de outras localidades; contribuir para o diálogo, entendimento e trocas culturais entre diferentes povos; demonstrar a importância dos recursos naturais para a economia e para o bem-estar social de uma comunidade; contribuir para a preservação da natureza.

O turismo sustentável envolve o uso consciente dos recursos naturais, a conservação do espaço natural, a responsabilidade socioambiental na prestação de serviços e o benefício à comunidade local. “No turismo, a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala” (IRVING; CAMPHORA, 2005, p. 311). Nesse sentido, para que o turismo seja sustentável, a sustentabilidade deve ser o objetivo central em todas as etapas do planejamento estratégico, de forma holística e contínua. Assim,

pensar a sustentabilidade no turismo implica em idealismo e visão estratégica de longo prazo, mas também pragmatismo, a partir de experiências capazes de transformar utopia em possibilidade, discurso em prática cotidiana (IRVING e CAMPHORA, 2005, p. 311).

Existem vários graus de engajamento ambiental dos turistas. Para facilitar esse entendimento, Swarbrooke (2000a, p. 38) desenvolveu a tabela *Turismo em gradações de verde*, conforme Figura 3:

Figura 3 – Turismo em gradações de verde, segundo Swarbrooke (2000a).
 Não-verdes Verde-claros Verde-escuros Totalmente verdes



Ademais, os turistas têm algumas responsabilidades e direitos que são importantes para que a experiência turística seja positiva, para os visitantes e para a comunidade receptora. Tais responsabilidades e direitos são apresentados por Swarbrooke (2000b) no Quadro 3.

Quadro 3 – Responsabilidades e direitos do turista.

A responsabilidade de obedecer às leis e aos regulamentos locais.
A responsabilidade de não tomar parte em atividades que, embora não sejam ilegais ou onde as leis não são cumpridas pelas autoridades locais, sejam, não obstante, condenadas pela sociedade, como a pedofilia.
A responsabilidade de não ofender propositalmente as crenças religiosas locais ou as normas culturais de comportamento.
A responsabilidade de não danificar propositalmente o meio ambiente físico local.
A responsabilidade de minimizar o uso de recursos locais escassos (p. 91).
O direito de estar protegido e a salvo de crime, terrorismo e doenças.
O direito de não ser discriminado pela sua raça, sexo ou deficiência.
O direito de não ser explorado pelas empresas e pelos indivíduos locais.
O direito a produtos divulgados em brochuras e anúncios honestos sobre viagens.
O direito a um meio ambiente físico seguro e limpo.
O direito de se deslocar livremente e sem restrições, desde que isso não cause danos.
O direito de conhecer livremente a população local.
O direito a um serviço cortês e competente (p. 92).

Fonte: Swarbrooke (2000b).

Swarbrooke (2000a, p. 31) ressalta que o *marketing* pode “atrair turistas para destinos já superlotados” ou ainda territórios com a natureza frágil. Eles podem ser atraídos por meio das mídias, de amigos, parentes, empresas, agências, operadoras de excursões, entre outros. No entanto, embora o discurso do turismo sustentável e da sustentabilidade seja recorrentemente apropriado pelo *marketing*, tendo em vista que o mercado é cada vez mais competitivo e o turista mais exigente e preocupado com os impactos da visitação sobre o destino e sua comunidade, o turismo sustentável não deve se limitar a a oes isoladas e pontuais. A sustentabilidade não consiste em atividades que estejam voltadas exclusivamente para o lucro, e não permeia apenas projetos voltados a práticas segmentadas, ela envolve o turismo como um todo.

1.5 ECOTURISMO

De acordo com Wearing e Neil (2001), a palavra *turismo* recebeu o prefixo “eco-”, que etimologicamente vem do grego *oikos* e significa lar ou *habitat*. O meio ambiente que nós, os humanos, habitamos  , em sua máxima essência, o nosso lar, a nossa morada, o nosso sustento. Originariamente, o ecoturismo   uma filosofia de vida baseada na herança adotada por movimentos ambientalistas, tendo sido definido como uma forma de turismo de baixo impacto sobre os locais e comunidades nas quais se desenvolve (WEARING; NEIL, 2001). Visa   interpreta o do ambiente e   conserva o local (SERRANO, 2000).

O ecoturismo   praticado em um ambiente natural e   muitas vezes equivocadamente confundido com turismo de natureza. No entanto, para ser ecoturismo, não basta estar inserido em um ambiente natural. Segundo Faco e Neiman (2010, p. 450), “o ecoturismo deve proporcionar garantia de conserva o ambiental; promover a educa o ambiental; trazer benefícios às comunidades receptoras”. Pires (2002) destaca que o ecoturismo se relaciona com a dissemina o da educa o, sobretudo a ambiental.

De acordo com as Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo (DPNE), o ecoturismo  

[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

O ecoturismo é visto pelo Ministério do Turismo do Brasil, conforme as DPNE, como o segmento da atividade turística com maior crescimento (BRASIL, 1994). Para o mercado turístico, é um de seus principais produtos em forte expansão (BRASIL, 1994). Assim sendo,

a segmentação de mercado do turismo identifica comportamentos homogêneos dos clientes quanto a seus gostos e preferências para obter informações sobre destinos, tipos de transportes, composição demográfica dos turistas, sua situação social e estilo de vida, sendo o motivo da viagem a principal forma de se segmentar o mercado. [...] Segmentar o mercado tenta resolver os problemas do turismo de massas e apresentar uma pseudodiferenciação entre os consumidores do produto turístico. Aparentemente cada segmento de clientes interessa-se por um tipo específico de turismo. Podemos perceber que cada interesse particular é utilizado para um objetivo comum: a busca pelo lucro por meio da conversão da experiência turística em mercadoria na cultura de consumo (BENI, 2000; ANSARAH, 2001a, *apud* HINTZE, 2009, p. 71).

A apropriação da terminologia *ecoturismo* como uma segmentação de mercado pode não necessariamente conter os princípios da sustentabilidade no planejamento e execução da atividade turística. Ela significa simplesmente uma estratégia de *marketing* para atrair turistas. Nesse contexto, as empresas, mídias e governo deveriam usar o termo “ecoturismo” de forma responsável, em diálogo com a academia, não apenas como discurso e sim como prática.

Swarbrooke (2000a) demonstrou as principais diferenças entre o turismo de massa e o ecoturismo, apresentado a seguir na Tabela 2:

Tabela 2 – Principais diferenças entre o turismo de massa e o ecoturismo.

Turismo de massa	Ecoturismo
Larga escala, inadequada para o local	Turismo em pequena escala de acordo com a capacidade do destino de absorver turistas sem prejuízo ambiental.
Alto impacto no meio ambiente físico	Pequena demanda extra sobre a infraestrutura existente.
Com infraestrutura em excesso e construções levando a poluição e congestionamento	Impacto mínimo na cultura local.
Alto impacto sociocultural	As demandas de trabalho são atendidas pela comunidade local.
Renda esvai-se para empresas externas	Muita renda oriunda do turismo complementa atividades econômicas tradicionais.
Relações com comunidade local são meramente formais	A localização específica oferece uma experiência única que não poderá ser encontrada em outro lugar.
Turistas pouco sensíveis à cultura e às tradições locais	Turistas que buscam boa interação e trocas culturais com a comunidade.
Turistas indiferentes à vida autóctone	Os turistas buscam aprendizado sobre os lugares, o que traz uma compreensão a longo prazo sobre onde e como as outras pessoas vivem.
Visitantes hedonistas	Sensível à cultura e às tradições locais.
	Visitantes interessados na vida autóctone.

Fonte: (SWARBROOKE, 2000^a, p. 26).

1.6 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO, IMPACTOS DO TURISMO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL

No Rio Azuis, existe um processo de organização turística realizado pela comunidade. Para buscar compreender a forma como é feito o planejamento turístico

do povoado, apresentam-se aqui conceitos acerca do turismo comunitário e do planejamento participativo.

No turismo comunitário, a comunidade local possui o controle da tomada de decisão, planejamento e organização do turismo, baseado na sustentabilidade. Conforme explica Lustosa (2014, p.107),

no turismo comunitário a população local possui o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsável pelo planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e serviços turísticos. Tudo isso orientado por princípios que buscam garantir a sustentabilidade socioambiental, a exemplo da atitude ética e solidária, entre as populações locais e os visitantes, geração e distribuição equivalente da renda, conservação ambiental e valorização da produção, da cultura e das identidades locais. Assim, as estratégias prioritárias na construção dos roteiros de visitação incluem os momentos de vivências com a comunidade, as trocas culturais entre visitantes e populações locais e as trilhas de interpretação ambiental.

O planejamento participativo propõe que o processo de decisão seja coletivo, integrado, organizado e racional, com a participação da maioria da população local, construindo mudanças estruturais (SIMÕES, 2018). Para isso, é essencial que os moradores alcancem uma organização funcional, porém, não obrigatoriamente formal, contribuindo com opiniões, ideias, proposições, vivências, em um ambiente de cooperação mútua com os encarregados pelo planejamento, elaboração e execução dos projetos regionais (SANTOS, 2006).

A participação no planejamento turístico implica na divisão de atribuições no processo de elaboração, execução, controle e avaliação. Em sentido amplo, participar significa compartilhar o processo de tomada de decisões, pressupondo codecisão e corresponsabilidade (AVILA, 2009, p. 26). O envolvimento da comunidade possibilita que ela controle as decisões inerentes ao seu próprio destino, tendo uma visão intrínseca das particularidades relativas ao contexto social em que vive. Entretanto, é importante que o planejamento turístico contemple não somente o setor econômico e apresente comprometimento com os aspectos socioculturais e ambientais.

Contraopondo com modelos frequentes de gestão comunitária centralizada e impositiva, estima-se o diálogo contínuo e horizontal com os moradores, embasado na percepção do local do território e em acordos para cenários futuros alternativos. Fala-se assim de apropriação comunitária das estratégias de intervenção e de novos instrumentos de gestão capazes de alimentar uma relação sinérgica entre a esfera

da produção de conhecimentos e a esfera da ação planejadora de corte participativo (VIEIRA, 2009, p 37).

O ecodesenvolvimento, na qualidade de paradigma para a autonomia das populações residentes, promove a reflexão e experimentação de meios de desenvolvimento econômico que antepõem o potencial dos recursos naturais, intangíveis, socioculturais, ainda que esse desenvolvimento seja a longo prazo.

Nessa perspectiva, os autores ecodesenvolvimentistas buscam

oferecer respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superando os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberando as energias sociais e a imaginação. Para tanto, devem garantir a participação de todos os atores envolvidos (os trabalhadores, os empregadores, os agentes governamentais e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento (SACHS, 2004, p. 61).

A Agenda 21 Local, já citada neste trabalho, é um instrumento de gestão participativa que almeja promover o engajamento político comunitário, o desenvolvimento conjunto de políticas públicas integradas e o estreitamento das relações intermunicipais. Em suas diretrizes, estão previstas ações em áreas como educação, cultura, sociedade, saúde, habitação, segurança, comunicação, transporte, meio ambiente, abastecimento público, saneamento e salubridade (MMA; SANTOS, 2012).

Já o chamado local turístico consiste no uso de um território para fins de turismo. Esse território é também o espaço onde acontecem as organizações, trabalhos e o convívio cotidiano da população. Ele pode gerar impactos nas áreas cultural, econômica, física, social, psicológica, e política, ocasionando conflitos socioculturais e antagonismo com outros usos comunitários do terreno (BARRETO, 2005).

A fim de prever e solucionar conflitos, Steinberger (2009) propôs um planejamento baseado nos questionamentos: como, onde, por quem, por que e para que? (STEINBERGER, 2009; SIMÕES, 2018). No planejamento, os moradores podem optar pelo uso turístico ou ainda escolher o não desenvolvimento do turismo em determinadas áreas, horários ou épocas, a exemplo de algumas comunidades tradicionais que recebem turistas, porém não em determinadas cerimônias religiosas (BARRETO, 2005; RUSCHMANN, 2001).

Uma vez que o uso turístico seja aceito pela população, é importante o engajamento e a participação coletiva, para se evitar o turismo predatório de massa ou ainda o turismo que não traz benefícios diretos para a comunidade local, a exemplo de núcleos turísticos onde os lucros da atividade ficam para agências e investidores externos que oferecem baixa remuneração, capacitação e valorização para a mão de obra local (DEMÉTRIO, 2018; SIMÕES, 2018). Além disso, o planejamento turístico pode ser um facilitador para preparar os moradores a fim de que ocorram experiências positivas para os turistas e para a comunidade receptora (BARRETO, 2005).

Na América Latina, a partir da década de 1980, iniciaram-se as discussões sobre planejamento territorial e urbano, com o mexicano Roberto Boullon, que conceituou o chamado “espaço turístico”, categorizou-o em zonas, complexos, núcleos, corredores, adentrou temas como a contemplação da paisagem, pontos focais urbanos, espaços de domínio, hierarquização de atrativos (BOULLON, *apud* BARRETO, 2005, p.18).

Buarque (2008) conceituou “desenvolvimento local” como um desenvolvimento gradativo e endógeno que almeja estimular o bem-estar social, o aumento dos aspectos econômicos, a conservação dos recursos naturais, a minimização da pobreza e dos problemas sociais e o incentivo à autonomia por meio do uso das potencialidades locais. Segundo o autor, “o local não é sustentável se não encontrar espaços de competitividade e depender, de forma continuada e persistente, de subsídios e transferências de fora da região” (BUARQUE, 2008, p 29).

O desenvolvimento não sustentável é mal planejado, rápido, descontrolado, predatório, em escala inadequada, embasado em projetos e valores quantitativos e com o controle externo. Antagonicamente, o desenvolvimento sustentável é planejado, baseado nos conceitos da sustentabilidade, pressupõe o desenvolvimento gradual, controlado, em escala adequada, baseia-se em valores qualitativos, na valorização da cultura nativa e com a população local no controle (SWARBROOKE, 2000a, p. 22). Entretanto, os discursos hegemônicos de modernização e desenvolvimento contribuem para o incentivo ao consumismo exacerbado e à exploração de localidades turísticas cujos moradores podem ter sua liberdade e sua independência anuladas “por ações de grupos poderosos e seus interesses econômicos, num mundo caracterizado pela concentração de poder sobre os recursos econômicos nas mãos de poucos e gigantescos grupos empresariais” (FAZITO, 2015, p. 119).

O chamado “desenvolvimento” muitas vezes ocasiona profundos impactos socioculturais e danos ambientais, além de depreciar o tradicional como “atrasado”, “exótico”, “subdesenvolvido”, “primitivo”. Os locais que possuem essa característica se tornam os destinos turísticos de aventura, para desbravar, descobrir, modernizar, colonizar, trazer avanço e progresso (FAZITO, 2015, p. 123).

A participação comunitária no planejamento do turismo muitas vezes acontece de forma superficial, ou não acontece. Frequentemente, a visitação turística é fomentada e gerida por empresas, agentes externos e poder público. Por isso, é relevante a criação e o fortalecimento de mecanismos que possibilitem a deliberação pelos moradores sobre a regulamentação, a organização, os custos e os ganhos com o turismo (para os preceitos), visando ao desenvolvimento almejado para o local. É necessário também firmar parcerias entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade, com os conhecimentos e as tecnologias necessárias, e contemplar cidadãos de todas as classes sociais e raízes culturais em suas vivências de lazer (SIMÕES, 2018, p. 48; BENI, 2006).

Swarbrooke (2000a, p. 49) apresenta alguns conflitos para que aconteça o envolvimento da comunidade e o controle local: as comunidades não “falam em uma só voz”, sendo difícil chegar a um consenso e atender os diferentes interesses e pontos de vista. Normalmente, “uma minoria de porta-vozes”, cujos posicionamentos são mais influentes, domina o processo de tomada de decisão, enquanto há uma maioria silenciada. Empresários podem ignorar ou desvalorizar a opinião da população local caso contrarie seus interesses, ou ainda, consultar a população local “a fim de legitimar decisões que já foram, até certo ponto tomadas”.

A ênfase na natureza pode levar a conflitos socioculturais, como a inviabilidade econômica das empresas para executar os projetos ambientais, problemas para gerir colaboradores, para oferecer treinamentos necessários, oportunidades e remuneração justa e equitativa. As necessidades, direitos, anseios e opiniões dos turistas são recorrentemente julgados como “vilões”, todavia sua demanda por lazer, bem-estar e prazer gera a renda que traz emprego para a população local, embora também ocasionem problemas (SWARBROOKE, 2000a, p. 57).

A mudança desse padrão hegemônico se dá por meio do planejamento integrado e sustentável do turismo, da “mobilização e responsabilidade social, bem como a participação comunitária e o empoderamento, o empreendedorismo e a gestão territorial participativa” para provocar a transformação dessa realidade,

impulsionado por propósitos coletivos estabelecidos consensualmente (BENI, 2006, p.14). Nessa gestão territorial, a expansão de renda será uma consequência do turismo, mas não seu objetivo principal (MOZART, 2015).

Swarbrooke (2000a) discorreu sobre a relevância no processo de participação comunitária por meio da qual é preciso dar voto e espaço de fala aos moradores mais afetados pela atividade turística. É necessário, também, fazer uso dos saberes tradicionais e dos conhecimentos e capacidades locais para fundamentar as decisões e reduzir os conflitos socioculturais e ambientais potenciais entre o turista e a comunidade. Portanto, é essencial buscar promover o entendimento de forma holística, fenômeno social complexo, que é o turismo buscando o equilíbrio entre o incentivo à visitação turística, adequação, construção de infraestruturas turísticas e a “modernização, que descaracteriza o território” (SIMÕES, 2018, p. 22). Desse modo,

o processo de planejamento turístico, com base local e metodologia participativa, torna-se um verdadeiro diferencial na formação de produtos turísticos socialmente justos e includentes. Para que esse processo de inclusão ocorra, consolidando uma gestão compartilhada, é indicada a implantação de um sistema público de turismo, cuja composição ideal seria formada por um conselho de turismo, por fundos de financiamento, e por uma agência de desenvolvimento (SIMÕES, 2018, p. 48).

No caso do Rio Azuis, trata-se de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Sua gestão, por ser uma área protegida, deve incentivar a governança e a participação comunitária, a inclusão social, a cidadania, promover a educação ambiental, patrimonial e a Biointeração (SANTOS, 2015).

1.7 ASSOCIATIVISMO

O associativismo é um meio essencial para que uma comunidade se fortaleça e conquiste objetivos comuns. Pode ser um instrumento de “expressão social, política, ambiental e econômica”, contribuindo para uma gestão participativa, para o diálogo, solidariedade, credibilidade e notoriedade de um grupo em congruência com a cartilha de associativismo publicada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015, p. 5).

Corroborando a visão do associativismo, Bordenave (1992, p. 17) destaca que “tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que

permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dá numa sociedade participativa”.

O associativismo é uma conquista social resultante de resistência, cooperação e da busca por ascensão social e autonomia nas comunidades. Nesse sentido, “associação é uma pessoa jurídica, devidamente registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas. Essa união acontece para melhoria das condições de vida do grupo” (UFSM, 2015, p.5).

Nas associações de moradores ocorrem demandas e reivindicações de membros isolados, no entanto sua atividade baseia-se nos objetivos gerais e específicos que são de interesse coletivo (VIOLA, 1987). Uma associação não tem fins lucrativos, e sua utilidade pode ser alterada livremente por assembleia e são entidades cujo direito é privado. As decisões devem ser tomadas de maneira justa e democrática. Embora tenham características semelhantes, como o interesse mútuo em torno de um objetivo comum, existem diferenças substanciais entre associativismo e cooperativismo, que são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Diferenças entre associação e cooperativa.

Critério	Associação	Cooperativa
Constituição	No mínimo, 2 pessoas.	No mínimo, 20 pessoas.
Objetivos	Tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia.	Tem por finalidade prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva.
Patrimônio	Formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas.	O capital social é formado por quotas-partes, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Destino do patrimônio	Não há rateio de sobras. Eventuais sobras devem ser destinadas ao cumprimento de suas finalidades.	As sobras das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão de assembleia geral, ser distribuídas entre os próprios cooperados.
Operações comerciais e financeiras	Pode realizar atividades comerciais para acrescentar em seus objetivos sociais, porém essa não é sua finalidade.	Realiza livremente atividade comercial, além de operações financeiras e bancárias e também pode solicitar empréstimos bancários.
Responsabilidade dos associados/ cooperados	Os associados não respondem pelas obrigações assumidas pela entidade. OBS: Os administradores podem ser responsabilizados por atos que comprometam a vida da entidade.	A responsabilidade dos cooperados está limitada ao montante de suas cotas-partes, a não ser que o Estatuto Social determine diferentemente. Quando os Estatutos determinam responsabilidade ilimitada, os sócios podem responder com seu patrimônio pessoal.
Remuneração dos dirigentes	Não são remunerados pelo desempenho de suas funções.	São remunerados, por meio de retiradas mensais pro labore, definidas pela Assembleia. Não possuem vínculo empregatício.
Contabilidade	Escrituração contábil simplificada.	Escrituração específica e completa.
Tributação	Beneficiada com a isenção do Imposto de Renda, se cumpridas certas exigências legais. Deve, porém, declarar a isenção todo ano.	Não paga Imposto de Renda nas operações com os cooperados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.

Fonte: Incubadora Social da UFSM.

De acordo com Viola (1987), as associações que visam a alinhar seus objetivos sociais à preservação ambiental possuem alguns adversários recorrentes:

uma indústria já instalada que polui ostensivamente a atmosfera ou o sistema de águas; um projeto de instalação industrial do qual suspeita-se terá um alto impacto ambiental; a preservação de uma área verde que começa a ser degradada por uma exploração particular semiclandestina ou por um uso público predatório; uma área de preservação ecológica já definida legalmente que está sendo degradada pela falta de fiscalização das agências estatais (parques nacionais e estaduais, manguezais, dunas etc.); uma área urbana de valor histórico-arquitetônico que ameaça ser devorada pela especulação imobiliária (VIOLA, 1987).

Esses conflitos ambientais podem ocasionar enfrentamento com representantes da iniciativa privada ou pública. No caso de luta contra empresas privadas, agências estatais são imediatamente envolvidas no intuito da resolução do conflito. Podem ser vistas pelos associados como opositoras, caso se mostrem coniventes ou imparciais ao dano ambiental, ou parceiras, caso os membros da associação as considerem passíveis ao embate com a organização empresarial. Embora na maioria das vezes esse empenho não represente a conservação do ambiente natural, a contenção ou a diminuição dos impactos, ocorre uma ampliação de consciência da comunidade sobre a educação ambiental e a sustentabilidade nesse processo, construindo uma “identidade coletiva do movimento ecológico” (VIOLA, 1987). Dessa maneira,

este processo de formação da identidade coletiva implicará uma crescente diferenciação perceptiva, atitudinal e comportamental em vários planos. Passa-se de uma percepção monoliticamente negativa do Estado para uma percepção de suas contradições e nuances internas; passa-se de um formato de luta com predomínio exclusivo da ação de denúncia para uma definição mais precisa de fins e meios a utilizar para atingi-los; passa-se de uma visão grosseira do significado de ser ecologista para outra mais complexa; passa-se de um quase desprezo pela formação teórica dos militantes para uma valorização do trabalho teórico (VIOLA, 1987).

O associativismo tem potencial para desencadear a melhora da qualidade de vida e a preservação da natureza, promovendo a sustentabilidade; provocar uma gestão territorial participativa; contribuir para a redução de conflitos socioambientais; encontrar soluções para dificuldades cotidianas (a exemplo de transportes, resíduos sólidos, poluição, disparidades sociais); sensibilizar empreendedores para que a responsabilidade socioambiental seja aplicada em cada ação realizada na localidade;

promover a valorização patrimonial, percepção de contribuição para o bem-estar coletivo e o senso de pertencimento aos moradores, parceiros, turistas, localidades vizinhas, e meios de comunicação.

Segundo Freire (1989, p. 88), o desenvolvimento implica na construção de uma nova consciência crítica e mentalidade que envolve a “educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”, a democracia, a participação da sociedade, que deve reivindicar as reformas necessárias embasadas em deliberações coletivas:

O processo é descrito como o corpo, que age de forma coerente com o que ele pensa, sente e diz, em um exercício de liberdade para sonhar, para escolher e participar em o que for necessário para se atingir o que deseja. Conscientização é o caminho para a liberdade, já que se funda na construção de consciência crítica para se atingir a autonomia do indivíduo. Conscientização e autonomia são as capacidades que levam as pessoas a resistirem à opressão imposta pelos discursos dominantes de desenvolvimento e pela modernização autoritária. Uma forma barata e importante de opressão é, precisamente, manter as pessoas alienadas e manipuláveis. Os oprimidos, ao construírem consciência, tornam-se livres e capazes de reconstruir o desenvolvimento (FAZITO, 2017, p. 12 *apud* FREIRE, 1973).

Essas deliberações a respeito das demandas coletivas podem ser feitas por associativismo. O associativismo é uma das formas que o movimento social pode assumir, e os movimentos sociais possuem ações antagônicas às relações de dominação e discursos hegemônicos. Essas ações desempenham o importante papel de combate à desigualdade, de proteção à natureza e de busca pelo desenvolvimento sustentável (FAZITO, 2017).

Segundo Irving (2002 *apud* Dallari, 1983, p. 46), sempre que existe um grupo de pessoas organizado e disposto a trabalhar coletivamente em prol de um objetivo, algum resultado é alcançado, e o grupo atinge mais resultados do que qualquer um de seus associados atingiria se trabalhasse sozinho. Mesmo que não se consiga atingir o patamar desejado no projeto, os conhecimentos adquiridos nesse processo serão úteis em outro contexto ou empreendimento. "A participação e o envolvimento grupal contribuem para a saúde e o bem-estar individual, além de promoverem o desenvolvimento de cidadãos mais bem informados e preocupados com a vida em sociedade". (LÜCHMANN, 2011, p. 164).

Conceitualmente existem diversas definições teóricas e ênfases do associativismo e seus efeitos democráticos. Lüchmann (2011) sintetiza em três vertentes e seus respectivos papéis sociais, conforme mostra o Quadro 4:

Quadro 4 – Síntese dos tipos associativos e seus efeitos democráticos

Capital social	Movimentos sociais	Sociedade civil
As associações são organizações voluntárias, autônomas e sem fins lucrativos, que promovem a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. Ênfase nas associações face a face.	As associações fazem parte de redes de interações engajadas em conflitos políticos, sociais ou culturais, com base em uma identidade coletiva compartilhada. Ênfase nas associações que contestam a ordem social.	As associações atuam pela lógica da ação comunicativa e são autônomas do mundo político e econômico. Pretendem, sobretudo, influenciar as decisões políticas institucionais. Ênfase nas associações de defesa de direitos e movimentos sociais.
Impactos democráticos: promoção de virtudes democráticas no plano individual e social; confiança, solidariedade e espírito cívico; ênfase na cooperação.	Impactos democráticos: promoção de mudanças nas relações de poder, tanto no plano político-institucional como no plano cultural; ênfase na contestação e no conflito.	Impactos democráticos: inclusão de atores e temas no mundo político através da tematização pública de problemas sociais; ênfase na mediação das esferas públicas.

Fonte: Lüchmann (2011).

Os conceitos de associativismo apresentados até aqui demonstram seu potencial de transformação social. No entanto, analisando sua aplicação prática, o associativismo comumente apresenta problemas, conflitos e desafios. Mesmo que haja um objetivo coletivo comum, as expectativas e os desejos e que levam cada a integrar a associação são pessoais. Os interesses individuais e a competitividade podem se sobrepor aos anseios coletivos. (FEBRAFAR, 2019)

Os opiniões de cada pessoa são divergentes, e mesmo que as decisões sejam tomadas democraticamente, podem existir membros que se sintam prejudicados ou menosprezados. Quando se fala na gestão participativa, recorrentemente haverá pessoas com maior poder de persuasão, liderança e argumentação. O posicionamento de tais pessoas terá naturalmente um peso maior na tomada de decisão e nas pautas das reuniões, o que pode gerar sentimentos de inferioridade e opressão.

Outros problemas que podem ocorrer com o associativismo consistem em: déficit entre as despesas e arrecadações; não conseguir atingir os propósitos ou objetivos estabelecidos; quando alguns de seus membros a utilizam em caráter temporário e utilitário e logo que alcançam determinado objetivo pessoal deixam a associação. (LAGO *et al.*, 2006)

Nas associações não voluntárias, caracterizadas pela dificuldade ou maior custo de saída, como são os sindicatos ou as associações profissionais, os conflitos internos se colocam de forma mais clara, embora a diversidade de posturas, interesses e opiniões revele maior dificuldade de construção de uma identidade como motor de uma atuação pública combativa. (LÜCHMANN, 2011).

Apesar das diferentes dificuldades e conflitos que poderão existir no associativismo é importante ressaltar a importância da busca em pautar as relações e discussões no respeito às diferenças, empatia, tolerância, cooperação, democracia, solidariedade e liberdade.

1.8 TURISMO COMO INSTRUMENTO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O turismo pode contribuir para a educação ambiental no Rio Azuis, uma vez que o ecoturismo pode promover a sensibilização e a valorização da natureza. A educação ambiental permite uma maior compreensão da relação do ser humano com

o meio ambiente. Também conscientiza as pessoas dos problemas ambientais na esfera local e global e promove a criação de valores e ações que destacam o homem como participante da natureza e sua dependência do equilíbrio ambiental para a sobrevivência.

Todos os cidadãos têm direito à educação ambiental, direito esse estabelecido na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que criou a Política Nacional de Educação Ambiental. No seu art. 1º, a referida lei estabelece que

entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (MMA, 1999).

O valor do ecoturismo em nossa sociedade está muito além dos fatores econômicos, está sobretudo em sua capacidade de contribuir para a educação ambiental e a conservação da natureza, por meio das experiências, vivências e sensações dos turistas no ambiente natural. Para isso, o ecoturismo deve estar comprometido com a conservação da biodiversidade, e sua forma de desenvolvimento deve prever a interação dos “ecoturistas” de forma responsável, nos ambientes que possuem elevada relevância para a atividade turística e para o planeta (BUENO, 2006).

A Política Nacional de Educação Ambiental prevê a Educação Ambiental como integrante do processo educativo do país. De acordo com tal Lei (Capítulo II - Seção III - Artigo 13 - Inciso VII), a qual define a Educação Ambiental Não Formal como ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade em relação a questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, “o poder público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará: VII: o Ecoturismo” (BRASIL, 1999, p. 6).

Para Mendonça (2005), o ecoturismo pode ser um instrumento de conscientização sobre os princípios da educação ambiental, pois promove o aprimoramento das relações dos indivíduos e sua sensibilização quanto à importância da interação das pessoas umas com as outras e com o meio natural. A interiorização e a apreensão de informações, incentivadas pelos sentidos e propiciadas pelas experiências ecoturísticas proporciona a possibilidade de novos comportamentos e

novas atitudes nos indivíduos em função não somente do sentido, mas também do percebido. Portanto,

a reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as interrelações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (JACOBI, 2003, p. 190).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global desenvolvido no Fórum Internacional ONGs, em 1992, estabeleceu algumas diretrizes que a educação ambiental deve conter. Nesse sentido,

a Educação Ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo, de forma interdisciplinar; deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações [...] converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis. [...] Desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. [...] Promover e apoiar instâncias de capacitação de recursos humanos para o gerenciamento do ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária [...] estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais, que revisem permanentemente nossa coerência entre discurso e práticas, os valores de nossa cultura, nossas tradições e nossa história, impor limites à exploração às formas de vida (FÓRUM, 1992, p. 1-3).

Muitos são os desafios para que haja realmente uma educação ambiental por meio do ecoturismo, pois a sustentabilidade tem que ser uma prática contínua, e está à frente da busca pelo lucro em detrimento das áreas naturais.

Mesmo o ecoturismo sendo uma área de atuação importante para os educadores ambientais, sua prática no Brasil não dialoga com a teoria. Existe uma falta de articulação e de envolvimento com as populações locais nos territórios onde

há ecoturismo, percebendo-se a natureza como item de consumo, mercadoria para se obter lucros. Em decorrência disso, ocorre a degradação ambiental. A ganância, o egocentrismo e o consumismo são replicados no turismo, reduzindo sua credibilidade e benefícios (CORIOLANO, 2002).

A sustentabilidade não deve ser utilizada apenas como uma estratégia de *marketing*, a partir de uma visão tão somente mercadológica. Deve sim promover a educação ambiental, voltada aos moradores e aos turistas, para a preservação do patrimônio natural, a valorização do meio ambiente e da história e cultura locais e com responsabilidade social e ambiental.

Jacobi (2005) ressalta que a educação ambiental deveria ser baseada em práticas multidisciplinares, nas ações, orientações e conteúdos que engrandecem a preservação do ecossistema. Já Tristão (2002, p. 175) considera que

as disciplinas de geografia e biologia têm uma afinidade de conteúdos em relação à dimensão ambiental, a inserção da educação ambiental ocorre por meio de um exercício multidisciplinar, às vezes até de uma cooperação entre os conteúdos dessas disciplinas.

Em conformidade com Morin (2002, p. 36),

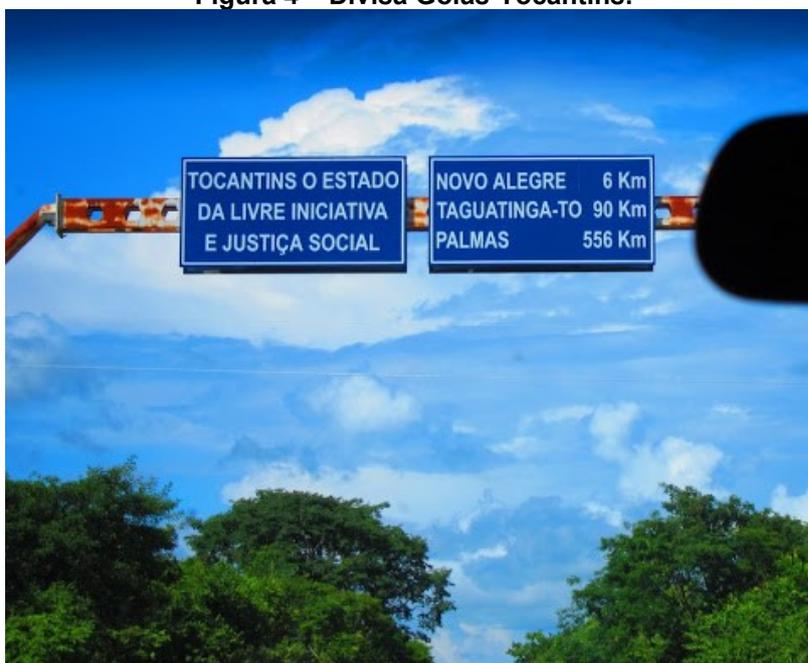
na educação ambiental crítica, o conhecimento para ser pertinente não deriva de saberes desunidos e compartimentalizados, mas da apreensão da realidade a partir de algumas categorias conceituais indissociáveis ao processo pedagógico.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 TOCANTINS

O Tocantins é o estado mais novo do Brasil e se estende por uma área territorial de 277.720,412 km² (IBGE, 2018). Foi emancipado do estado de Goiás em 1988. Com apenas 29 anos de sua criação, o estado tem cidades do período colonial, como Natividade, fundada em 1734, atualmente com 288 anos. O estado do Tocantins tem 139 municípios, dos quais mais de 80% correspondem a 116 cidades com menos de 10 mil habitantes. Do total de municípios do Tocantins, 55% correspondem a 76 municípios com população de menos de 5 mil habitantes (IBGE, 2018). O estado possui 11 distritos agroindustriais em expansão, e 49% da população do Tocantins se concentram em dez cidades, na região central, norte, sendo as cidades mais populosas Palmas, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína, Colinas e Porto Nacional. O Rio Azuis está situado no município de Aurora do Tocantins, a 494 km de distância de Palmas, na região sudeste do estado, distante desse eixo agroindustrial. Antes da emancipação, o Tocantins era conhecido como “Goiás do Norte”. A Figura 4 ilustra a divisa entre os estados de Goiás e Tocantins.

Figura 4 – Divisa Goiás-Tocantins.



Fonte: Expedição Andando Por Aí, 2013.

O Portal Oficial do Governo do Tocantins, utilizando dados do IBGE, cita:

O Tocantins possui o 4º melhor Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte do País e ocupa o 24º lugar no *ranking* nacional. Já com relação à taxa de crescimento anual, o Estado ocupa o primeiro lugar do *ranking*. Enquanto a média da taxa de crescimento nacional foi de 27,5% entre 2002 e 2009, e o Norte do País alcançou 39,3%, o Tocantins foi ainda mais longe, registrando média de 52,6% nos últimos oito anos. De acordo com a última pesquisa divulgada pelo IBGE, o Tocantins cresceu 69,8% no *ranking* das vendas do comércio varejista entre os anos de 2007 e 2010, duas vezes acima da média nacional que foi de 32,5% na análise por estado da Pesquisa Anual do Comércio (TOCANTINS, 2018).

No que tange à economia, o estado apresenta altos índices de pobreza. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), em 2000 esse índice atingia 50,79%. Aurora do Tocantins, em relação aos 138 outros municípios de Tocantins, ocupa a 22ª posição, sendo que 21 (15,11%) municípios estão em situação melhor e 117 (84,89%) municípios estão em situação pior ou igual.

O Tocantins faz parte da região Norte e Possui Dois Grandes rios, o Rio Araguaia e o Rio Tocantins, que lhe deu o nome. Na língua Tupi-guarani, tocantins significa “nariz de tucano” (tukan-tin). O estado localiza-se na “zona de transição geográfica entre os biomas Cerrado e a Floresta Amazônica” (SILVA, 2017, p. 5). Assim,

dos cinco grandes tipos de vegetação que formam as províncias vegetacionais que cobrem o país, Tocantins apresenta duas: a Floresta Amazônica de terra firme, ou Floresta Ombrófila, e a Savana, denominados, respectivamente, de Bioma Amazônia e Bioma Cerrado. Segundo o Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa da Vegetação do Brasil, publicados pelo IBGE em 2007, o Bioma Amazônia ocupa cerca de 9% do território do Estado de Tocantins, o restante do território (91%) é ocupado pelo Bioma Cerrado (SILVA, 2017, p. 5).

Na região de Aurora do Tocantins, onde está localizada a área da pesquisa, situada a sudeste do estado do Tocantins, o bioma é o Cerrado, segundo maior bioma da América do Sul, conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2002) e uma das regiões de maior biodiversidade do planeta, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Estimativas apontam a existência de “mais de 6.000 espécies de árvores”, 837 espécies de aves, “grande variedade de peixes e outras formas de vida” (SILVA, 2017, p. 6).

O Cerrado, também chamado “berço das águas” (WWF), é considerado a “caixa d'água do Brasil” (BRASIL ESCOLA) por abrigar as nascentes das bacias

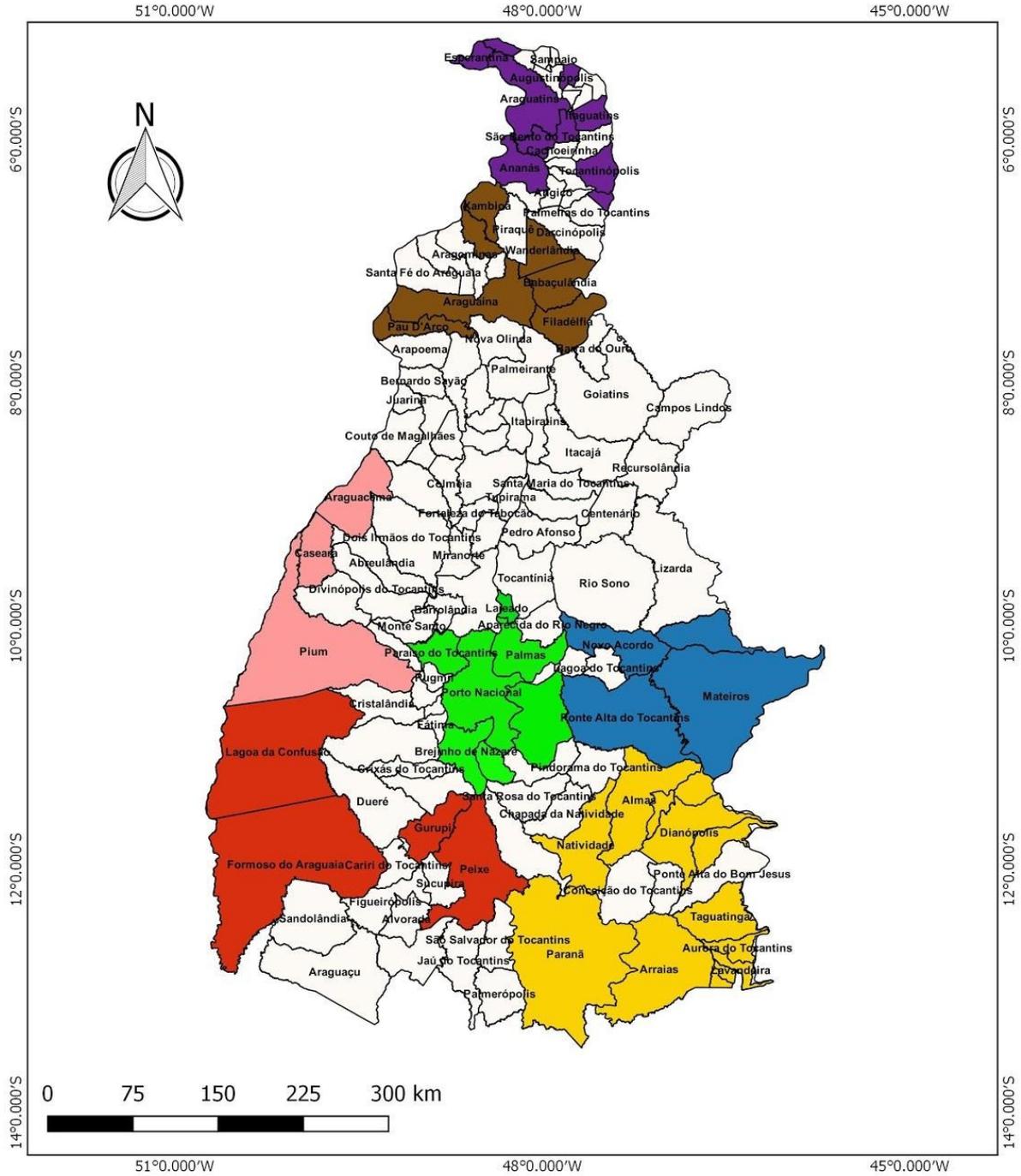
hidrográficas mais importantes do Brasil (oito dentre as doze existentes) e da América do Sul, dentre essas a Platina, Amazônica, São Francisco, Araguaia/Tocantins, Atlântico Norte/Nordeste, Atlântico Leste e Paraná/Paraguai, incluindo os rios que escoam para a região do Pantanal. Na bacia do São Francisco, por exemplo, o Cerrado fornece quase 90% da água, apesar de quase 55% das águas do Rio São Francisco se localizarem em outros biomas. Do Cerrado depende o reservatório de três grandes aquíferos – Bambuí, Urucuia e Guarani; e nove em cada dez brasileiros consomem a eletricidade produzida por águas do Cerrado (WWF; BRASIL ESCOLA). Devido a essa extraordinária diversidade biológica e à abundância de espécies endêmicas, o Cerrado e a Mata Atlântica são tidos como dois dos biomas mais ricos e ameaçados do mundo.

A degradação ambiental, extinção de espécies e desmatamento do Cerrado se intensificaram a partir da década de 1970 com a exploração agropecuária, mineração, pecuária e outras atividades econômicas, tais como

o desenvolvimento de projetos como a rodovia Belém-Brasília, a represa de Tucuruí e outros aproveitamentos hidrelétricos, e o projeto hidroagrícola do Rio Formoso, e com a expansão das atividades agropecuárias e de mineração e siderurgia em Marabá, sem desconsiderar a criação do Estado de Tocantins, que representou um forte estímulo político-econômico neste processo (SILVA, 2017, p. 5).

Por suas excepcionais riquezas naturais, o estado do Tocantins tem uma vocação para ecoturismo e turismo de aventura (DUTRA *et al.*, 2008). Segundo o portal de Turismo do Governo do Estado do Tocantins, o estado é dividido em sete regiões turísticas, que são Encantos do Jalapão, Serras e Lagos, Praias e Lagos do Cantão, Bico do Papagaio, Ilha do Bananal, Serras Gerais e Vale dos Grandes Rios, de acordo com a Figura 5. A cidade de Aurora do Tocantins está inserida na região Serras Gerais, no sudeste do estado do Tocantins.

Figura 5 – Mapa das Regiões Turísticas do Tocantins.
REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO TOCANTINS



REGIÕES	
■ SERRAS E LAGOS	■ ENCANTOS DO JALAPÃO
■ LAGOAS E PRAIAS DO CANTÃO	■ BICO DO PAPAGAIO
■ ILHA DO BANANAL	■ VALE DOS GRANDES RIOS
■ SERRAS GERAIS	

Projeção UTM
 Datum: SIRGAS,2000.
 Base Cartográfica: IBGE,2015.
 Elab: Cíntia Lima Gonzaga

Fonte: Acervo pessoal, 2019. Autora: Cíntia Gonzaga.

A região do Tocantins com maior visitação turística é o Jalapão que, segundo o balanço de supervisão do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), recebeu 20.000 visitantes em média no período de janeiro a dezembro de 2017, de acordo com dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura (SEDEN). O Jalapão é reconhecido como um destino do Brasil e do mundo, devido a seus atrativos naturais, repletos de fervedouros, cachoeiras, rios e dunas de areia, conforme Figura 6.

Figura 6 – Dunas do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), Mateiros, Tocantins.



Fonte: Guia Melhores Destinos. Foto de Monique Renne.

O Jalapão localiza-se ao leste do Estado do Tocantins e possui influência no fluxo turístico para o Rio Azuis, pois está localizado em um dos caminhos entre a rota que liga a capital federal, Brasília, à cidade de Mateiros, município do PEJ que mais recebe turistas. A distância do povoado do Rio Azuis até Mateiros é de 357 km e do Azuis até a capital Palmas é de 310 km (TOCANTINS).

Um dos principais atrativos do Jalapão é o Fervedouro do Ceiça. Trata-se de um dos mais conhecidos na localidade e impressiona por sua beleza cênica, como mostra a Figura 7.

Figura 7 – Fervedouro do Ceíça, Mateiros, Jalapão, Tocantins..



Fonte: Governo do Tocantins, Divulgação. Foto de Manoel Júnior.

Na zona rural de Mateiros, situa-se a comunidade quilombola Mumbuca, com gastronomia e cultura impressionantes. Ali é possível prestigiar o compositor local Maurício Ribeiro, que toca na viola de buriti feita por seu avô (G1 TOCANTINS). Na comunidade, podem ser adquiridos artesanatos belíssimos por meio da Associação Capim Dourado do povoado de Mumbuca - Artesol. A arte de se fazer as peças em Capim Dourado foi passada desde a ancestralidade, de geração a geração, na comunidade, que tem em suas origens a herança cultural remanescente de quilombo e do povo indígena Xerente (GOVERNO DO TOCANTINS). A comercialização do artesanato gera emprego e renda e é considerada patrimônio cultural do Tocantins, como ilustra a Figura 8 (NUNES, 2013)

Figura 8 – Artesanato em Capim Dourado, povoado quilombola Mumbuca, Mateiros, Jalapão, Tocantins.



Fonte: Fonte: Nerd Viajante

De acordo com o Governo do Estado do Tocantins, o que colabora para o fortalecimento do turismo na região do Jalapão é “a integração de roteiros que serão oferecidos pelas agências que compõem o Consórcio do Brasil Central, sendo eles Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Rondônia, Maranhão e Distrito Federal” (SANTANA, 2019).

2.2 SERRAS GERAIS

A região turística recebeu o nome de Serras Gerais porque é transpassada pela Serra Geral, que faz as divisas dos estados do Tocantins, Bahia e Goiás, localizando-se na porção oriental do Estado do Tocantins e extremo oeste do Estado da Bahia, Brasil Central (VILLELA; NOGUEIRA, 2011).

Serras Gerais é uma região turística do estado do Tocantins composta pelos municípios de Aurora do Tocantins, Taguatinga, Combinado, Arraias, Dianópolis, Almas, Rio da Conceição, Natividade, Lavanderias, Ponte Alta do Bom Jesus, Novo Jardim e Paranã.

As Serras Gerais possuem cavernas, rios e montanhas. Nas regiões de maior altitude, as veredas dão origem a muitos cursos d'água que despencam em cachoeiras. A chapada da Serra Geral é composta de arenitos eólicos. O solo arenito eólico tem sua formação pelas correntes de vento, o que propicia paisagens esculpidas pelas rochas sedimentares e criam atrativos turísticos como dunas de areia (VILLELA; NOGUEIRA, 2011).

É possível ver uma grande diferença entre o tipo de solo montanhoso do lado do Tocantins, com a vegetação cerrado e totens de pedra, onde é possível realizar trilhas turísticas, e a planície da chapada do lado da Bahia. Grandes plantações são encontradas no topo da chapada, no lado da Bahia, com latifúndios de plantações de monocultura. O relevo plano favorece o trabalho das máquinas agrícolas. A cidade de Luís Eduardo Magalhães (LEM), no oeste baiano, nos contrafortes das Serras Gerais, possui “mais de 2 milhões de hectares plantados, um bom clima e tecnologia” com uma alta produtividade de grãos. A cidade de LEM fica a 108km do Rio Azuis, e seus moradores têm um alto poder aquisitivo. Ainda, “LEM, como é chamada pela sua população, é a 8ª economia do Estado da Bahia, sendo responsável por 80% da produção de grãos e 90% da produção de algodão” (TERRAMAC, 2018).

A área compõe a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. De acordo com o ICMBIO (2014), a Serra Geral, maior cadeia de serras do Brasil, divide os estados do Tocantins e da Bahia, e é o divisor de águas entre as importantes bacias do Tocantins, do lado de Goiás e do estado do Tocantins, e do São Francisco, do lado da Bahia. Nessa região,

o ecoturismo é propiciado por uma profusão de rios, *canyons*, cachoeiras e cavernas como em Dianópolis, município que também guarda tradições ancestrais dos povos quilombolas. Outro município da região é Peixe, que de maio a outubro oferece praias de água doce à margem do Rio Tocantins. Em meio a fauna, a flora e outras belezas naturais, o visitante pode apreciar também os centros históricos de Natividade, Dianópolis e Arraias, que em suas ruas estreitas e muros de pedra construídos por escravos guardam memórias da história do Tocantins. Há ainda as formações rochosas, serras, o Canyon Encantado, Cachoeirinha, Gruta dos Caldeirões, Cachoeiras, o Arco do Sol e o Rio Azuis, considerado o menor rio do Tocantins e o terceiro menor do mundo. Com apenas 147 metros de comprimento, o Rio Azuis fica no povoado de mesmo nome, na cidade de Aurora do Tocantins. *Trekking, snorkel, rafting*, trilha, canoagem, banhos de cachoeira, contemplação da natureza e muitas outras atividades podem ser praticadas em toda a região tocantinense das Serras Gerais (TOCANTINS, 2018).

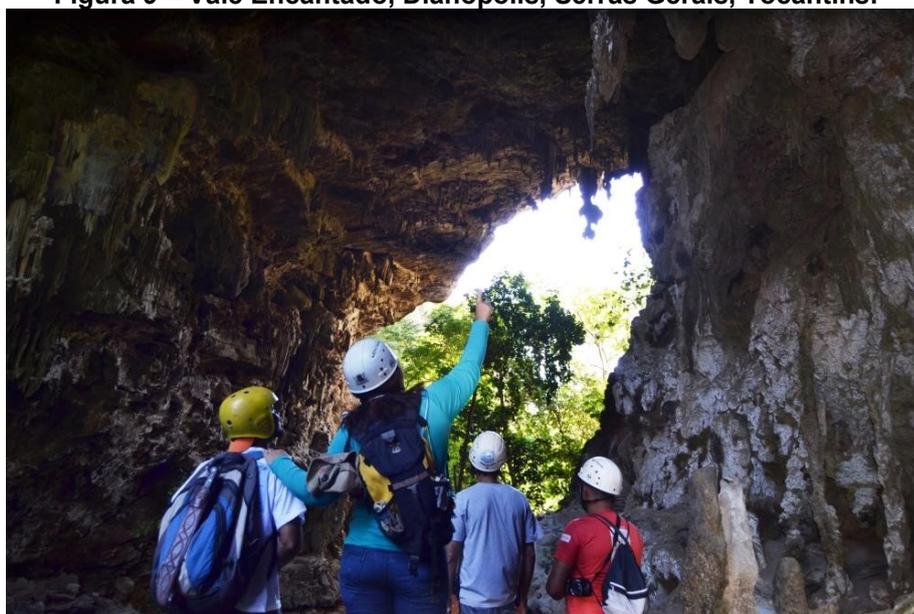
As cidades integrantes das Serras Gerais têm grande riqueza cultural e histórica, com festas religiosas, comemorações tradicionais quilombolas, artesanatos e arquitetura do período colonial. Cabe informar que,

localizada entre os municípios de Aurora do Tocantins e Taguatinga (sudeste do Estado), as Serras Gerais do Tocantins fazem parte da maior cadeia de serras do Brasil e, além das maravilhas naturais, guardam tradições, arquitetura colonial, história e cultura como as Cavalhadas, as festas do Senhor do Bonfim e do Divino Espírito Santo, entre outras festas folclóricas e religiosas herdadas do colonialismo e da era do ciclo do ouro, como em Natividade, quando o município era grande produtor de joias. Ainda são encontradas, para compra, joias artesanais fabricadas por artífices locais (TOCANTINS, 2018).

Dianópolis é uma cidade que fica a 140km do Rio Azuis e é a maior cidade da região Serras Gerais com 19.112 habitantes (IBGE). É uma das únicas cidades da região que possui ensino superior público (UFT – Universidade Federal do Tocantins e o IFT – Instituto Federal do Tocantins), além de uma sede da Naturatins e outras instituições do governo. Na entrada da cidade, localiza-se um dos principais acessos para a cidade de Mateiros, rumo ao Jalapão.

Dianópolis possui atrativos turísticos como o Vale Encantado, ilustrado na Figura 9, cuja trilha tem caverna, cachoeira e rio; Fortaleza dos Guardiões, representada na Figura 10 com vista para a Serra Geral; a Trilha do Ouro; a Trilha Vale dos Pássaros; o Rio Manoel Alves, opção de Cicloturismo; a Capelinha dos Nove; comércio de artesanato feito com Capim Dourado por meio da Associação Dianopolina de Artesãos (ADA); apresentações de Capoeira e Capoterapia (GOVERNO DO TOCANTINS, 2005).

Figura 9 – Vale Encantado, Dianópolis, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Governo do Tocantins/ Divulgação. Foto: Eliezer Neves.

Figura 10 – Fortaleza dos Guardiões, Dianópolis, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Raízes do Mundo, 2019.

O Rio da Conceição é o portal do Jalapão, e faz parte das duas regiões turísticas, sendo elas as Serras Gerais e o Jalapão. Tem como principais atrativos a Lagoa da Serra, representada na Figura 11, as 17 Travessias do Brejo Limpo, ilustradas na Figura 12, Cachoeira do Cavalo Queimado, Boiacross no Rio Manoel Alves e o grupo de teatro local Retalhos da Arte.

Figura 11 – Lagoa da Serra, Rio da Conceição, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Sou Mais Notícias, 2017.

Almas possui o Cânion Encantado, que tem a opção de trilha, ou contemplação e rapel, representado na Figura 13; a Cachoeira do Urubu Rei; a Cachoeira da Cortina; a Cachoeira da Ré, Trilha aquática do Córrego do Prata; Arco do Sol, ilustrado na Figura 14; a Cachoeira dos Pilões e a Cachoeira do Baixão Verde. Esses atrativos ficam na Serra Negra, um povoado que não tem energia e nem pavimentação, e onde é necessário guia turístico para a realização do passeio. Os moradores são hospitaleiros, produzem a grande maioria dos seus alimentos por meio da agricultura de subsistência, têm responsabilidade ambiental, utilizam bioconstrução. Há uma vegetação de cerrado preservada e muitas espécies de animais e plantas. As agências de turismo e guias estão vendendo parte do roteiro, a partir da recomendação do SEBRAE Tocantins, com o nome de Turismo de Experiência – Vida holística no Vale dos Pássaros.

Figura 12 – Cachoeira do Brejo Limpo, Rio da Conceição, Serras Gerais, Tocantins.



guiamundoafora.com

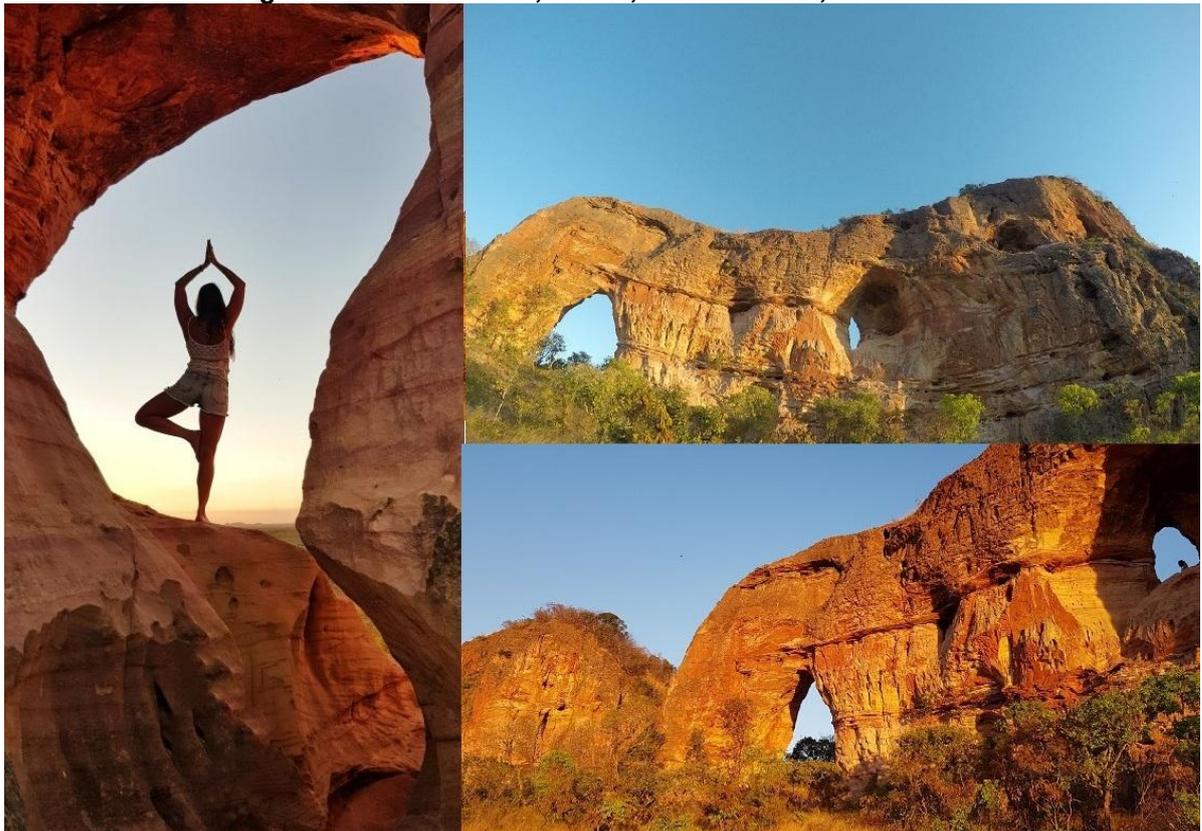
Fonte: Guia Mundo a Fora, 2018.

Figura 13 – Rapel Cânion Encantado, Almas, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Raízes do Mundo, 2019.

Figura 14 – Arco do Sol, Almas, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Raízes do Mundo, 2019, e Leve na Viagem, 2018.

A UFT de Arraias também está realizando orientações nessa região por meio do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental. A autora deste trabalho teve a oportunidade de passar alguns dias na Serra Negra durante a realização de uma pesquisa etnográfica com a UFT sobre a culinária local, feita com ingredientes orgânicos, produzidos no local por meio de técnicas agroflorestais.

O Turismo de Experiência, conforme Beni (2003), é uma ruptura com as formas tradicionais de turismo em que, na contemporaneidade, as empresas planejam e organizam experiências, e o viajante não busca apenas produtos e serviços e sim vivências em que haja uma ruptura com o cotidiano. O viajante quer ampliar horizontes, liberar sonhos, desejos e experiências existenciais. Beni chama esse mercado de Economia da Experiência. Desse modo,

os turistas buscam por novas perspectivas, pois querem ser atendidos através de uma maior sensibilização humana, de relação com o outro, que coincidam com seus desejos, aos seus gostos de vida, busca conhecer novos mundos, através de processos de desterritorialização (GÚZMAN, 2011, *apud* MOESCH, 2002).

O Ministério do Turismo, em parceria com outras instituições governamentais e não governamentais, criou e formatou o projeto *Tour* da Experiência, defendendo que a

Economia de Experiência dar ênfase às peculiaridades de cada lugar, como a cultura, as lendas e os mitos, bem como os aspectos subjetivos que envolvem determinadas técnicas. Um exemplo é a magia que pode envolver uma receita culinária ou a confecção de um artesanato. Por estarem vinculados às raízes históricas culturais daquela localidade, tornam-se únicos, difíceis de serem imitados e copiados. A magia está em sua inserção naquele ambiente, compondo-lhe a identidade. Uma receita pode ganhar um sabor especial se for servida após o conhecimento da história de quem a criou ou a popularizou. [...] um determinado lugar, aparentemente comum, ressalta aos olhos quando se rememora um fato ou um feito surpreendente ocorrido ali (GÚZMAN 2011, *apud* TOUR DA EXPERIÊNCIA, 2010, p. 7).

Arraias, na porção sul da Serra Geral (Figura 5), uma das mais antigas cidades do Tocantins com 277 anos, originada no ciclo do Ouro, com população de origem quilombola, é a menor cidade do Brasil que tem universidade federal, a UFT Universidade Federal do Tocantins, com os cursos de graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental. Por meio desse curso os alunos da UFT de Arraias

desenvolvem vários projetos nas Serras Gerais, para estudar a região e auxiliar a desenvolver o turismo baseado nos preceitos da sustentabilidade.

A cidade conta com o Museu Histórico e Cultural de Arraias, ilustrado na Figura 15, gerido pelos alunos do curso de turismo, que proporcionam uma visita dinâmica e interativa ao museu. Eles falam sobre a história da cidade, as tradições quilombolas, as festas populares, os objetos arqueológicos, a passagem da Coluna Prestes pela cidade, mostram a sala multimídia com vídeos, entrevistas e documentários, e dão a oportunidade ao turista de montar um painel interativo com fotos e palavras que representem Arraias, além de explicar o Painel Histórico localizado na Praça Central da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios em frente ao museu.

Figura 15 – Museu Histórico e Cultural de Arraias, Serras Gerais, Tocantins.



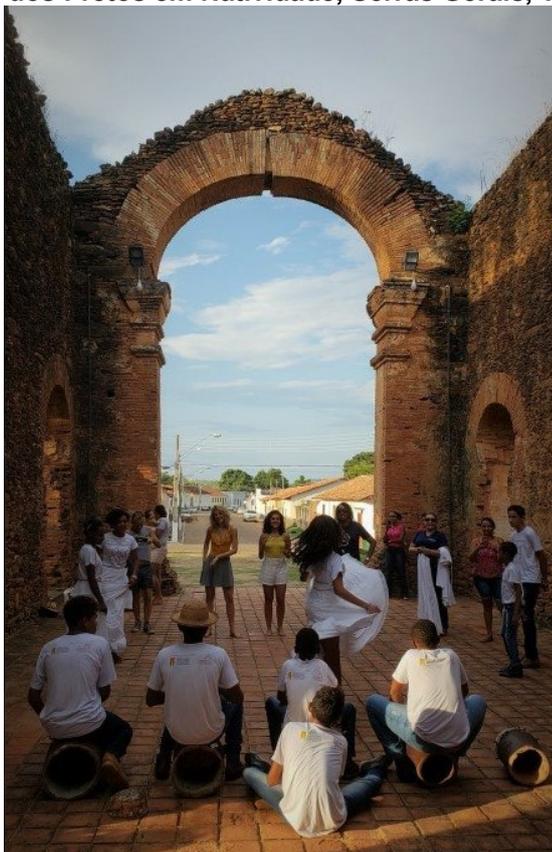
Fonte: Facebook, 2018 (<https://www.facebook.com/MuseuArraias/>).

O município também conta com rios, cachoeiras, cavernas, ruínas da casa do feitor na Chapada dos Negros, festas populares como o Entrudo e a Congada, festas religiosas como a da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios, Festas de Santos Reis, São Sebastião, danças tradicionais Suça e a Roda de São Gonçalo, artesanato com peças de argila, palha, madeira e couro e Grupo de Capoeira premiado do mestre

fumaça, gerido pela Associação Cultural Chapada dos Negros (ACCN) (GOVERNO DO TOCANTINS).

Natividade é a cidade mais antiga do Tocantins, com 288 anos, e é considerada o berço histórico do Tocantins. Sua arquitetura colonial tem cerca de 250 casarões tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (GURGEL/ MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017). O município tem formação no ciclo do ouro e nele há comunidades quilombolas remanescentes e suas manifestações culturais, como o grupo Catireiros de Natividade e o Grupo de Dança Mãe Ana, que realiza apresentações para os turistas da tradicional dança Suça (PREFEITURA DE NATIVIDADE). A cidade oferece opções de oficinas com o apoio da Associação Comunitária Cultural de Natividade (ASCCUNA), para confecção de joias artesanais em ouro e prata e visita à fábrica dos famosos biscoitos tradicionais, a Amor Perfeito. A cidade também possui muitas belezas naturais, cachoeiras, cavernas e rios. Em 2018, foi cenário para a série da Netflix “O Escolhido” estrelada por Paloma Bernardi, conforme ilustrado na Figura 16.

Figura 16 – Elenco de *O Escolhido* e Grupo de Suça Tia Benvinda nas Ruínas da Igreja Nossa Senhora dos Pretos em Natividade, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Orla Notícias, 2018. Foto: Simone Camelo.

Em Natividade reside Dona Romana, que é uma senhora curandeira, vidente, raizeira, “artista popular afrodescendente”. Ela foi inspiração para a personagem Mercedes, da novela *O outro lado do paraíso*, da Rede Globo, interpretada pela atriz Fernanda Montenegro. Em seu quintal, esculpiu centenas de grandiosas esculturas (algumas delas alcançam 8 metros de altura, feitas com “pedra, cimento e areia, e decoradas com cacos de espelho”), desenhos e pinturas murais inspirados por visões sobrenaturais, como ilustra a Figura 17.

O local apresenta elementos de catolicismo misturados com espiritualistas e místicos. Assim, “sua iconografia inclui seres mitológicos, animais, cruzes, arqueiros, anjos, guardiães, murais com inscrições indecifráveis e ‘antenas’, esculturas aéreas de arame que servem de conexão com outros mundos que relata ter visitado” (REIS, 2008, p. 6).

Figura 17 – Casa da Dona Romana, Natividade, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2018.

Dona Romana também tem um galpão onde guarda alimentos não perecíveis, água, livros, remédios naturais, óleos de animais e roupas doadas, que, conformou relatou, está guardando para o levantar da terra. Haverá então grande tribulação e fome e ela receberá pessoas vindas de toda a parte e lhes ajudará com os

mantimentos guardados nesse galpão, conforme mostra a Figura 18. Ela já recebeu em sua casa centenas de pessoas de diversas partes do Brasil e até de outros países, que praticam o turismo religioso e vêm em busca de uma conexão com o sagrado.

Figura 18 – Galpão para o levantar da terra, Natividade, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2018.

A cidade de Taguatinga fica a 23km do Rio Azuis, tem 15.051 habitantes (IBGE) e é muito importante para a comunidade do Azuis, que utiliza seus serviços bancários, seus comércios e recebe a visitação dos moradores do município vizinho.

Taguatinga compõe o roteiro turístico da região, com atrativos como a Cachoeira do Registro (ilustrada na Figura 19), balneário Praia Bela, Trilha dos Totens da Serra Geral, Rio Abreu e a Gruta dos Caldeirões, conforme Figura 20, caverna que foi locação para o filme premiado *Coração dos Deuses* (BRASIL, 2005).

Figura 19 – Cachoeira do Registro, Taguatinga, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2016.

Figura 20 – Gruta dos Caldeirões, Taguatinga, Serras Gerais, Tocantins.



Fonte: Trilhando Montanhas. Foto: William Ricardo de Almeida Oliveira, 2018.

A cidade de Taguatinga tem a tradicional Cavalcada, considerada uma importante manifestação cultural e religiosa e um patrimônio imaterial do Tocantins, segundo a Fundação Cultural do Estado do Tocantins (O GIRASSOL, 2010). De acordo com a ACATA – Associação das Cavalcadas de Taguatinga, o evento, que começou em 1937, consiste em uma simulação da luta entre doze cavaleiros Cristãos (azul) e doze cavaleiros Mouros (vermelhos), simbolizando a vitória do Cristianismo na Europa sobre o Islamismo dos Árabes na Idade Média, como ilustra a Figura 21. O evento tradicional também acontece em outras cidades do Brasil, como Pirenópolis. Em Taguatinga, ocorre, anualmente, sempre nos dias 13 e 14 do mês de agosto, durante os festejos de Nossa Senhora D'Abadia, que se iniciam no dia 7 e finalizam no dia 15 de agosto (SANTOS, 2016).

Figura 21 – Cavalcadas, Taguatinga, Serras Gerais, Tocantins.



Foto: Uilton Brandão Maia. Fonte: G1 Tocantins, 2017.

Outras cidades vizinhas a Aurora do Tocantins, também pertencentes à região turística Serras Gerais, são Combinado e Lavandeira, cujos moradores são frequentadores dos Azuis. Esses municípios possuem cavernas, rios, balneários e muitos outros atrativos turísticos.

Lavandeira tem uma grande integração turística com a cidade de Aurora do Tocantins, pois muitos dos seus principais atrativos turísticos têm como única via de acesso Aurora do Tocantins. Esse é o caso da Prainha do Pequizeiro, ilustrada na Figura 22, Praia Recanto do Puçá, Poço Azul, representado na Figura 23, Cachoeira da Hidro, Cachoeira do Bartolomeu, circuito de cachoeiras Banhos do Bacupari (Cachoeira das Andorinhas, conforme fotos da Figura 24, Cachoeira do Angico e

Cachoeira do Regado), Divisa Goiás-Tocantins (rio Mosquito), entre outros. Existe um planejamento para se construir uma ponte que dê acesso aos atrativos turísticos por Lavandeira também, mas não há perspectiva de quando isso será realizado pelo poder público.

Figura 22 – Prainha do Pequizeiro, Lavandeira, Serras Gerais, Tocantins.



Foto: Sérgio Selke, 2018.

Figura 23 – Poço Azul, Lavandeira, Serras Gerais, Tocantins.



Foto: Sérgio Selke, 2018.

Figura 24 – Cachoeira das Andorinhas, Lavandeira, Serras Gerais, Tocantins.



Foto: João Batista, 2019. Fonte: Acervo pessoal

2.3 AURORA DO TOCANTINS

Aurora do Tocantins, representada na Figura 25, está localizada na Mesorregião Oriental do Tocantins, sudeste do estado, nos contrafortes da Serra Geral, como ilustrado na Figura 26 (TOCANTINS, 2017, p. 8). A cidade de Aurora do Tocantins tem 3.446 habitantes, com densidade demográfica de 4,58 hab/km², assim como o estado do Tocantins, que também possui baixa densidade demográfica de 4,98 hab/km² (IBGE, 2010).

Figura 25 – Aurora do Tocantins, Serras Gerais, Tocantins.



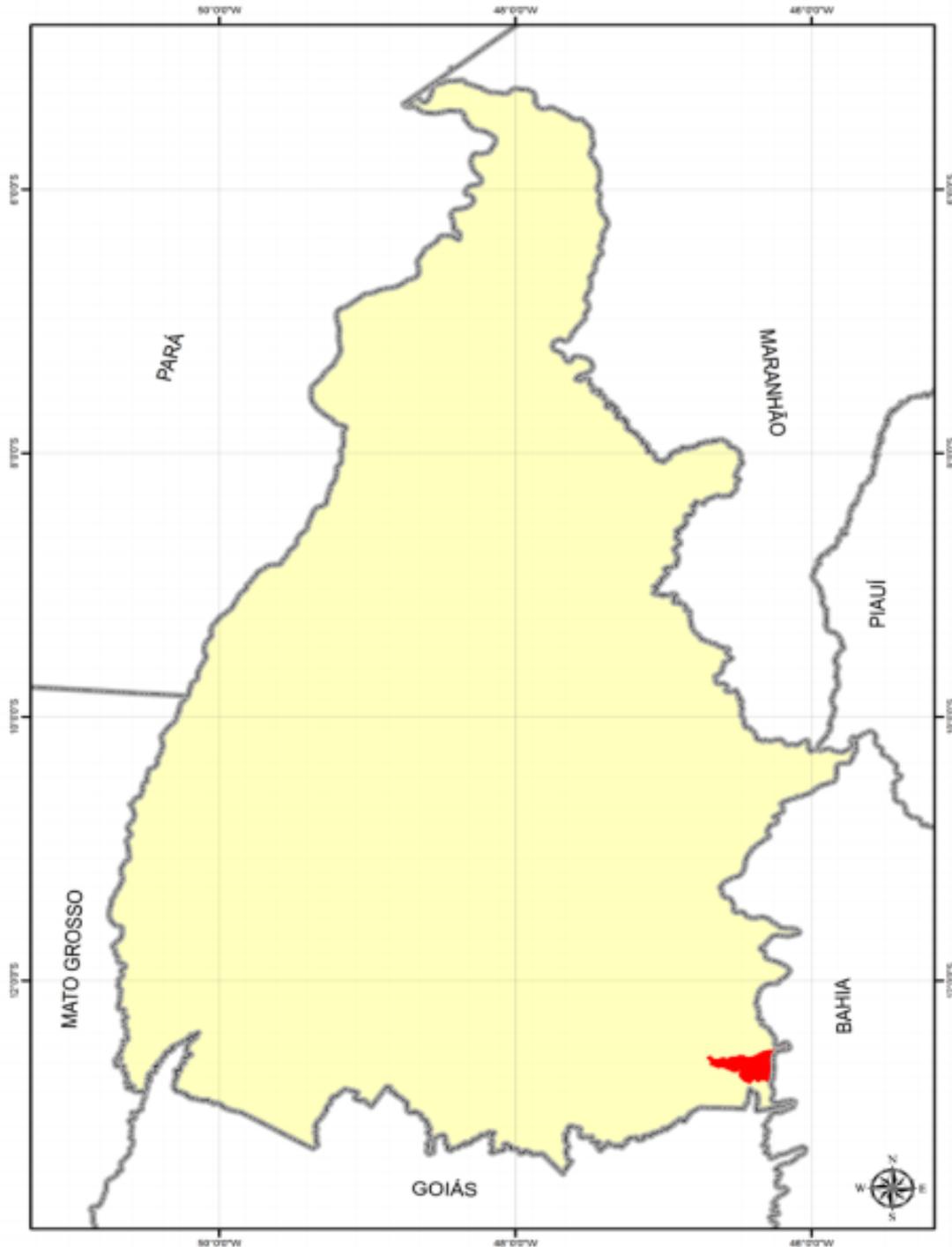
Fonte: SEBRAE, 2013.

A cidade de Aurora do Tocantins é de baixo dinamismo econômico, com renda média de 1,4 salários mínimos e população ocupada de apenas 5,6%. Sua principal atividade é a produção pecuária e agrícola (IBGE, 2018).

Aurora do Tocantins “é a única cidade tocantinense onde o sol nasce mais tarde”, cercada por serras e cavernas, de formações rochosas de calcário dolomítico e calcítico (MARCELINO). Essas elevações fazem com que o sol nasça mais tarde, originando assim o nome da cidade. Tais características proporcionam uma luminosidade especial e uma paisagem cênica impressionante ao amanhecer e no pôr do sol, ilustrado na Figura 27.

Ela recebe esse nome devido às serras a leste da cidade, que fazem com que o sol da manhã apareça mais tarde. O complemento “do Tocantins”, no nome do Município, foi adotado para diferenciá-lo do Município de Aurora, no estado de Ceará, que já existia, na data de sua criação (IBGE, 2017 *apud* LOPES, 2018, p. 22).

Figura 26 – Localização geográfica de Aurora do Tocantins.



Fonte: Diretoria de Pesquisa e Informações Estatísticas. Base de Dados Geográficos do Tocantins - atualização 2012. Palmas, SEPLAN/DPIE, janeiro/2012. CD-ROM (Atualização de arquivos em escala 1: 1.000.000 da Base de Dados Geográficos do Tocantins). Organizado por Rodrigo Sabino Teixeira Borges e Paulo Augusto Barros de Sousa. SISTEMA DE REFERÊNCIA: SAD-69 | PROJEÇÃO POLICÔNICA. Meridiano Referência: 54° W. Gr. | Paralelo de Referência: 0° (apud Alves e Morais, 2017).

Figura 27 – Crepúsculo em Aurora do Tocantins.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2015.

O Rio Azuis, ilustrado na Figura 28, é o atrativo mais conhecido e visitado de Aurora do Tocantins. Entretanto, Aurora do Tocantins tem muitos outros atrativos turísticos e vem despontando como um destino de turismo de natureza e ecoturismo da região Serras Gerais do Tocantins, mediante a divulgação de mídias virtuais de *marketing*, a criação de agências locais e os incentivos do SEBRAE:

Em meio ao largo planalto central e o ensolarado cerrado que avança de Goiás para o estado de Tocantins, uma singular joia da natureza, e que guarda uma encantadora particularidade, surge como um pequeno oásis: Azuis. [...] Com menos de 200 passos é possível, então, percorrer toda a sua margem – ladeada por verdes e serradas matas de galeria (SEBRAE, 2014, p. 62).

Figura 28 – Rio Azuis visto de cima, Aurora do Tocantins.



Fonte: Raízes do Mundo, 2019.

Aurora do Tocantins apresenta extraordinário potencial turístico e espeleológico, com mais de 200 cavernas catalogadas (Sociedade Brasileira de Espeleologia - SBE). Em algumas delas, como na Gruta do Urso e na Gruta dos Mouras, foram encontrados registros rupestres e ossos de animais da megafauna, a exemplo de um tatu de 2,5 metros. Na cidade, existem cavernas com grande beleza cênica e formações rochosas exuberantes, repletas de estalactites, a exemplo da Gruta do Sabiá, representada na Figura 29. A cidade conta com o Centro de Estudos de Espeleologia Dolina, que realiza estudos em parceria com as universidades UnB e UFT, e age na preservação das cavernas da cidade.

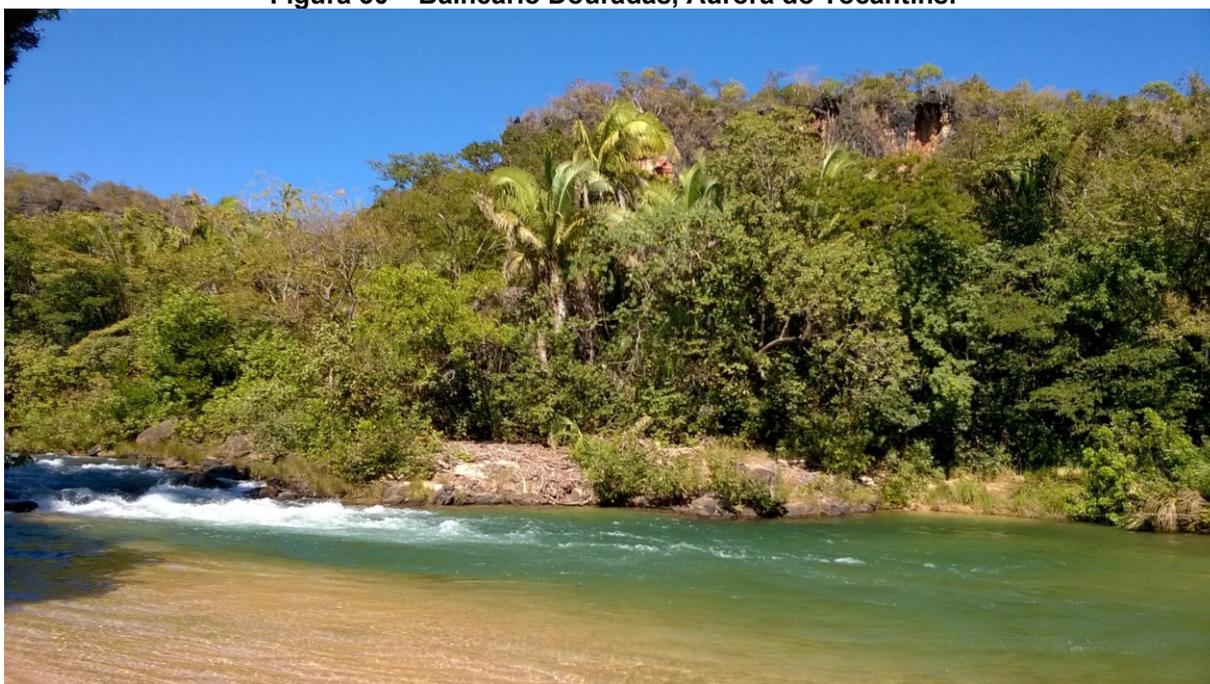
Figura 29 – Gruta do Sabiá, Aurora do Tocantins.



Fonte: BISELLI, 2011.

Entre alguns atrativos turísticos da cidade, de acordo com a Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins, está o Balneário Douradas, ilustrado na Figura 30. O balneário é constituído por um rio administrado pela prefeitura, localizado a 12 km do centro de Aurora, com infraestrutura de banheiros, duchas, “área de alimentação, quadra de vôlei, quadra de futebol de areia, lixeiras, iluminação, quiosques, churrasqueira e rampa” de acessibilidade para atender pessoas com dificuldade de locomoção (LOPES, 2019, p. 27).

Figura 30 – Balneário Douradas, Aurora do Tocantins.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2016.

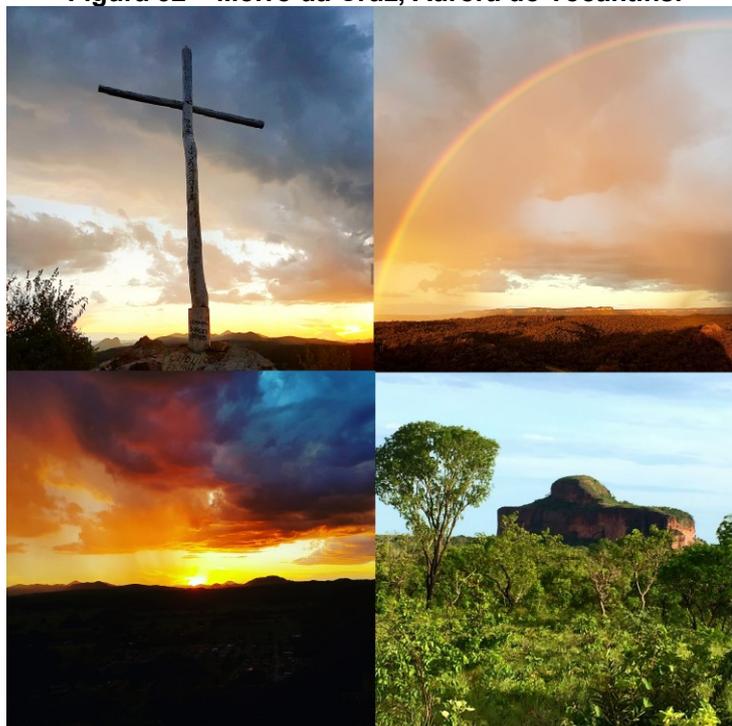
Outros atrativos turísticos na cidade de Aurora do Tocantins são a Cachoeira do Sombra, ilustrada na Figura 31, que possui uma trilha de 800 metros e é formada pelo Rio Sombra; o Morro da Cruz. Ali se pode apreciar, de forma ampla, a paisagem da cidade e uma bela vista do pôr do sol, representado na Figura 32. Também se podem avistar: o Balneário da Torre, local com rio, restaurante e pousada; a Cidade dos Totens, que é um Banco de Areia formado pelas areias que surgem da erosão dos paredões de arenito ao lado da Serra Geral, na divisa entre Tocantins e Bahia, apresentado na Figura 33; o Escorrega, corredeira que, em cima das pedras lisas em declive, forma uma espécie de escorregador, conforme ilustrado na Figura 34. Ele fica a 9 km de Aurora, O escorrega tem diversos poços de água cristalina onde se pode tomar banho. Um desses poços está representado na Figura 35.

Figura 31 – Cachoeira do Sombra, Aurora do Tocantins.



Fonte: Lincoln Valadares Saraiva, 2018.

Figura 32 – Morro da Cruz, Aurora do Tocantins.



Fonte: Tarcisio Rozendo e Patrícia Santanna.

Figura 33 – Cidade dos Totens, Aurora do Tocantins.



Fonte: Leve na Viagem, 2018. Foto: João Guilherme de Carvalho.

Figura 34 – Poço Escorrega, Aurora do Tocantins.



Fonte: Leve na viagem, 2018.

Figura 35 – Poço Escorrega, Aurora do Tocantins.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Aurora do Tocantins possui uma biodiversidade extraordinária com a ocorrência de espécies endêmicas, a exemplo da ave Tiriba-do-Paraná, representada na Figura 36, ameaçada de extinção. Localmente, a Tiriba-do-Paraná também é conhecida como “ciganinha, barreirinha, chiriri e periquito-do-morro”. Ela só é encontrada na região de Aurora e “depende de um habitat específico, as matas secas associadas aos inúmeros afloramentos de calcário que existem na região.”²

² A Tiriba-do-paraná, conhecida no meio científico como Tiriba-de-primer, é uma ave pertencente à família Psittacidae que engloba as araras, periquitos, maracanãs, papagaios, dentre outros. Está ave é endêmica do Vale do Paranã (bacia do Rio Paranã), extremo sudeste do Tocantins e nordeste do Estado do Goiás, não sendo encontrada em nenhuma outra parte do mundo” (MARCELINO, 2018). Para acompanhar as notícias referentes à preservação dessa bela ave existe uma página no facebook chamada Projeto Tiriba-do-Paraná.

Figura 36 – Tiriba-do-Paraná, Aurora do Tocantins.



Fonte: Página no Facebook Projeto Tiriba-do-Paraná, 2013
(<https://www.facebook.com/tiribadoparana/>)

2.4 RIO AZUIS

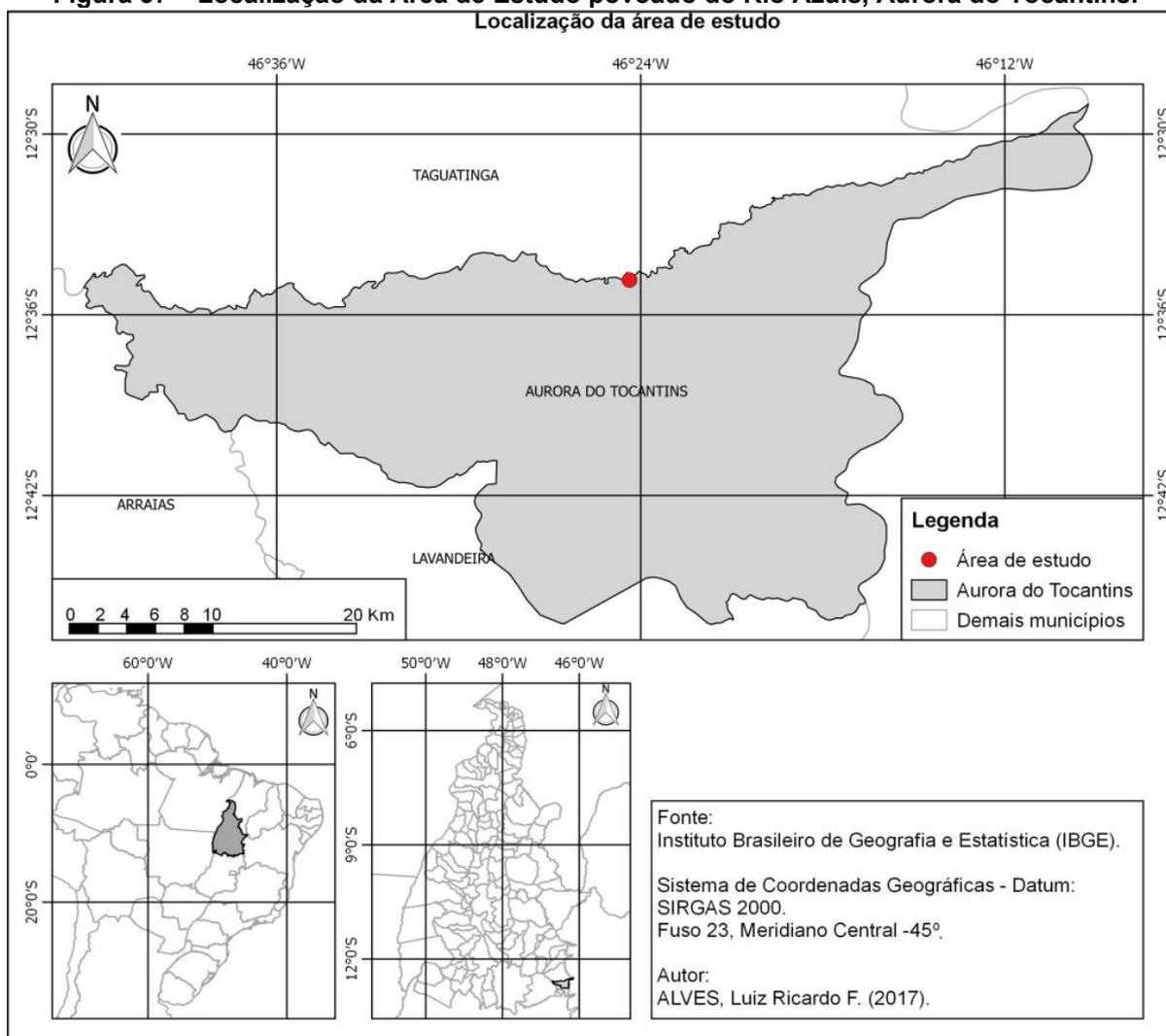
2.4.1 Caracterização da área de estudo

O Rio Azuis localiza-se próximo ao limite intermunicipal entre a cidade de Aurora do Tocantins, que fica a 21 quilômetros de distância do povoado do Rio Azuis, e Taguatinga, a 23 quilômetros do Rio Azuis, conforme representa a Figura 37.

De acordo com Alves (2018), o Rio Azuis está inserido em uma área cuja adjacência é destacada como a de “maior importância espeleológica do estado do Tocantins”. O Rio Azuis é uma surgência cárstica, que são territórios de grande relevância por sua biodiversidade e propensão a ter cavernas, vestígios paleoambientais, paleoclimático, minérios, riqueza hídrica, é, pois, um importante patrimônio natural do Tocantins. Esse tipo de ambiente natural apresenta maior fragilidade comparado a outros ambientes, necessitando de medidas de cuidado e proteção a fim de preservá-lo. Alves (2018, p. 14) destaca a relevância do estudo das

redondezas do Rio Azuis por sua vulnerabilidade e por serem submetidas a “distúrbios antrópicos”. Algumas das principais atividades que degradam áreas cársticas são: “ocupação das cavernas, desflorestamento, uso agrícola, exploração de água, mineração, urbanização, atividades militares, turismo e recreação” (WILLIAMS, 1993, *apud* HARDT, 2008, p. 1303)

Figura 37 – Localização da Área de Estudo povoado do Rio Azuis, Aurora do Tocantins.



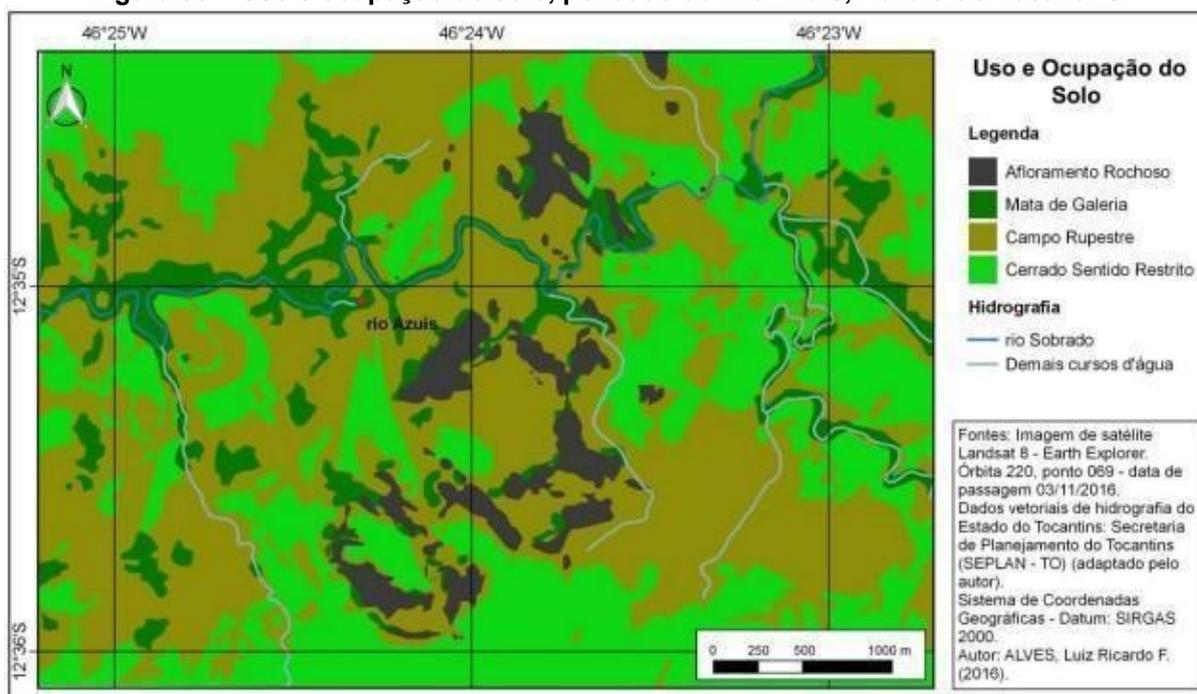
Fonte: ALVES; MORAIS, 2017.

A preservação desses ambientes e dos recursos hídricos brasileiros deve ser feita por meio de ações públicas e privadas, a fim de elaborar estratégias para administração e conservação da natureza, controle de poluição ambiental, planejamento territorial, gestão integrada e o uso sustentável de recursos naturais (ALVES, 2018, p. 14; TRAVASSOS, 2010, p. 7). A proteção dos recursos hídricos no Brasil possui diversas normas que retratam a evolução do pensamento ambiental, econômico, legal e político da sociedade. Dessa forma, para Philippi Jr., Bruna e Silveira (2005), a trajetória das políticas públicas ambientais nacionais passam

necessariamente por quatro grandes abordagens: administração dos recursos naturais, controle de poluição ambiental, planejamento territorial e gestão integrada de recursos.

O Rio Azuis está inserido em uma área de preservação permanente (APP) (MACELINO, 2014) e possui vazão de 1,828 m³ por segundo, de acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). O Rio Azuis encontra-se com o Rio Sobrado, conforme Figura 38, que ilustra também o uso e a ocupação do solo.

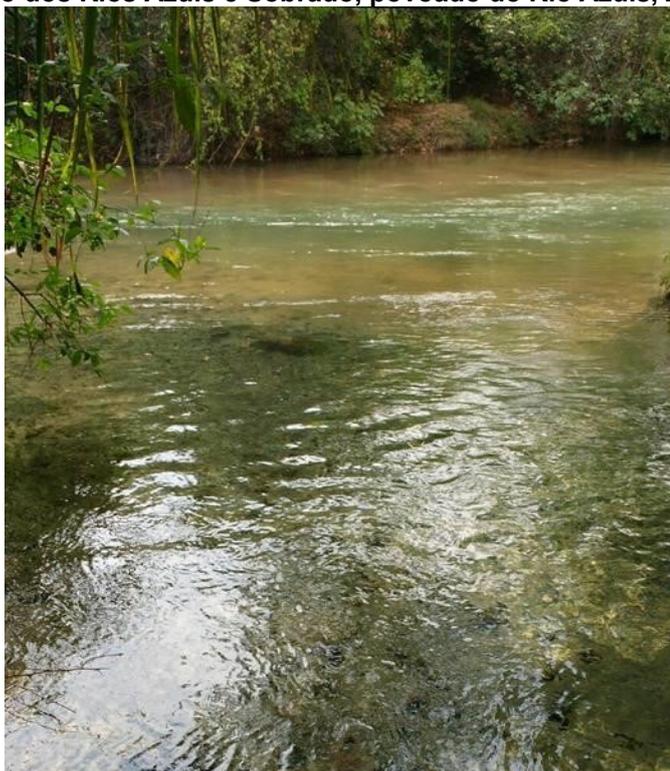
Figura 38 – Uso e ocupação do solo, povoado do Rio Azuis, Aurora do Tocantins.



Fonte: ALVES; MORAIS, 2017.

O Rio Sobrado é importante na dinâmica da comunidade, que o utiliza para o abastecimento de água das residências e estabelecimentos comerciais, e tem vazão na bacia do Rio Palma. Quando chove, a água do Rio Azuis não fica turva, suas águas não se misturam com as do Rio Sobrado. Nessa época, o Rio Azuis represa as águas da chuva e fica mais fundo até que cesse a pluviosidade. No Encontro dos Rios, é possível sentir a diferença térmica e perceber a distinção de cor entre o Rio Sobrado e o Rio Azuis, conforme a Figura 39.

Figura 39 – Encontro dos Rios Azuis e Sobrado, povoado do Rio Azuis, Aurora do Tocantins.



Fonte: OURIQUE, 2016.

No decorrer da coleta de dados, surgiu uma dúvida a partir da divergência entre várias fontes: o Rio Azuis é o menor rio do Brasil, da América Latina ou do mundo?

Como já foi dito, o Rio Azuis é considerado o menor rio do Brasil, sendo também o menor rio da América Latina, de acordo com informações obtidas no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) do Tocantins (MORAIS, 2016; MACELINO, 2014). No entanto, existem divergências de fontes acadêmicas quanto à extensão do Rio Azuis e quanto a ser o menor rio do mundo de acordo com um suposto título do *Guinness Book*.

Quanto ao comprimento exato do pequeno rio, é referido como tendo 137 metros de extensão pelos geógrafos (2013) e Alves (2018). Outros autores citam 147 metros de extensão (SOIBELZON, AVILLA, 2011; LOPES, 2019). No site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins (SEMARH) do Tocantins (MORAIS, 2016), consta que o Rio Azuis tem 143 metros de extensão. Em entrevista, o Secretário de Turismo de Aurora do Tocantins, Wagner Moura, informou que técnicos irão, em breve, no Rio Azuis para medir a extensão do rio.

Diversos autores destacam que o Rio Azuis é entendido pela população regional como menor rio do Brasil (MORAIS, 2013, ALVES, 2018; LOPES, 2019). Conforme informações obtidas por meio de entrevista com os moradores, o Rio Azuis

já foi considerado o menor rio do mundo. Quando questionados sobre quem havia dito que o Rio Azuis é o menor rio do mundo, relataram: “Foi o *Guinness Book* que falou”³. Perguntou-se ainda quem tinha dito que saiu no *Guinness Book*. Responderam: “na época eu lembro que saiu na revista *Veja*. [...] Eu nem sabia o que era *Guinness Book*. É o menor rio do mundo, né? Hoje não, hoje já tem dois menores. Mas nada cientificamente concretizado, nada registrado. Só fala, mas ninguém fala... não tem foto, não sabe aonde, diz que é no *[sic]* Estados Unidos”⁴. Moradores relatam que técnicos mediram e constataram que o rio tinha 147 metros e, posteriormente, disseram que o rio era o menor rio do mundo, segundo o *Guinness Book*.

O *site* AF Notícias (2016) e o Portal de Turismo do Estado do Tocantins, *site* oficial do governo do Tocantins, ainda apontam o Rio Azuis como menor rio do mundo. Essa curiosidade quanto ao tamanho do Rio Azuis atraiu turistas, e por alguns anos o Rio Azuis ficou conhecido como “o menor rio do mundo”. Desde quando a família da autora foi morar no povoado do Rio Azuis em 2017, já havia esse boato. Muitos *sites* ainda colocam a informação de que o *Guinness Book of Records* já reconheceu o Rio Azuis como o menor rio do mundo, porém essa informação não foi confirmada pela autora.

O *Guinness Book of Records* reconheceu o Rio *Roe*, com aproximadamente 61 metros de comprimento, localizado nos arredores da cidade de *Great Falls*, no estado de Montana, Estados Unidos da América (EUA), como o menor rio do mundo. O reconhecimento foi resultado de uma campanha dos estudantes da *Lincoln Elementary School*, de *Great Falls*. Anteriormente, o título do *Guinness* de menor rio do mundo pertencia ao Rio *D*, que possui aproximadamente 134 metros e localiza-se na cidade de *Lincoln City*, no estado de Oregon, também nos EUA. O Rio *D* que tinha o título desde o ano de 1940 perdeu esse título em 1987 para o Rio *Roe* (JENNINGS, 2012; MONTANA.GOV; MADE IN MONTANA).

Segundo Jennings (2012), os dois rios tiveram disputa polêmica que durou décadas e foi noticiada até no famoso programa de TV dos EUA *The Tonight Show*. A câmara de comércio da cidade de *Lincoln* afirmava que o Rio *Roe*, riacho que liga o *Giant Springs* ao Rio Missouri, era artificial e consistia em uma vala de drenagem

³ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 1. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁴ Idem.

pesquisada para um projeto escolar. A cidade de *Lincoln* pesquisou novamente o comprimento do Rio D e anunciou que mede 134 metros durante a maré baixa, e que na maré alta, o rio tinha aproximadamente 36 metros, ademais era oficialmente um estuário. Membros da comunidade de *Great Falls* afirmaram que o Rio D era apenas uma reserva de água do oceano, e que o Rio Roe tem uma bifurcação com apenas 9,1 metros de comprimento, e solicitaram o início de uma nova pesquisa.

Após essa disputa, o *Guinness Book of Records* retirou a categoria de rio mais curto (*Shortest River*) do livro em 2006 (JENNINGS, 2012). Ambos os rios ainda utilizam a curiosidade quanto ao tamanho do rio como atrativo turístico.

O Rio Reprua, localizado no distrito de Gagra, Abkhásia, na Geórgia, tem aproximadamente 27 metros de comprimento (o comprimento da nascente é de 18 metros, e sua largura, dependendo da época do ano, é de 20 metros à 40 metros). É possivelmente um dos menores rios do mundo, segundo informações do *site* da Câmara do Comércio e Indústria da República de Abkhásia (TPPRA, 2014).

Também existe uma dúvida se o Rio Azuis é uma nascente ou surgência cárstica. Os geógrafos Alves e Moraes, em seu trabalho *Análise do uso e ocupação do solo no entorno do Rio Azuis* (2017), classificaram o Azuis como uma surgência cárstica. Por meio de entrevistas, o professor adjunto da UFT Fernando Moraes explicou que o Rio Azuis se trata “de uma surgência cárstica, visto que até o presente, não se tem informações de conexões com nenhuma das drenagens à montante (parte de cima do relevo)”; “nós andamos por toda a região. Não encontramos nenhum sumidouro específico que pudesse ser relacionado ao Azuis. Assim, continuo convicto que, na ausência de conhecimento sobre a recarga dos Azuis, devemos chamá-lo sim, de surgência.” (MORAIS, 2019).

O espeleólogo e professor doutor Luiz Afonso de Vaz Figueiredo relatou que acredita que o Rio Azuis é uma ressurgência cárstica. Ele tem a percepção de “que pode haver um desvio do Sobrado, ou algo assim, que, junto com a precipitação local e a presença de cavidades, poderia acumular aquela água que sai dos Azuis”⁵. Quando se olha por satélite, existem bacias hidrográficas na parte superior, contornando o maciço. O Rio Azuis está contornado por montanhas e é situado em

⁵ Figueiredo, Luiz Afonso Vaz. Entrevista online. [junho de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Brasília, 2019.

uma planície interna. O Rio Azuis apresenta característica semelhante a “*polje*”⁶, o que pode explicar parte do “processo de drenagem e dissolução cárstica”.

Essas informações são tidas com base em observações e hipóteses. Mas constatou-se, por meio de pesquisas geológicas, que Aurora do Tocantins está inserida em um espaço geográfico com essas características. O professor Luiz Afonso de Vaz Figueiredo destacou que é preciso um estudo específico, mediante um geólogo especialista, a fim de comprovar esses dados.

Quanto à diferença de surgência cárstica e nascente, e a hipótese do que seria o Rio Azuis, na visão do autor Luís Ricardo Alves Figueiredo, a resposta, na linguagem mais simples possível é:

Quando eu realizei o estudo aí, não se tinha ainda estudos que comprovassem a sua origem. Quando a gente fala nascente é onde o rio nasce, só que o Rio Azuis ele não é uma nascente. Ele não nasce aí. Ele veio de algum lugar, então nesse caso ele é uma surgência. O que seria uma surgência? É quando você consegue detectar onde o rio aparece, mas não de onde ele veio. Futuramente, se tiver realizado um estudo que comprove a origem do Rio Azuis, aí vai ver. Ah, se ele origina aí mesmo, aí ele é uma nascente. Agora se a origem dele é de outro lugar aí ele vai ser uma ressurgência. Só que como não se sabe a origem, ele é uma surgência [...]. E outra, como ele está situado em uma região cárstica; o que seria área cárstica? É local que tem presença de rochas carbonáticas, né. Tanto é que o motivo do Azuis ter essa coloração azul mais claro, é justamente pelo processo de dissolução das rochas que vão contribuir na coloração do rio. Ah, o Azuis tá [*sic*] situado aí numa surgência cárstica, numa área cárstica, num relevo cárstico. São rochas carbonáticas, que predominam principalmente na porção sudeste do Tocantins⁷.

Contudo, qualquer que seja o fenômeno cárstico que ocasione o volume impressionante da água límpida que sai, em todas as épocas do ano, sem que o rio fique turvo no período das chuvas, a preservação desse importante patrimônio natural do Tocantins é primordial para que o Rio Azuis resista até as próximas gerações.

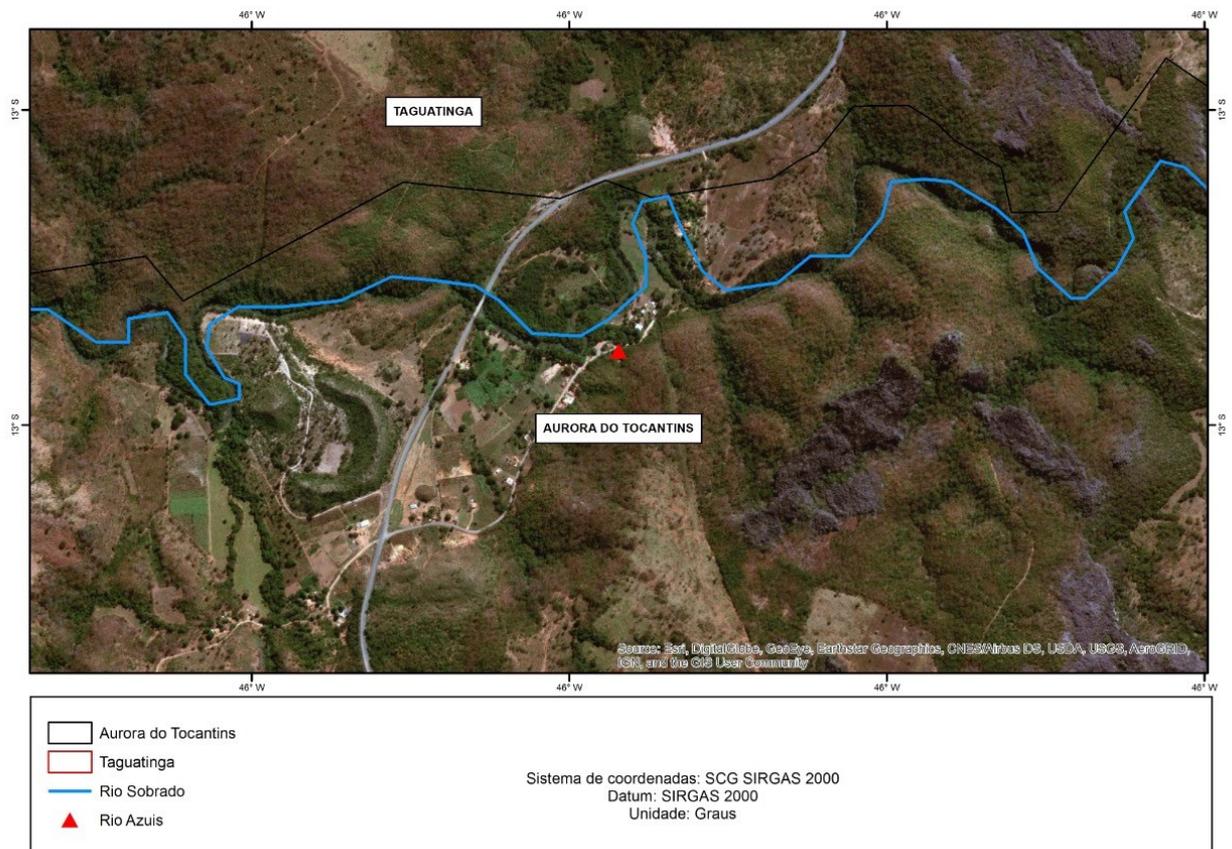
Durante esta pesquisa, o Rio Azuis é comumente referido pela comunidade local subdividindo-o entre “nascente” e “parte de baixo do rio”. A Figura 40 apresenta o croqui da localidade citando onde ficam a nascente e a parte de baixo do Rio Azuis.

⁶ Polje significa que em regiões de relevo cárstico (rico em rochas calcárias) em que existe uma ampla depressão (achatamento, cavidade pouco profunda) fechada, de fundo chato e possui vertentes que apresentam declives bem marcados (DICIONÁRIO PRIBERAM).

⁷ FIGUEIREDO. Luís Ricardo Alves. Entrevista online. [junho de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Brasília, 2019.

Essa nomenclatura é usada devido ao contexto atual de uso turístico do rio como balneário que será descrito detalhadamente no capítulos subsequentes.

Figura 40 -- Croqui com a localização das imediações de Rio Azuis, Aurora do Tocantins, 2019.



Fonte: Google Maps, 2019. Disponível em:
https://drive.google.com/drive/folders/17rBa4d8Vml8bCQ1_ZR_1a1Grih16AOwB?usp=sharing

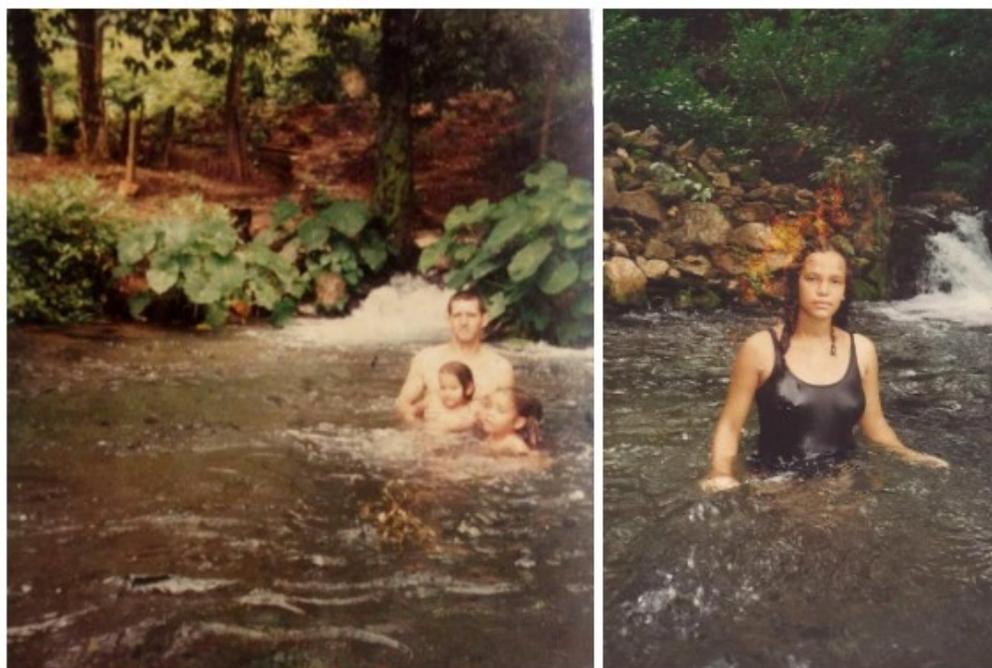
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo traz os resultados obtidos na pesquisa e a discussão, em consonância com a metodologia descrita na Introdução, no subtítulo “Métodos”.

3.1 Histórico da origem do povoado do Rio Azuis e do turismo no local

De acordo com informações obtidas por meio de entrevistas com moradores, o Rio Azuis recebeu esse nome porque surgiu de duas nascentes Azuis. “Rio Azuis porque havia duas nascentes principais azuis [...] saiam daquela pedra lá do morro e logo após uns 10 metros elas se encontravam”⁸. A Figura 41 ilustra como eram essas duas nascentes, do lado direito e do lado esquerdo do Rio Azuis, no ano de 1996.

Figura 41 – Rio Azuis, ano de 1996.



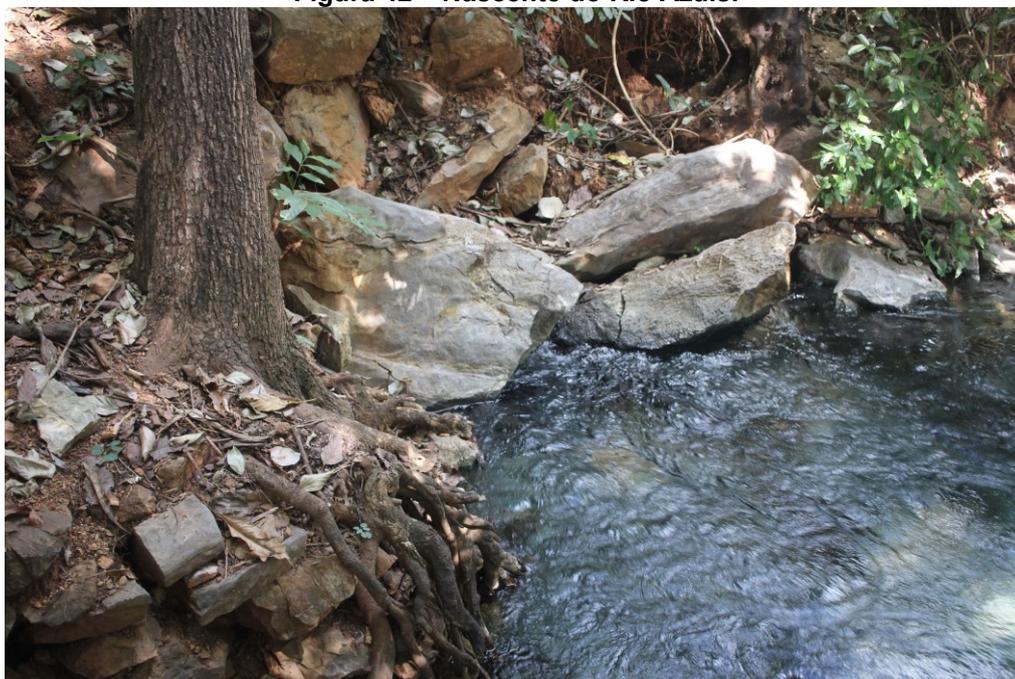
Fonte: Acervo pessoal, 1996.

Em virtude de suas límpidas águas, era possível enxergar pedras de coloração azul-esverdeada no fundo do rio, transparecendo essas cores a quem o olhava. Muitos turistas ficam confusos quanto ao nome do rio e o chamam equivocadamente de “Rios Azuis” ou “Rio Azul”. As águas correm em grande volume dessas cavidades da pedra, ocasionando um efeito de hidromassagem aos banhistas que se

⁸ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

posicionam em frente à nascente. Nos dias atuais, é visível apenas uma dessas duas nascentes, conforme a Figura 42.

Figura 42 – Nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto de João Batista, 2019.

É notório que essa surgência cárstica por onde nasce o Rio Azuis, há pouco tempo já foi mais alta, como mostra a Figura 43. Era possível colocar a cabeça dentro dessa cavidade, que parecia uma “boca de caverna”. Atualmente, essa cavidade ficou submersa, o que pode ter ocorrido por um desmoronamento dos barrancos laterais.

Figura 43 – Surgência Cárstica Rio Azuis.



Fonte: Expedição Andando por aí, 2013. Foto: Aurélio Reis, 2016.

Devido a esse efeito de hidromassagem natural provocado pela força da água corrente, à beleza da paisagem, à temperatura agradável de suas águas, houve relatos de pessoas que alcançaram tanto relaxamento e bem-estar que obtiveram melhora de enfermidades físicas e psicológicas. “Antes a água aqui era até curadora, [sic] curava muitas doenças venéreas, essas doenças de pele, o povo vinha tratar

aí⁹. Construiu-se então uma narrativa do poder de cura das águas do Rio Azuis que se espalhou por turistas de outras localidades que vieram na esperança de cura de doenças. Houve relatos de visitantes que se curaram, não se sabe se por fé, convicção, ou sintonia com os encantos da natureza. Pelo menos, pode-se dizer que desfrutaram o prazer de mergulhar nas famosas águas do Rio Azuis.

As águas do Rio Azuis são termais, já ocorreu episódios em que o rio vaporizou em uma manhã de inverno, conforme registra a Figura 44.

Figura 44 – Vaporização do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane José da Silva, 2012.

A comunidade do povoado do Rio Azuis originou-se em 1939, a partir da chegada dos irmãos Claro Gomes de Santana e Francisco Gomes de Santana, que vieram da cidade de Paratinga¹⁰, situada no agreste baiano, com suas esposas e seus 11 filhos cada. Ao chegarem, compraram a chamada fazenda Palha. O nome se deve à ocorrência de palhas de babaçu “nas margens das estradas e situadas na parte superior dos morros, que eram utilizadas para cobrir os telhados das antigas moradias” (ALVES, 2018, p. 110). Além das palhas de babaçu, era utilizado bagaço de cana acima dos telhados¹¹.

⁹ Entrevista concedida por morador, entrevista 3. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

¹⁰ Entrevista concedida por moradora, entrevista 2. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

¹¹ Informação obtida por meio de entrevista concedida por moradores, entrevista 3 e entrevista 7. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Nessa época, eles viviam de agricultura de subsistência, pecuária, mostrado na Figura 45, produção de produtos artesanais como a cachaça de alambique, farinha e rapadura, como ilustrado na Figura 46. Em entrevistas com os moradores mais antigos, houve relatos sobre essas atividades: “a gente criava muita cabra, ovelha, muito *[sic]* mesmo”; “nóis tivemos *[sic]* muita fartura aqui, graças a Deus”¹²; “aqui chovia muito mesmo. Rapadura, café, já fizemu *[sic]* muito açúcar da terra. Esse açúcar faz bem pra gente”¹³; “a economia aqui girava em torno da plantação de cana, tudo assim em família” [...] e foi migrando para o turismo¹⁴.

Figura 45 – Pecuária, povoado do Rio Azuis.



Fonte: SEBRAE, 2013.

¹² Entrevista concedida por morador, entrevista 2. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

¹³ Entrevista concedida por morador, entrevista 3. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

¹⁴ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 4. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Figura 46 – Produção de melaço de cana no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane José da Silva, 2005.

Havia uma estrada não pavimentada, representada na que passava por cima da cavidade que abriga a nascente do rio e era o único acesso que ligava a cidade de Taguatinga a Aurora do Tocantins. Segundo entrevistas, a visitação turística era composta pelas cidades circunvizinhas, parentes, amigos e pessoas que passavam pela antiga estrada. Eram vendidos a eles a cachaça do Azuis, rapadura e o tradicional “frango caipira do azuis com pirão”. Assim,

[...] o turismo aqui, ele era feito com base só na região [...] ou passantes. [...] Até porque em 1995 a internet ainda tava *[sic]* começando. [...] Como aqui era uma rodovia, passava sobre o Azuis [...] então aqui era ponto de ônibus, de caminhoneiro, então era um local que era mais assim, turismo mais regional e o turista que tá *[sic]* passando pela estrada e parava pra tomar um banho de rio e comer uma porção ou comer uma farofa¹⁵.

Posteriormente, essa estrada foi desviada a cerca de 800 metros do rio, quando a ponte quebrou e a via BR TO 110 foi desativada com a queda da ponte que ligava os dois municípios, como mostra a Figura 47.

¹⁵ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

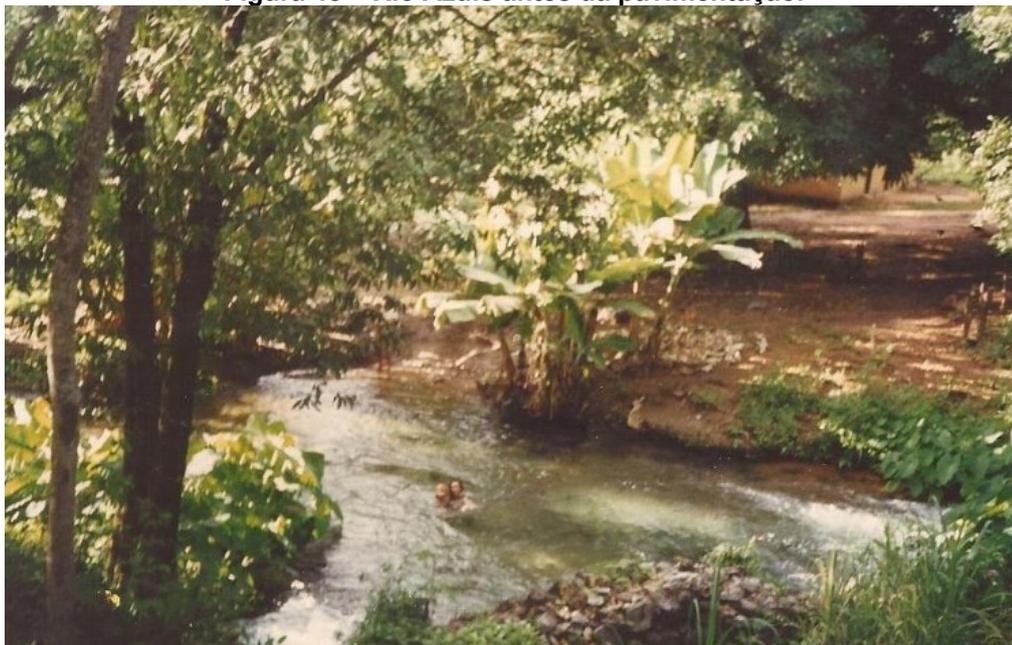
Figura 47 – Ponte quebrada, Rio Sobrado, povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2019.

Aproximadamente no ano 2000, essa via foi asfaltada, e foram feitas calçadas às margens do rio, conforme demonstra a Figura 49. É possível se comparar o Rio Azuis antes dessa obra, na Figura 48, com o Rio Azuis depois dela, na Figura 49 (MORAIS, 2018, p. 111).

Figura 48 – Rio Azuis antes da pavimentação.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane Silva, 1995.

Figura 49 – Rio Azuis depois da pavimentação.



Foto: Aurélio Reis, 2016.

Segundo entrevistas com moradores, a pavimentação da via foi uma medida bem vista pela comunidade local, pois, devido à estrada de chão e ao tráfego de veículos, havia muita poeira, o que chegou a causar problemas respiratórios em membros da comunidade. Assim registram: “ah, o poeirão era quando os oinbis [sic] corria [...] Passava bem aqui os oinbis,” [sic]¹⁶, referindo-se aos ônibus; “nóis [sic] achemo [sic] bom, a hora que fez o asfalto acabou, [sic] todo mundo gostou”¹⁷; “era poeira demais, eu mesmo já tive gripe crônica”¹⁸; nos períodos de chuva, a comunidade era acometida pelo problema da lama e buracos na estrada de chão; “era muita poeira e muita lama quando chovia”¹⁹.

¹⁶ Entrevista concedida por morador, entrevista 2. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

¹⁷ Entrevista concedida por morador, entrevista 2. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

¹⁸ Entrevista concedida por morador, entrevista 3. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

¹⁹ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 7. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Quanto às circunstâncias e impactos dessa pavimentação, um morador destacou que

a rodovia TO 110, ela passava sobre a nascente do Rio Azuis. Ela só foi mudada por volta de 2005, 2006... que ela tirou o pedaço que passava no Azuis [...] foi desviada a estrada que passava pela ponte velha, depois eles desviaram o trecho que passava pelo Azuis, já quando as leis de meio ambiente já começaram a ficar mais rígidas. Evidentemente até hoje os impactos estão... os impactos é a pavimentação da via, que ainda está pavimentada. Mas a estrada de chão dava erosão²⁰;

[...] aqui era uma BR, e eles só mudaram a pista de lugar, daqui pro lado de lá, porque a ponte caiu. Então não tinha como eles refazer [sic] essa ponte aí²¹.

Segundo relatos e entrevistas, o Rio Azuis foi represado para se fazer um balneário e ser usado turisticamente, tal como ilustrado na Figura 50, mudando o local principal e mais fundo de banho da parte de baixo do rio para a nascente. A prefeitura ajudou a fazer o represamento da nascente do Rio Azuis, as calçadas e as arquibancadas, no intuito de as pessoas se sentarem e observarem melhor o rio, bem como para barrar o assoreamento. Um morador lembra:

[...] e o pé de bananeira era do lado de fora, então ela foi assoreando, assoreando. O pé de bananeira hoje está dentro da água. [...] O assoreamento e o desmoronamento dos barrancos laterais, e, quando foi feito um represamento de pedras que sucumbiu essas nascentes. Elas ainda continuam, mas elas foram sucumbidas por águas, elas estão hoje represadas, elas continua, [sic] tá. Se [...] recuperar a mata ciliar provavelmente, essas duas nascentes, você veria ela a olho nu. Lá dá pra ver. Com óculos de mergulho você vê ela bem forte, aquela principal que você não consegue entrar e aquela da direita. Foi represado para fazer balneário e usar turisticamente²².

²⁰ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

²¹ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 7. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

²² Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Figura 50 – Represamento do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João-Batista, 2017.

Segundo entrevistas com moradores, o Rio Azuis já teve uma profundidade muito maior e, gradativamente, foi ficando mais raso: "lá no meio do rio era mais fundo, encobria três homens um em riba [sic] do outro. Agora nem um não tá mais encobrindo [...]"²³. Outra moradora destacou que o rio era mais fundo tanto no poço da nascente quanto na parte de baixo: "o rio era muito fundo, ele cobria dois ou três homens um em cima do outro. [...] Quanto em cima quanto embaixo"²⁴.

Também descreveram que suas águas apresentavam remanso: "tinha um remanso aí nos Azul [sic], a água vinha cá e voltava pra lá. A estrada passava ali na cabeceira dos Azuis de primeiro"²⁵. Quanto aos motivos de ter ficado mais raso, os moradores citaram, durante as entrevistas, diversas causas possíveis. Entre elas, a mais citada foi a redução considerável da pluviosidade e alterações de climas, que diminuiu não só o nível da água do Rio Azuis, mas também do Rio Sobrado e de todos os rios da região:

²³ Entrevista concedida por morador, entrevista 3. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

²⁴ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 7. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

²⁵ Entrevista concedida por morador, entrevista 2. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

ação do tempo, as enchentes eram constantes. Quando dava enchente, os carros não passavam. Antigamente as enchentes eram terríveis. Faz tempo que não tem mais enchentes. Fenômenos da natureza a gente não consegue explicar. Mudou inclusive o de Taguatinga, o Rio Abreu está quase seco²⁶;

era bem mais fundo, faz tempo foi arrasando, esbarrancando. Por causa das chuvas que vinham enchendo. Nesse tempo chovia muito até o rio era mais fundo. A água não mudou a cor, mas a fundura... [sic] ele foi diminuindo, não chove mais um mês direto e antigamente chovia era três, quatro meses, todo dia, Embrejava as terras. Até o brejo lá na cabeceira do rio secou²⁷.

Outra possível causa para a redução do nível de água foi a erosão, tanto antes da pavimentação, quando o solo exposto à ação das chuvas e compactado pelo movimento de pessoas e veículos levava toda a terra, pedras e resíduos para dentro do Rio Azuis, quanto depois dessa pavimentação, com as calhas construídas que levam sedimentos para dentro do rio, conforme mostra a Figura 52. Também foram citados pelos entrevistados as construções às margens do rio, a infraestrutura, o alto fluxo de pessoas, o uso inadequado do rio, e o tráfego de veículos, conforme Figura 51.

Figura 51 – Estacionamento em frente à nascente do Rio Azuis.



Fonte: SEBRAE, 2013

²⁶ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 4. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

²⁷ Entrevista concedida por morador, entrevista 9. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Figura 52 – Calhas pluviais no Rio Azuis.



Foto: João Batista, 2019. Fonte: Acervo pessoal

A Figura 53 representa a imagem da estrada que passa sobre a nascente do Rio Azuis, com o lado em que ela se localiza, o balneário da nascente do Rio Azuis, indicado por uma seta. Após se tornar uma rodovia, essa estrada foi usada como acesso à nascente do Rio Azuis e também era onde os carros estacionavam quando estavam lotados os demais espaços propícios a estacionamento.

Figura 53 – Estrada por cima da nascente do Rio Azuis.



Foto: Autora, 2012. Fonte Acervo pessoal.

Alves e Morais (2017) destacam que o desmatamento da vegetação e da mata ciliar em ambientes cársticos contribui para processos erosivos e que a supressão dessa vegetação pode causar a perda da fauna e da flora nativas. Essa agressão ao meio ambiente pode ocasionar alteração na composição da água, dificultar a infiltração dela no solo e nas raízes e contribuir para a produção de dióxido de carbono.

Foram feitas construções bem próximas ao rio, sem planejamento ambiental. Já houve alguns episódios de o Rio Azuis represar no período de alta pluviosidade e invadir casas situadas às suas margens²⁸. Gradativamente, a visitação turística foi crescendo e foram construídas mais casas e estabelecimentos comerciais às margens do Rio Azuis e Rio Sobrado, o que modificou profundamente o ambiente natural. O solo próximo ao rio foi em grande parte impermeabilizado e houve supressão da vegetação e da mata ciliar. O Rio Azuis foi represado para uso turístico, o que altera a dinâmica do curso d'água e causa danos à biodiversidade. E, ainda,

[...] segundo os entrevistados, com o passar do tempo, a paisagem no entorno do rio foi sendo alterada por interesses majoritariamente econômicos. Antes, o rio era menor e apresentava maior profundidade, sem a necessidade de construção de barramentos, com maior exuberância de vegetação. O acesso ao banho era nas proximidades da foz do rio, onde notava-se as maiores profundidades. Suas margens eram circundadas por vegetação exuberante com presença de algumas bananeiras (gênero *Musa*) e inhames (família Dioscoreaceae), que se situavam em barrancos, além da presença de vegetação em sua parte central, os quais foram retirados para alargar o rio e suprir a demanda do turismo, com o aumento da área de banho. A supressão da vegetação interfere no fluxo e na qualidade da água do carste, sendo muito importante para sua manutenção (União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, 1997). Com base no relato dos entrevistados, nota-se que a paisagem está perdendo suas características naturais e se tornando uma paisagem artificial. No local há áreas pavimentadas em volta, escadarias, pisos, coberturas e barramentos de água (MORAIS, 2018, p. 110).

3.2 Genealogia da comunidade do Rio Azuis

Atualmente, 80 anos depois do início do povoado do Rio Azuis, o território continua sendo uma comunidade familiar, com cerca de 100 moradores. Sua principal

²⁸ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 5. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

fonte econômica são atividades ligadas ao suporte turístico, agricultura de subsistência de alimentos como mandioca e cana-de-açúcar e a pecuária de pequeno porte (SEBRAE, 2014).

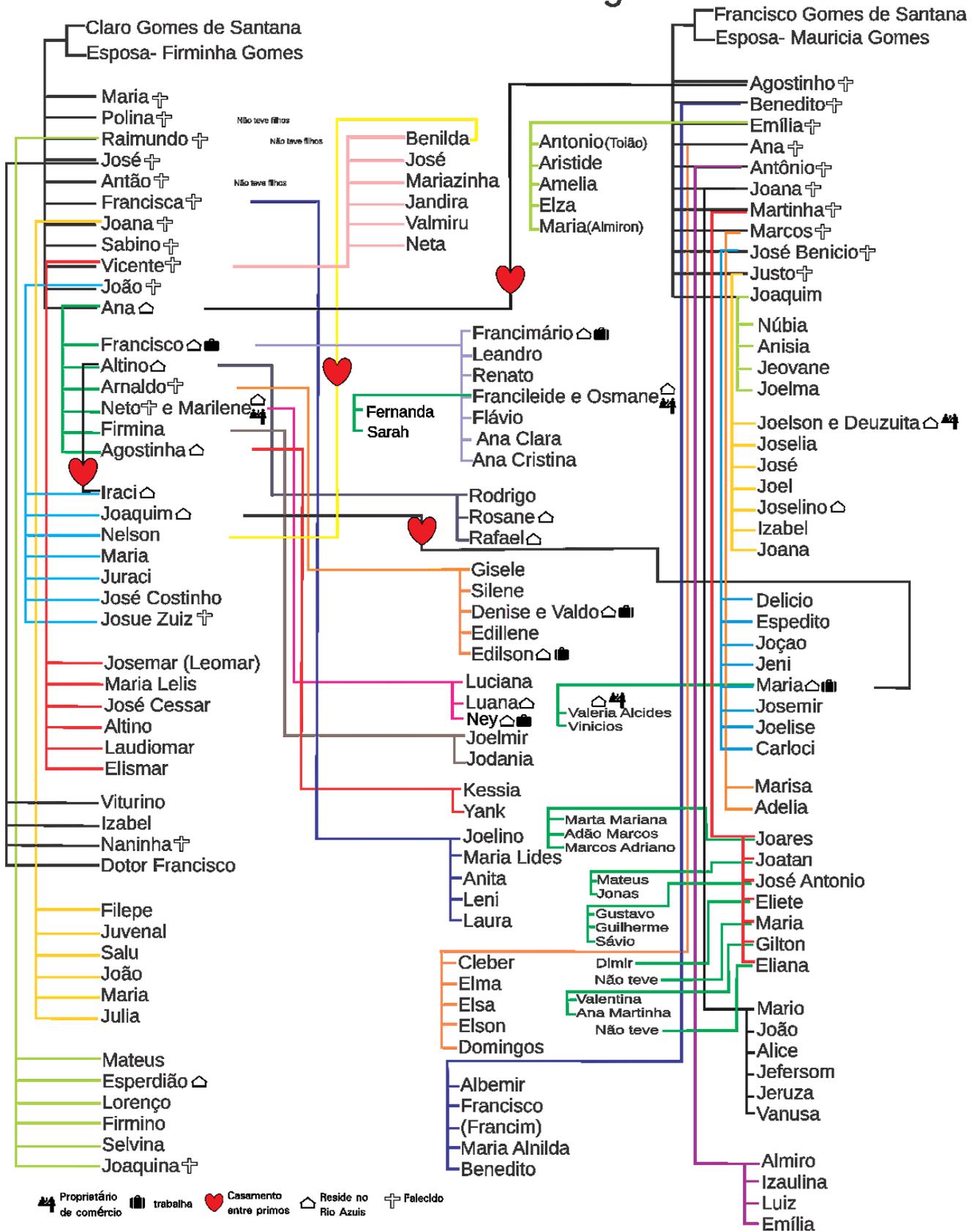
Na árvore genealógica do povoado do Rio Azuis, mostrada na Figura 54, é possível ver os descendentes de Claro e os de Francisco até a terceira geração. Foi incluída a quarta geração somente dos pais desta autora, a qual é tataraneta do fundador, Claro Gomes de Santana, bisneta de Ana, uma das moradoras mais antigas do povoado, ainda viva, que se casou com seu primo Agostinho, neta de Francisco e filha de Francileide e Osmane. Além dos familiares citados na árvore genealógica, veio também para o povoado do Rio Azuis uma prima de Claro chamada Minervina Gomes de Santana. Ela teve descendentes, dentre eles Nelson, que atualmente tem um empreendimento comercial no Rio Azuis.

A Árvore Genealógica apresentada neste trabalho foi feita por Osmane José da Silva, morador do Rio Azuis, e Ricardo Rodrigues Cardoso, designer gráfico, em 27 de maio de 2017. Osmane Silva realizou a coleta de dados por meio de entrevista oral com moradores. A Árvore Genealógica foi editada em 2019 pela autora e por Luri de Arruda Gules, padronizando os nomes, acrescentando os símbolos que indicam quem ainda mora no povoado do Rio Azuis, quem tem comércio na comunidade; quem trabalha nos comércios da comunidade a fim de auxiliar a interpretação dos indivíduos desse povoado familiar.

Como demonstra a árvore genealógica, a maior parte dos moradores se beneficiam com o turismo de forma direta e indireta. Seja empreendendo, trabalhando nos estabelecimentos comerciais ou ainda como fornecedor.

Figura 54 – Árvore genealógica do povoado do Rio Azuis.

Árvore Genealógica



Fonte: SILVA; CARDOSO. 2017²⁹.

Em conformidade com informações obtidas por meio de entrevistas com os moradores, em outubro de 2007, ninguém da comunidade tinha banheiro em casa, água encanada, máquina de lavar roupas ou carro próprio. Os moradores usavam o Rio Sobrado ou o Rio Azuis para lavar louças e roupas. Hoje a maioria das casas dispõe de banheiro e os comerciantes têm carro próprio. A prestação de serviços e a venda de produtos de suporte turístico trouxeram aumento da renda aos moradores da comunidade, de modo que

[...] o diminuto povoado de pouco mais de cem pessoas, pertencente ao município de Aurora, porta-se como guardião desse paraíso natural. Pois há até bem pouco tempo, esse belo recanto de águas transparentes era praticamente exclusivo dos moradores da localidade, divididos em apenas três famílias e vinte casas. Do tempo que sequer existia luz – a eletricidade chegou no final dos anos 1990 – restaram alguns hábitos que persistem como um traço dos que lá nasceram, como tomar banho no rio e se orientar pelas estrelas. Mas Azuis deixou de ser um ponto escondido do mapa e hoje tem atraído inúmeros turistas não somente das redondezas, mas de várias partes do estado e do Brasil (SEBRAE, 2014, p. 64).

Atualmente, a infraestrutura turística local consiste em cinco restaurantes, quatro pousadas, uma área de *camping*, um estacionamento privado e um serviço de boia *cross*, único empreendimento concedido, por meio de acordo com a Associação de Moradores e Amigos dos Azuis (AMAA), que não é de um familiar.

²⁹ Arquivo original enviado por e-mail em 21 de janeiro de 2019, editada e adaptada pela autora e por Iuri de Arruda Gules.

4 CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS SOBRE A SUSTENTABILIDADE E O TURISMO NO RIO AZUIS

A visitação ao Rio Azuis, que era sazonal, concentrada em feriados e férias, aumentou gradativamente. Segundo informações obtidas por meio de entrevistas com moradores, o fluxo de turistas teria crescido por algumas razões: divulgação favorável dos visitantes a amigos e familiares, a pavimentação da rodovia TO 110, e a utilização do *marketing* na internet³⁰. Um morador comentou sobre os possíveis motivos para o aumento da divulgação:

Eu acho que a tecnologia, internet, às vezes divulgação, um fala pro outro... E aqui também é perto de uma BR [...] A localização é boa. Às vezes a pessoa tá de passagem e fala, não, eu vou passar no Azuis.³¹ Inicialmente, a maioria dos visitantes eram das cidades vizinhas. Não havia regras claras de uso para o turismo, e o Rio Azuis era frequentemente entendido pelos visitantes locais como um “ponto turístico público”³².

A visitação turística de massa chegou no Rio Azuis antes da regulamentação da atividade turística e da adequação às leis ambientais. Devido à ausência dessa regulamentação, aconteciam inúmeros conflitos de visitantes com a comunidade local. Havia apenas algumas placas restritivas colocadas por agentes ambientais do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), como a de proibição da caça e da pesca (Figura 55) e a placa de proibido Som Automotivo (Figura 55).

O Naturatins é a autarquia ambiental do Governo do Estado do Tocantins. Entre suas responsabilidades, estão o controle, a fiscalização, o monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, o “cumprimento da legislação ambiental” com a preocupação fundamental de preservar, conservar a fauna, a flora, bem como recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo, prestação de serviços convergentes decorrente de “convênios, acordos e contratos” (NATURATINS, 2018). Desse modo,

³⁰ A página oficial no Facebook do Rio Azuis, que atualmente tem mais de 15.000 curtidas, foi criada em outubro de 2014.

³¹ Entrevista concedida por morador, entrevista 10. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

³² Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 5. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

o órgão é responsável pela gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável do Estado, pela execução de políticas públicas voltadas para a [...] conservação dos recursos naturais, promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e da utilização racional dos recursos ambientais. O Naturatins busca o seu aproveitamento de forma a assegurar sua disponibilidade para a atual e futura geração. Dentre a sua atuação, o órgão também tem a preocupação de promover ações voltadas para o bem-estar socioambiental, por meio de projetos voltados para o manejo sustentável dos recursos naturais geradores de renda familiar (NATURATINS, 2018).

Figura 55 – Placas Naturatins, Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2015.

Os moradores relataram alguns episódios de tais transtornos mostrados a seguir: carnaval em que alguém jogou uma lixeira carregada de resíduos dentro do rio durante a madrugada; mais de quatro sons automotivos ligados durante o dia ao mesmo tempo; visitantes que levavam pedras do fundo do rio, que pescavam peixes do Rio Azuis, mesmo em período de piracema³³; turistas que cortaram o rabo de iguanas, conhecidas na região por camaleões, animal nativo da fauna do Azuis (Figura 56), ou ainda mataram o animal e afirmaram ser por diversão; carros que chegavam de madrugada com som automotivo alto, e pessoas que consumiam bebidas alcoólicas às margens do Rio Azuis (principalmente nos dias em que havia

³³ Piracema consiste no período de reprodução dos peixes, em que os cardumes “nadam contra a corrente dos rios para poderem desovar” (FERRARINI; VERONESE, 2010). Em conformidade com a Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988, [...] § 4º Fica proibido pescar no período em que ocorre a piracema, de 1º de outubro a 30 de janeiro, nos cursos d’água ou em água parada ou mar territorial” (BRASIL, 1988).

festa à noite nas cidades vizinhas), despertando todos os moradores, que precisavam acordar cedo pra trabalhar no dia seguinte. Diante disso, os donos das casas tinham de ir pedir para que desligassem ou reduzissem o volume do som e, às vezes, ainda enfrentavam recusas ou discussões com os autores da perturbação³⁴.

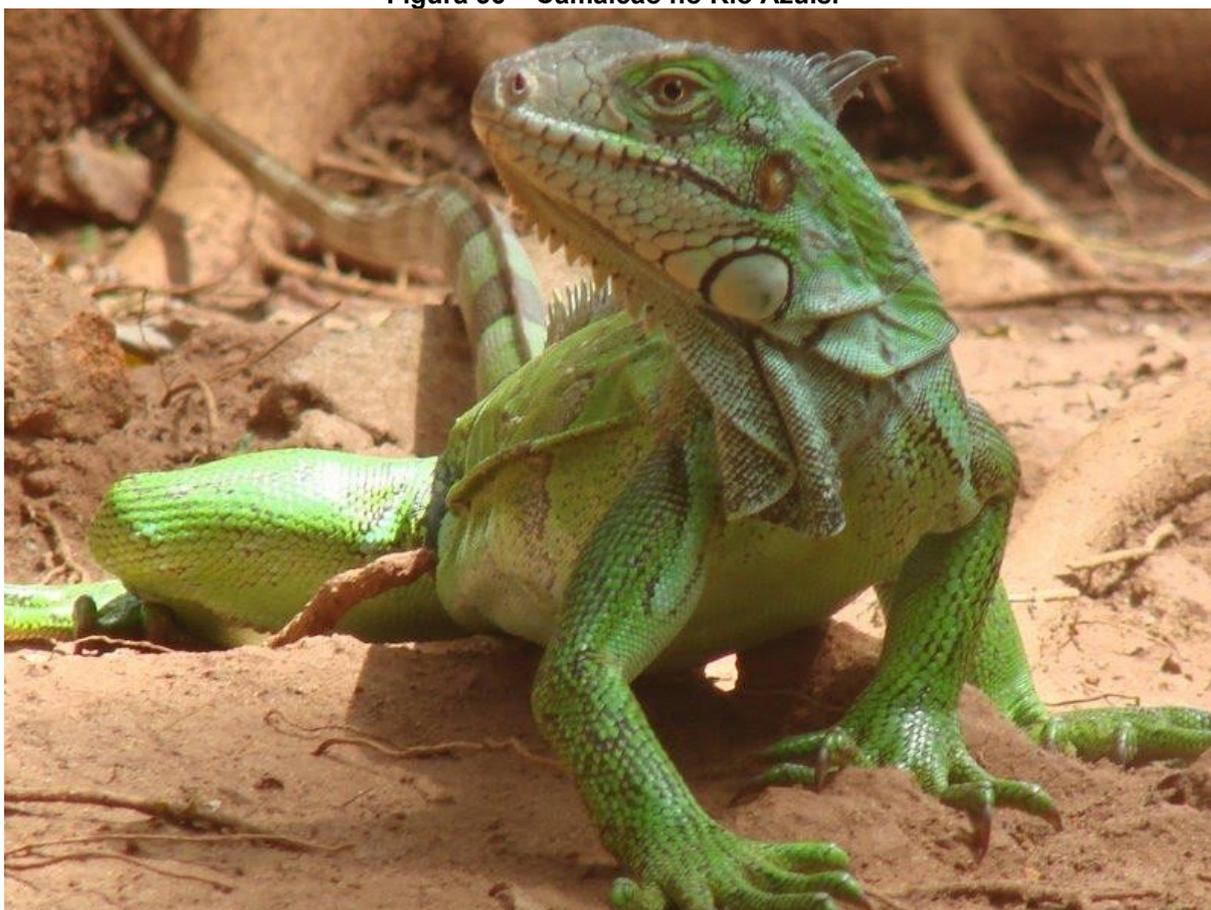
O turismo gera uma intensa circulação temporária de pessoas em diversas localidades do mundo. No caso do turismo de natureza o "deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivados pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno". (BENI, 2002, p. 33).

Para o ecoturista, comumente se nota o deslocamento de determinados destinos turísticos para outras localidades onde o ambiente na visão do visitante é mais natural, menos alterado, e a comunidade receptora possui uma cultura tradicional. (DOMICIANO, 2012). Este deslocamento pode ser motivado por livrar-se do turismo massificado, mas em determinado momento pode-se iniciar o processo de massificação nesse outro lugar. Assim,

as repercussões socioespaciais, da apropriação do território pelo turismo, podem ocorrer tanto nos núcleos emissores, nos espaços de deslocamento quanto nos núcleos receptores de fluxos turísticos. Entretanto, as maiores transformações ocorrem nos núcleos receptores porque são nesses espaços que a maioria dos objetos turísticos são implantados.(CRUZ,1999, p. 22, *apud* OLIVEIRA; VITTE, 2004, p. 6).

³⁴ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 5. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Figura 56 – Camaleão no Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane Silva.

Conforme informações obtidas por entrevistas, por volta de 2005 ainda não havia muitas mobilizações a fim de organizar o turismo e proteger a natureza no local:

nós não tínhamos ações, a gente tinha a preocupação. O Rio Azuis ele era de uso público. Ele é uma área particular, porque é de família, mas era de uso público. Você não tinha controle de acesso. Você tinha pavimentação pra chegar no rio, iluminação pública, posto de saúde, escolinha, então como você tinha um balneário de uso público, então [...]se chegasse 1.000 pessoas ia entrar, se chegasse 10.000 entrava, se chegasse 100 pessoas... não havia controle. Havia churrasqueira em local inadequado por parte de visitante, havia som automotivo, havia uma série de problemas, problemas crônicos *[sic]* e problemas nocivo *[sic]*.³⁵

No ano de 2005, surgiu uma iniciativa da Cooperativa de Produtores de Cachaça de Alambique da Região Sudeste do Tocantins – COOPERCATO de produzir uma cachaça com o nome “Dama dos Azuis”: primeira cachaça produzida em cooperativa, ilustrada na Figura 57, homenageando o Rio Azuis. A cooperativa

³⁵ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

ajudou com que produtores de cachaça saíssem da informalidade e produzissem uma cachaça de qualidade, gerando emprego e renda. Em 17 de outubro de 2017, a Coopercato comemorou a entrega do primeiro grande lote de vendas, com 600 garrafas, vendidas a R\$25,00 cada (DEVOTOS DA CACHAÇA, 2017; ARAUJO, 2017)

Figura 57 – Cachaça Dama dos Azuis.



Fonte: Governo do Tocantins. Foto: Tharson Lopes, 2017.

Em 2008, ocorreu a primeira visita técnica do SEBRAE. A consultoria possibilitou melhorias aos empreendimentos locais por meio de cursos de boas práticas na manipulação e no armazenamento de alimentos, planejamento empresarial, atendimento ao cliente, sabor e gestão, oficinas de gastronomia, ecoturismo, artesanato, biojoias, noções de associativismo e cooperativismo.

Também se proporcionou aos comerciantes do Rio Azuis a oportunidade de visita a mais de 30 empreendimentos na Chapada dos Veadeiros, nas cidades de Cavalcante, Alto Paraíso e na Vila de São Jorge, Goiás, a fim de adquirirem experiências sobre negócios turísticos (EXAME, 2012). Havia apenas quatro empreendimentos na época, quatro bares e restaurantes, todos funcionando sem registro. Com a consultoria, cada dono registrou seu negócio como Microempreendedor Individual (MEI). Por essas oportunidades concedidas, a atuação do SEBRAE foi citada por meio de entrevistas como um divisor de águas no turismo da comunidade do Azuis.

A chegada do SEBRAE representou um aumento significativo na visão de negócios dos comerciantes. Turistas relataram que antes da presença do SEBRAE, o atendimento ao cliente era muito ruim. Vários visitantes contaram que iam ao Azuis

consumir bebida alcoólica e quando acabava uma caixa de cerveja e eles pediam para beber mais, o comerciante falava que não ia vender porque tinha que “guardar a outra caixa de cerveja para vender amanhã”. Em um vídeo publicado em 9 de março de 2015 no canal do Youtube do SEBRAE, com o título *Desenvolvimento Econômico Territorial Bloco 1*, um morador do povoado do Rio Azuis relatou: “Um dia um cliente pediu um frango e não tinha estoque de frango mais. Eu corri [sic] no terreiro pra pegar esse frango e o cliente disse que não cumia [sic] frango daquele jeito, que não queria ver matar o frango”. Em outro vídeo nesse mesmo canal, intitulado *Territórios da Cidadania – Tocantins*, publicado em 18 de dezembro de 2013, o morador do Povoado do Rio Azuis declarou:

segundo a história do TO que é um estado recente, que o sudeste do Tocantins foi conhecido por algum tempo como corredor da miséria e hoje a gente tá vendo que ao invés de ser o corredor da miséria está sendo o corredor da prosperidade. De saber que de um butiquim [sic] de beira de rio, a gente hoje se considera hoje como um empresário dos Azuis, eu acho que isso é fantástico (SEBRAE, 2015).

Em 2009, foi criada a Associação de Moradores e Amigos do Rio Azuis (AMAA), com o objetivo de contribuir para a preservação ambiental, o bem-estar social e o turismo sustentável. A primeira reunião foi feita com intuito de buscar soluções para resolução desses problemas, organizar o turismo e fortalecer a comunidade em prol de objetivos coletivos.

De acordo com informações obtidas mediante entrevistas com moradores, a ideia de criar uma associação de moradores surgiu com incentivo do SEBRAE. Os servidores do SEBRAE Tocantins estavam iniciando um projeto que abrangia o Rio Azuis com a intenção de orientar e promover o turismo no Rio Azuis e do Tocantins.

Uma reportagem publicada em 16 de fevereiro de 2009, de autoria de Arlete Santos, no *site* de notícias Conexão Tocantins, registrou a reunião da AMAA com a presença de “representantes do SEBRAE, Naturatins, Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), prefeitura de Aurora, prefeitura de Taguatinga, empresários e produtores locais”.

Nessa reunião, foi definido que esses órgãos auxiliariam a comunidade local para elevar a qualidade de produtos e serviços que eram oferecidos ao visitante. Assim, poderiam “melhorar a gestão dos empreendimentos turísticos, desenvolver a cultura associativa, qualificar a mão de obra, estimular a prática do turismo

responsável, criar infraestrutura adequada, aumentar a carteira de clientes e a satisfação do cliente”.

A AMAA é bastante representativa dentro da comunidade, sendo integrada por moradores de quase todas as residências do povoado, com exceção de alguns moradores que saíram da associação devido a conflitos socioambientais e divergências que serão descritas em sequência cronológica dos acontecimentos nesta pesquisa, e outros que vivem um pouco mais afastados do balneário do Rio Azuis e se declaram indiferentes em relação ao turismo e ao associativismo.

Os membros que mais comumente participam das reuniões levantam pautas de discussões, e geralmente são eleitos nos cargos de liderança os comerciantes locais e alguns funcionários desses empreendimentos. Apesar da possibilidade de se criar uma associação comercial, foi decidido que continuar apenas como uma associação de moradores fortalece a relevância da AMAA perante o poder público e os agentes externos e favorece as discussões com uma visão mais ampla das demandas, problemáticas e objetivos comunitários.

Em 2012, o Colégio Estadual Professora Ranulfa, escola pública de Aurora do Tocantins, realizou o Projeto de Proteção e Recuperação Ambiental no Rio Azuis intitulado "Deixai-me correr livre e limpo". Eles levaram várias turmas ao Rio Azuis a fim de promover aulas de educação ambiental, realizaram coletas de lixo e colocaram plaquinhas em algumas árvores, com os nomes vulgar e científico da espécie consideradas, conforme ilustrado na Figura 58.

Figura 58 – Projeto de Proteção e Recuperação Ambiental do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto da Autora.

Em 2015, foi criada a Rádio Azuis, com a colaboração de alunos graduandos do curso de Comunicação Social e Arquitetura e Urbanismo do CEULP/ULBRA. Foram disponibilizados um computador com um programa de som chamado Zara Rádio, uma mesa de som, mais de 3.000 músicas de estilos variados, vinhetas educativas sobre preservação ambiental e informativos turísticos da região, para, além de propiciar um ambiente agradável, promover sensibilização para o uso sustentável do rio.

O que se esperava com o Projeto Rádio Azuis era que se escutasse a mesma música e vinhetas em várias localidades do rio, a fim de combater o problema do som automotivo. Esse propósito foi estabelecido a partir de entrevistas preliminares com a comunidade local, pois parte dos moradores e turistas reclama do incômodo do som automotivo. Para que a Rádio Azuis funcionasse conforme a ideia inicial do projeto, seriam necessárias mais caixas de som e um sistema repetidor de som.

O turismo provocou um efeito multiplicador. Nos estabelecimentos comerciais, a mão de obra empregada é local, a preferência é dada para insumos da região, incluindo hortaliças orgânicas, polpas de frutas do cerrado, frango caipira, farinha, açafrão, pimenta, entre outros. Esses são cultivados por pequenos produtores rurais e são comercializados para os turistas, inclusive os produtos feitos na região, como doces caseiros, licor, cachaça, queijo, baru torrado, artesanatos, entre outros (SEBRAE, 2014). Alguns desses produtos estão representados na Figura 59.

Tais características se assemelham a uma economia de alto consumo, que ocasionam interação e comercialização de produtos cooperativamente. “Pessoas com laços familiares e/ou com perfil semelhante tendem a se envolver nesse tipo de atividade”. (SILVEIRA, 2016).

Um dos impactos positivos do turismo foi a valorização da culinária local. Os pratos oferecidos no início da atividade turística local se resumiam ao tradicional frango caipira com pirão e à porção de carne de sol. Atualmente, além desses pratos já consolidados pelos clientes, o turista conta com amplas opções, como moqueca de surubim com pirão, carne de sol desfiada na nata, galinhada caipira, filé mignon na nata, carreteiro tocantinense, tambaqui frito, tilápia frita.

Figura 59 – Produtos alimentícios típicos do povoado do Rio Azuis e região.



Fonte: Acervo pessoal. Foto da Autora.

A qualidade e o sabor da culinária interiorana do Azuis foram reconhecidos em diversos festivais de gastronomia, por meio da participação de *chefs* de cozinha e cozinheiros(as) do Rio Azuis, em eventos como: o Festival de Cultura e Gastronomia do Oeste da Bahia, em Luís Eduardo Magalhães (LEM), Bahia, no ano de 2014; o Festival Sabores de Itacaré, na Bahia, em 2014; o Festival Gastronômico de Taquaruçu em Palmas, Tocantins, no ano de 2015, representado na Figura 60,; o Festival LEM Gastronomia nos anos 2015 e 2016, em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia; o Festival de Pescado de Água Doce de Peixe, Tocantins, em 2016; e o Festival Gastronômico de Arraias, Tocantins, no ano de 2017 (PORTAL NA BOCA DO POVO).

Figura 60 – LEM Gastronomia.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane José da Silva.

Outra conquista para a culinária local foi o prêmio de Melhor Chef de Cozinha, na categoria estadual Tocantins, ano de 2015, para o *chef* de cozinha Osmane Silva, e o do Restaurante Agenda 21, no Rio Azuis, pelo Prêmio Nacional Dólmã, maior premiação de gastronomia do país, conforme Figura 61 (PORTAL NA BOCA DO POVO).

Figura 61 – Prêmio Dolmã.

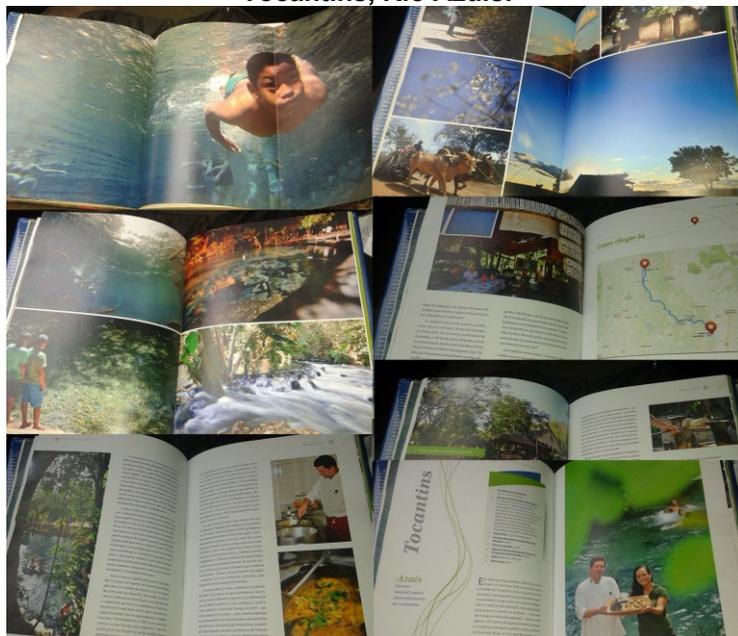


Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2015.

Em 2014, o Rio Azuis ganhou um destaque de 18 páginas no livro *Territórios da Cidadania – Riquezas de um novo Brasil*, ilustrado na Figura 62, organizado pelo SEBRAE (2014, p. 51-69). O projeto Territórios da Cidadania foi criado por decreto e lançado pelo Governo Federal em fevereiro de 2008. Ele tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, visando a garantir um apoio integral ao Estado, com financiamento e apoio às atividades que impliquem em geração de renda e promovam a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, tais como as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (SECON, 2016). Segundo Paula Alencar, que foi gestora do projeto Territórios da Cidadania na região Sudeste do Tocantins,

[...] fomentar o espírito associativista é avançar em uma mudança de cultura, em um olhar apontado para o coletivo, o que acaba por fortalecer as reivindicações e as conseqüentes conquistas para a comunidade dando força e adesão local à dimensão socioambiental (SEBRAE, 2014, p. 65).

Figura 62 – Livro Territórios da Cidadania – Riquezas de um novo Brasil, SEBRAE, Região Tocantins, Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Fonte: Elaboração da Autora, 2014.

Essa obra traz depoimentos de moradores que mostram a importância desse Projeto:

“Há oito anos morando aqui, percebo que somente agora a conscientização é presente. Antes ninguém ensacava o lixo, os resíduos eram queimados e aterrados, um desastre para a natureza” [...]. E esse espírito foi assumido de forma efetiva com a criação da Associação de Moradores e Amigos de Azuis. Como exemplo da atuação cooperativa, reiteradas gestões junto à prefeitura de Aurora resultaram no recolhimento mensal do lixo. A associação vem-se movimentando também na tentativa de regulamentar a área particular de uso público, para coibir a entrada aleatória de carros e ônibus, além de buscar ações de inclusão digital – atualmente não há internet nem sinal telefônico algum no povoado, o que gera um grande isolamento aos habitantes. “Há um engenheiro ambiental trabalhando, com o poder público, na elaboração de uma portaria prevendo taxas de manutenção, estacionamento adequado, fossas ecológicas, além de um plano de expansão ordenado”, complementa (SEBRAE, 2014, p. 66).

Por intermédio do SEBRAE, foram integrados vários trabalhadores de atividades turísticas e donos de atrativos de cidades que fazem parte das Serras Gerais, situada no sudeste do Tocantins. O projeto do SEBRAE de fomento do

Turismo nas Serras Gerais começou abrangendo as cidades de Almas, Peixe, Natividade, Dianópolis, Rio da Conceição. Compreende também o Rio Azuis, que, apesar de não se tratar de um município, é um dos atrativos mais conhecidos da região turística e, por isso, foi contemplado desde o início do projeto.

No dia 9 de março de 2015, a AMAA foi reconhecida por meio da Câmara Municipal de Aurora do Tocantins, conforme Lei Municipal nº 007/2015, como de utilidade pública: “Art 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Azuis – AMAA – entidade civil de interesse público [...]”. Como justificativa, o Projeto de Lei ressalta que há anos a AMAA presta serviços relevantes à comunidade e “com o reconhecimento de utilidade pública, passa a poder contar com parcerias com o poder público, podendo firmar convênios com órgãos governamentais”.

Na primeira semana de julho de 2015, ocorreram oficinas de reciclagem e artesanato direcionadas a crianças, com a professora Luciana Sousa. Participaram crianças da comunidade e turistas que visitavam o local durante essa semana. Foram feitos trabalhos utilizando garrafa de plástico, garrafas de vidro, tampas de garrafa, pedaços de tecido, papelão, tinta, cola, areia, dentre outros materiais. Alguns artesanatos feitos na oficina estão representados na Figura 63.

Figura 63 – Oficina de Artesanato no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2015.

Em setembro de 2015, o Rio Azuis teve destaque na versão impressa e virtual do Guia de Turismo do Tocantins, representado na Figura 64. A versão impressa foi distribuída em locais de grande circulação de pessoas, a exemplo de rodoviárias e aeroportos.

Figura 64 – Guia Turístico do Tocantins 2015.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2015.

No ano de 2016, foram incluídos os municípios de Aurora do Tocantins, Lavandeira, Combinado, Arraias, Taguatinga e Ponte Alta do Bom Jesus no projeto de formatação turística dos municípios das Serras Gerais promovido pelo SEBRAE. Dessa forma, ampliaram-se os contatos e a interação entre os agentes turísticos das cidades vizinhas, que criaram correntes colaborativas, integraram seus roteiros de visitação, diversificando as opções de atrativos e ampliando o potencial turístico da região.

Por meio do apoio do SEBRAE, comerciantes do Rio Azuis, juntamente com empreendedores de outras cidades das Serras Gerais, tiveram oportunidade de

realizar viagens técnicas de turismo³⁶ para destinos como Pirenópolis, Goiás (22 a 26 de maio de 2015 e 17 a 20 de fevereiro de 2016); Serra das Mesas, Maranhão (28 de novembro de 2015); Bonito, Mato Grosso do Sul (24 a 27 de junho de 2016) e Nobres, Mato Grosso (27 agosto de 2017 a 31 de agosto de 2017). Também foram realizadas viagens para eventos como a Feira de Turismo de Gramado, Rio Grande do Sul (FESTURIS), nos dias 5 a 8 de novembro de 2015; a ABF Franchising Expo 2016, maior feira de franquias do mundo, conforme o *site* da ABF Expo, São Paulo, em 15 a 18 de junho de 2016; a ABAV Expo Internacional de Turismo em São Paulo, evento organizado pela Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV), em 26 a 30 de setembro de 2017, e a Missão Adventure Sports Fair 2017, em São Paulo (26 a 29 de setembro de 2017).

Em 12 de agosto de 2016, a dupla sertaneja Israel e Rodolfo foram ao Rio Azuis, antes de se apresentar na cidade vizinha Taguatinga, Tocantins, e publicaram algumas fotos do rio em suas redes sociais. Apenas uma dessas publicações teve mais de 58.800 curtidas, conforme Figura 65. Essa divulgação trouxe uma maior visibilidade ao rio, que foi noticiado em diversos portais de notícias. Desde então, muitos turistas que possuem *blog* de viagem, bastante conhecidos, têm visitado e divulgado o Rio Azuis, ampliando o *marketing* do local³⁷.

No entanto, a foto também apresenta um exemplo do que não se deve fazer numa área natural, pois os músicos estão com taças, latas e outros recipientes de bebida dentro da água. Na época em que foi publicada essa foto dos músicos famosos com tal atitude, muitos turistas enviaram fotos semelhantes, até com objetos de vidro e pediram para publicar na página oficial do Rio Azuis. Esse comportamento foi amplamente replicado por visitantes que tomavam banho com copos de plástico, latas e até mesmo copos e garrafas de vidro no Rio Azuis e persistiam nesse comportamento, mesmo sendo repreendidos pelos proprietários da área.

³⁶ As missões técnicas referidas são caravanas, que normalmente tinham subsídio de cerca de 50% do custo por participante pelo SEBRAE para um representante de cada empreendimento. O público alvo foram: “empresários de hotelaria, agências de viagens, operadora de turismo, guias, bares, e restaurantes, associações e cooperativas de turismo, artesãos e empresas de eventos” que ocorreram com o objetivo de promover uma troca de informações e experiências em destinos considerados “exemplo de empreendedorismo na área de turismo” por meio de “palestras, visitas técnicas, experimentação aos locais de interesse, visita a hotéis, restaurantes, atrativos turísticos e eventos culturais” (SEBRAE, 2016). Programação completa da Missão. Documento recebido por e-mail em 4 de fevereiro de 2016.

³⁷ Um desses blogs de viagem, o Guia Mundo Afora, publicou um vídeo de mergulho no Rio Azuis em 24 de abril de 2019, na rede social Instagram, totalizando mais de 35.680 visualizações.

Aconteceram até mesmo acidentes com banhistas se cortando com cacos de vidro no fundo do rio e ocorreram muitos casos de turistas que jogavam embalagens de alimentos e bebidas às margens do rio. Para tentar minimizar o problema, foram fixadas placas proibindo entrar com bebidas e alimentos dentro do Rio Azuis, que muitas vezes foram ignorados pelos banhistas.

Figura 65 – Os músicos Israel e Rodolfo no Rio Azuis.



Fonte: Instagram @irodolffo, 2016. Acesso em: 22 jun 2019.

Mesmo com o associativismo, até 2016 não havia nenhum tipo de portaria nem regulamento que determinasse as restrições ou as normas para turistas e empreendedores. Isso ocasionou o turismo de massa, gerando conflitos socioambientais e danos visíveis à natureza. Também não havia nenhum tipo de cobrança para entrar no complexo turístico.

O comportamento de parte dos turistas era destrutivo à natureza, demonstrando falta de consciência ambiental e desrespeito pela população local. Eram recorrentes situações como vários sons automotivos ligados com música alta,

muitas churrasqueiras às margens do rio e uma grande quantidade de lixo espalhada por lugares impróprios, como a mata ciliar e até dentro do Rio Azuis. Diz um depoente:

Eu não concordo com churrasco na beira do rio, principalmente no caso do Azuis. Tá [*sic*] chegando a época dos camaleões e aquela fumaça, ela polui. Se você acende uma churrasqueira de baixo de uma árvore ela polui aquilo ali. Às vezes [...] vai aquecendo as folhas da árvore e vai secando. Eu falo porque eu já vi isso aqui. E forante [*sic*] o carvão que vai caindo no chão. Às vezes, o turista vem, traz churrasqueira. Larga a sujeira ali, larga o lixo e vai embora. Música alta eu não concordo, porque aqui é uma área de lazer, vem um turista por exemplo, vem da Bahia, de Luís Eduardo, vem um de Barreiras, já quer outro tipo de música. Vem um de Goiânia, já quer outro tipo diferente, vem outro de Palmas, outro de Dianópolis. Cada um quer escutar um tipo de música diferente e, devido a isso, acaba virando bagunça. Começa pegar racha [*sic*] de som. Eu sou acostumado a ver isso dentro do Azuis. Às vezes a gente ia pedir pro turista pra parar, para desligar o som. [...] às vezes até criava problema, criava confusão por isso³⁸.

Em pesquisa preliminar realizada *online* com visitantes, houve uma pergunta relacionada ao uso de caixas de som amplificadoras e/ou som automotivo no Rio Azuis. Uma minoria manifestou ser favorável, ou parcialmente favorável, desde que isso não virasse disputa.

A maioria das respostas demonstra que os turistas acreditam que música alta não combina com a localidade turística: “[...] eu acho ótima a proibição de carro de som”; “já não é legal chegar no paraíso e se deparar com um barulho ensurdecador, ainda tem que ser umas músicas que não têm nada a ver com o lugar”; “apreciar a natureza, relaxar e descansar é o motivo pra ir num lugar desses. quer zoeira fica na cidade”; “contato com a natureza e o som não combinam”; “o barulho só iria perturbar visitantes e natureza”; “música é de gosto particular; “o ambiente é pequeno e não comporta variedades de músicas. Acaba virando bagunça”; “sou contra, porque as pessoas abusam. Na minha opinião, beira de rio é um lugar para relaxar e não pra fazer festa com som”³⁹.

A Figura 66 mostra uma foto postada pela autora em uma rede social, no dia 30 de abril de 2016. A imagem mostra que ela e um morador do povoado do Rio Azuis, de 12 anos, recolheram dois sacos cheios de resíduos das margens da

³⁸ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

³⁹ Pesquisa preliminar *online* direcionada a visitantes do Rio Azuis, publicada em 02 de julho de 2018 na página oficial do *Facebook do Rio Azuis*. A pesquisa obteve 62 participantes.

nascente do Rio Azuis. E não haviam retirado nem a metade da quantidade de lixo que ainda existia para recolher. Nessa tarefa, foi preciso adentrar a margem interna do rio, que não tem nenhum tipo de trilha, com o risco de ser picado por cobra ou outro animal peçonhento. Foram achadas latas, embalagens de alimentos, garrafas de vidro, garrafas plásticas, pneus, absorventes íntimos, preservativos, fraldas descartáveis, entre outros resíduos.

Ocorreram acidentes com turistas que feriram o pé com objetos cortantes que estavam no fundo do rio. Mesmo os comerciantes advertindo que era proibido entrar com garrafas de vidro dentro do rio, comumente acontecia de visitantes não respeitarem a regra. Já houve episódios de acidentes com turistas que se machucaram seriamente, por pularem de cabeça no Rio Azuis, sem saber que era raso, e baterem a cabeça e/ou outra parte do corpo, em pedras grandes pontudas e nos pedaços de degraus de concreto que vão caindo dentro do rio com a ação do tempo, conforme demonstrado na Figura 67.

Ocorreram discussões e até agressões físicas entre os próprios turistas, ou ainda entre turistas e comerciantes locais. Houve um episódio em que a AMAA organizou o Arraiá do Azuis, em 13 de julho de 2013, como iniciativa para arrecadar fundos a fim de serem reinvestidos no local. A programação do evento contava com uma quadrilha e *show* da banda Hauê. Houve um grande envolvimento comunitário em prol do planejamento da festa, no preparo das comidas e bebidas típicas, na limpeza e decoração do espaço. Havia interesse em se repetir esse evento anualmente, mas, no final do evento, apareceu um homem embriagado e armado, apontando uma arma para várias pessoas, sem que houvesse um motivo. Não obstante o apoio de policiais, os moradores se sentiram vulneráveis e optaram por não fazer esse evento novamente.

Figura 66 – Lixo às margens do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto de Leide Silva, 2016.

Figura 67 – Degrau de concreto dentro do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Principalmente em domingos e feriados, o rio lotava a ponto de não caber mais pessoas dentro da água, conforme mostra a Figura 68. Esse turismo de massa foi relatado em entrevistas:

Superlotado não fica muito bom, o pessoal reclama. [...] Às vezes, em temporada de carnaval, várias pessoas vinham e voltavam, porque diziam que estava muito lotado. Iam embora por causa da lotação. [...] Já veio gente aqui almoçar e foi embora sem comer, porque [...] não tinha condições de esperar, [...] não dava conta, o restaurante não tinha estrutura de sustentar tanta gente, já vi turista falar isso aqui pra mim⁴⁰.

Figura 68 – Nascente do Rio Azuis repleta de turistas.



Fonte - SEBRAE, 2013.

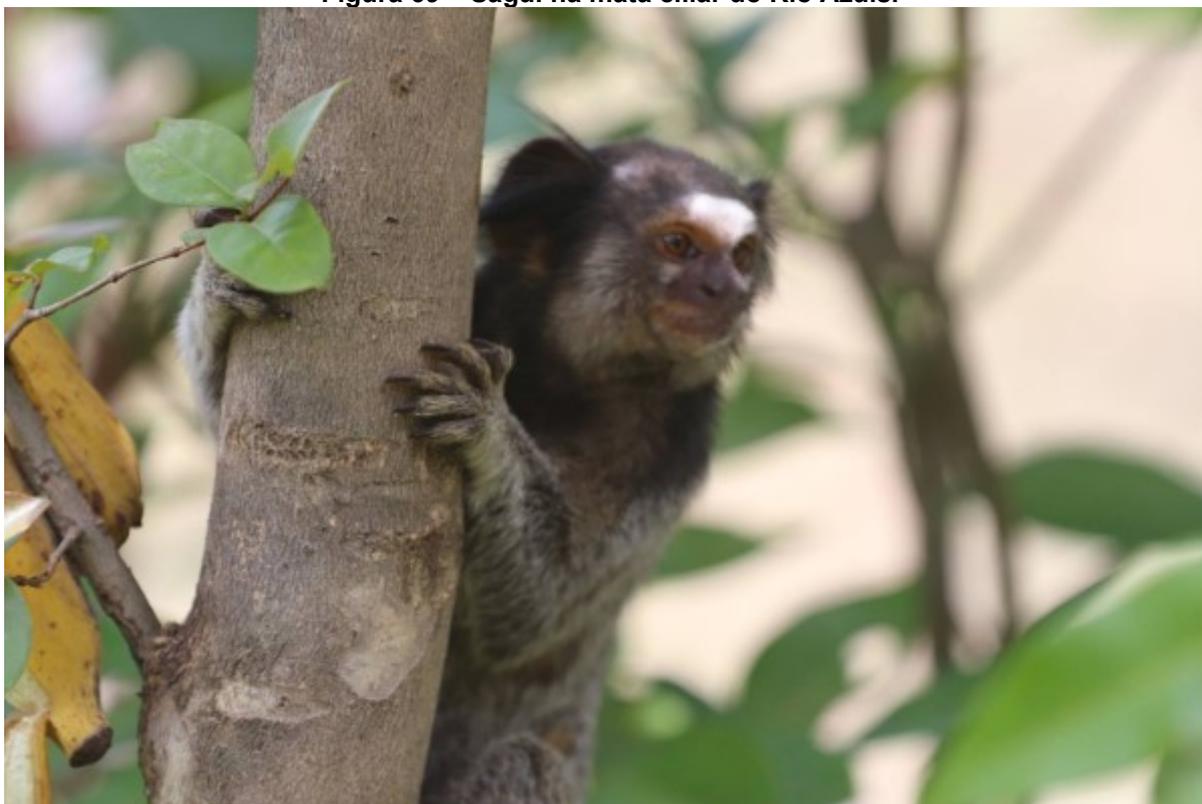
Nessas datas, vinham tantos turistas que o comércio local não conseguia atendê-los satisfatoriamente. Os carros estacionavam nas duas margens da pista, provocando um congestionamento crítico. A estrada do povoado é estreita e se um carro estivesse descendo e outro veículo subindo, não havia espaço para os dois passarem, um deles teria que voltar de ré. Os motoristas discutiam e utilizavam as buzinas, provocando muitos ruídos. Nesses períodos, a fauna local desaparecia. Já nos períodos mais calmos, como de segunda a sexta-feira, era possível ver animais como aves, saguis, representados na Figura 69, em foto tirada em novembro de 2015, no povoado do Rio Azuis.

⁴⁰ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Em momentos de congestionamento intenso, houve atropelamento e morte de vários cães que viviam na comunidade. No Azuis, há problemas relacionados ao abandono desses animais nas proximidades da comunidade, que termina acolhendoo de forma inadequada, por não ter uma alternativa. Os moradores também manifestaram preocupação de ocorrer um episódio de atropelamento que envolva alguma pessoa.

Já aconteceram alguns acidentes fatais com visitantes que saíram do Rio Azuis dirigindo embriagados. Cada episódio crítico, como esses citados acima, deixavam a população local consternada, por saber que esses problemas estavam atingindo um patamar de perda de controle sobre os problemas ocasionados pela visitação turística.

Figura 69 – Saguí na mata ciliar do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal.

Também eram recorrentes os danos à flora local, provocados pelo mau uso turístico. Muitos clientes levavam pedras do fundo do rio, por terem coloração em tons de verde e azul. Com isso, essas pedras coloridas e lisas diminuíram perceptivelmente. Alguns turistas subiam nas árvores ou se penduravam nos cipós até que eles quebrassem, e pichavam seus nomes ou mensagens nos troncos das árvores, danificando-as, conforme Figura 70.

Figura 70 – Turistas escreveram no tronco da árvore no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Tripadvisor. Foto publicada por Jane M. em jul. de 2016.

Nesse sentido, um funcionário de empresa local declara:

Um exemplo que destrói muito é o jeito que as pessoas às vezes mergulha na água e eles ficam arrancando as pedras e saindo carregando as pedras do rio. [...] As pessoas saem com várias pedras, porque as pedras são azuis, porque a água é azul. [...] Eles ficam rançando *[sic]* as pedras e começa a subir aquela lama do fundo do rio. Isso pra mim não é, não tá sendo sustentável. Tá usufruindo, mas tá destruindo o meio ambiente, a natureza⁴¹.

Nas reuniões da AMAA, seus membros demonstravam preocupação com a sustentabilidade do Rio Azuis. Havia um receio de o Rio Azuis “acabar”, ou de a Naturatins interditar e proibir todos os comércios de funcionar, ou ainda, de acontecer mais alguma fatalidade que poderia ser evitada.

Muitas discussões foram feitas, entre elas a de estabelecer uma portaria ambiental, cobrar taxa de entrada a ser gerida pela associação, com a finalidade de contratar um fiscal ambiental para observar e orientar o comportamento do turista e investir em melhorias na infraestrutura turística. A portaria não foi feita nesse momento pois uma parte dos membros não concordava com uma cobrança ao turista, que poderia deixar de visitar o Rio Azuis, comprometendo assim a sustentabilidade econômica dos negócios locais.

A AMAA não tinha nenhum tipo de arrecadação financeira, o que limitava sua atuação. Quando havia uma demanda, como capinar as margens da via, pintar meios-fios ou comprar mais lixeiras, os comerciantes locais custeavam os gastos

⁴¹ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

voluntariamente. Para tentar reduzir os impactos ambientais, a AMAA entrou em parceria com empresas privadas que patrocinavam placas educativas de sensibilização ambiental com a fauna local e, em contrapartida, o apoio da empresa era expresso nessas placas, conforme Figura 71.

Figura 71 – Placas fauna do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2016.

Em dezembro de 2016, houve o término da pavimentação da BR 242, que liga a cidade de Taguatinga, em Tocantins, à de Luís Eduardo Magalhães (LEM), na Bahia. A cidade de LEM fica a 108 km do Rio Azuis, e seus moradores têm um alto poder aquisitivo. Todos esses fatores fazem com que seus moradores constituam um dos principais grupos de visitantes ao Rio Azuis. A visitação turística aumentou drasticamente, chegando a um patamar que a infraestrutura existente no povoado do Rio Azuis não suporta.

De acordo com informação obtida por meio de entrevistas com moradores, no mês de dezembro de 2016, o fluxo de carros foi tão grande que houve engarrafamento de cerca de 40 minutos para os carros saírem do rio, e havia tantos carros estacionados de forma indevida que ficou difícil o trânsito de pedestres, conforme a Figura 72, foto tirada no dia 1º de janeiro de 2017. Nesse período, os automóveis ainda trafegavam na via acima da nascente.

Figura 72 – Lotação máxima de veículos no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane Silva, 2017.

A supressão da vegetação nativa causou assoreamento e desmoronamento dos barrancos laterais, realizado pelos autores Luiz Alves e Fernando Morais (2017). Conforme indica a Figura 73, esses impactos ambientais foram constatados em uma análise do uso do solo no entorno do Rio Azuis:

O Rio Azuis é uma surgência cárstica com o predomínio de rochas carbonáticas. Em suas proximidades há várias feições cársticas como poljés, dolinas, lapiás, uvalas e sumidouros. Inúmeros distúrbios antrópicos foram identificados, onde vários cortes de estrada podem ser observados, com destaque para o sopé da encosta que foi cortada para a introdução de uma estrada para dar acesso ao rio, além de construções de residências e estabelecimentos comerciais. Movimentos de massa são bem nítidos na entrada do balneário, influenciados por processos erosivos. Em vários trechos há a presença de ravinas e voçorocas, resultantes da construção de estradas e cercas (ALVES; MORAIS, 2017, p. 70).

Figura 74 – Sopé da encosta no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Além dos impactos socioambientais causados pela exploração turística do local, também há a degradação ocasionada pelas construções, ocupações e a pavimentação às margens da APP. Foram notadas atividades como agricultura e pecuária afetando também o Rio Sobrado, conforme ilustra a Figura 74 – Rio Sobrado:

As Matas de Galeria presentes nos Rios Sobrado e Azuis, que também são distribuídas em outras localidades da área de estudo, estão expostas aos distúrbios, sendo retiradas para a realização da prática de agricultura de subsistência, principalmente nas planícies de inundação. Foi possível observar a presença de pisoteio de gado em trechos nas margens do Rio Sobrado, caracterizando a prática da pecuária como fator de impacto neste curso d'água (ALVES; MORAIS, 2017, p. 6).

Figura 73 – Acesso ao Rio Sobrado, povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Devido a esses impactos, houve pressões do Ministério Público e dos órgãos ambientais quanto à regularização da atividade turística que acontece de forma desenfreada, e compromete a sustentabilidade do rio e a experiência do visitante.

Outro fator que também contribui para essas pressões externas descritas e para o conflito socioambiental existente na comunidade do Rio Azuis são os sucessivos processos fundiários, devido à ausência de inventário das terras herdadas por cada família. A partir do turismo, os conflitos se intensificaram por causa da valorização e especulação de terrenos próximos ao rio⁴².

Houve, da mesma maneira, impactos culturais negativos, como atritos com turistas que não respeitavam a natureza e a comunidade local, resultando até em boletins de ocorrência policial. Também aconteceram transformações culturais e mudanças de hábitos, como deixar de lavar louça e roupa no rio, de tomar banho no rio utilizando produtos de higiene pessoal químicos, de pescar piabas para consumi-las fritas, entre outros usos domésticos do rio.

⁴² No início do povoado, os terrenos mais valorizados eram aqueles propícios à agricultura e à pecuária, mas depois do aumento da visitação turística, os terrenos que dão acesso ao rio passaram a ser mais valorizados, gerando conflito em relação aos direitos de posse sobre esse terreno.

Algumas dessas tradições que se modificaram foram o preparo coletivo da farinha de mandioca, melaço de cana-de-açúcar, doce de mandioca, tijolo e rapadura. Devido a embates relacionados ao turismo e territórios, aumento da competitividade e dos conflitos sociais, uma parte dos familiares não se relaciona mais.

Como impacto econômico negativo, é possível que haja excesso de dependência da visitação turística para a obtenção de renda. No período de baixa, todos os comerciantes locais e pessoas que trabalham ou fornecem produtos e insumos para essas empresas relatam dificuldades financeiras, o que traz receios até mesmo em relação à restrição e à regulamentação da visitação turística, comprometendo a sustentabilidade do Rio Azuis.

Para minimizar o assoreamento, os desbarrancamentos dos barrancos laterais às margens do rio e recuperar parte da mata ciliar, em outubro de 2016, a AMAA cercou e sinalizou com placas algumas áreas próximas ao rio, onde não é permitido entrar e jogar lixo. Houve plantio de espécies de mudas nativas e construção de calçadas para dar acesso ao rio sem pisar nessa área para evitar o assoreamento, conforme mostra a Figura 75.

Figura 74 – Área de Mata Ciliar do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Autora, 2016.

Em abril de 2017, os proprietários do terreno em frente à nascente do Rio Azuis cercaram todo o terreno, conforme ilustrado na Figura 76, e colocaram um portão. Inicialmente, esse fechamento foi feito com o objetivo de dar uma maior proteção,

principalmente durante a noite e madrugada, à casa e ao estabelecimento comercial, que se trata de um bar e restaurante e uma pousada, pois, como já citado, recorrentemente vinham alguns carros de madrugada fazer balbúrdia. Nesse momento, nenhuma taxa era cobrada. “A gente tem de [sic] fechar o quintal da gente, a casa, o quintal de todo mundo é fechado”⁴³.

Figura 75 – Cerca na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Blog do Douglas Batista, maio de 2017.

Eles colocaram algumas placas com a inscrição área particular, conforme indica a Figura 77, e uma placa de proibição de entrada com bebidas, churrasqueiras e ligar o som automotivo, conforme ilustrado em Figura 78.

⁴³ Entrevista concedida por morador, entrevista 11. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Figura 76 – Área particular na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Figura 77 – Placa Proibido na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Blog do Douglas Batista, maio de 2017.

Essas restrições a bebidas, churrasco e som automotivo estavam em conformidade com as discussões feitas na AMAA, pois muitos visitantes tinham o entendimento de que o Rio Azuis é um balneário público onde eles poderiam exercitar tais práticas. Esse tipo de turismo comprometia a sustentabilidade financeira e ambiental e trazia conflitos socioculturais à comunidade. Diz um morador:

[...] Aos finais de semana, é muito frequentado pelos moradores de Barreiras e LEM. Ambiente ideal para acampamentos, há pouco mais de um mês teve sua área cercada e a afixação de placas com os dizeres: “Proibido entrar com bebidas, fazer churrasco, som automotivo”; “Área particular”. Entramos em contato com a secretaria de Meio Ambiente da cidade de Aurora [...] Questionamos ao secretário a colocação da cerca ao redor do rio. [...] “A área é propriedade particular, não é do município. [...] eles podem proibir que entrem com alimentos no local”, relatou.

Parte dos moradores relatou que, após o cercamento da nascente, prefere não tomar mais banho lá, apenas na parte de baixo do Rio Azuis e no Rio Sobrado. A população local desenvolveu uma relação de pertencimento com o Rio Azuis, além da dependência financeira com o turismo praticado no local. Os moradores não costumam se referir ao Rio Azuis como se possuíssem o local. Eles não falam “o Azuis é meu”, e sim “eu sou do Azuis”. Em entrevista, alguns moradores relataram que se sentiam constrangidos em pedir autorização para entrar onde sempre tomaram banho desde a infância: “Eu não banho mais lá⁴⁴”; “quem disse que eu tenho coragem de pedir pra banhar lá?”⁴⁵.

Foi discutido na AMAA como se resolveria o acesso ao orelhão público localizado dentro da propriedade, quando o portão, retratado na Figura 79, estivesse trancado. Questão essa que até hoje não foi solucionada.

Figura 78 – Portão nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Com a crescente visibilidade turística do Rio Azuis, muitas pressões internas e externas, no que tange à conservação do meio ambiente, intensificaram-se. Thomas Augusto, em matéria publicada em 26 de agosto de 2017, no site da Agência Envolverde Jornalismo, destaca que

⁴⁴ Entrevista concedida por moradora, entrevista 14. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁴⁵ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 8. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

a busca por um turismo mais sustentável pode recuperar as tradições locais e o ecossistema das atrações, de modo que possam ser visitadas com mais consciência e de maneira mais duradoura. Mas as mudanças já estão acontecendo e ocorrerão seja por bem ou por mal. [...] O turismo de massa, como é chamado, ameaça de fato, várias localidades do planeta. Especialistas da World Monuments Fund acreditam que o turismo comprometa a qualidade de vida dos habitantes das cidades mais afetadas, que acabam cedendo lugar a especulação imobiliária e a indústria do turismo. O Brasil não escapa desse cenário. No Tocantins, o Rio Azuis, principal atração turística do Estado, sofre com poluição, desmatamento e ocupação irregular (AUGUSTO, 2017. ENVOLVERDE).

Devido a denúncias no Naturatins e no Ministério Público, o Instituto fez um monitoramento no rio para verificar impactos ambientais das ocupações e do turismo. Assim,

em meados de outubro [2017], a comunidade recebeu quatro notificações do Naturatins, órgão de fiscalização ambiental do Tocantins, para adequações das irregularidades. Na primeira notificação estava a proibição ao tráfego de veículos automotores na via sobre a nascente cujo prazo havia sido cumprido de imediato. Na segunda notificação todos os usuários deveriam providenciar a outorga de água (DUI) no prazo 30 dias. Na terceira notificação do órgão ambiental todos os comerciantes deveriam apresentar um pedido de licenciamento de atividade balneário no prazo de 30 dias. E na quarta notificação todos deveriam apresentar um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) no prazo de 120 dias.

No dia 8 de agosto de 2017, foi elaborado um parecer técnico de monitoramento nº 393-2017, na presença de dois fiscais ambientais, um inspetor de recursos naturais e um promotor de justiça (NATURATINS, 2017).

O parecer técnico de monitoramento do Naturatins sobre o Rio Azuis (nº 393-2017) constatou uma série de danos ambientais e irregularidades no uso turístico do balneário, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Parecer técnico do Naturatins no povoado do Rio Azuis.

Houve remoção de uma grande parcela da “vegetação ripária”, e a flora que resta está “em avançado estágio de degradação”, estando “bastante alterada” com “plantas exóticas” e um grande número de cipós e “clareiras no dossel”.
Há uma calha de concreto para escoamento de chuvas.
“Uma área relevante do solo está impermeabilizada devido a construções de alvenaria, calçada, escadaria”.
“Há partes do solo expostas (ausência total de vegetação) e altamente compactadas” pelo movimento de pessoas e veículos.
“Há uma via em cima da nascente usada irregularmente como estacionamento, o que pode ocasionar poluição do curso d’água por óleo ou combustível”.
“Existe uma área, a cerca de 80 m da nascente, que foi desmatada para o plantio de mandioca e algumas mudas de citros (laranja e limão)”.
“Há captação irregular de água com bombas elétricas instaladas no leito do rio.
Existe um banheiro próximo à nascente com fossa negra.
Os empreendimentos comerciais utilizam “fossas negras, que são buracos no chão com dejetos acumulados, sem qualquer revestimento de impermeabilização”, o que pode contaminar o solo ou lençol freático.
“Observou-se acondicionamento inadequado do lixo, em sacos plásticos e caixas de papelão, a serem recolhidos pelo serviço de coleta de Aurora do Tocantins, expostos, exalando odor fétido, em contato direto com o solo, podendo contribuir para “o surgimento de vetores de doenças como moscas, mosquitos, ratos e baratas, tratando-se de uma prática nociva ao meio ambiente e à saúde pública”.

Fonte: NATURATINS, 2017⁴⁶.

O Naturatins solicitou, via associação, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com um projeto de recuperação ambiental de áreas degradadas, licença de outorgas d'água para fins comerciais, licenciamento turístico do uso do balneário e manejo dos impactos ambientais. Por ser uma Área de Proteção Permanente (APP) sob a fiscalização do Naturatins e uma ressurgência cárstica com grande importância ambiental, a legislação ambiental é fundamental para a proteção do ambiente natural e do Rio Azuis.

A partir deste parecer técnico e de denúncias no Ministério Público, foi proibida a entrada de carros num perímetro de 120 metros do rio. Para se adequar à restrição, no mês de setembro de 2017, a AMAA fez uma portaria para impedir os carros de adentrar o complexo turístico e apoiou um estacionamento privado.

O estacionamento praticou os valores de R\$5,00 por carro de passeio, R\$10,00 por caminhonete, R\$20,00 as vans ou ônibus e R\$30,00 por caminhão, podendo-se

⁴⁶ Parecer técnico nº 393-2017 do Naturatins, enviado por e-mail para a autora em 7 de fevereiro de 2019.

permanecer o dia inteiro no complexo turístico por esse valor, com a segurança dos carros feita por funcionários, das 8h às 18h.

O processo de decisão de como seria o local do estacionamento, dos valores praticados e do local onde seria instalado o portão foi decidido em um processo participativo de planejamento turístico em reuniões da AMAA.

Nessas reuniões, participou a maioria dos moradores e representantes de todos os estabelecimentos comerciais do Rio Azuis. A decisão foi tomada majoritariamente pelos presentes. Alguns dos motivos que levaram à escolha do local para o estacionamento é por ser a área mais próxima do Rio Azuis com espaço apto, sem ser sobre a parte de baixo do Rio Azuis ou da nascente do rio; por estar antes de todos os restaurantes; pela amplitude do local e pelo dono do terreno ter manifestado a vontade de investir em um estacionamento.

Essa área em que atualmente funciona o estacionamento, exibida na Figura 80, era usada como campo de futebol, e o dono permitia que fosse usada como estacionamento apenas uma vez por ano durante o evento Azuis Celebra Jesus⁴⁷. Houve alguns moradores que não participaram dessas reuniões e não concordaram com essas decisões, quando já estavam sendo implementadas.

Figura 79 – Área do Estacionamento do povoado do Rio Azuis.



Fonte: SEBRAE, 2013.

A proibição de tráfego de veículos em cima da nascente causou conflitos internos na comunidade, pois alguns moradores se sentiram privados do seu direito

⁴⁷ O Azuis Celebra Jesus é um evento religioso que acontece uma vez por ano no povoado do Rio Azuis.

de ir e vir e de deliberar regras sobre o Rio Azuis, afirmando que “muita gente tá *[sic]* deixando de vir aqui” devido aos carros não estacionarem mais próximo ao rio.

A família que mora no terreno ao lado da nascente sofreu um impacto maior com essa medida, pois a maioria dos carros ficava estacionada lá, e somente a pousada deles fica no perímetro em que a passagem de veículos foi restringida. Em entrevista, um membro dessa família ressaltou que eles construíram o primeiro comércio do Rio Azuis, sendo uma das casas mais antigas do povoado. Diz um morador:

os povo têm de *[sic]* respeitar a gente, na estrada também tem de *[sic]* liberar. Eu acho que o direito é da gente. Quando os povo chegou a gente já tava aqui há muito tempo, como que os carro da gente, da pousada e tudo, mercadoria, tem que passar. Como que pode? Nasceu e criou aqui. A estrada é uma só, não tem como não⁴⁸.

Embora alguns membros da família da nascente concordassem com a necessidade do estacionamento, houve um conflito entre eles e os demais comerciantes, que culminou com a saída deles da AMAA. Entre os motivos que os levaram à escolha de não fazer parte da associação foi citado que “a associação não busca um objetivo comum”⁴⁹ e que o objetivo dela por vezes é alterado:

A associação eu acho que o foco dela às vezes é meio desviado, às vezes usa muito a associação. Vai fazer alguma coisa... ah, é associação. [...] Isso que eu acho um problema. Se tem um conflito, uma pendência, uma rixa com alguém, um processo. Aí fala, é a associação⁵⁰.

No entanto, a maioria dos membros da AMAA concordou que a medida de impedir o tráfego de veículos no perímetro do rio e a criação do estacionamento são fundamentais para se cumprir a lei ambiental e se proteger o meio ambiente.

No dia 15 de setembro de 2017, a AMAA emitiu uma nota pública informando que a comunidade do Rio Azuis estava cumprindo uma ordem judicial, emitida no dia 13 de setembro de 2017, que proíbe veículos automotores de transitar sobre a via de

⁴⁸ Entrevista concedida por morador, entrevista 11. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁴⁹ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁵⁰ Entrevista concedida por morador, entrevista 10. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

acesso à nascente do Rio Azuis, conforme ilustrado na Figura 81. Um dos moradores relatou que graças à interferência do Estado, com essa medida, o povoado teria dias menos conturbados e que não sabia se seria melhor para comerciantes e turistas, mas que essa medida era de grande importância para a conservação do Rio Azuis.

Figura 80 – Aviso aos Visitantes do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane Silva, 2017.

Em uma tentativa de agregar valor ao turismo local, foi realizado o evento Gastro Cultural no Rio Azuis, que ocorreu no dia 20 de outubro de 2017. O Show Gastro Cultural no Rio Azuis, visando a incentivar a economia local e a gastronomia, comercializou os pratos Arrumadinho de Tropeiro (feijão tropeiro e carne de sol), Isca de Tilápia servida com Pesto de Barú, T-bone servido com Arroz Cremoso, Tomates e Cebola Assada, Filé com Batatas *Sauté* com Molho de Nata, Bolinho de Bacalhau servido com Azeite Português, Caldo Verde, Caldo de Feijão, Pastelzinho de Belém, Creme de Papaia com Licor de Cassis, Tambaqui frito e Quibe Frito.

Buscou-se também promover a conscientização ambiental falando da importância da preservação da natureza. O ingresso do evento foi no valor de R\$10,00 ou uma muda de Tamarindo, Jatobá, Ipê, Tamboril, Bacupari, Indaúba, Cedro, Ingá ou ainda de Laranjeira. Todas as mudas arrecadadas foram plantadas, a fim de recuperar a mata ciliar do Rio Azuis.

Esse evento também buscou fortalecer a identidade cultural com atrações regionais de diversos estilos musicais. O acontecimento contou com o músico aurorense Juraildes da Cruz como atração principal e também com Fred Aymara, Helliton Bettas, Chiquinho Chocolate e Paulinho Braga.

O compositor Juraildes da Cruz foi chamado de “poeta do cerrado” por ser “um artista que garimpa saberes do cotidiano e os incorpora naturalmente em sua musicalidade, que usa uma poesia cheia de sátiras para questionar o que incomoda [...]” (FÉLIX, 2015). Em suas composições, fala com orgulho e amor sobre sua cidade natal, Aurora do Tocantins, e valoriza o patrimônio natural e cultural do Tocantins com músicas como *Jalapão*, *Cantão* e *Rio Araguaia*. Nas letras de suas canções, o compositor enaltece:

- a vida no interior – “A passarada acorda fazendo festa, a natureza sorrindo. A vida no campo é fruta madura. Amizade é coisa pura, é mel no coração. [...] cuscuz com leite, café com queijo, eu gosto é de um requeijão. [...] não troco essa vida por nada desse mundo”⁵¹.
- o contato com a natureza – “O céu estrelado hoje é minha casa e fica mais bonito quando tem luar. Eu quero acordar, com os passarinhos, cantar uma canção com o sabiá”⁵².
- o respeito às mulheres – “cansada dos horrores, relação desgastada. Naquele dia resolveu deixar de ser saco de pancada. [...] Maria da Penha o seu legado, tá na hora desses caras ver *[sic]* o sol nascer quadrado. De fala macia na delegacia, que coisa feia. Em quem se ama não se bate, quando bate dá cadeia”⁵³.
- além de um bom humor extraordinário - “Se farinha fosse americana, mandioca importada, banquete de bacana era farinhada. [...] Andam falando que nós *[sic]* é caipora *[sic]*, que nós tem que aprender ingles *[sic]*, que nós *[sic]* tem que fazê *[sic]* sucesso fora, deixe de bestaje *[sic]*. nós *[sic]* nem sabe o portugueis *[sic]*. Tira o bicho de pé com canivete, Mais já tô *[sic]* na internet, Nós *[sic]* é jeca *[sic]* mais *[sic]* é joia”⁵⁴.

Cantando músicas autorais, com referências musicais em ritmos como cantigas de roda, folia de reis, catiras, forró pé-de-serra, MPB, sertanejo raiz, jovem guarda e rock dos anos 1970 (VILARES, 2017), Juraildes da Cruz já recebeu diversos

⁵¹ Trecho da música *Vida no campo*.

⁵² Trecho da canção *Meninos*, de Juraildes da Cruz.

⁵³ Trecho da canção *Maria da Penha*, de Juraildes da Cruz.

⁵⁴ Trecho da canção “Nóis é Jeca, mas é Joia”, de Juraildes da Cruz.

prêmios, dentre eles, em 2010, o 21º Prêmio da Música Brasileira, como melhor cantor pelo voto popular (ESTADÃO, 2010). Participou da trilha sonora da novela da Rede Globo, *A Favorita*, com a música *Memória de Carreiro* (FELIX, 2015). Em 2015, venceu a 4ª Edição do Concurso de Música sobre a Lei Maria da Penha, em Brasília (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). O artista já participou de mais de 100 festivais de música em que já se apresentou ao lado de Genésio Tocantins, Caetano Veloso, Elba Ramalho, Zé Ramalho, Oswaldo Montenegro, Fagner, Alceu Valença, Jackson do Pandeiro, Sebastião Tapajós e outros. Participou do CD *Canto Cerrado* e teve músicas gravadas por artistas como Pena Branca e Xavantinho, Xangai, Eugênio Avelino (CONEXÃO TOCANTINS, 2017).

O cantor Juraildes da Cruz é muito admirado pela população local de Aurora do Tocantins. Foi homenageado no povoado do Rio Azuis com um palco batizado com seu nome, representado na Figura 82. O músico compôs uma canção chamada “Aurora Régia” que fala dos atrativos turísticos da cidade de Aurora do Tocantins e destaca a importância da preservação ambiental do Rio Azuis, conforme apresenta a Figura 83.

Figura 81 – Juraildes da Cruz, compositor aurorense, no palco Juraildes da Cruz, no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane José da Silva, 2017.

Figura 82 – letra da música Aurora Régia, de Juraildes da Cruz.**AURORA RÉGIA**

Juraildes da Cruz BR.ZUR.14.00004

Eu canto, canto, minha terra querida
Batizado o chão do livramento
Aurora régia, aurora da minha vida
Tocantins, Serra Geral, monumento

Eu posso até não ser o mel das abelhas
Mas só de ser o samburá já tá bom
Meu jatobá que sombreava as ovelhas
Era tão belo no sol da manhã
Meu pai campeava gado
Minha mãe sonhava que eu fosse doutor
De Erondina e Abílio nasceu
A semente que esse chão brotou

O povo dessa terra é um povo natural
Tem o seu modo de ser feliz
Tem sua filosofia original
Melhor fanhoso do que sem nariz
Cachoeira da Sombra, água boa
Remanso Maria Velha
No poço ainda moço me banhei
Menino de abrir cancela

Eu canto, canto, minha terra querida
Batizado o chão do livramento
Aurora régia, aurora da minha vida
Tocantins, Serra Geral, monumento

Banco de areia é coisa de cinema
Meu pé de serra de iaiá e ioiô
Lá pro Mocambo, lá pro lado das Em a
Buritizim do véi Antenor
O Azuis tão cristalino por fora
Por dentro azul-turquesa
Meus olhos de menino ainda choram
Preserve a natureza

Na vida eu tive dois privilégios
Presentes que Deus me deu
De ter nascido nesse pé de serra
E o outro onça não me comeu
Cachoeira do Ribeirão, pé de Deus
Escorrega, mas não cai
Ponha o pé nessa fôrma menino
Que essa fôrma é do teu pai

Eu canto, canto, minha terra querida
Batizado o chão do livramento
Aurora régia, aurora da minha vida
Tocantins, Serra Geral, monumento

Juraildes da Cruz (voz e violão nãilon),
Jairo Reis (violão aço), Bororó (baixo),
Edilson Moraes (percussão), Andréa
Teixeira (flauta)

Fonte: Issuu, 2015.

Nesse mesmo evento, aconteceu um desfile de moda com a marca Tuya Kalunga, marca quilombola “idealizada por Maria Helena Serafim, mais conhecida como Tuya”, residente no território quilombola Kalunga, no município de Monte Alegre de Goiás. A marca foi desenvolvida na intenção de incentivar a interação, o aprendizado, a alegria, o cooperativismo e a união, sendo também uma alternativa de trabalho e renda, aproveitando a habilidade, criatividade e saberes tradicionais das mulheres Kalunga. Tuya desempenha a função de presidente da Associação de Mulheres Quilombolas Kalunga, a profissão de professora da escola da comunidade, e tem formação no curso de Educação do Campo pela Universidade de Brasília. Ela destaca que as “mulheres ocupam um papel relevante no processo de resistência e (re)existência das comunidades frente às novas formas de colonização e

colonialidade”. Elas também atuam “na transmissão dos saberes tradicionais” e “no processo de autogestão dos territórios” (SERAFIM *et al.*, 2018, p. 9).

O artigo “A experiência de organização das mulheres quilombolas Kalungas de Monte Alegre do Goiás em prol do fortalecimento da autogestão territorial”, de autoria de Maria Helena Serafim, Rosiene Santos, Olga Brigitte, Fernanda Gomes da Silva e Mirian Aprigio, apresentado no I Seminário Internacional Povos e Comunidades Tradicionais Frente a Projetos de Desenvolvimento e no V Seminário: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, ocorrido de 20 a 23 março de 2018, em São Luís, Maranhão (SEDMMA, 2018), descreve os objetivos da marca Tuya Kalunga:

A Tuya Kalunga é uma marca de roupas que busca fortalecer e valorizar o estilo e a identidade cultural Kalunga, não apenas como uma marca, mas para o resgate de antigas tradições do quilombo, como ter pé de algodão no quintal, o tear, o costurar, a saia e vestidos rodados que dão fluidez na dança, o fortalecimento feminino, como uma opção de trabalho e renda para as mulheres Kalunga, como instrumento de integração social e cooperativismo. O acesso a renda possibilita às mulheres permanecerem na comunidade e terem autonomia econômica e terem acesso a bens. A geração de renda é necessária também porque contribui para que as mulheres saiam da dependência econômica dos homens visto que este é um dos fatores que atua na manutenção das relações hierárquicas entre homens e mulheres e na passividade diante de situações de violência doméstica. Pode-se afirmar que o envolvimento das mulheres com a produção das roupas, nas feiras e nos desfiles, tem contribuído para elevar o *status* da mulher kalunga na comunidade além de gerar renda para as mesmas (SERAFIM *et al.* 2018, p. 8).

Com isso,

tem sido possível observar que, a partir do momento em que as mulheres se sentem produtivas, úteis e valorizadas, sua autoestima eleva-se, bem como seu engajamento com a comunidade, o cuidado consigo e com a comunidade (SERAFIM *et al.* 2018, p. 8).

O desfile Tuya Kalunga no evento Gastro Cultural do Rio Azuis foi totalmente colaborativo, contando com a participação de modelos voluntárias de Aurora do Tocantins e de Taguatinga, estado de Tocantins, e com a presença de Maria Helena Serafim, idealizadora da marca Tuya Kalunga. As roupas são criativas, coloridas e alegres, em sua maioria saias e vestidos. A Tuya Kalunga também tem peças em algodão cru, representadas na Figura 84, que ilustra a autora com um vestido de algodão com aplicações em tecido estampado. Maria Helena explicou que era muito

comum enfeitar as roupas com aplicações de tecido estampados, pois no quilombo era difícil ter acesso a tinta de tecido.

Figura 83 – Foto da autora com vestido da marca quilombola Tuya Kalunga.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Edgar Marra, 2017.

Apesar dos esforços realizados com o intuito de apaziguar os ânimos dos moradores, os conflitos na comunidade do Azuis continuavam. No dia 30 de outubro de 2017, indignados com o estabelecimento de uma portaria e de estacionamento, no momento em que, de fato, se colocou o portão na entrada do

complexo turístico do povoado do Rio Azuis, os proprietários do terreno da nascente fecharam o portão que dá acesso à nascente para os turistas no restante do dia, com a justificativa de que a AMAA fechou a estrada sem o consentimento deles, prejudicando-os.

No dia 1º de novembro de 2017, foi colocada uma placa da cobrança de taxa de entrada (Figura 85), no terreno que dá acesso à nascente, estipulando o valor de R\$10,00 por pessoa, o que gerou muitas reclamações e manifestações de repúdio por parte do público das cidades circunvizinhas.

Figura 84 – Placa da cobrança de taxa de entrada da nascente do Rio Azuis.



Fonte: Jackeline Ramos, 2017.

Nesse mesmo dia à noite, os membros da AMAA se reuniram e emitiram uma nota dizendo não compactuarem com essa cobrança. Afirmaram que a taxa não foi planejada coletivamente com a associação, não foi avisada previamente aos visitantes, e ocorreu em um momento crítico de regularização do turismo no Rio Azuis.

Nessa nota foi dito que a taxa não contribuiria para a conservação ambiental e para o bem comum. Foram explicadas ao público as ações do Ministério Público e Naturatins, e foi destacado que as intervenções dos órgãos ambientais são importantes para a preservação do meio ambiente. Também foi ressaltada a necessidade da cobrança do estacionamento.

Em outra nota, divulgada em 4 de novembro de 2017, a AMAA informava aos turistas que a cobrança de R\$10,00 por pessoa, que durou quatro dias, foi suspensa. Ainda especificou que, por decisão da AMAA, os turistas não poderiam entrar com

comidas, bebidas e churrasqueiras no povoado do Rio Azuis, e nem consumir alimentos e bebidas dentro e às margens do Rio Azuis, conforme a Figura 86.

Foi explicado que essa decisão se deu com o objetivo de: conter a quantidade de lixo descartado às margens do rio, o que ocasiona aumento de mosquitos e vetores de doenças; diminuir os acidentes por objetos cortantes depositados no fundo do rio; evitar as churrasqueiras em lugares impróprios para reduzir assim o risco de queimadas; fomentar o comércio local; melhorar a infraestrutura de atendimento ao turista; e fortalecer a comunidade por meio da cooperação, da capacitação e melhora das opções de trabalho. Também foi informada a proibição de som automotivo em todo o perímetro do povoado do Rio Azuis, conforme Art. 42, III, da Lei de Contravenções Penais, ficando o infrator sujeito a processo criminal e multa pelo Naturatins.

Na nota, a AMAA informou que já havia iniciado o processo de recuperação da vegetação em várias áreas no Rio Azuis, com árvores nativas que foram plantadas e com as mudas arrecadadas no evento Gastro Cultural do Rio Azuis. Foi pedida a colaboração de todos os visitantes no sentido de não pisar em cima nas áreas cercadas e sinalizadas e não jogar lixo no ambiente.

Figura 85 – Avisos aos visitantes do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto da Autora, 2018.

Dias depois que essa nota oficial da AMAA foi publicada, os proprietários do terreno em frente à nascente estabeleceram a cobrança de R\$5,00 por pessoa para entrar no recinto. Essas mudanças causaram estranheza aos moradores das cidades

circunvizinhas, pois, apesar de o Rio Azuis estar em uma área particular, sempre foi de uso público, sem qualquer tipo de cobrança. Parte dos turistas que são aparentemente preocupados com os impactos ambientais da visita considerou as mudanças bastante positivas e necessárias. Por outro lado, outros visitantes consideraram que as medidas restritivas tiraram do Rio Azuis a característica de bem público, e se sentiram excluídos do patrimônio natural de Aurora do Tocantins, deixando até mesmo de visitar o local.

De acordo com informações obtidas por meio de entrevistas com comerciantes locais, durante o mês de outubro de ano 2017, quando entrou em vigor a portaria, os restaurantes e pousadas enfrentaram uma drástica queda nas vendas em decorrência da diminuição da visita turística. No período de férias, a visita aumentou, com o público de cidades mais distantes, como Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Brasília, Goiânia, Dianópolis, Palmas, entre outras.

Houve discussões entre a família dos proprietários do terreno em frente à nascente e a AMAA, com a finalidade de se unificar. na portaria, a cobrança de entrada da nascente e do estacionamento, e se reinvestir o dinheiro na manutenção e preservação do rio, na reversão de danos ambientais e em ações sustentáveis, mas não se chegou a um consenso.

Membros dessa família afirmaram que, na nascente, está a maioria dos problemas do rio, por isso é justa a cobrança. Disseram que desde a definição do estacionamento, outros moradores querem impedi-los de passar de carro até sua residência. Ressaltaram que os motivos para que não se cobre a entrada unificada no complexo turístico é que existe muito desrespeito dos demais moradores em relação a eles, e que o terreno tem muitos proprietários:

Não ia cobrar, mas o povo lá da frente até querer proibir a gente de chegar na nossa casa, eles querem... ia fazer para a gente ser proibido de chegar até lá em casa. [...] Pois é realmente por causa do dinheiro que estamos cobrando, apenas em nosso estabelecimento e que não interfere em nada nos outros. O problema é que se está cobrando lá em casa e tá esse desrespeito todo, imagine se for cobrado lá na frente, que tem mais dono do que terra? Pois, até agora com todo atento de todos contra nós, a gente estava quieto.⁵⁵

As pressões dos órgãos ambientais impulsionaram as discussões sobre as perspectivas para a sustentabilidade e as medidas necessárias para se desenvolver

⁵⁵ Comerciante, mulher. Relatado em 6 de março de 2018.

o turismo com responsabilidade socioambiental no Rio Azuis. Entre os debates da AMAA estavam a necessidade de um manejo de impactos de visitação que priorize não só o número de pessoas que podem entrar no rio por dia, mas também as regras de visitação e o uso do rio.

De acordo com Zimmermann (2011), o manejo do impacto de visitação é uma ferramenta de gestão que busca o aumento da qualidade da visitação, da experiência turística e da preservação dos recursos naturais. Atenta-se não apenas para a quantidade de turistas, mas para o comportamento e os efeitos da visitação turística na fauna e flora locais. Para isso, é necessário definir as regras de visitação turística, realizar um estudo dos impactos locais, organizar, planejar, fiscalizar e avaliar os resultados do manejo dos impactos decorrentes do turismo.

Segundo o ICMBIO (2014), para que haja um manejo do impacto de visitação que minimize os danos ambientais, é preciso, além do planejamento inicial dos indicadores de impactos, realizar um trabalho cíclico de monitoramento e avaliação da visitação e do ambiente.

No período de outubro de 2017 a julho de 2018, continuou-se a cobrança do estacionamento privado e da taxa de R\$5,00 para entrar na nascente, e a AMAA permanecia sem nenhum tipo de arrecadação. Os conflitos socioambientais entre parte dos moradores continuaram por todo esse período, estendendo-se a processos judiciais. Ocorreram diversas denúncias a órgãos como Naturatins, Procon, Ministério Público, a fim de retirar a cobrança da nascente do rio.

Nas reuniões da AMAA, discutia-se a necessidade de ter uma fonte de renda para realizar as medidas em prol da conservação da natureza, que eram necessárias e urgentes. Cada vez mais chegavam avisos e determinações dos órgãos ambientais, e sem recursos era inviável fazer as ações necessárias. Foi levantada a hipótese de a AMAA cobrar uma taxa de entrada na portaria por pessoa que incluiria o pagamento do estacionamento e uma parte para a associação; ou abrir uma trilha suspensa com licenciamento ambiental até a nascente do Rio Azuis pela outra margem do rio, que hoje tem mata fechada; ou vender camisetas, chinelos, canecas, chaveiros e diversos produtos artesanais com a marca Rio Azuis; a fim de iniciar um caixa para a associação.

Houve uma diminuição nos problemas relacionados à superlotação. O público que vinha com ônibus de excursões também diminuiu consideravelmente, pois muitos

traziam seus alimentos, bebidas e churrasqueiras, e isso foi proibido. Também reduziu muito a visitação do público das cidades vizinhas.

Os turistas, após a cobrança de taxa, ficaram mais exigentes por melhorias na infraestrutura turística, no atendimento e na preservação ambiental, no entanto, nesse período foram percebidas poucas mudanças estruturais relacionadas a medidas de recuperação ambiental.

Em entrevista, moradores relatam que um dos entraves para se fazerem as transformações desejadas, como retirar o concreto das margens do rio e colocar bloquetes e recuperar a mata ciliar, é a burocracia para se conseguir o licenciamento ambiental, mas que foi contratado um engenheiro ambiental a fim de adequar o estabelecimento às normas ambientais e realizar o projeto de recuperação das áreas naturais degradadas.

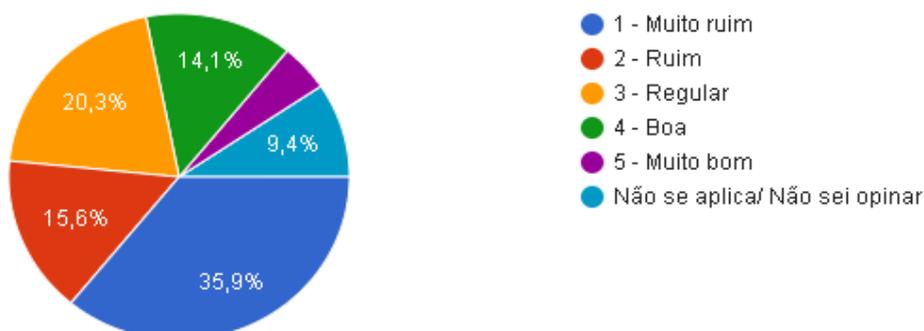
Em abril de 2018, a comunidade do Rio Azuis foi inserida no Comitê Gestor de turismo de Aurora do Tocantins, que conta com membros das associações do município, do Secretário de Turismo da cidade, de membros do poder público, empresários do ramo turístico, condutores locais, guias, membros da universidade, SEBRAE e donos de atrativos, e está em processo para formatar os atrativos turísticos e divulgar outros atrativos da cidade e da região das Serras Gerais.

Em pesquisa preliminar *online* direcionada a visitantes, publicada em 2 de julho de 2018, foi perguntado ao turista como ele avaliava a cobrança na nascente do Rio Azuis. A maioria avaliou como muito ruim, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Cobrança da nascente do Rio Azuis.

Como você avalia a cobrança na nascente do Rio Azuis ?

64 respostas



Fonte: Elaboração da Autora, 2018.

Entre os comentários dos visitantes houve os que são contra a cobrança: “há uma visão capitalista em detrimento da visão de preservação”; “a cobrança deixa claro o uso do rio como agente de reprodução do capital”; por mais que seja privado a área a nascente não é; sendo assim devia ser tombada como reserva de proteção.”; “particularmente achei péssimo, tanto que a diminuição de visitação ao povoado fala por si só.”; “não deveria ser cobrado a entrada e nem estacionamento como antigamente.”; “não acho correto cobrar por um ponto turístico, acho correto ter o limite de pessoas para banhar na nascente”.

Também houve os que são favoráveis à cobrança, desde que haja retorno em ações de preservação ambiental: “tem que cobrar e investir na manutenção; apenas gostaria de saber o que é feito com o dinheiro em relação à proteção ambiental”; “se o dinheiro retornar para ações no local”; “acho necessária, porém tem que ter cautela e criar alguns critérios de cobrança.”; “acharia uma coisa válida, se fosse para investir no azuis e não ganho pessoal, como é o que acontece. o dinheiro tem que ser aplicado na comunidade de [sic] forma de [sic] benfeitorias para todos da comunidade”.

Outros consideram que a cobrança poderia ser unificada na entrada do complexo turístico: “Tem que ser cobrado na entrada do povoado”; “Deveria ser apenas uma cobrança e não duas porque no estacionamento também cobra”.

É uma situação bastante comum que atrativos naturais turísticos situados em áreas privadas que foram de uso público ou concedido, tenham, em determinado momento, o lazer hídrico regulamentado e seja estabelecida a cobrança de entrada. Assim, esse não é um caso isolado do Rio Azuis, mas foi verificado também em localidades como a Chapada dos Veadeiros e Pirenópolis. O turismo nesses atrativos naturais cujo acesso é cobrado acaba gerando demandas por serviços, produtos, construção de infraestruturas turísticas e diversas exigências dos visitantes que se sentem em seu direito de requerer melhorias como consumidor. (COSTA *et al.*, 2015).

No dia 19 de julho de 2018, os consultores do SEBRAE, Tatiana e Eliezer, deram uma consultoria para o estabelecimento da nascente do rio, realizando o estudo da capacidade de carga do local e fazendo uma consultoria empresarial e turística, conforme Figura 87.

Figura 86 – Placa de consultoria SEBRAE, no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Os consultores marcaram uma reunião, que contou com a presença de todos os membros da AMAA, a fim de tentar intermediar um acordo entre a associação e os proprietários do terreno da nascente do rio. Eles passaram um *slide* da consultoria explicando todos os aspectos desse possível acordo.

Começaram explicando que, conforme a Constituição Federal, no artigo 20, item III, os lagos, os rios e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio são considerados bens naturais que pertencem à União. Afirmaram que a APP, de acordo com o Código Florestal, é definida como toda a faixa de terra, coberta por vegetação, que exerce a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, tendo por finalidade a proteção do solo e o bem-estar das populações, nos limites definidos pela legislação – art. 1º, §2º, II do Código Florestal.

Segundo os consultores do SEBRAE, a obrigatoriedade de zelar a nascente do Rio Azuis e adequar seu uso turístico à legislação ambiental, realizando a gestão e as cobranças necessárias aos turistas, é do proprietário do terreno marginal. Essas não são necessariamente uma atribuição coletiva da AMAA, pois, caso haja penalizações do poder público, elas seriam no nome do proprietário do terreno e não no da associação.

Esse argumento difere da visão da AMAA, que acredita que as decisões e a organização do turismo no Rio Azuis deveriam ser feitas de forma coletiva e

participativa, baseada na sustentabilidade, já que toda a comunidade depende da atividade turística do Rio Azuis. O entendimento dos consultores enfraquece o papel da associação, uma vez que a gestão ambiental e territorial na nascente impacta todos os moradores, tanto na parte de baixo do rio quanto em todo o complexo, sendo mais adequado um planejamento holístico do que apenas setorial. Os consultores nos explicaram que nem sempre esse tipo de planejamento comunitário do turismo dá certo, uma vez que existem conflitos em qualquer organização social.

Os profissionais do SEBRAE afirmaram que não é correto cobrar para entrar, como está sendo feito no povoado do Rio Azuis, mas que pode haver cobrança por serviço turístico. Deve ser cobrado o acesso ao recurso natural, mediante controle de fluxo, obediência a regras de segurança, a partir de cobrança pela oferta de produtos e serviços de: ecoturismo, turismo de aventura, turismo balnear e turismo de experiência.

Foi explicado que só é correto cobrar por atividades de ecoturismo em áreas naturais, se os proprietários de terrenos marginais:

- obedecem à legislação ambiental;
- atendem às prerrogativas do Código de Defesa do Consumidor;
- garantem segurança dos visitantes;
- oferecem condições de acesso ordenado, sendo um negócio turístico.

Concluíram que o Rio Azuis é um ambiente natural turístico que se agregando valor à experiência turística é condizente cobrar, no entanto, segundo eles cobrar apenas o acesso sem oferecer qualquer contrapartida operacional, é ilícito e arbitrário.

Por meio dos consultores, os proprietários do terreno em frente à nascente propuseram, na presença dos membros da AMAA, comerciantes e moradores, na reunião do dia 19 de julho de 2018, que iriam estabelecer o conjunto de regras de uso do rio, a instalação de comunicação visual de ordenamento, campanha de reflorestamento da margem.

Tatiana e Eliezer também falaram que haveria controle de portaria e educação ambiental, e que poderia utilizar a estratégia de *marketing* via redes sociais com o plantio de árvores por crianças. Essa estratégia não foi implementada, sendo as mudas nativas plantadas apenas pelos moradores locais que possuem o terreno, conforme Figura 88.

Figura 87 – Placa Dissemine essa ideia, consultoria SEBRAE no povoado do Rio Azuis.



Fonte: SEBRAE

Os técnicos do SEBRAE aconselharam que o acesso à nascente do Rio Azuis para contemplação e o consumo no restaurante seria gratuito e o banho recreativo no poço obedeceria a carga ambiental de uso, considerando a proibição de pisoteio no fundo do curso d'água e de acesso à região onde brota água, com limitado tempo de uso, e com equipamento flutuante pago. Os proprietários do terreno em frente à nascente sugeriram que o valor desse serviço fosse de R\$5,00, mas os consultores orientaram que esse valor seria insuficiente e poderia ser, no mínimo, R8,00.

Os técnicos do SEBRAE também sugeriram cevar peixes para criar um atrativo a mais para flutuação no Rio Azuis, ressaltando que existem outros lugares como Nobres, em Mato Grosso do Sul, que utilizam essa ação de alimentar peixes, que não é proibida por lei. No entanto, essa prática não é ecologicamente correta, pois modifica a dinâmica natural do ecossistema. Até o momento do encerramento deste trabalho, essa atividade não ocorreu.

Um dos consultores informou que a proibição do pisoteio se deve à degradação ambiental causada pelo pisoteamento do fundo da nascente do rio, que era repleta de pedras de cor azul-esverdeada, e atualmente não se nota mais esse fenômeno. No estudo de carga que fizeram, observaram ainda o desaparecimento de algumas ressurgências de água próximas às duas nascentes principais que originaram o nome de Rio Azuis, devido ao assoreamento e desbarrancamento em partes do rio.

Os técnicos do SEBRAE propuseram auxiliar na elaboração do cálculo de carga ambiental (CC) e na emissão de relatório técnico. O resultado do estudo do CC da nascente do Rio Azuis foi entregue em setembro de 2018. O resultado foi de 140 visitantes por dia, no máximo, organizado em grupos. O número máximo de pessoas dentro da nascente por vez é de 37,50, portanto 37 banhistas, que poderiam estar simultaneamente dentro da água. Os técnicos do SEBRAE sugeriram que

o tempo médio recomendado de uso da piscina natural para banho recreativo e mergulho de flutuação é de 30 minutos a cada operação. Sugere-se não posicionar 37,50 pessoas simultâneas e sim promover 10 grupos de 14 pessoas a cada tempo, favorecendo o conforto operacional havendo manejo para estender a permanência para até 45 minutos para cada grupo, preservando 15 minutos para transferência da operação de grupo a grupo.

Os técnicos do SEBRAE também recomendaram nesse estudo de capacidade de carga o uso obrigatório de equipamento flutuante, tal qual os equipamentos exibidos na Figura 89.

Figura 88 – Equipamentos flutuantes de uso obrigatório na nascente do Rio Azuis, recomendados na consultoria do SEBRAE.



Também foi ressaltado que é necessário isolar a cavidade em que a água nasce, como mostra a Figura 90: “O local da fonte, onde brota água da nascente, será impedido o acesso interditando que frequentadores pisoteiem a contenção natural, aproximando-se na distância limitada apenas para fotografias”.

Figura 89 – Área de Interdição obrigatória na surgência cárstica do Rio Azuis.



Fonte: SEBRAE, 2019.

Até a conclusão deste trabalho, não foi implementado o limite de pessoas por dia baseado no estudo de capacidade de carga ambiental.

Para todos os estabelecimentos do Rio Azuis, o SEBRAE Tocantins ofereceu curso de coquetéis, incluindo ingredientes nativos do Cerrado, e um curso de excelência no atendimento. Esses cursos aconteceram no início do mês de agosto de 2018.

Também foi oferecida pelos consultores do SEBRAE uma consultoria especializada em arquitetura e urbanismo que iria elaborar um *layout* de adequações para cada pousada e restaurante interessados que atendessem à capacidade de investimento do empresário. Até o término deste trabalho, essa consultoria de arquitetura e urbanismo não ocorreu e não há previsão de data para acontecer, uma vez que o contrato do SEBRAE na região não foi renovado.

Os técnicos disseram que dariam apoio ao estabelecimento da nascente do Rio Azuis na apresentação ao Procon do modelo de negócio turístico a ser adotado e ao órgão ambiental do modelo sustentável de uso do recurso natural. Isso porque já havia um mandato para tirar a cerca em volta da nascente do rio e com relação à cobrança, uma vez que não havia qualquer tipo de recibo ou nota fiscal para os turistas que pagavam os R\$5,00 de taxa de entrada. O SEBRAE Tocantins

argumentou junto a esses órgãos que se a cerca fosse removida, não haveria o controle do turismo e da quantidade de pessoas que entram na nascente, colaborando assim para que a cerca não fosse retirada.

Quanto à cerca ao redor da nascente, atualmente existem diversas opiniões entre os membros da AMAA. Alguns falaram que gostariam que a cerca fosse removida: “primeiro eles tinha [*sic*] que fazer é obrigar a tirar aquela cerca”⁵⁶. Também foi falado que a cerca é “feia” e parece uma cancela de fazenda, e que poderia ter sido feita com bambu, ou madeira, para dar uma aparência melhor. Outros pensam ser um direito do proprietário, e que apesar de não gostarem da cerca, não seria uma atribuição dos órgãos ambientais retirá-la, mas sim uma demanda a se resolver internamente via associação:

Eu acho que, se você tem uma propriedade e ela é sua por direito, você tem direito de cercar ela. [...] Não temos culpa... somos privilegiados do Rio Azuis nascer dentro de uma propriedade e morrer dentro da própria propriedade. Se não é de um é de outro. Se não tem o direito documental tem o direito hereditário. E tem o direito por compra e venda. De forma que o Rio Azuis é um pequeno rio [...] tá dentro de uma propriedade particular e acho que não cabe ao município ou o estado vir interferir devido a essas divisas. Aquela cerca, eu acho que não deveria ter, mas, se o proprietário lá, entende [...] que tem que cercar a propriedade dele e pra entrar na nascente do rio pela margem direita tem que passar dentro da propriedade dele, que ele tenha os seus [ganhos]. Eu acho que a associação de moradores deveria gerir isso, mas, se ele entende que ele tem que gerir, cabe à associação ter o acesso licenciado da outra margem do rio. Eu acho que a associação vai ter um acesso, dentro da capacidade que a nascente suporta. Essa trilha tem que ser suspensa, ela não pode cortar árvore. Ela tem que ser dentro dos moldes que a Naturatins vai exigir⁵⁷.

No final do mês de dezembro de 2018, os proprietários da nascente colocaram uma placa fornecida pelo SEBRAE Tocantins (Figura 91) informando que a entrada no rio passaria a ser R\$25,00 e as demais informações discutidas em reunião. O valor relatado em reunião para a comunidade foi de R\$5,00 a R\$8,00, e que a AMAA cobraria R\$5,00 na entrada do complexo. A discrepância no valor causou revolta nos demais moradores e comerciantes, em virtude de na placa estar escrito R\$25,00.

⁵⁶ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 7. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁵⁷ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Figura 90 –Placa de aviso da cobrança de taxa de 25 reais para acesso à nascente do Rio Azuis.



Fonte: SEBRAE, 2019.

Em entrevista feita em 6 de janeiro de 2019, membros da família do terreno da nascente relataram que não tinham conhecimento que o valor seria R\$25,00 e que havia estabelecido esse valor foram os consultores do SEBRAE. Disseram que ficaram surpresos com o preço da taxa na placa quando a receberam, mas que um dos técnicos informou que esse era um valor recomendado para que se pudesse implementar o projeto de flutuação conforme o planejado. Seria possível trabalhar com desconto para empresas ou agências de turismo locais. Também foi explicado que o valor de R\$25,00 equivaleria à faixa de preço estabelecida em outros atrativos turísticos de Aurora do Tocantins e Lavandeira formatados pelo SEBRAE, a exemplo da Prainha do Pequizeiro e o Banco de Areia.

Em 3 de fevereiro de 2019, o consultor do SEBRAE Tocantins explicou alguns aspectos que os levaram a sugerir o valor de R\$25,00 na placa:

nos sugeriram [o valor]. A consultoria não tem autonomia de decidir o negócio das pessoas, o que acontece é que os valores médios praticados nos atrativos naturais, seja aí em Aurora ou nos outros municípios das Serras Gerais eles variam de R\$20,00 a R\$25,00. Lagoa da Serra 25, Brejo Limpo 30, então assim, foi feita uma média e sugerido um valor de acordo com o que é praticado na região. Isso não obriga a pessoa a arbitrar o valor [...] e fica o livre arbítrio do empresário se ele quiser praticar um preço menor [...] realmente o valor do acesso ele precisa ter uma margem que a gente chama de *markup* pra [sic] poder também abranger as parcerias [...] Normalmente você passa pra uma operadora local 20% de comissão [...] chama construção tarifária, né. Então a gente fez uma oficina aí em Aurora. Teve pessoas que participaram pra entender como se constrói o preço de uma operação turística, que envolve equipamento, que envolve aplicação de regras, controle de carga, enfim. Então a gente trouxe a placa e deixou ela livre, inclusive ela nos pediu um termo em que justificava que ela estaria cobrando um valor menor, até alguns ajustes operacionais. E dissemos a ela que se ela quisesse tampar [o valor] ou o que ela quisesse fazer, ela tem o livre arbítrio. O SEBRAE ele não determina os negócios de ninguém. Ele orienta. Por isso que a gente utiliza a palavra sugerimos, e justificamos porque sugerimos.

Primeiramente eles deixaram a placa, mas continuaram cobrando R\$5,00. Mas a placa foi amplamente divulgada nos grupos de *WhatsApp* e nas demais redes sociais locais, ocasionando uma diminuição intensa na quantidade de turistas. Muitos moradores das comunidades vizinhas comentaram que iam deixar de visitar o Rio Azuis, que a comunidade local estava excluindo, com tais medidas, as pessoas que não têm um poder aquisitivo alto e que iriam fazer denúncias nos órgãos de defesa do consumidor.

Por volta do dia 23 de dezembro de 2018, começou a entrar em vigor a cobrança, conforme mostra a Figura 92. Nesse dia, tentou-se implementar algumas restrições, como a permanência dentro do rio por 30 minutos para quem pagasse a importância de R\$25,00. Também foi oferecido colete de flutuação como um acessório opcional. Os comerciantes da nascente não conseguiram concretizar a regra da flutuação discutida em reunião, pois muitos turistas não aceitavam usar o colete e mesmo se todos aceitassem, ainda não havia sido comprada a quantidade de equipamentos suficientes para a operação funcionar.

Ainda foi estabelecido que quem entrasse na propriedade e precisasse sair para ir ao estacionamento ou almoçar em outro restaurante pagaria R\$25,00 novamente. Muitos turistas foram até o portão e desistiram da visita à nascente.

Figura 91 – Portaria da nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Em entrevista, membros da família que moram em frente à nascente disseram que a restrição de os turistas entrarem e não poderem sair e voltar novamente era para evitar que fosse atingido o número máximo de pessoas estabelecido no estudo de capacidade de carga. Isso porque se houvesse, por exemplo, atingido o número máximo de pessoas na nascente e algum visitante quisesse voltar e fosse negado, ele não iria aceitar que não podia entrar novamente. Por isso, no entendimento deles, foi melhor proibir a todos.

Os turistas relataram que cada um pagou um valor diferente. Alguns turistas disseram que pagaram R\$25,00; outros disseram ter pagado R\$20,00, R\$15,00, R\$10,00 ou R\$5,00; e alguns disseram que entraram de graça. A diferença de valores foi explicada em entrevistas com membros da família do terreno da nascente. Eles

informaram que faziam descontos se os turistas estivessem em um grupo grande, ou em alguns casos em que os visitantes afirmaram não ter o dinheiro necessário para entrada, ou ainda se a pessoa fosse consumir no restaurante ou se hospedar na pousada deles.

Os outros comerciantes ficaram revoltados e afirmaram que essa medida se tratava de compra associada, em que eles estariam induzindo os turistas a não irem a outros restaurantes. Houve uma drástica queda na visitação, e a parte de baixo do rio, onde não era cobrada taxa de entrada, ficou muito lotada, enquanto parte da nascente do rio tinha menos problemas relacionados a superlotação. Como disse,

quando fechou eu não concordei, mas a Tatiana convenceu a gente. Já veio fiscais pra ele [proprietário da nascente] tirar a tela e ele não tirou. Ia cobrar não pra entrar, não pra tomar banho e nem tirar foto, ia cobrar a boia. Se você viesse sem seu equipamento, seu colete. Mas isso não está acontecendo. Você vê um monte de pessoas no rio ninguém usando boia, ninguém usando coletes, ninguém usando os óculos. [...] ela [Tatiana] disse que ia ter limite, ia ser organizados, unidos. Cadê? [...] ele [proprietário da nascente] olha pra cara da pessoa, e ele cobra o quanto ele quer, porque já teve clientes que veio aqui e disse que ele cobrou mais de dez [reais]. não é normal, não é certo. ele tá usando e abusando da cara das pessoas. é indignação. Não tem bom atendimento, o olho da cara, não sabe nem quando ele vai cobrar, não é certo.

Cabe ressaltar que os consultores do SEBRAE não puderam ajudar na implementação do serviço turístico de flutuação na nascente do Rio Azuis, como o planejado. Isso porque quando se iniciou essa cobrança dos R\$25,00, no final de dezembro de 2018, eles estavam de férias; e no ano de 2019, o contrato deles para a consultoria no Rio Azuis e demais atrativos da região turística Serras Gerais não foi renovado.

Houve até mesmo alguns comerciantes que orientaram turistas a entrarem na nascente por dentro do rio, indo pela parte de baixo do Rio Azuis até a nascente, mas sem pisar no terreno da nascente para não configurar invasão de propriedade. Argumentou-se que o rio é público e que não se poderia proibir essa prática.

Essa atitude culminou em um conflito muito sério entre o proprietário do terreno em frente à nascente e um grupo de turistas. Uma das pessoas do grupo relatou em entrevista que foi ameaçada no terreno da nascente por ter entrado por dentro do rio sem pagar a taxa de entrada requerida.

Um dia após a cobrança, os restaurantes e pousadas ficaram praticamente vazios e em atitude de protesto, alguns comerciantes fecharam a estrada e não deixaram nenhum turista passar pela estrada para acessar a nascente. Os que insistiam eram cobrados em um valor de R\$10,00, dinheiro que seria doado para a associação. Essa atitude não foi decidida por reunião da AMAA, e sim uma ação de alguns comerciantes. Esse bloqueio da estrada durou um dia e culminou no envolvimento da polícia, que veio desobstruir a estrada e pedir para que os conflitos internos da comunidade fossem resolvidos no diálogo ou por processo judicial, sem envolver os turistas⁵⁸.

Em texto publicado pelo *site* de notícias *Tribuna do Interior*, em 19 de maio de 2018, intitulado “Rio Azuis, para um ou para todos?” são expostas algumas considerações sobre a taxa de entrada da nascente:

Desprovido de licenciamento e normas de segurança, ele cercou a nascente do Rio Azuis e passou a cobrar para entrar ou tomar banho no Rio Azuis, sem apoio da comunidade local, criando muitos conflitos e prejuízos ao turismo no Rio Azuis. [...] Por fim, a cobrança de taxa de acesso por um indivíduo, só servirá a ele para auxiliar em seu enriquecimento pessoal em detrimento do interesse coletivo da comunidade, tendo em vista que a terra é de sua propriedade, mas o rio e sua nascente pertencem a união e todos que dele vivem, comunidade e usuários. A comunidade como tutora, os usuários visitantes como contribuintes para sua melhoria e conservação (TRIBUNA DO INTERIOR, 2018).

Em uma matéria intitulada “Azuis, antes lugar de todos, hoje lugar só de rico”, publicada em 26 de dezembro de 2018, no Blog do Zica, um visitante descreveu sua experiência turística no Rio Azuis:

⁵⁸ Foi aberto um processo judicial para retirar a cobrança da nascente. Houve uma audiência de conciliação que não obteve sucesso e em junho de 2019, a AMAA optou pela desistência dessa ação.

Ponto turístico azuis que fica localizado no município de Aurora do Tocantins passou por uma drástica mudança. Antes todos poderiam usufruir da beleza das águas do Rio Azuis por tão pouco, hoje não é a mesma coisa. Estive visitando o Azuis nesse domingo passado quando me deparei com uma mera e estoteante *[sic]* surpresa (parece que privatizaram o local mais visitado do pequeno rio azuis) estão cobrando absurdamente R\$25,00 por pessoa para poder adentrar no local, e tem mais, se você esquecer algo no carro ou coisa parecida e querer ir buscar, você sai, mais *[sic]* quando voltar a pessoa terá de pagar a entrada novamente. Imagina você pai de família, mãe de família, que tem aí 6 pessoas... só a entrada no Rio Azuis custará R\$150,00 [...] outra coisa muito relevante, o pagamento tem que ser em dinheiro por que os comerciantes locais não têm maquininha de cartão, então senhores comerciantes que cobram esse absurdo, vão até a prefeitura e cobram essa providência de colocar sinal de telefone e internet no local. Quer cobrar caro? Então comecem a gastar o dinheiro com benfeitorias (SILVA, 2018).

Por meio de reunião, a AMAA decidiu que cobraria uma taxa de R\$5,00 por pessoa, já incluso o valor do estacionamento, na portaria do complexo. O dinheiro arrecadado seria reinvestido nas demandas socioambientais da comunidade.

Com as pressões externas e internas e as constantes reclamações dos turistas, os proprietários do terreno que dá acesso à nascente reduziram a taxa de entrada de R\$25,00 para R\$10,00. Conforme relata um comerciante da região,

ele tirou [a cobrança de R\$25,00] por pressão dos moradores e dos visitantes. Houve uma interdição pelos outros moradores pra *[sic]* não entrar ninguém por R\$25,00. Se tivesse que entrar, teria que pagar uma taxa tanto quanto grande pra *[sic]* entrar lá. Lembrando que a estrada que dá acesso à propriedade é de todos. Não é só de uma pessoa.⁵⁹

Depois de alguns dias de muitas pressões externas e internas, a taxa para entrar na nascente do Rio Azuis foi reduzida para R\$10,00 e se estabilizou nesse valor até o encerramento deste trabalho. Um dos moradores do terreno da nascente explicou os motivos da cobrança para adentrar o local:

⁵⁹ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Eu acho que essa mudança é necessária... não é pra filtrar [os turistas], mas pra diminuir [a quantidade de turistas]. O que tava acontecendo era um fluxo muito grande de turista sem controle. Sem controle nenhum: de carro, de pessoas. Agora isso aí no início gera impacto grande. Agora a gente pode ver se você andar aí em Aurora, Taguatinga, que é os que frequenta [sic] aqui, eles reclama [sic] bastante: “Ah, o Azuis agora é lugar de gente rico... num sei o que... Isso que eu tô [sic] te falando, todos os pontos turístico tá [sic] cobrando, mas, aqui é o lugar mais visado pra eles. Se cobra lá na Torre, lá no outro, eles nem... agora fala que cobra no azuis pra você vê. Se você chegar ao bom senso aqui não chega nem a isso, a 25 [reais], né? Mas aí é igual eu tô [sic] te falando. Tem que entrar a um consenso, buscar melhorias, sempre tá [sic] melhorando. Por exemplo, pra [sic] ter uma justificativa também, né? Se você tá [sic] cobrando, você tem que dar um retorno⁶⁰.

Até o encerramento do presente trabalho, os valores praticados no estacionamento privado continuam sendo de R\$5,00 o carro de passeio, R\$10,00 a caminhonete, R\$20,00 por vans ou ônibus e R\$30,00 o caminhão. Os veículos podem permanecer durante o dia inteiro sendo vigiados por funcionários, das 8h às 18h, sendo que quem paga o estacionamento privado é a AMAA.

Inicialmente a AMAA cobrava R\$5,00 por pessoa e pagava o estacionamento, exceto se o valor do estacionamento fosse maior do que os R\$5,00 da taxa de entrada. Por exemplo, se um turista viesse sozinho em uma caminhonete, ele pagaria R\$10,00; caso viessem três pessoas em uma caminhonete, elas pagariam R\$15,00, referentes a 3 unidades de taxa de entrada. Devido a visitantes que reivindicaram que a portaria da AMAA tivesse uma política clara de preços, ela mudou essa forma de cobrança.

Atualmente, a AMAA recebe R\$5,00 por pessoa para entrar no rio e paga o estacionamento, mesmo que esse seja mais oneroso do que a taxa de entrada. Mesmo assim, a AMAA tem arrecadação, uma vez que se vier um ônibus, ao invés de serem pagos apenas os R\$20,00 de taxa de estacionamento ônibus, cada pessoa dentro do ônibus paga R\$5,00 para entrar no complexo turístico.

Até o encerramento desta pesquisa, os valores cobrados do turista no Rio Azuis são: R\$5,00 de taxa de manutenção do complexo turístico, incluso estacionamento, arrecadação essa que é gerida pela AMAA; e R\$10,00 para entrar na nascente do rio, sendo que os valores arrecadados são geridos pelos proprietários

⁶⁰ Entrevista concedida por morador, entrevista 10. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

do terreno às margens da nascente. Essas duas cobranças totalizam R\$15,00, sendo que os visitantes podem permanecer durante o dia todo no Rio Azuis. Caso o turista seja hóspede de alguma pousada dos Azuis, ele não paga a taxa de R\$5,00 na portaria do complexo, arcando apenas com os R\$10,00 a cada dia que for entrar na nascente.

O fato de a cobrança do Azuis não ser unificada ocasiona confusão para parte dos turistas. Muitos reclamam por ter que pagar duas vezes. Para prestar informação ao turista, a AMAA colocou um novo quadro de avisos aos turistas, explicando as regras de uso e os valores cobrados, conforme Figura 93.

Figura 92 – Placa de boas vindas ao Rio Azuis, AMAA.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Desde então, algumas melhorias foram feitas em toda a comunidade. No dia 19 de julho de 2018, a AMMA realizou uma reunião na qual foi decidido que serão vendidos artesanatos, camisetas, canecas, canetas, ímãs de geladeira, cachaça, rapadura, doces regionais, entre outros produtos, para arrecadar dinheiro para a associação e reverter em investimentos de manutenção e preservação do rio. O proprietário do terreno do estacionamento doou uma área para a AMAA fazer uma recepção ao turista, prestando informações e orientando os visitantes do Rio Azuis.

Até o encerramento deste trabalho, as ações decididas na reunião da AMMA não foram ainda implementadas.

A AMAA (Associação de Moradores e Amigos dos Azuis) fechou um acordo comercial, no dia 26 de julho de 2018, com vigência de um ano, para operação de Boia *Cross* pela agência de Aurora do Tocantins Desbrave Ecotour com saída do Rio Azuis até o Rio Sobrado. Foram destinados 5% da arrecadação bruta da atividade turística para a AMAA, 5% para o proprietário do terreno de saída do percurso e mais 10% para o estabelecimento ou agência que vendesse um passeio de boia. A atividade foi oferecida por R\$60,00 por pessoa e acima de cinco pessoas por R\$50,00 cada.

Em junho de 2018, em parceria com a Secretaria de Turismo Municipal, a Prefeitura de Aurora do Tocantins e o SEBRAE, os membros da comunidade tiveram acesso aos seguintes cursos: Competências Mínimas para Condutores de Turismo e estudo das normas de segurança baseadas na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 15.285, de Agenciamento de Turismo, e de Prática de Liderança no Atendimento ao Turista: orientação, sobrevivência, salvamento e primeiros socorros.

Nos dias 1º e 2 de agosto de 2018, os moradores do povoado do Rio Azuis tiveram dois cursos promovidos pelo SEBRAE em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Aurora do Tocantins. O curso de preparação de coquetéis incluiu ingredientes nativos do Cerrado; e no dia 2 e 3 de agosto de 2018, a capacitação Bem Receber Turismo consistiu em um curso de atendimento ao turista.

No terreno da nascente do rio, os consultores do SEBRAE orientaram os donos do local a tirarem todas as mesas que ficavam próximas ao Rio Azuis, conforme Figura 94. Eles deixarem mesas apenas na área do estabelecimento deles.

Figura 93 – Antigas mesas próximas da nascente do rio Azuis.



Fonte: blog Piscina e Jardim, s/d.

Foram cercadas as áreas em que ficavam as mesas, mostradas na Figura 95; as áreas marginais do rio, como ilustra a Figura 96; e as demais áreas que não têm concreto, representada na Figura 97, para se iniciar a recuperação de parte da vegetação.

Figura 94 – Áreas isoladas em que outrora havia mesas.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Figura 95 – Áreas marginais do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Figura 96 – Áreas sem concreto na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

As áreas marginais da nascente do Rio Azuis, onde os turistas podem transitar, foram delimitadas pela calçada de concreto ou pelas rampas de acesso de madeira que foram construídas durante o mês de janeiro de 2019, conforme se vê na Figuras 98 e 98.

Figura 97 – Áreas onde os turistas podem transitar na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Camilo Araújo Fotografias, 2019.

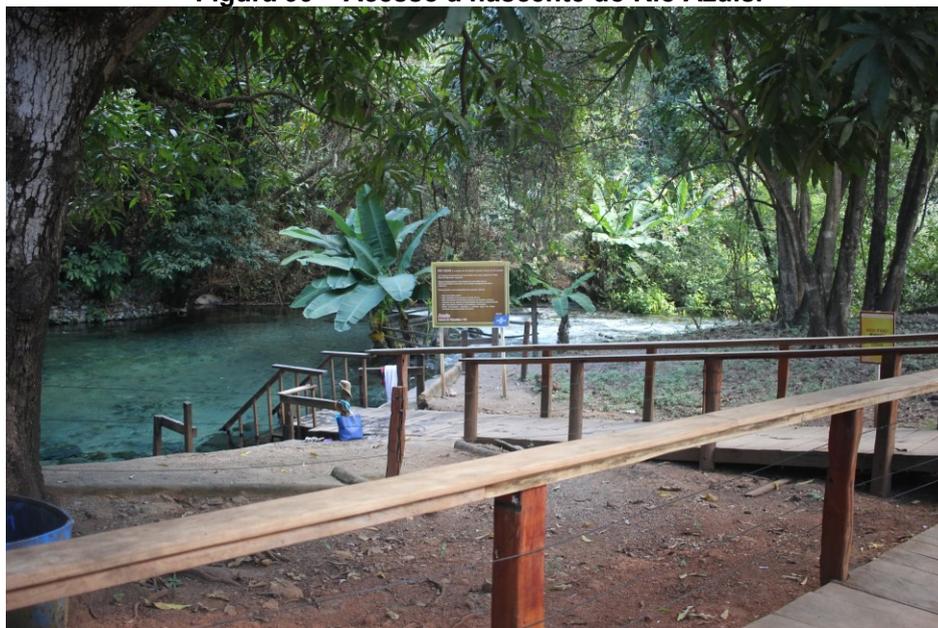
Figura 98 – Rampas de Acessibilidade na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Essas rampas de acessibilidade de madeira que foram construídas começam desde o portão da nascente e vão até as margens do rio, como indica a Figura 100.

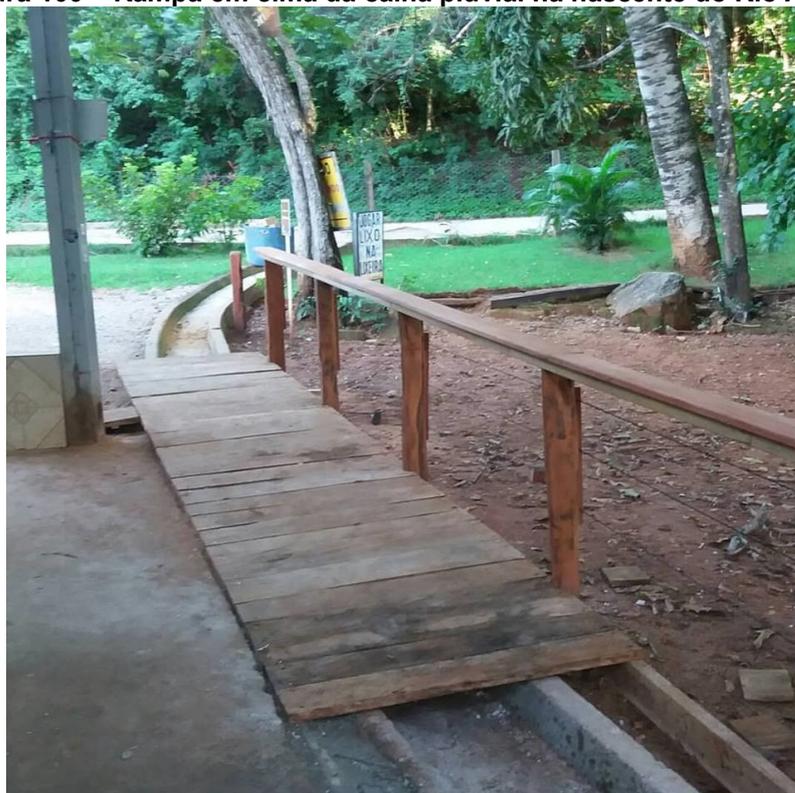
Figura 99 – Acesso à nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

As rampas de acessibilidade em madeira foram construídas em cima da calha de escoamento pluvial, como mostra a Figura 101, publicada em uma rede social no dia 19 de janeiro de 2019.

Figura 100 – Rampa em cima da calha pluvial na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Nilton Santos, 2019.

Anteriormente, essas áreas próximas à nascente ficavam totalmente expostas ao pisoteio dos turistas, com um solo altamente compactado e ausência total de vegetação, conforme mostra a Figura 102.

Figura 101 – Solo compactado na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Flogão Sudeste do Tocantins.

Foi iniciada a recuperação da vegetação da mata ciliar e colocadas placas indicando que é uma área de recuperação, como ilustra a Figura 102, para que os turistas não pisem sobre essas áreas, conforme ilustrado na Figura 103.

Figura 102 – Placa de advertência “Não pise” na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Foram colocadas placas de sensibilização pedindo aos visitantes que não descartem resíduos sólidos em lugares impróprios e que não molestem e alimentem a fauna nativa.

Figura 103 – Placas de advertência na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Anteriormente, os banhistas poderiam pisotear a cavidade onde brota a água do Rio Azuis. Atualmente, toda essa área de surgência cárstica, que se inicia no Rio Azuis, foi isolada a fim de evitar os desbarrancamentos das superfícies laterais, área essa exibida na Figura 105.

Figura 104 – Proteção da Surgência Cárstica da nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Recorrentemente, muitos visitantes se apoiavam e se penduravam nas bananeiras que ficam submersas no rio, danificando-as, assim como nos cipós que

ficam na margem interna do rio. Para proteger essas bananeiras, foi colocada uma barreira de madeira, conforme indica a Figura 106, isolando também a área próxima às corredeiras do Rio Azuis (local do represamento), ilustrada na Figura 107.

Figura 105 – Proteção das Bananeiras na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Figura 106 – Proteção das Corredeiras na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Devido à ausência de vegetação às margens dessa parte das corredeiras e ao pisoteio dos turistas, essa área, mostrada na Figura 108 estava desabando os barrancos laterais a um ritmo cada vez mais acelerado, por isso essa medida foi tomada.

Figura 107 – Corredeiras no Rio Azuis.

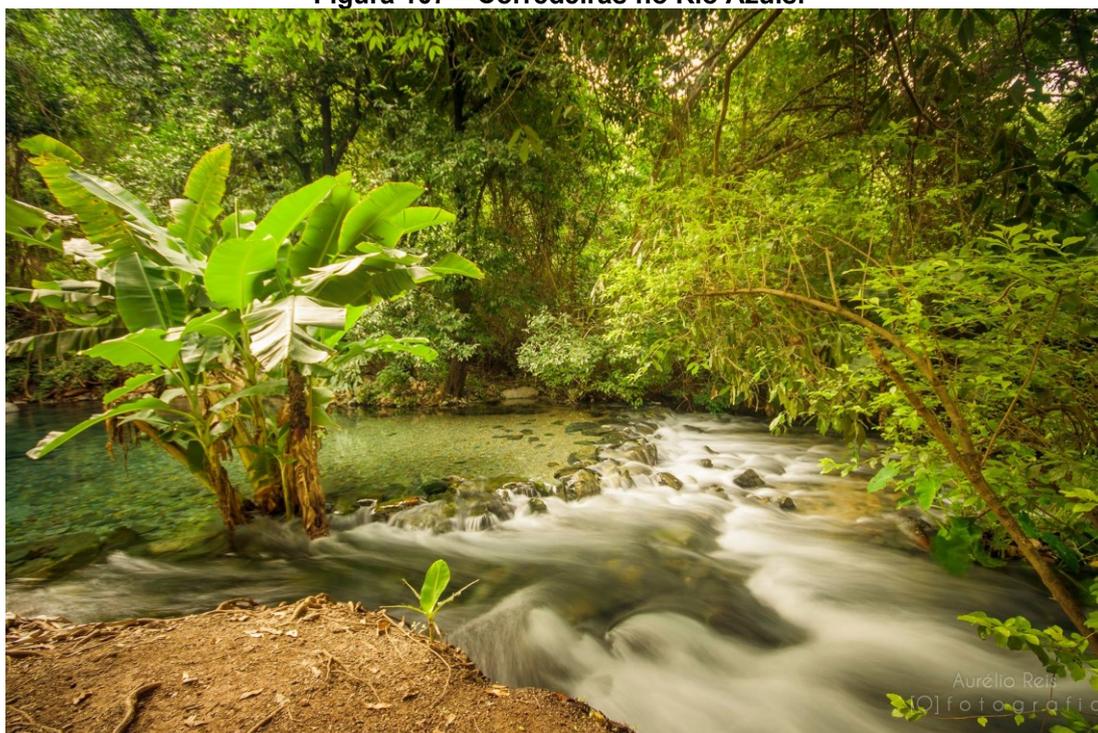


Foto: Aurélio Reis, 2016.

Outra coisa que pode ter contribuído para a danificação dos barrancos laterais dessa área foi a presença de mesas. Antes da proibição de se fazer churrasco no perímetro, os turistas acendiam churrasqueiras nesse lugar, e esta autora inclusive já presenciou um deles jogar o carvão dentro do Rio Azuis, após as corredeiras, depois do uso. Além disso, ele deixou todo o lixo espalhado, o que se configura como uma calamidade e descaso com a natureza. Para reduzir esse impacto, todas essas mesas foram retiradas, e a área foi protegida por barreiras de madeira.

Próximo à nascente, foram colocadas em uma placa as regras de uso do rio como balneário e algumas curiosidades sobre o rio, a fim de informar os turistas, conforme indica a Figura 109. Essa placa foi elaborada pelo SEBRAE Tocantins. Nela estão escritos os seguintes dizeres:

Rio Azuis é o menor rio do Brasil e terceiro menor rio do mundo. 147 metros de extensão, pedras de cor azul-esverdeado favorecem um contato inesquecível com a natureza. Para garantir o uso sustentável desse recurso natural: Não é permitido saltar; não é permitido tocar os pés no fundo do rio; não é permitido movimento brusco com braços e pernas; não é permitido adentrar com bebidas e alimentos; retire o bronzeador, repelente e protetor solar do corpo tomando uma ducha antes de entrar (SEBRAE TOCANTINS, 2019).

Figura 108 – Placa com regras de utilização da Nascente do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

No entanto, nessa placa, o turista se depara com algumas contradições. Como ainda não é obrigatório usar colete, e tampouco o estabelecimento comercial tem a quantidade de coletes necessária para a quantidade de turistas que vem diariamente ao Rio Azuis, atualmente não é vetado saltar, tocar os pés no fundo do rio e movimentar bruscamente o corpo.

Até o encerramento desta pesquisa, nenhum lugar do povoado do Rio Azuis possui ducha. Isso impossibilita aos turistas tirar o excesso de produtos de higiene pessoal, como cremes, bronzeador, repelente e protetor solar do corpo, como é solicitado na placa.

A autora entrevistou famílias de moradores da nascente e membros da associação, no mês de maio de 2019. Nessas entrevistas, foi perguntado por que ainda não fora feita essa ducha. Todos responderam que tinham receio de fazer uma ducha ou qualquer obra de infraestrutura antes que fosse liberado o licenciamento da Naturatins. Eles explicaram que a água da ducha escoaria para dentro do rio de novo ou para o lençol freático, por isso o engenheiro ambiental precisou indicar o local e a maneira correta de fazer essa ducha. Tanto a AMAA quanto a família da nascente já haviam contratado um engenheiro ambiental para cumprir essas demandas de licenciamento ambiental e de uso turístico do balneário e as adaptações e

construções necessárias para a infraestrutura turística local. Eles também reclamaram da demora e burocracia para que os órgãos ambientais liberem o licenciamento, mas destacaram que a atuação deles na proteção do Rio Azuis é muito importante.

Com todas essas adequações descritas e demonstradas por meio das figuras apresentadas, a paisagem cênica do entorno da nascente do Rio Azuis foi bastante modificada, como se pode perceber observando a Figura 110, que representa a situação antes das mudanças e a Figura 111, que representa seu estado após essas transformações estruturais.

Figura 109 – Poço da nascente do Rio Azuis antes das mudanças.



Foto: Cíntia Medeiros, 2010.

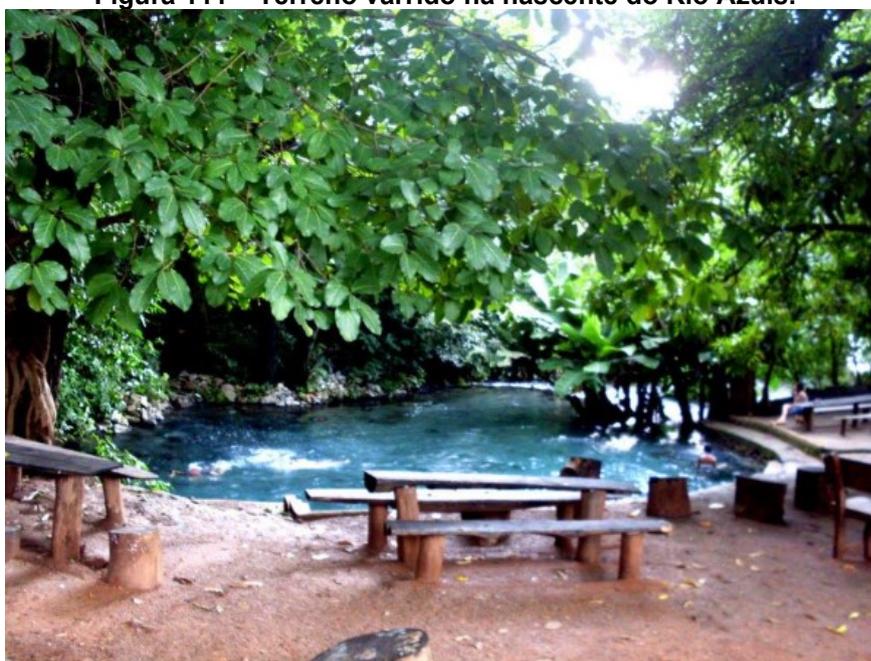
Figura 110 – Poço da nascente do Rio Azuis após as mudanças estruturais.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Ocorreu também uma mudança cultural na população local relacionada ao hábito de varrer as folhas. Antigamente, as folhas eram vistas como “sujeira”, como resíduos que podem esconder animais peçonhentos, e que deixam a aparência do local como “mal cuidado” e “feio”. Em todo o povoado, cada dono de terreno e, principalmente, os comerciantes tinham o hábito de varrer tudo (tanto o asfalto e até mesmo a terra) para que o terreno ficasse “limpo” para os turistas, como mostra a Figura 112.

Figura 111 – Terreno varrido na nascente do Rio Azuis.



Fonte: Imagens Google.

Com as orientações da Naturatins, os moradores entenderam que as folhagens têm um papel ecológico no ecossistema, sendo uma cobertura natural e um tipo de proteção do solo, e atualmente os moradores só varrem o concreto.

Na parte de baixo do Rio, também houve muitas mudanças. O acesso principal à parte de baixo do rio tinha mesas, e os turistas utilizavam churrasqueiras bem próximo às árvores. Na Figura 113 é possível notar visitantes locais fazendo churrasco ao lado da placa que proibia o uso de churrasqueiras.

Figura 112 – Churrasco na parte de baixo do Rio Azuis.



Foto: Francisco Chaves, 2 de outubro de 2016.

As mesas mais próximas ao Rio Azuis foram retiradas, permanecendo apenas as mais próximas à calçada asfaltada. Foram plantadas mudas nativas para reflorestar a mata ciliar da parte de baixo do rio, além de um conjunto de placas de regras do rio, sensibilização e ordenamento que foram colocadas na área, conforme Figura 114.

Figura 113 – Parte de Baixo do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

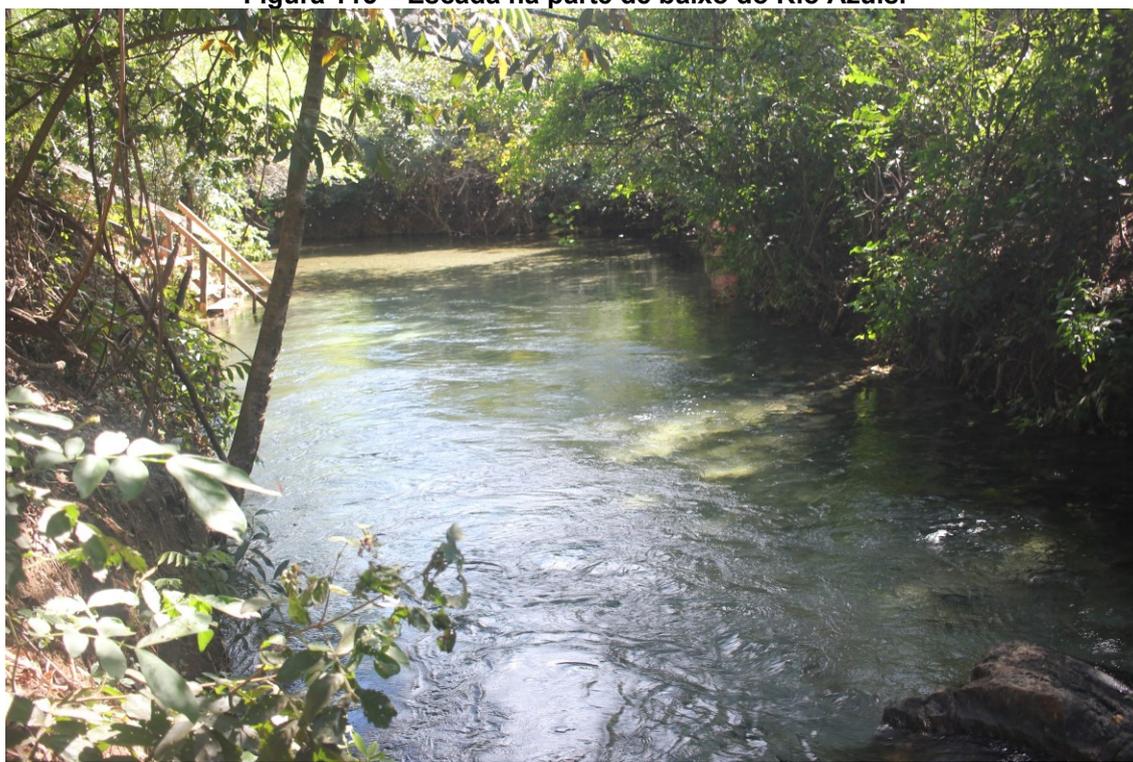
Foram construídas escadas de madeira em dois acessos na parte de baixo do Rio Azuis, a fim de substituir os degraus de concreto, que quebravam e caíam dentro do rio, conforme mostram a Figura 115 e a Figura 116.

Figura 114 – Acesso à parte de baixo do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Figura 115 – Escada na parte de baixo do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Essas escadarias de madeira foram feitas também em um dos acessos ao Rio Sobrado, como registrado nesta Figura 117, feita em 8 de janeiro de 2019.

Figura 116 – Escada de madeira para acesso ao Rio Sobrado, povoado do Rio Azuis.

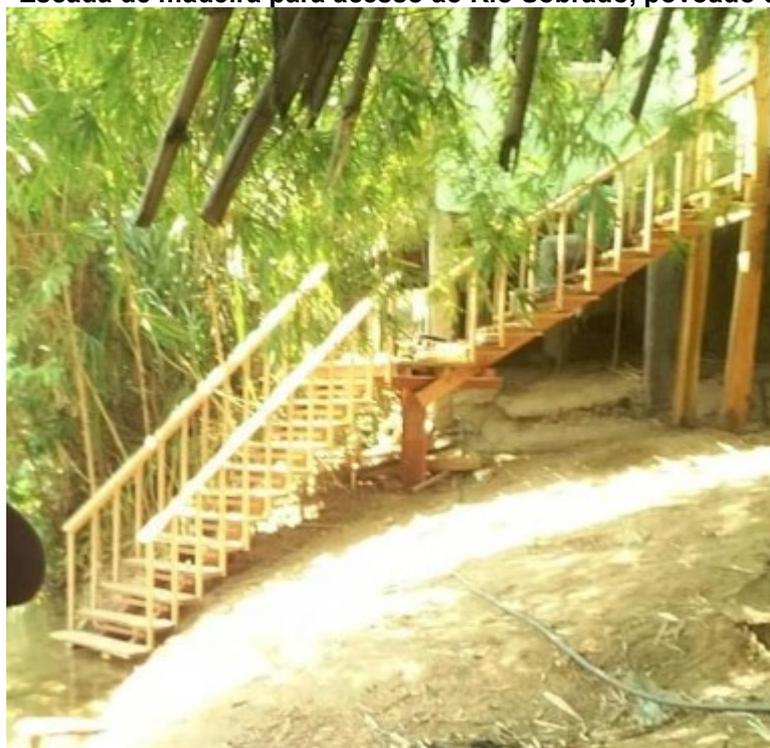


Foto: Nilton Santos, 2019.

Foram plantadas mudas nativas, e iniciou-se o sistema de reflorestamento, a fim de conter os processos erosivos na parte de baixo do rio, conforme Figura 118.

Figura 117 – Reflorestamento na parte de baixo do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Em reunião com os consultores do SEBRAE, surgiu a ideia de se fazer um espaço com frases, poesias e poemas, além de mensagens, para promover a sensibilização ambiental. Esse projeto ainda não foi implementado, no entanto eles trouxeram algumas placas seguindo essa ideia, como mostra a Figura 119.

Figura 118 – Placa com frase na parte de baixo do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Outra medida foi colocar bases suspensas para acondicionar o lixo, conforme mostra a Figura 120, pois a notificação da Naturatins feita em 2017 apontava que o

acondicionamento de resíduos sólidos no local era inadequado, em contato direto com o solo.

Figura 119 – Acondicionamento de lixo no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Outros reparos realizados pela AMAA consistiram na pintura, em branco, dos meios-fios do povoado, plantação de grama nas margens da estrada e fornecimento de refeições diárias dos funcionários da portaria e do estacionamento da entrada do complexo turístico do Rio Azuis. As refeições eram compradas alternando entre os restaurantes, para incentivar a economia local: “compramos marmitex pros meninos da portaria, que é uma ajuda pra cada estabelecimento. É uma semana em um, uma semana em outro”. Nesse sentido,

tendo em vista a real situação da comunidade e os enormes impactos ambientais que eles têm, seria de suma importância o papel da associação em sanar tais problemas e assim gerir o Azuis com seu turismo sustentável, preservando o meio ambiente. [...] o rio e sua nascente pertencem à união e a todos que dele vivem, comunidade e usuários. A comunidade como tutora, os usuários visitantes como contribuintes para sua melhoria e conservação (SOUZA, 2018).

E para que os turistas soubessem que quem está realizando algumas melhorias no povoado do Rio Azuis é a AMAA, foi colocada a faixa exibida na Figura 121.

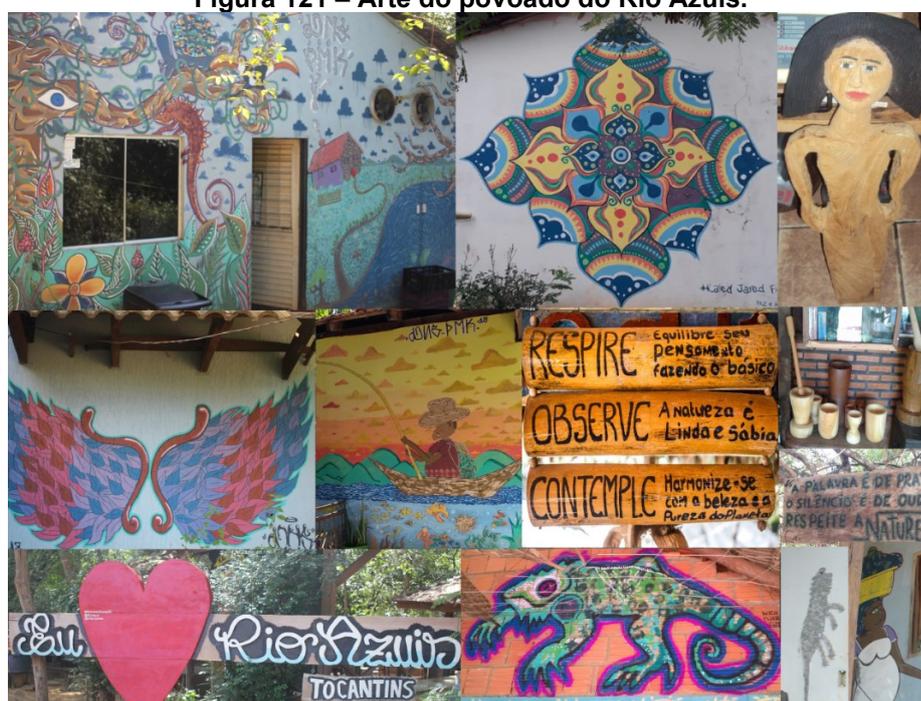
Figura 120 – Faixa AMAA no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: autora, 2019.

Outro aspecto positivo é que, gradativamente, é possível ver mais manifestações de arte no povoado do Rio Azuis. Artistas viajantes e moradores fizeram pinturas nos muros das casas e estabelecimentos comerciais, esculturas, objetos de decoração, utensílios e placas entalhadas em madeira, mesas de madeira, mosaicos em cerâmica, filtro dos sonhos, entre outras manifestações artísticas, como ilustra a Figura 122.

Figura 121 – Arte do povoado do Rio Azuis.



Acervo pessoal. Foto: Autora, 2018.

O grafite de uma índia e seu filho, feito pelo artista viajante Francisco Montenegro na parede do restaurante Agenda 21, no povoado do Rio Azuis, ilustrado na Figura 123, recebeu uma homenagem do escritor Marconi Burum (2017), que escreveu Motiba, a deusa, e as lágrimas azuis:

Diante da beleza dos Azuis da água do rio, e dos azuis do céu, o paradoxo. Ora, a menor bacia d'água que há projeta a imensidão do alto e a existência do mar, temos certo. Uma deusa discreta, conta a lenda, foi aprisionada por seu amado nas rochas de Pangeia. Era o ciúme de uma perfeição desafiada. Seu nome era Motiba. A sua beleza tal, fazia reluzir a morte terna de quem se fizesse admirar. Não era possível conter-se. Ainda assim seu esposo não suportava ver tantos a humilhá-lo àquela devoção. Era um deleite ao prazer platônico. O êxtase sensacional. A nirvana do simples olhar. Sem toque, sem se embriagar, a embriaguez delirante. Jogava-se por entre montanhas todo homem pensando agora poder voar. Insuportável disputa, eis que seu preferido a esconde singela dentre as pedras que emergem. Na Aurora de um canto sublime qualquer. Motiba jamais se faria sua parte gente, novamente. Tornada em prantos e aflição, dor e solidão, a deusa fez brotar por entre as rochas, num fundo invisível, a mais bela nascente de águas límpidas. Eram suas lágrimas a escorrer do centro da montanha. Não havendo assanha, fizera Motiba novamente o deleite do homem, mas fizera o seu próprio. Eis que a graça das lágrimas azuis, ao sentir-se pele e corpo, o mergulho estonteante faz carícia na face da deusa no cárcere. Cativa, a diva a se libertar, escorrendo sorrisos ao encontro do mar. Na alegria das crianças a brincar de buscar no fundo as pedrinhas claras; no êxtase da ninfa que sente suas entranhas a vibrar. No beber dos pássaros após o cantar, no prazer dos enamorados se entregando no ato de apaixonar-se (BURUM, 2017).

E assim conclui:

Era assim a forma que Motiba, a deusa, se faria projetar vida; Encontrar-se-ia em nova realeza. Na pureza daquele chorar; na transparência de seu sabor quase vegano; no toque delicado de suas águas, a simplicidade e a singeleza que justifica o nascer humano. A deusa da verdade, na verdade, é transcendência. E de suas tímidas águas transparentes, o espelho a presentear de luz, o mar, o céu e o homem a amar...novamente! (BURUM, 2017).

Figura 122 – Motiba, grafite no povoado do Rio Azuis



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019; e Filipi Andrade, 2016.

Moradores fizeram um quadro com objetos cortantes e lixo recolhidos do fundo do Rio Azuis, conforme mostra a Figura 124. Um deles declarou: “Há três anos que começamos a catar, mergulhando no rio, estes objetos encontrados no leito do Rio Azuis e fizemos este quadro artístico. Tomara que sirva de exemplo pra [sic] moradores e frequentadores. Que não tenhamos que fazer um outro no futuro”.

Figura 123 – Quadro feito com resíduos recolhidos do fundo do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane Silva, 2019.

Desde que se iniciaram as cobranças de taxa de entrada no Rio Azuis, a quantidade de turistas diminuiu consideravelmente. Em entrevista com um membro da associação, houve a seguinte fala: “Dia a dia o movimento nosso parou, caiu 80%, nós tá pensando até em deixar [de cobrar entrada] no mei [sic] de semana”.

Os visitantes das cidades próximas, em sua maioria, deixaram de vir ao Rio Azuis⁶¹:

Na minha observação a maioria do público que tá vindo agora é Brasília, Goiânia e Palmas. Luís Eduardo Magalhães e Barreiras vem, mas reduziu bastante. Ainda vem, mas não é igual antigamente. O público do Azuis hoje não é tanto, tanto mais regional de Taguatinga, Aurora, Lavandeira, Combinado [...] Esse povo quando vem de Barreiras, quando vem, é de ônibus. Segundo o que eles falam é isso, é por causa das cobranças. Eu escuto que eles não iam vir mais. Hoje ainda vem ônibus, mas de Porto Nacional, Gurupi. Mais excursão mesmo. Quando fundou o estacionamento, em setembro de 2017, esse povo foi afastando, principalmente mais por causa da taxa de entrada. A minoria estranhou o estacionamento, de 10, 3 reclamavam⁶².

Sobre o atendimento nos estabelecimentos comerciais, os visitantes se dividem em elogios e críticas. Fica clara a necessidade de melhorias nessa área e na prestação de informação aos turistas.

No dia 15 de janeiro de 2019, a AMAA recebeu um ofício da Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins, com a proposta de Lei nº 003/2018, que mantém “a proibição da entrada, a permanência e a circulação de veículos automotores” e a utilização de som automotivo. Contudo, estabelece a retirada do portão que fica na entrada do complexo turístico, ao lado do atual estacionamento privado:

Artigo 4º - Fica vedada a construção de cancelas na pista da Rodovia TO 110 que dá acesso as margens e nascente do Rio Azuis, localizado no município de Aurora do Tocantins - TO. Parágrafo único: Deverão ser retiradas as cancelas já existentes da Rodovia TO 110 [...] Artigo 5º Sem prejuízo de outras penalidades, o descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator ao pagamento de multa diária que poderá variar no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (PREFEITURA DE AURORA DO TOCANTINS, 2019).

Essa Lei não determina que se elimine a cerca da nascente do Rio Azuis. Ela proíbe o tráfego de automóveis, mas retira a única portaria que impede que os veículos adentrem o perímetro do Rio Azuis, além de acabar com a única fonte de renda de que a AMAA dispõe.

⁶¹ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 8. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁶² Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Em 3 de fevereiro de 2019, a AMAA encaminhou um ofício ao prefeito de Aurora do Tocantins com os seguintes esclarecimentos:

[...] Na data de 26 de dezembro de 2018 foi instituída, uma taxa no valor de R\$5,00 (cinco reais) por pessoa, a qual, foi aprovada mediante assembleia e registrada em ata. Este valor, que pode considerar-se simbólico, é designado para a manutenção e estruturação do Rio Azuis, bem como: pagamento do estacionamento que encontra-se em território privado; controle de entrada e saída de veículos que adentram ao mesmo; sinalizações necessárias ao tráfego de pedestres e possíveis veículos que transitem no perímetro do Rio Azuis; e pagamento dos funcionários (inclusive alimentação) que prestam estes ou outros serviços referentes a uma busca para o desenvolvimento turístico e social do Rio Azuis. Desde a referente data, a associação em sua atividade administrativa paga tais despesas, de forma que, o restante é colocado em uma conta da AMAA, onde este valor será devolvido para o RIO AZUIS em forma de infraestrutura. Na última assembleia extraordinária foram discutidas propostas, que serão implantadas dentro dos próximos dias. Sendo elas: Construção de banheiros feminino, masculino e vestiários mediante projeto de engenheiro civil e ambiental com alvará de construção; Paisagismo com plantio de grama desde o portão de entrada até a limitação do Restaurante Agenda 21; Construção de rampas de acessibilidade ao rio em madeiras com procedência para idosos ou portadores de necessidades especiais; Construção de escada e mirante na limitação do Rio Azuis e Sobrado para evitar-se o assoreamento do local, e também permitir aos turistas desfrutar do mesmo sem impactos ambientais; Reforma do balneário principal substituindo as calçadas de concreto por madeira certificada; fornecimento de água potável aos moradores, e também instalação de internet e telefone. A AMAA tem buscado junto a advogado e contador, formas de legalizar este ingresso, que pode também ser chamado de voucher ou taxa ambiental, ao complexo do Rio Azuis, tal cobrança, que por sinal é uma prática comum, é realizada em outros ambientes turísticos como, por exemplo, na Chapada dos Veadeiros (GO), Bonito (MT), Jericoacoara (CE), Morro do São Paulo (BA). De forma que, serão cumpridas as obrigações tributárias a caráter Municipal Estadual e Federal.

E assim propõe:

A AMAA tem como proposta a vossa senhoria a possibilidade de isenção da taxa de entrada pessoal. sendo mantida apenas a taxa do estacionamento que está em área particular; ou então, uma bonificação de 50% do valor, inclusive estacionamento que seria pago pela associação. Para todo cidadão de Aurora do Tocantins mediante comprovante de residência. Tendo em vista a visita do senhor secretário de turismo sr. Wagner Moura que nos mostrou projeto de lei nº 003/2018 de vossa autoria que propõe a retirada do portão de triagem. A retirada do mesmo provocaria prejuízos inestimáveis tanto para o ambiente quanto as pessoas. Pois, o mesmo tem respaldo jurídico sobre PTN 393/2017 que. proíbe o tráfego de veículos sobre a via de acesso a nascente.

Os membros da AMAA e alguns integrantes da família do terreno em frente à nascente do Rio Azuis foram até o gabinete do prefeito de Aurora do Tocantins para discutir um possível acordo. O prefeito expôs que recebe muitas reclamações dos moradores da cidade e dos turistas que se sentem explorados por haver duas cobranças. Sugeriu que se cobrassem R\$15,00 na entrada, sendo R\$5,00 para a AMAA, R\$5,00 para o proprietário do terreno da nascente e R\$5,00 para o estacionamento privado.

Essa proposta foi recusada pelo proprietário, que informou ao advogado da AMAA que não tem a pretensão de reduzir a taxa para R\$5,00. Alguns membros da AMAA não concordaram com a cobrança de R\$15,00 na entrada do complexo turístico, pois acreditam que o movimento do Rio Azuis vai diminuir, afetando a sustentabilidade econômica dos comércios locais, já que atualmente quem não quiser acessar a nascente do Rio Azuis paga somente R\$5,00. Até o encerramento deste trabalho, essa lei não entrou em vigor, tampouco foi votada na Câmara de Vereadores de Aurora do Tocantins.

Na final da tarde do dia 13 de abril de 2019, o Rio Azuis foi interditado pela Naturatins, pois foi encontrada uma série de problemas ambientais, a saber, banheiros com fossas negras nas proximidades do rio; criação de animais como porcos, galinhas, pato e gado próximos à água; uma barragem ilegal; construções irregulares; o uso do rio para atividade turística sem licenciamento do órgão ambiental; e a utilização indevida do nome da Naturatins em placas feitas pela AMAA. Além de interditar, a Naturatins estabeleceu multas ambientais para os comerciantes que variam entre R\$10.000,00 e R\$40.000,00.

A notificação entregue à AMAA registra "Funcionar atividade de lazer e turismo em Área de Preservação Permanente sem licença do órgão competente" como indevido.

Um artigo publicado pelo portal de notícias G1 Tocantins detalha a interdição:

O Rio Azuis foi interditado para banho pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) após uma fiscalização encontrar diversos problemas ambientais no local. A atração turística fica em Aurora do Tocantins, no sudeste do estado, e é uma das mais visitadas da região. Cinco restaurantes e pousadas também foram interditados e quatro obras em andamento estão embargadas. Entre as irregularidades constatadas pelo Naturatins estão construções irregulares, banheiros montados em local impróprio e até criações de porcos nas margens da água. O rio é um dos menores do mundo, e o ecossistema é considerado delicado. Uma barragem irregular também foi encontrada pelos fiscais. De acordo com o instituto, nenhum dos proprietários locais tinha autorização ou licença para o funcionamento dos empreendimentos. Nas redes sociais, moradores comentaram a interdição e relataram que as pousadas estão cancelando reservas que já estavam fechadas para a Semana Santa. O Naturatins destacou que as operações de fiscalização para coibir crimes ambientais são contínuas e não tem restrição de data especial. Disse ainda que recebeu diversas denúncias sobre as irregularidades no local. Não há prazo para o fim das interdições no rio (G1 TO, 2016).

Em entrevista ao site T1 Notícias, o morador e comerciante Osmane José da Silva declarou:

“Todos os comerciantes e a Associação de Moradores AMAA do Rio Azuis foram notificadas com multas e embargos” [...] A comunidade admite que há “passivos ambientais”, é já vinha cumprindo determinação de recuperação das áreas do entorno do Rio Azuis. “O que não concordamos é com ação de impedir o comércio local de funcionar às vésperas de um feriado prolongado. É muita crueldade”. [...] “Queremos a sensibilidade do governo pra [sic] nos ajudar a resolver. Temos contato com o vice-governador Wanderlei Barbosa que é parceiro nosso e estamos buscando ajuda dele pra [sic] encontrar uma solução que não sacrifique o comércio local e o turismo (HELEN, 2012).

O vice-governador do estado do Tocantins Wanderlei Barbosa auxiliou os moradores da comunidade para que o Rio Azuis fosse desinterditado. Imediatamente, os comerciantes locais tentaram um acordo para reabrir a visitação. Eles ficaram muito tristes e preocupados, porque a interdição ocorreu no final da tarde de sábado, por volta das 17 horas, e para o fim de semana seguinte, feriado da Semana Santa, já haviam sido feitas reservas nas pousadas. Tiveram então que devolver o dinheiro pago antecipadamente pelos turistas. Além disso, duas renomadas blogueiras de viagens, que fizeram os *sites* Guia Pelo Mundo e *Sthe On The Road*, haviam marcado uma visita para o Rio Azuis, com hospedagem no povoado.

A presidente da AMAA, em entrevista ao jornal G1 Tocantins, na reportagem publicada em 15 de abril de 2019, declarou:

Causou um impacto muito grande no comércio, e a gente sabe que todo mundo precisa daquilo ali. A gente vive daquilo e a associação montou um projeto para construção de banheiros públicos. A associação se compromete a realizar todas as atividades cabíveis que o órgão competente cobrou da gente, afirmou Domingas de Sousa (G1 TOCANTINS, 2019).

No dia 16 de abril, alguns membros da AMAA foram a Palmas na sede da Naturatins para tentar firmar um acordo a fim de que o turismo no local voltasse a funcionar. O custeio dessa viagem foi pago pela AMAA.

A reportagem do T1 Notícias destaca que “nos últimos cinco anos, um litígio por terras, envolvendo herdeiros, passou a provocar denúncias de partes que se sentem prejudicadas, contra os que já estão ali instalados, contam moradores”.

A partir desta época foi impedido o tráfego de veículos até as margens do rio, e ainda foi protocolado o perdido *[sic]* de outorgas de uso d'água. A Associação iniciou o replantio de sementes nativas às margens do Rio Azuis. Segundo relato dos moradores, algumas ações ainda estavam em atraso, assim como o licenciamento ambiental, mas já foi feita a contratação de um engenheiro ambiental que vinha cuidando dessas questões (HELEN, 2019).

O portal de notícias informa ainda que o vice-governador Wanderlei Barbosa auxiliou a comunidade para que o rio fosse desinterditado. Por meio de áudio compartilhado via *WhatsApp* com moradores do Rio Azuis, ele declarou:

Quero tranquilizá-los, que nós vamos olhar de maneira coerente, respeitando os direitos de propriedade que os senhores têm, aí nos Azuis, e trabalharemos para que o processo e o sistema de turismo aí no Azuis não sejam impedidos. [...] Nós vamos trabalhar, claro, dentro das leis, dentro das regularizações possíveis de fazer, mas vamos fazer sabendo a importância do Azuis para todos os senhores e para os turistas que visitam os Azuis (HELEN, 2019).

Em menos de dois dias da interdição, e após um termo de compromisso assinado entre comerciantes e o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), o órgão decidiu liberar a área de banho do Rio Azuis [...] (CBN TOCANTINS, 2019). Para a liberação, foi feito um acordo em que

os comerciantes se comprometeram em, no prazo de 90 dias, manter a interdição dos banheiros dos estabelecimentos para adequação estrutural; interditar a rampa de madeira até que haja licenciamento da obra; e instalar um processo de encaminhamento de água das pias, para não desaguar dejetos nos rio ou lençol freático; e, no prazo de 90 dias, protocolar o requerimento de licenciamento ambiental para os referidos empreendimentos autuados (CBN TOCANTINS, 2019).

Em entrevista, os moradores falaram sobre os aspectos que ocasionaram a recente interdição do Rio Azuis. Informaram que já contrataram um engenheiro ambiental e um advogado e estão se adequando a todas as exigências da Naturatins. Confirmaram também que a rampa de acessibilidade ao rio, feita em madeira, conforme mostrado na Figura 125, estava sendo construída pela AMAA, na parte de baixo do rio, e seria usada por moradora com necessidades especiais, que é cadeirante, e por demais turistas que tivessem dificuldade de locomoção. Como a Naturatins interditou a obra antes que fosse concluída, conforme mostra a Figura 126, hoje essa moradora não tem um acesso para que possa tomar banho de rio.

A taxa da licença, uma só entrada 1400 [reais] só da taxinha pra entrar.[...] A associação gastou 2.200 [reais] com essa rampa de acessibilidade pra [sic] cadeirante aqui. Ela tá embargada mas a madeira já tá aí. [...] Tá [sic] embargada porque nós fomos errados. Primeiro faz uma licença, né? De...acho que primeiro pega uma licença prévia, depois de instalação e de operação. Igual tem que fazer aqui [na parte de baixo do rio]. A gente já entrou com a prévia, aí eles vai [sic] falar se a gente pode construir. Depois como construir. Depois vai ver a de instalação: Ah pode instalar. Depois a de... acabei de falar... de operação. Foi embargado o complexo todo. [...] mas aí a gente conseguiu desembargar e assinar um termo de compromisso⁶³.

⁶³ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Figura 124 – Rampa de acessibilidade interditada na parte de baixo do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Figura 125 – Acesso à parte de baixo do Rio Azuis interditado.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Moradores antigos do Rio Azuis descreveram que a parte de baixo do Rio Azuis já era sem vegetação e que vem se recuperando com as medidas de proteção ambiental da AMAA. Conforme disseram, “aquela descida ali aquela descida ali onde a associação tá construindo a escada ali aquele descedor [sic] ali é de muitos anos, ali num tinha árvore, toda vida não teve, porque ali era um descedor era um bebedor de gado”⁶⁴.

Também ressaltaram que a recuperação da mata ciliar que está sendo feita em todas as partes do rio contribui para que o assoreamento não aconteça em escala acelerada. Foi ressaltado que diversos fatores causam o assoreamento, entre eles a pavimentação:

As pessoas pisam na nascente, mexem nos sedimentos como areias, pequenas pedras, e ela vai acabar correndo no rio ou então ela vai aterrar onde que não tem tanta força na água pra levar, né. E pelo outro lado a própria pavimentação, se você observar aqui. Pra onde foi esse asfalto? [...] só tem terra. Você pode ver que já tem quase 4 centímetro [...] de fora a fora. Olha lá. Onde tá o asfalto? onde tá brita? Pra onde ela foi? Num [sic] tem os canais que leva pra [sic] dentro do rio? Então, tudo isso provoca assoreamento. Assoreamento quando você tira essa mata ripárea. [sic]. Aqui também na beira do rio quando você tem isso aqui sem proteção de folha, sem proteção de árvore. Quando chove, a própria enxurrada [sic] vai levar pra dentro do rio, e o rio não dá conta de tirar tanto sedimentos de areia de pedras de brita de dentro [...] então a tendência é que, se não houver, ou como tá havendo aí, uma recomposição mesmo tímida da mata ciliar, é cada vez mais não existir o assoreamento em escala como tava tendo. Em escala rápida, né⁶⁵.

Sobre o represamento, foi informado que ele aconteceu de forma gradual, e foi sendo feito com os pedaços de concreto que iam caindo no fundo do rio com a ação das chuvas e com pedras maiores encontradas dentro do rio. Diz um comerciante local:

⁶⁴ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 4. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁶⁵ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Existia as pedra aqui dentro do rio, num tinha, tipo uma barragenzinha [*sic*] aqui. [...] As pedras, ficaram aí, a gente movimentou. Crianças, adultos... [...] a gente não pensou que era crime ambiental de você botar umas pedras aqui pra afundar o poço. Lá [na nascente] também foi feito no mesmo intuito. Nós tiramos né, mas porque o meio ambiente mandou tirar. Tá quase igual num muda muito não, mas tá menos fundo, mas o rio tá correndo livre. A Naturatins colocou como se fosse um represamento, uma barragem e não existe. [...] são pedras que tava dentro do rio, alguém rolou uma, outro rolou outra, caiu uma barra de concreto há muitos anos atrás e elas ficaram, e a gente só trocou elas de lugar né, não havia não havia dentro de nossa capacidade intelectual ambiental de achar que isso ia provocar algum dano, mas dentro da legislação que você não pode fazer barramento de rio nenhum, em nenhum tipo de rio nem nascente. [...] você não pode provocar um barramento, pode cair uma árvore fazer... não porque você provocou⁶⁶.

Os moradores foram orientados a não mexer nos degraus de concreto que caem dentro do rio sem autorização ambiental, no entanto eles estão no fundo do rio, e os turistas estão vindo todos os dias tomar banho. Isso pode provocar acidentes, como cortar o pé de um banhista, pois esses pedaços de concreto são pontiagudos.

Foram interditados todos os banheiros próximos ao leito do Rio Azuis e às margens do Rio Sobrado, totalizando 5 banheiros que não podem funcionar desde o dia 17 de abril de 2019, até que se adeque o esgoto, conforme Figura 127.

⁶⁶ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Figura 126 – Banheiro interditado no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: João Batista, 2019.

Para atender os turistas, a AMAA alugou banheiros químicos do dia 18 de abril de 2019 ao dia 29 de maio de 2019, como medida emergencial para que o complexo turístico do Rio Azuis pudesse funcionar. A partir do dia 25 de maio, foram reabertos os banheiros que estavam inativos e que não foram interditados pela Naturatins. Outra medida foi permitir que alguns turistas utilizassem o banheiro dos quartos de pousada, que não foram interditados, como informam:

Até o encerramento da pesquisa, havia apenas três banheiros dos estabelecimentos que poderiam ser utilizados e nenhum banheiro público. Membros da AMAA informaram que existe a intenção de se construir banheiro público, e há verba disponível para tal, mas, para que isso ocorra, precisam da autorização da Naturatins, do licenciamento para tal obra. “De imediato, era pra fazer o banheiro público e o licenciamento, mas é uma burocracia muito grande. Não libera, demora, eles dão prazo, mas, na hora que chegar lá, é uma burocracia esquisita⁶⁷.”

⁶⁷ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Hoje a associação conseguiria fazer muita coisa, só convocar uma reunião, discutir, aprovar, passar pelo conselho fiscal e rapidim [sic] faz. Mas a Naturatins pega muito pesado aqui. Tem áreas aqui que ela poderia fazer uma estrutura, um quiosque para receber turista, mas a naturatins não aceita mais. A naturatins não aceita mais nada aqui. Pelo que eu tô vendo a naturatins quer proibir tudo, não quer deixar do jeito que tá, né? Porque quanto mais eles fazem um acesso, mais vai trazer pessoas e pelo meu ponto de vista, pelo que eu tô observando, parece que eles querem diminuir a quantidade de gente aqui, pois se fazer um acesso vai atrair mais gente. Não pode tirar o concreto, tem que proteger o rio e acabam gerando esse impasse. A associação pode melhorar muita coisa aqui, mas pra melhorar tem que fazer dentro das regras do órgão⁶⁸.

Também foi proibida a criação de animais próximo ao Rio Azuis e Rio Sobrado, atividade representada na Figura 128: “Agora com essas mudanças, óh [sic], não vai poder mais criação de galinha, não vai poder mais criação de cachorro, gado, porco, galinha, pato”⁶⁹.

Os resultados obtidos mostram que no entorno do Rio Azuis, destacam-se como principais atividades a agricultura, pecuária, desmatamento e queimadas. O turismo também se sobressai, trazendo várias consequências no ambiente como: produção de lixo, pavimentação em áreas impróprias, falta de infraestrutura e fiscalização no local (ALVES; MORAIS, 2017, p. 1).

Figura 127 – Boi Manso no povoado do Rio Azuis.



Fonte: SEBRAE, 2013.

⁶⁸ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁶⁹ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 4. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Ações humanas no meio ambiente, a exemplo de queimadas, podem causar contaminação, poluição, desmatamento, comprometendo a natureza e consequentemente a população local (ALVES, MORAIS, 2019). A Figura 129 mostra o início da estrada principal do povoado do Rio Azuis onde foram realizadas queimadas. Conforme indica um comerciante local,

a perspectiva para sustentabilidade aqui, eu acho que é um consórcio, é um pacto entre: comunidade, estado e sociedade. Comunidade que é o guardião, eu acho que você não consegue nenhum êxito de um projeto de sustentabilidade sem levar em conta as comunidades ribeirinhas e as comunidades que tão lá dentro da terra, tradicionais. E o estado porque, falando do Rio Azuis, ele tem impactos ambientais muito nocivos ao meio ambiente e eu acredito que 60% dos impactos ambientais do Rio Azuis foram cometido pelo estado, através de rede de transmissão de energia, duas; em pavimentação,; calçadas de concreto... não sei se as calçadas de concreto foi o estado mas ele era conivente, ele era o fiscalizador local, se o estado viu que alguém tava fazendo uma calçada de concreto há 30 anos atrás e não tinha nenhum mecanismo pra [sic] barrar, então, hoje como é que ele vai falar que nós somos errado?[sic]⁷⁰

Figura 128 – Queimadas na Entrada do povoado do Rio Azuis.



Fonte SEBRAE 2013.

Quando questionados sobre o Naturatins, a maioria dos moradores concorda com sua atuação: “A gente acha assim: ah, a Naturatins fez isso e isso, mas é por uma boa causa. A gente reconhece nosso erro, certo? e a gente quer mudar. Fazer de tudo pra melhorar”.

Sobre as denúncias anônimas ambientais feitas na Naturatins e no Ministério Público, diz uma comerciante local:

⁷⁰ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Os clientes reclamam... o povo, a cobrança, eles fala sabe o que? A denúncia deles é pela cobrança. Eles não tá preocupado que o Azuis seca, eles não tá preocupado que destrói tudo. Eles tá preocupado é de enfiar a mão no bolso e tirar e pagar. Eles nunca gostaram, o povo. Eles não gosta. Eles gosta tudo de graça. Eles não gosta de pagar. Essas denúncias aí é tudo por causa da cobrança do rio⁷¹.

Em entrevista com integrantes da família do terreno que fica em frente à nascente do Rio Azuis foi dito que:

[...] Primeiramente a gente tem que resolver esse negócio desse conflito que tem aqui. Não só ambiental. [...] querendo ou não, muita gente acha que a gente que faz denúncia, mas não é. Pode ser turista, mas eu acho muito difícil que seja turista. Eu acho que é morador. Às vezes um morador quer denunciar nós *[sic]*, quer prejudicar nós. Só que aí ele não pensa que, por exemplo, essa interferência que teve aí. Às vezes é uma denúncia que veio pra uma pessoa só, mas só que eles foi *[sic]* em todo mundo. Mas a pessoa não pensa isso. [Fulano] lá, vou fazer uma denúncia, porque ele tá irregular, tá com os porco *[sic]*, tá num *[sic]* sei o que. Mas só que o que aconteceu? Vêi *[sic]* ni *[sic]* todo mundo. E é a mesma coisa, se a gente tivesse denunciado. [...] Todo mundo tá errado, não adianta. Melhoraria que eu quero aqui que tô *[sic]* procurando fazer, é essa questão ambiental, reflorestamento, nessas áreas que estão desmatadas. [...] A gente já tá vendo essa questão de explorar o Rio Sobrado, pra *[sic]* espalhar o pessoal também. Que, às vezes, o pessoal fica focado só aqui. Explorar mais. [...] oferecer, por exemplo, uma pesca pro cliente, que quer fazer alguma coisa. Aluga umas varas. [...] Já tinha aqui, umas boias no sobrado. Um campinho também, com jogos, uma quadra. Uma área de jogos, pode ser sinuca. [...] Uma crítica que a gente faz aqui é: o que que adianta ficar soltando vídeo na internet? Ou falando mal. Ou falando: ah, lá agora tá cobrando tanto [...] mesmo que tenha seus conflitos, é melhor você resolver internamente, do que você jogar na internet. Porque prejudica não é só aqui. É todo mundo. Aqui, além de ter a pressão externa, tem a interna. Porque as pessoas não chega e dá uma orientação, ao invés de ficar esculhambando *[sic]*? [...] Já chegar ameaçando. Por que não vem, já que é formada, e não dá uma orientação, uma ajuda. Aqui tá precisando de uma pessoa [...] que pode levar pro Balneário, pro Escorrega. [...] E na verdade, o SEBRAE, você tem que saber filtrar as coisas. Por exemplo: o que gerou muita especulação, aquela taxa de 25. Gerou muito impacto. Era pra ter feito uma coisa que eles falou que era pra ter feito, era pra ter feito aos poucos. Eu já comprei os bloquetes, as formas [para substituir as calçadas de concreto], mas eu esperei aqui, pra fazer tudo dentro da lei. Conforme [a Naturatins] vai autorizando, eu vou fazendo.

Ressalta-se que criar uma atividade turística de pesca no Rio Sobrado é uma atividade que modifica a dinâmica ecológica do ecossistema. Contudo, podem ser

⁷¹ Entrevista concedida por proprietária de restaurante, entrevista 1. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

sugeridas alternativas sustentáveis para o uso turístico do Rio Sobrado, que margeia várias propriedades no povoado do Rio Azuis.

No mês de junho de 2019, os moradores do Rio Azuis receberam a notícia de que o deputado Valdemar Júnior, do partido MDB, destinou aproximadamente R\$100.000,00 para instalação de torre/antena de telefonia celular na região dos Azuis. Em matéria publicada em 13 de junho de 2019 no *site* de *O Jornal*, o parlamentar justificou o investimento como forma de melhoria na comunicação entre os comerciantes e os turistas. Essa melhoria vai possibilitar reservas pagas com o uso de cartão, garantir o acesso à comunicação pelos comerciantes e donos de pousadas da região e por visitantes, além de disponibilizar a cobertura de telefonia celular para a comunidade local. Em entrevista ao *site*, o deputado declarou:

O turismo no Rio Azuis é forte, sendo considerado uma das principais atrações turísticas mais visitadas no Tocantins, só que o local ainda não possui sinal de celular, o que torna difícil o acesso às tecnologias e a prestação de serviços de qualidade aos visitantes que frequentam o local, o que vem dificultando o trabalho dos comerciantes e donos de pousadas que necessitam de internet para o uso da máquina de cartão de crédito por exemplo. [...] A implantação desta torre é de grande relevância para a população, tendo em vista que a comunicação é de fundamental importância para a consolidação do turismo local. Até porque o turista também necessita desse serviço, porque a internet é a principal fonte de informação, e o viajante está sempre antenado à procura de informações nas redes (O JORNAL, 2019).

No dia 17 de junho de 2019, os alunos da matéria de Gastronomia do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT Campus Arraias foram ao povoado do Rio Azuis para uma oficina de resgate da memória gustativa. Os alunos observaram o preparo de um menu degustação de uma entrada, uma salada, dois pratos principais e uma sobremesa, conforme mostra a Figura 130.

Figura 129 – Oficina de resgate da memória gustativa no povoado do Rio Azuis.



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Osmane José da Silva, 2019.

Algumas das principais transformações socioculturais e ambientais ocorridas no povoado contam na Tabela 4.

Tabela 4 – Linha do tempo do povoado do Rio Azuis.

Origem	Pavimentação	AMAA	AMAA; Sebrae	Festivais Gastro	Territ. Cidad.; Dolmã	Naturat. Estacion.	Consultoria; Taxa	Interd. Mudanças
1939	2000	2008	2009	2014	2015	2017	2018	2019

Fonte: Acervo da autora.

Quanto às taxas praticadas no Rio Azuis, os entrevistados disseram que são fundamentais para a realização dos investimentos e adequações necessárias e que, sem recursos, o trabalho da associação fica inviabilizado:

Tem que fazer o banheiro [público]; tem a água, a gente quer colocar pra todo mundo, não é só comerciante não. Pra [sic] todo morador aqui dentro do Azuis. Faz uma caixa lá e distribui pra [sic] todo mundo (Pedro). E a gente depende dessa cobrança pra [sic] colocar mais lixeira, dar mais segurança aos visitantes, essa cobrança é necessária. Por isso, eu já pensei muitas vezes em tirar essa cobrança, mas aí a gente volta atrás. Não é só essa cobrança que está prejudicando. Essa cobrança vai mudar a cara do Azuis!⁷²

Outra moradora, que é associada à AMAA, disse ter escutado relatos de pessoas que acreditam que a cobrança é irregular. Mas, para ela, a cobrança está sendo importante, inclusive, para se dar andamento aos projetos da AMAA, pois

a associação, como você mesmo sabe, foi uma instituição que criou e teve muita dificuldade em se desenvolver, né. [...] Quando envolve opiniões, ideias diferentes, não é fácil você conciliar as pessoas.[...] Foi criada em 2009, não tinha renda. Na questão da cobrança eu já vi várias pessoas falar que é um dinheiro irregular. Esse dinheiro está sendo importante, porque ele está sendo empregado aqui, dentro do complexo. Nossos projetos é [sic] construção de banheiro público, com chuveiro, ducha. A gente vai plantar, fazer trilha. Tudo que oferece serviço de qualidade ao nosso visitante a gente quer fazer. A gente está aguardando o licenciamento, tudo depende do licenciamento. Do jeito que tá eu não tenho coragem de colocar um tijolo sem autorização da Naturatins.

Alguns membros da associação detalharam que investimentos foram feitos com o dinheiro recebido na entrada. Por exemplo,

⁷² Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 8. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

[...] as escada, a gente já tem a madeira aí, foi a associação que comprou”. “foi 6.000 de advogado, assinamos um contrato de 13.000 com o engenheiro ambiental, já pagamos a primeira parcela. [...] fizemos essa gramagem aqui e compramos madeira pra [sic] construção de rampa, compramos [sic] marmiteix.[...] Pagamos engenheiro, pagamos advogado, agora mesmo... o licenciamento, o boleto do licenciamento foi quase 1.500, 1.495 [reais]... então esse valor seria dividido pra [sic] cada estabelecimento. Mas, como foi pela associação, aí caiu pra esse valor. [...] Construção de placas, camisetas, ajuda de custo, porque é um dos objetivos do estatuto [...] essa viagem de Palmas [a fim de desinterditar o Rio Azuis], despesa, gasolina e comida sabe. [...] A associação hoje tem alvará de funcionamento, a associação tem nota fiscal. Então tem sido assim uma grande ajuda, sem isso era impossível a gente realizar tanta coisa.

Grande parte dos entrevistados afirmou que a associação é muito importante para a organização social da comunidade do Rio Azuis e que ela tem um potencial para melhorar muito a qualidade de vida dos moradores e a prestação de serviços ao turista. Uma entrevistada afirma que

a cobrança é importante. Já pensou se tivesse sendo essa cobrança? O que que seria de nós, hoje? Porque eu não tenho condições de pagar um advogado de 12 mil, e 14 mil o engenheiro. Nós ia tirar esse dinheiro da onde? Cabar [sic] o que a gente não tem? Toda vida eu trabalhei assim em forno e fogão. Nós tinha que vender *freezer*, vender alguma coisa pra gente fazer isso. Tá sendo importante. Olha... o que que a gente tem que ter mais? Harmonia entre nós. Pelo menos respeitar como ser humano, só isso⁷³.

Foi falado que o associativismo é uma ferramenta para unir a comunidade:

E associativismo [...], aqui no Tocantins e aqui no Sudeste era uma palavra gringa há poucos anos atrás, ninguém gostava de associação, ninguém gostava de SEBRAE, hoje aqui tá se mudando essa concepção. Eu acho que dentro de um complexo como o Rio Azuis, que são de 4, 5 bares, restaurante, pousadinhas, moradores e uma série de agravantes é... não existe você conseguir juntar esse pessoal a não por uma associação ou cooperativa⁷⁴.

Sobre a atuação do SEBRAE, foi dito que “a intenção deles é boa”; que eles “têm um potencial muito grande de melhoria de serviço. O SEBRAE é um grande suporte”. Outro morador relatou que é importante avaliar bem cada ordenamento

⁷³ Entrevista concedida por proprietária de restaurante, entrevista 1. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁷⁴ Entrevista concedida por proprietária de restaurante, entrevista 1. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

sugerido pelo órgão. Em conformidade com as principais considerações citadas pelos entrevistados acerca da atuação do SEBRAE na comunidade do Rio Azuis foi elaborado o Quadro 6.

Quadro 6 – O papel do SEBRAE na comunidade do Rio Azuis.

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Cursos / Capacitações / Treinamentos	Consultoria individualizada
Missões técnicas de turismo	Enfraquecimento de decisões coletivas
Placas de ordenamento	Precificação acima do acordado com a AMAA
Áreas de recuperação ambiental	Não acompanhou fase de implementação do projeto
Rampas de acessibilidade	Não cumprimento algumas das consultorias prometidas
Profissionalização do turismo	Orientações baseadas em modelos prontos de outras localidades.

Fonte: Autora, 2019.

A maioria dos entrevistados considerou as mudanças feitas no ordenamento turístico do Rio Azuis bastante positivas, apesar da reação negativa de parte dos turistas:

Se continuar nesse patamar, assim no fluxo de pessoas. Eu vejo assim com uma melhora considerável em todos os aspectos. [...] Mudou muito, 100%. Até as pessoas, a maioria das pessoas que eu já ouvi falar diz que ficou muito bom, um ambiente calmo. Diminuiu o risco de acidentes. Tava prestes a acontecer um acidente. A poluição sonora. Se todo mundo também contribuir, porque o turista tem que ter educação ambiental. A maioria não sabe como se comportar numa área natural. Acha que é normal. Querem chegar, acender um fogo aí, assar uma carne, encher de fumaça, jogar a lata na beira do rio e tudo mais. Cadê a consciência?⁷⁵

Em outro relato sobre as recentes mudanças, foi dito que:

⁷⁵ Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 4. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Aqui melhorou demais! Aqui tinha um tipo de gente que eu tinha medo. Nossa... agora aqui deu um “tapa no visual”! A única coisa que eu acho ruim aqui é só essas piscuinha [sic]... picuinha. Você apontar o dedo e ficar falando que fulano... moço! quem é que não vem aqui no Azuis e que num [sic] vê? Se fosse por mim o Azuis tava do mesmo jeitin [sic]. Não tinha uma denúncia. Mas as pessoas julga muito. Eu tava falando que nunca mais eu vou falar que a [fulana] é a culpada disso aqui.

Com as mudanças referentes a regras de uso, cobranças das taxas de manutenção, impactos ambientais, processos judiciais fundiários e à recente interdição do rio, muitos visitantes, turistas, representantes do poder público, dos órgãos ambientais e da imprensa têm publicado notícias sobre o Rio Azuis.

Atualmente, quando se pesquisa no Google as palavras “Rio Azuis”, “Tocantins”, aparecem muitas notícias ruins sobrepondo-se às notícias boas sobre a atividade turística no Rio Azuis e seus impactos.

Moradores relataram que o perfil dos visitantes mudou, que atualmente os turistas são mais “verdes”⁷⁶, e que as mudanças melhoraram substancialmente o problema da superlotação de visitantes no Rio Azuis:

O dia mais lotado desde que eu trabalho aqui, antes da taxa de entrada, em média, por pessoas, na minha observação, teve um dia aí, numa segunda feira de carnaval que passou, entre pessoas que entravam e saiam, em média 1.776 pessoas no dia. Hoje diminuiu bastante, hoje trabalha com menos pessoas, mas é um público que traz uma energia positiva no lugar. Porque, às vezes, você trabalha com um grupo de 100 pessoas, mas é aquela confusão, briga, mas hoje vem um público menos [sic], mas é um público que vai, sai satisfeito, não é mais aquele grupo de pessoas que só vinha pra bagunçar⁷⁷.

No dia 2 de junho de 2019, um domingo, dia que tradicionalmente é o mais lotado da semana, contaram-se 25 carros, entre eles uma van, no estacionamento no horário de pico, correspondente ao horário de almoço. Perguntado a um funcionário do estacionamento a média de pessoas em cada carro, ele disse que havia em média duas pessoas por carro e que já haviam saído cinco carros no dia, totalizando 30 carros.

⁷⁶ Ver no referencial teórico, a Figura 3, intitulada “Turismo em gradações de verde, segundo Swarbrooke”.

⁷⁷ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Nota-se que desde que foi iniciada a cobrança, aumentou-se o interesse sobre o povoado do Rio Azuis por parte dos visitantes, poder público e pela imprensa. As pessoas cobraram melhorias, fazem críticas, dão opiniões. Algumas pessoas acreditam que os moradores do Rio Azuis querem se aproveitar do turismo fazendo cobranças absurdas, e sugerem boicote ao local turístico. Sobre essas atitudes, foi dito em entrevista:

Eu, como funcionário aqui, eu tenho observado, quando eu vejo essas... eu sempre acompanho nas redes sociais... eu fico observando as denúncias, as demandas sobre o Rio Azuis e, às vezes, eu paro e vou reparar, devido as pessoas que tem vindo aqui, que tem frequentado aqui, e geralmente... geralmente aqueles que detonam, degrine [denigre] a imagem do Azuis. Às vezes, eu paro e vou meditar, quem é aquela pessoa e quem é aquele que tá [sic] defendendo. Então hoje eu paro e fico meditando nos grupos de *WhatsApp*, das redes sociais que tem, denegrindo a imagem turística do local, mas se você for olhar também [...] pra [sic] esse tipo de turista, no meu ponto de vista, na minha ignorância, não sei se eu tô [sic] sendo ignorante, mas esses tipo de pessoa que, às vezes, tem tentado denegrir a imagem turística do local, às vezes, ele não traz influência nenhuma, tanto no modo sustentável aqui, como de abranger [sic] uma energia pra [sic] este local⁷⁸.

Nas reuniões da AMAA, estão sendo discutidas alternativas para que não haja superlotação ou outros danos ambientais no Rio Azuis, e não sejam excluídos os visitantes das cidades vizinhas que não têm dinheiro para entrar no balneário. Foi sugerida a criação de um cadastro ou carteirinha, a não cobrança da taxa de entrada durante os dias da semana, mas apenas do estacionamento do veículo. Também se sugeriu a cobrança da taxa de entrada do complexo turístico aos sábados, domingos e feriados, que é o período em que se costuma ter excesso de turistas.

A família do terreno da nascente também citou que pretende fazer uma carteirinha para visitantes locais e a diferenciação de preço para os turistas que vêm de outras cidades. Até o encerramento desta pesquisa, nenhuma dessas ideias foi colocada em prática.

A maioria dos entrevistados declarou que o turismo é muito importante para o povoado do Rio Azuis e que “gosta” que o turismo exista ali, basicamente por questões relacionadas a trabalho e renda. Relata também que o turismo no Azuis traz benefícios não só para a comunidade, mas para as cidades vizinhas.

⁷⁸ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Foi realizada entrevista com moradores que não têm empreendimento comercial e nem trabalham em nenhuma das empresas locais. Com relação às questões relacionadas ao turismo, a suas recentes mudanças e à associação, não houve nenhuma dessas pessoas que relatou não gostar do turismo e dos turistas.

Um entrevistado declarou que como mora mais afastado do leito do Rio Azuis, é indiferente a turismo, associação e conflitos sociais. Ele disse que a única questão relevante para ele é a permanência do rio, pois: “desde novo banho no Azuis todo dia. É costume”.

Uma família relatou não gostar da forma como é organizado o turismo no Rio Azuis, pois não se obtém nenhum rendimento com isso, a não ser a degradação ambiental e o assoreamento do rio. Mas ressaltou que nunca foi contra os turistas e que antigamente era uma coisa que os fazia “sair da rotina”.

Outra moradora entrevistada relatou que prefere não participar das reuniões da AMAA por ser “neutra” em questões relacionadas ao turismo, já que mora mais afastada. Ela afirmou que gostaria que todos os moradores fossem mais unidos.

Nos últimos anos, houve muitas discussões sobre a sustentabilidade no Rio Azuis, e a maioria das pessoas do povoado está familiarizada com o tema. A autora perguntou aos entrevistados o que é sustentabilidade.

Algumas das respostas foram:

No meu entendimento é eu viver aqui, sustentar, tirar tudo aqui, explorar o quê? o turismo. O turismo que eu quero. Igual assim: vender minha comida, vender o meu doce, vender a minha cachaça que eu produzo, vender a minha rapadura que eu produzo e tudo. [...] Tijolo, doce de banana, doce de buriti. [...] E eu compro também para ajudar as pessoas. A gente viver do turismo sem agredir a natureza na medida do possível⁷⁹;

⁷⁹ Entrevista concedida por proprietária de restaurante, entrevista 1. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Sustentabilidade pra mim é você equilibrar a questão ambiental e a questão do... da economia local, das pessoas, entendeu... você sobreviver respeitando a questão ambiental. Isso é difícil, mas não é impossível, você saber que eu tenho que funcionar o meu bar, mas eu não posso jogar [...] água do esgoto dentro do rio [...] eu tenho que vender a minha galinha, mas outro pode criar a galinha, eu não preciso criar a galinha dentro do meu restaurante pra mim *[sic]* vender pro meu cliente, outra pessoa pode ser beneficiado com isso, é tipo assim, sustentabilidade pra mim é você equilibrar a questão ecológica e a questão comercial, entendeu?⁸⁰;

Sustentabilidade pra mim, que eu penso é um modo que a pessoa sobrevive, sustentado daquilo ali. Por exemplo, aqui é um turismo de sustentabilidade, então no meu modo de pensar, várias pessoas se sustenta *[sic]* disso aqui, vive disso aqui. [...] Sustentabilidade pra mim é isso. O ambiente e natureza de sustentabilidade é explorar, mas preservar. O Rio Azuis por exemplo é floresta e meio ambiente. O turista vem, ele pode explorar, ele pode banhar, ele pode usufruir, mas não destruir a floresta, o meio ambiente⁸¹;

Sustentabilidade, fazer as atividades de acordo com os modelos do órgão competente, leis, fazendo qualquer atividade sem prejudicar o meio ambiente. Essa dinâmica do ser humano com o meio⁸².

Foi perguntado aos moradores como eles imaginam o Rio Azuis daqui a dez anos. Entre as respostas, foi dito:

Eu acho que imagino ele bem. Eu acho que as pessoas aqui tão mais amadurecidamente *[sic]* ecologicamente. Eu espero que iniciativas de bom gosto de pessoas que vão chegando de fora também. Botar uma boa iluminação, trabalhar a qualidade de serviço pra *[sic]* atender turistas. Acredito que daqui a 10 anos a gente já vai ser um outro Azuis. A gente já melhorou muito, tá. Dos problemas que temos hoje já melhorou muito. Não podemos esquecer que, há oito anos atrás, a gente não tinha um apartamento pra hospedar ninguém. Hoje a gente tem 33, tá? A comunidade toda tem 33. E vai ser construído um banheirão lá. [na entrada do complexo turístico] pela associação também. Já foi pedido pra fazer. Só falta a Naturatins liberar o alvará de instalação⁸³;

⁸⁰ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁸¹ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁸² Entrevista concedida por proprietária de comércio, entrevista 4. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁸³ Entrevista concedida por proprietário de comércio, entrevista 6. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Apesar de tudo isso, a gente teve, eu acho que teve muito avanço. Apesar de ter tido esse impacto no início, eu acho que, daqui há dez anos, vai estar bastante evoluído. Vai ser difícil, mas, nem que seja na marra, eu acho que esse povo... tem que ter mais união, né. Eu acho que com o tempo vai⁸⁴;

A minha expectativa de vida, eu espero que dias melhores virão, em todos os quisitos. *[sic]*. Principalmente público. O rio é público, mas tá dentro de uma área particular e tem as regras, a partir do momento que a Naturatins proibiu o tráfego de veículo aqui, porque o rio nasce e termina dentro de uma área particular e restrita. E melhorar para o público, porque eu tenho certeza que, apesar de tudo, a própria associação vai falar uma só língua⁸⁵;

Assim... num lado eu tô muito feliz pelo que está acontecendo no Azuis, porque eu sei que meus netos, meus bisnetos vão ter qualidade de vida. Se for o jeito, assim, sabe.... vender aqui. Eu não sei... meu filho já gosta de agropecuária. É o sonho dele. [...] Mas ele não quer vender aqui. Eu posso até pensar em alugar. [...] Você pode passar um tempo fora vendo outras coisas pra ajudar, porque aqui tá parado pra isso. Pode abrir outra coisa, né? Outro comércio. Porque não é só comida. E posso continuar fazendo outra coisa que ainda não tem aqui e que tem que ter o[no] turismo. Eu quero viver em paz⁸⁶.

Um ponto de convergência entre todas as entrevistas realizadas em campo e demais relatos dos moradores foi o desejo por mais união entre todos da comunidade e a preocupação com a sustentabilidade do Rio Azuis para essa geração e as futuras.

Outro aspecto citado em quase todas as entrevistas é o fato de que já houve ou há momentos em que, devido aos conflitos socioambientais, as pessoas pensam em desistir, ou ir embora, ou ficar um tempo fora da comunidade. Mas também demonstraram ter esperança de melhora no turismo, na sustentabilidade, na convivência com os demais, no associativismo e na continuidade do Rio Azuis.

O Quadro 7 exhibe alguns dos principais impactos positivos e negativos do turismo no Rio Azuis, nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

⁸⁴ Entrevista concedida por morador, entrevista 10. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁸⁵ Entrevista concedida por funcionário de empresa local, entrevista 15. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

⁸⁶ Entrevista concedida por proprietária de restaurante, entrevista 1. [maio de 2019] Entrevistadora: Fernanda Gomes da Silva. Aurora do Tocantins, 2019.

Quadro 7 – Impactos do turismo no Rio Azuis.

ECONÔMICOS	SOCIAIS	CULTURAIS	AMBIENTAIS
Ascensão econômica; Geração de emprego e renda.	Associativismo; Capacitação; Cursos; Viagens.	Valorização Gastronomia; Expressões de arte.	Senso de Pertencimento do Patrimônio natural
Dependência Financeira do Turismo	Conflitos sociais e fundiários; Competitividade	Perda de tradições e hábitos coletivos.	Degradação da natureza; Perda de biodiversidade.

Fonte: Elaboração da Autora, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, pudemos constatar que o Rio Azuis consiste em um importante patrimônio natural para todo o estado do Tocantins e até em nível nacional. Tanto a comunidade local quanto os turistas manifestam preocupações com impactos ambientais, e ambos são afetados pelas decisões referentes ao planejamento turístico local. Mas são afetados de maneiras diferentes.

A população local tem um forte apelo emocional pelo Rio Azuis, estando entrelaçada a ele devido a sua história, ancestralidade e modos de vida, assim como uma árvore a sua raiz: o Rio Azuis é a raiz, os habitantes são os galhos, e o turismo corresponde aos frutos dessa árvore. Cada galho que cai ou é podado dessa árvore faz com que ela dê menos frutos. Como no caso do Rio Azuis, o turismo não se faz sozinho. Não é possível colher bons frutos sem união, sem parcerias, sem organização, sem respeito.

O Rio Azuis, com suas águas límpidas, desempenha um importante papel econômico, tal qual um manancial de ouro líquido. Por meio de sua beleza e visibilidade, atrai turistas de todo o mundo, o que gera dinheiro para ser reinvestido localmente. No entanto, os interesses econômicos não deveriam se sobrepor à preservação da localidade, pois, antes da chegada das pessoas, o rio já existia, e é muito importante que ele continue existindo.

Ao se analisar o histórico do turismo desde o início do povoado, é possível constatar que a população local tinha outras atividades econômicas e, aos poucos, foi recebendo turistas e tentando atender suas necessidades. Não havia orientação de profissionais ou do poder público quanto à conservação ambiental; infraestrutura adequada; ou planejamento turístico. Essa visitação turística intensificou-se, por uma série de fatores, até que o turismo de massa a levou a um patamar crítico de impactos socioambientais e culturais.

Não se pode afirmar que, caso não houvesse turismo no local, o Rio Azuis estaria hoje mais preservado. Anteriormente ao turismo na região, já havia situação desfavorável ao ambiente, a saber: o gado bebia água em suas margens, danificando os barrancos laterais; não havia conscientização ambiental, orientação e fiscalização para a população. Ainda foram feitas edificações extremamente próximas ao local, a exemplo de uma BR praticamente em cima de uma surgência do rio.

Essa cultura da pecuária e agricultura familiar é tão forte que, atualmente, mesmo existindo turismo de massa, há lugares da comunidade que parecem uma fazenda, com criação de porcos, gado, galinha, pato, ganso, a presença de muitos cães domésticos, plantação de cana-de-açúcar, milho, mandioca, banana, laranja, limão, hortaliças, dentre outras.

O Naturatins interditou o Rio Azuis, no final do mês de abril de 2019, por encontrar algumas irregularidades, entre elas as atividades acima citadas, que foram proibidas. É imprescindível um trabalho de conscientização sobre os efeitos de tais atividades em ambientes cársticos, como é o caso do Rio Azuis. Esse processo deve contar com a participação de profissionais da área ambiental e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins). O real entendimento por parte de todos os moradores sobre os impactos produzidos por essas atividades terá um efeito assertivo na proteção do ambiente do complexo turístico.

No estudo de diversos autores, além do termo “sustentabilidade”, chama a atenção a biointeração, conceituada pelo autor quilombola Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo. Ele relata que, em sua comunidade, evitam-se o vidro e o plástico, porque, mesmo sendo recicláveis, o período para decomposição deles, principalmente do vidro, é bastante longo. Há, portanto, preferência para o emprego de utensílios de barro, que, se quebrados, voltam a ser terra e se reintegram à natureza em curto prazo. No quilombo, não se fala do homem, como se fosse algo separado da natureza, mas como parte dela.

Por ser uma comunidade familiar em que as gerações ocupam o mesmo território e por seu modo de organização, a comunidade do Rio Azuis tem semelhanças com as comunidades tradicionais. Inclusive foi citado por alguns entrevistados que eles se consideram uma comunidade ribeirinha. É relevante que os moradores sejam orientados de como pode ser feita uma interação com o meio ambiente que traga benefícios à biodiversidade que ainda resta no Rio Azuis, a fim de que o povoado e o rio constituam um ambiente sustentável.

A princípio, o direito à vida das espécies locais não humanas foi ignorado e seriamente prejudicado. Retirou-se a vegetação nativa marginal, e foram construídas calçadas de concreto na margem, com a finalidade de adaptar o rio para que se assemelhasse a uma “piscina artificial”. Uma BR foi asfaltada em cima de uma nascente, por onde passavam até caminhões pesados. É inimaginável a dimensão dos impactos causados por tais ações antrópicas. Quando passavam carretas

grandes e carregadas na BR acima do Rio Azuis, era tão barulhento e impactante que dava uma sensação de que o chão estava estremecendo e isso provocaria o desmoronamento do asfalto em cima do rio, o que poderia extingui-lo. Nesse sentido, a proibição do Naturatins da passagem de carros sobre o Rio Azuis foi um grande avanço.

Também se percebe que as cobranças de taxas de entrada no Rio Azuis se iniciaram como reação a interferências do poder público. Nota-se que a comunidade é acometida por muitas pressões externas, e esses agentes externos lhe atribuem total responsabilidade pelos danos ambientais do Rio Azuis. Porém, analisando o histórico do povoado, é possível afirmar que o estado tem grande participação nessa degradação, por meio de ações como a pavimentação da BR acima do rio e da ausência de fiscalização e orientação aos moradores por um longo período.

Atualmente, existe uma conscientização ambiental muito maior na comunidade e uma melhora significativa do comportamento dos turistas, além de uma fiscalização dos órgãos competentes. Percebem-se constantes tentativas de reverter danos ambientais por parte da própria comunidade e do poder público.

Mesmo com todos os conflitos socioculturais, que vale ressaltar não são exclusividade do povoado do Rio Azuis mas de todas as comunidades e organizações sociais, o associativismo representa uma ferramenta extraordinária de gestão territorial para a região. Pode-se considerar romântico e utópico acreditar que existam harmonia total, equilíbrio socioambiental, ausência de conflitos e paz suprema quando se trata da convivência de pessoas diferentes com interesses diversos. Mas existem desejos convergentes e objetivos em comum no Rio Azuis que requerem união de esforços e capacidades, os quais são: desenvolver o turismo sustentável, que é bom para a comunidade, bom para o turista, e pautado no respeito e proteção ao meio ambiente; continuar trabalhando com o turismo, gerando benefícios econômicos; minimizar impactos ambientais já feitos à natureza e planejar a redução dos futuros impactos socioambientais gerados pela atividade turística.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas nesta pesquisa, para se desenvolver o planejamento comunitário da atividade turística, pode-se afirmar que existem perspectivas muito boas referentes ao desenvolvimento do turismo sustentável no Rio Azuis. Percebe-se uma mudança de mentalidade nos moradores do povoado, no sentido de que é possível desenvolver atividades econômicas e

cuidar da natureza. Essa mentalidade já está se refletindo em ações por parte dessas pessoas.

O Quadro 8 apresenta as perspectivas positivas e desafios para à sustentabilidade no povoado do Rio Azuis.

Quadro 8 – Perspectivas positivas e desafios para à sustentabilidade no povoado do Rio Azuis.

PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA À SUSTENTABILIDADE	DESAFIOS À SUSTENTABILIDADE
Mobilizações efetivas para ordenamento turístico por meio do associativismo	Intensos conflitos socioambientais.
Discussões constantes acerca da sustentabilidade	Falta de consenso nas decisões.
Aceitabilidade dos moradores e turistas das medidas para a sustentabilidade.	Falta de orientação e monitoramento do poder público
Minimização de impactos negativos.	Burocracia e morosidade para licenciamento junto à órgãos ambientais.
Arrecadação da AMAA voltada exclusivamente para ações socioambientais	Dificuldade em conciliar a conservação ambiental e a sustentabilidade econômica.
Moradores desejam conciliar preservação ambiental e turismo	Individualismo e competitividade.

Fonte: Autora, 2019.

Também é possível ver um potencial inegável para o ecoturismo em todas as cidades circunvizinhas, na região Serras Gerais e no estado do Tocantins. Para isso, torna-se elementar a educação ambiental das pessoas, a capacitação e acompanhamento profissional referente ao planejamento turístico. O Cerrado é a grande riqueza que deve ser, cada vez mais, valorizada e protegida.

De acordo com o referencial teórico apresentado nesta pesquisa, o Rio Azuis não oferece ainda uma atividade que pode ser considerada ecoturismo, mas sim um turismo de natureza com características de balneário. Para que um dia se torne um destino de ecoturismo, deve passar a ser pautado em: promover a educação ambiental, minimizar impactos ambientais, trazer benefícios para a conservação da biodiversidade e promover o bem-estar da população local.

Levando em consideração todos os aspectos envolvendo esse fenômeno social complexo do turismo no Rio Azuis, que desperta o interesse da comunidade local, dos turistas e das instituições públicas, a sustentabilidade consiste na preservação ambiental e na permanência da comunidade nesse território.

Há um receio entre os agentes turísticos locais que a sustentabilidade ambiental comprometa a sustentabilidade econômica. Todavia a sustentabilidade no Rio Azuis não pode ter como objetivo principal o lucro. O lucro será consequência da hospitalidade e bom atendimento aos turistas, dos serviços e produtos de qualidade a preços justos e do respeito ao ambiente em que está inserido. Como disse John Muir, “a Terra pode sobreviver bem sem amigos, mas os humanos, se quiserem sobreviver, devem aprender a ser amigos da Terra”.

O turismo sustentável deve ser organizado com base nos princípios da sustentabilidade em todas as etapas de planejamento e execução, contemplando sua dimensão ambiental, cultural, social, econômica, política, ética.

No campo cultural, o turismo deve valorizar a história, a cultura, a gastronomia e as tradições locais. A experiência turística deve promover trocas interculturais com respeito. Para isso, devem existir regras e limites definidos para os visitantes.

A esfera social deve ser planejada a fim de se promover a inclusão dos moradores do município e deve oferecer acessibilidade aos visitantes. É muito importante que o povoado dê um retorno à sociedade por meio de ações; encontre maneiras de não excluir os visitantes locais de baixa renda e, paralelamente, medidas que selecionem o público no sentido de que seja evitada a superlotação do ambiente.

Pensar na acessibilidade real para pessoas com necessidades especiais é primordial, pois há moradores que necessitam disso. Algumas medidas podem ser pensadas para o turismo acessível, como, por exemplo, rampas de acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção, medida essa que já se iniciou; atendimento em libras e cartilhas informativas em braile; inclusão de pessoas com deficiência mental, com passeios gratuitos intermediados por organização de acolhimento, já existente nas cidades vizinhas.

Na dimensão econômica, a atividade turística deve trazer benefícios à comunidade local, buscando condições justas e igualitárias. A distribuição de recursos econômicos acontece por meio do efeito multiplicador do turismo, priorizando trabalhadores e produtos locais.

Os debates da AMAA sobre o turismo e a sustentabilidade têm um papel importante para o desenvolvimento de uma gestão participativa comunitária do território. Dessa forma, pode-se atingir o bem-estar coletivo, a conservação da natureza e o turismo de forma sustentável no Rio Azuis, desenvolvendo o turismo de base local, ou turismo comunitário. O planejamento turístico do Rio Azuis deve ser constantemente atualizado, pois o turismo é um fenômeno social complexo, que se modifica a cada dia, mudando as demandas do turista e da comunidade.

REFERÊNCIAS

ABAV. **A Abav Expo**. Disponível em: <http://www.abavexpo.com.br/>. Acesso em: 7 jun 2019.

ABETA. **Abeta**. Disponível em: <http://abeta.tur.br/pt/pagina-inicial/>. Acesso em: 19 jun 2019.

ADVENTURE CLUB. Rio Azuis: conheça "o menor rio do mundo" que fica no Tocantins. **Pontos Turísticos**. Disponível em: <https://www.adventureclub.com.br/blog/pontos-turisticos/rio-azuis-conheca-o-menor-rio-do-mundo-que-fica-no-tocantins/>. Acesso em: 11 jun 2019.

AF NOTÍCIAS. Rio Azuis: conheça "o menor rio do mundo" que fica no Tocantins e encanta os turistas. **Tocantins**. 17 out 2016. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/vida-sociedade/rio-azuis-conheca-o-menor-rio-do-mundo-que-fica-no-tocantins-e-encanta-os-turistas>. Acesso em: 7 jun 2019.

ALBUQUERQUE FILHO, J. L. **A integração das políticas públicas de recursos hídricos e educação ambiental**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental para a Sustentabilidade dos Recursos Hídricos) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85409/202867.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jun 2019.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, J. Rio Azuis menor rio do Brasil. **Natureza Bela Vida**. 7 jun 2016. Disponível em: <http://www.naturezabelavida.com.br/rio-azuis-menor-rio-brasil/>. Acesso em: 7 jun 2019.

ALVES, L. R. F. **Aspectos da paisagem cárstica do entorno do Rio Azuis, Tocantins**: caracterização geomorfológica e contribuições para gestão ambiental. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/933>. Acesso em: 7 jun 2019.

ALVES, L. R. F.; MORAIS, F. Análise do uso e ocupação do solo no entorno do Rio Azuis. In: PERES FILHO, A.; AMORIM, R. R. (Org.). **Os desafios da Geografia Física nas fronteiras do conhecimento**. Campinas: Instituto de Geociências – UNICAMP, 2017. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2483>. Acesso em: 13 mar 2019.

ALVES, L. R. F.; MORAIS, F. Caracterização da paisagem cárstica no entorno do Rio Azuis-Tocantins. In: **XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ENANPEGE. Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação da ação ao pensamento**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2034/363.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

AMAA – Associação de Moradores e Amigos dos Azuis. Ata para a nova diretoria da AMAA Associação de Moradores e Amigos dos Azuis. Aurora do Tocantins, 2018-2019.

AMAA. Ata de Abertura da Associação de Moradores e Amigos dos Azuis (AMAA). Aurora do Tocantins, 29 maio 2009.

ARAÚJO, W. Iguaria histórica. **Jornal do Tocantins – JTo**. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/magazine/iguaria-hist%C3%B3rica-1.1382172>. Acesso em: 7 jun 2019.

ARAÚJO, W. Produtores de cachaça artesanal da região dos Azuis comemoram primeiro grande lote de vendas. **Portal Tocantins**. 11 out. 2017. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/noticia/2017/10/11/produtores-de-cachaca-artesanal-da-regiao-dos-azuiscomemoram-primeiro-grande-lote-de-vendas/>. Acesso em: 30 jun 2019.

ARAÚJO, W. **Região das Serras Gerais se destaca como o novo destino ecoturístico do Tocantins**. 10 out. 2017. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/noticia/2017/10/10/regiao-das-serras-gerais-se-destaca-como-o-novo-destino-ecoturistico-do-tocantins/>. Acesso em: 30 jun 2019.

ARTESOL. Associação Capim Dourado do Povoado de Mumbuca. **Artesanato Solidário**. Disponível em: http://www.artesol.org.br/rede/membro/associacao_capim_dourado_do_povoado_de_mumbuca. Acesso em: 16 mar 2019.

ASCCUNA. **Asccuna**. Disponível em: http://joiasdenatividade.com/s/?page_id=29. Acesso em: 16 mar 2019.

ASCCUNA. **Ourivesaria Mestre Juvenal**. Disponível em: http://joiasdenatividade.com/s/?page_id=1295/. Acesso em: 16 mar 2019.

ATTANASIO, C. M.; GANDOLFI, S.; ZAKIA, M. J. B.; JUNIOR J. C. T. V.; LIMA, W. P. A importância das áreas ripárias para a sustentabilidade hidrológica do uso da terra em microbacias hidrográficas. **Bragantia**, Campinas, v. 71, n. 4, p. 493-501, 2012.

AUGUSTO, T. Turismo bom para quem? **Carta Capital**. 26 ago. 2017. Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/turismo-bom-para-quem/>. Acesso em: 7 jun 2019.

AVENTUREIROS. **Gruta dos Caldeirões, Taguatinga, Tocantins**. Disponível em: <https://trilhandomontanhas.com/fotos/gruta-dos-caldeiroes-taguatinga-tocantins/>. Acesso em: 20 jun 2019.

ÁVILA, M. A. SANTOS, M. S. **Análise da percepção dos diferentes atores sociais sobre o desenvolvimento turístico de Uruçuca – Bahia**. In: VI SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 10-11 de setembro de 2009. Universidade Anhembi Morumbi – UAM, São Paulo.

BARRETO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 9, n. 20, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 jan 2006.

BARRETO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005. (Coleção Turismo).

BENI, M. C. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo).

BISELLI, A. **Aurora das cavernas**. Os 1000 dias de Ana Biselli. 1000 dias.com Por Toda a América. 2011. Disponível em: <http://1000dias.com/ana/?id=46&tit=Praia-cor-de-rosa>. Acesso em: 30 jun 2019.

BONIFÁCIO, J. **O menor rio do Brasil tem apenas 147 metros de extensão e fica no Tocantins**. 14 jan. 2013. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/colunistas/o-menor-rio-do-brasil-tem-apenas-147-metros-de-extensao-e-fica-no-tocantins-284062.html>. Acesso em: 11 jun 2019.

BRANCALION, P. H. S.; Rodrigues, R. R.; GANDOLFI, S.; KAGEYAMA, P. Y; NAVE, A. G.; GANDARA, F. B.; BARBOSA, L. M.; TABARELLI, M. Instrumentos legais podem contribuir para a restauração de florestas tropicais biodiversas. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 34, n. 3, p. 455-470, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622010000300010. Acesso em: 30 jun 2019.

BRASIL. **Agenda 21 Brasileira: vinte e um compromissos para o século 21**. Brasília, 2002.

BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. **Lei Nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988**. Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências. Brasília, 12 fev. 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Carta da Terra**. Responsabilidade Socioambiental. Agenda 21. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra.html> Acesso em: 1º dez 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**. Disponível em: www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf. Acesso em: 30 jun 2019.

BRASIL. **No coração dos deuses**. Cinemateca Brasileira. Base de Dados 2005. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=ID=022813&format=detailed.pft>. Acesso em: 14 mar 2019.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso: 30 jun 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei n. 9795. Brasília, 1999.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BUENO, F. P.; PIRES, P. S. **Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza**. In: IV SeminTUR – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Caxias do Sul, 2006.

BURUM, M. M. L. B. **Motiba, a deusa, e as lágrimas azuis**: uma homenagem ao menor rio do Brasil. 16 fev. 2017. Disponível em: <https://www.xapuri.info/cultura/motiba-deusa-azuis-menor-rio-brasil/>. Acesso em: 7 jun 2019.

Câmara dos Deputados. Secretaria da Mulher. **4ª Edição do Concurso de Música sobre a Lei Maria da Penha**. 02 set. 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/concurso-sobre-a-lei-maria-da-penha-4a-edicao-2013-musica>. Acesso em: 30 jun 2019.

CÂMARA Municipal de Aurora do Tocantins. **Lei Municipal nº 007/2015 declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos dos Azuis, AMAA**. Plenário da Câmara Municipal de Aurora do Tocantins, 09 mar 2015.

CASIMIRO FILHO, F. **Contribuições do turismo à economia brasileira**. 2002. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em:

<http://www.gestionturistica.cl/biblioteca/tesis/doctoral/francisco.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

CASTRO, E. V. de. **A natureza em pessoa**: sobre outras práticas de conhecimento. (Encontro “Visões do Rio Babel. Conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro”. Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica, Manaus, 22 a 25 de maio de 2007). Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/p.dfs/visesdoriobabel.pdf. Acesso em: 1º dez 2019.

CBN Tocantins. **Depois de termo de compromisso área de banho é liberada**. Rio Azuis. 17 abr 2019. Disponível em: <https://www.cbntocantins.com.br/programas/cbn-tocantins/cbn-tocantins-1.318013/depois-de-termo-de-compromisso-%C3%A1rea-de-banho-do-rio-%C3%A9-liberada-1.1778711>. Acesso em: 21 jun 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONEXÃO TOCANTINS. **Evento busca fortalecer identidade cultural e fomentar a gastronomia em Aurora do Tocantins**. 19 out. 2017. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2017/10/19/evento-busca-fortalecer-identidade-cultural-e-fomentar-a-gastronomia-em-aurora-do-tocantins>. Acesso em: 23 jun 2019.

CONEXÃO TOCANTINS. **Rio Azuis concilia preservação ambiental e atividade comercial**. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2009/01/26/rio-azuis-concilia-preservacao-ambiental-e-atividade-comercial-26-01-2009>. Acesso em: 7 jun 2019.

CORIOLOANO, L. N. M.T. O Ecoturismo e os hóspedes da natureza. In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. (Org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

COSTA, E. B. da; ALMEIDA, M. G. de; OLIVEIRA, R. F.; RÚBIO, R. P. Realização social da natureza pelo turismo na Chapada dos Veadeiros. **Confins** [online], v. 25, 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/10474>. Acesso em: 1º dez 2019.

COTRIM, S. L.; GOUVEIA, P.; LIMA, G. B. A. **Análise do modelo Triple Bottom Line**: conceito, histórico e estudo de casos. III CNEG – Niterói, RJ, Brasil, 17, 18 e 19 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.inovarse.org/filebrowser/download/9852>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DEMÉTRIO, A. D. **Valorização profissional e estratificação social a partir das relações entre capital e trabalho na hotelaria goianiense**. 2018. Dissertação (Mestrado em Turismo). Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32648>. Acesso em: 30 jun 2019.

DEVOTOS DA CACHAÇA. **Dama dos Azuis**: cooperativa de cachaça tira produtores de Tocantins da informalidade. 16 out. 2017. Disponível em: <http://xn-->

devotosdacachaa-rmb.com.br/2017/10/16/dama-dos-azuis-cooperativa-de-cachaca-tira-produtores-de-tocantins-da-informalidade/. Acesso em: 30 jun 2019.

DIÁRIO DO TOCANTINS. Rio Azuis é considerado como o menor rio do Brasil. **Rios Principais**. Disponível em: <http://www.diariodotocantins.com.br/rios-principais/rio-azuis/index.php>. Acesso em: 7 jun 2019.

DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ustcBAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=pegada+ecol%C3%B3gica&ots=l2hgJ4Svb6&sig=_aO1YYf7KjFxCCvdIXeQ2XwTipI#v=onepage&q=pegada%20ecol%C3%B3gica&f=false. Acesso em: 9 abr 2019.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. (Coleção Primeiros Passos).

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Polje**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/polje>. Acesso em: 30 jun 2019.

DOITY. **Seminário Internacional Povos e Comunidades Tradicionais Frente a Projetos de Desenvolvimento e o V Seminário: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente**. São Luís Maranhão. 2018. Disponível em: <https://doity.com.br/v-sedmma>. Acesso em: 23 jun 2019.

DOMICIANO, C. S.; OLIVEIRA, I. J., 2012. Cartografia dos impactos ambientais no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Mercator**, n. 11, p. 179-199, 2012.

DUTRA, V.; SENNA, M.; FERREIRA, M.; ADORNO, L. (2008). Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 1, n. 8, p. 104-117.

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO. Associação Cultural Chapada dos Negros. Prêmio Itaú-Unicef. **Projeto Criança: Capoeira, Esporte e Cultura em Arraias (TO)**. 2007. Disponível em: <https://educacaoeparticipacao.org.br/instituicoes-premio/associacao-cultural-chapada-dos-negros>. Acesso em: 7 jun 2019.

ELEUTÉRIO, R. Azuis: o menor rio do Brasil. **Xapuri Socioambiental**. 12 fev. 2017. Disponível em: <https://www.xapuri.info/ecoturismo/azuis-o-menor-rio-do-brasil/>. Acesso em: 7 jun 2019.

ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. **Environmental Quality Management**, v. 8, n. 1, p. 37–51, 1998.

ELY, A. **Economia do meio ambiente**. 4. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990.

ENCONTROTECA. **Catireiros de Natividade**. Projeto Casa de Cultura Cavalheiros de São Jorge. Apresentação IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://www.encontroteca.com.br/grupo/108/catireiros-de-natividade>. Acesso em: 16 mar 2019.

ESTADO DE ALAGOAS. Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas. **Patrimônio cultural: o que é?** Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/patrimonio-cultural/principal/textos/patrimonio-cultural-o-que-e>. Acesso em: 18 jun 2019.

EXPEDIÇÃO ANDANDO POR AÍ. **Caverna Angelica, Rio Azuis**. 7 fev. 2013. Disponível em: <http://www.expedicaoandandoporai.com/2013/02/caverna-angelica-rio-azuis-goias-tocantins.html>. Acesso em: 30 jun 2019.

FACO, R. A.; NEIMAN, Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. *In*: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010.

FAZITO, M. Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. *In*: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. de; NÓBREGA, W. R. M. (Orgs.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.

FAZITO, M.; RODRIGUES, B.; NASCIMENTO, E.; PENA, L. C. S. O papel do turismo no desenvolvimento humano. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 372, p. 1-21, 2017.

FEBRAFAR – Federação Brasileira das Redes Associativistas e Independentes de Farmácias. Associativismo – por que é tão difícil praticar? **Febrafar**. 20 out. 2019. Disponível em: <https://www.febrafar.com.br/associativismo-dificil-praticar/>. Acesso em: 1º dez 2019.

FELIX, B. Juraildes da Cruz: poeta do Cerrado. **Jornal do Tocantins**. 10 mar. 2015. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/magazine/juraildes-da-cruz-poeta-do-cerrado-1.799468>. Acesso em: 30 jun 2019.

FERRARINI, A.; VERONESE, M. Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. 2010. **Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v. IV, n. 7, p. 131-151.

FLOGÃO. **Sudeste Tocantins**. Disponível em: <https://www.flogao.com.br/sudesteto/108630365>. Acesso em: 30 jun 2019.

FÓRUM INTERNACIONAL ONGS. **Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://tratadodeea.blogspot.com/>. Acesso em: 30 jun 2019.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

G1 TO. Artista do Tocantins viaja pelo país com viola de buriti criada pelo avô. **G1 TOCANTINS**. 10 ago. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/08/artista-do-tocantins-viaja-pelo-pais-com-viola-de-buriti-criada-pelo-avo.html>. Acesso em: 16 mar 2019.

G1 TO. Cavalhadas encenam batalhas das cruzadas no sudeste do Tocantins. **G1 TOCANTINS**. 13 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/cavalhadas-encenam-batalhas-das-cruzadas-no-sudeste-do-tocantins-fotos.ghtml>. Acesso em: 18 jun 2019.

G1 TO. Menor rio do Brasil é monitorado por causa da seca que atinge o Tocantins. **G1 TOCANTINS**. 19 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/07/menor-rio-do-brasil-e-monitorado-por-causa-da-seca-que-atinge-o-tocantins.html>. Acesso em: 7 jun 2019.

GALIZA, L. **Almas e Rio da Conceição – Paraísos nas Serras Gerais, Tocantins**. 4 set. 2018. Disponível em: <https://levenaviagem.com.br/serras-gerais-tocantins/>. Acesso em: 4 jun 2019.

GALIZA, L. Aurora do Tocantins, mais um paraíso escondido no brasil. **Leve na Viagem**, 2018. Disponível em: <http://levenaviagem.com.br/aurora-do-tocantins/>. Acesso em: 13 mar 2019.

GARCIA, S. et. al. **O clima do passado frente ao presente**. In: JACOBI, P. R. *et al.* (Orgs.). **Temas atuais em mudanças climáticas para o Ensino Fundamental e Médio**. São Paulo: IEE - USP, 2015. p. 21-29.

GAZETA DO CERRADO. **Terra das cavernas e do Rio Azuis, Aurora completa 55 anos e tem turismo como ponto forte**. 29 out. 2018. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/2018/10/29/terra-da-cavernas-e-do-rio-azuis-aurora-completa-55-anos-e-tem-turismo-como-ponto-forte/>. Acesso em: 7 jun 2019.

GLENDAY, C. **Guinness Book of World Records**. Records Shatter Across the Globe in Honor of Guinness World Records Day 2006. 29 abr. 2007. Vancouver: Jim Pattison Group. Disponível em: <https://inemg.com/211173.pdf>. Acesso em: 7 jun 2019.

GOEBEL, L. **Taguatinga: tradição, religiosidade e belezas naturais**. 20 ago. 2003. Disponível em: <https://secom.to.gov.br/noticias/taguatinga-tradicao-religiosidade-e-belezas-naturais-1134/>. Acesso em: 7 jun 2019.

GUIA DE TUDO. **Qual é o menor rio do mundo?** Home. Nosso Mundo. Publicado em 19 abr 2015. Disponível em: <https://guiadetudo.com/index.php/category-nosso-mundo/156-qual-e-o-menor-rio-do-mundo>. Acesso em: 7 jun 2019.

GUIA MELHORES DESTINOS. **Jalapão**. Disponível em: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/jalapao-219-c.html>. Acesso em: 30 jun 2019.

GUIA VIAJAR MELHOR. **O menor rio da América Latina fica no Tocantins e tem água incrivelmente azul**. Experiências no Brasil. Lugares para conhecer. Natureza. Norte. Tocantins. Disponível em: <http://www.guiaviajarmelhor.com.br/menor-rio-da-america-latina-fica-no-tocantins-e-tem-agua-incrivelmente-azul/>. Acesso em: 7 jun 2019.

GURGEL, G. **Natividade**: berço histórico do Tocantins. Ministério do Turismo 16 mar 2017. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7607-natividade-ber%C3%A7o-hist%C3%B3rico-do-tocantins.html>. Acesso em: 16 mar 2019.

HARDT, R. **Sistema cárstico e impactos antrópicos**: considerações sobre manejo. In: Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo SIMPGEO-SP, 2008, São Paulo. VIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp – Rio Claro, 2008, p. 1295-1309.

HELEN, M. Com Rio Azuis Aurora oferece belezas e encantos naturais. **Turismo**. T1 Notícias. 9 ago 2012. Disponível em: <https://www.t1noticias.com.br/turismo/com-rio-azuis-aurora-oferece-belezas-e-encantos-naturais/39192/>. Acesso em: 7 jun 2019.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social**: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil. In: I ENCONTRO DA ANPPAS. Indaiatuba, 2002.

HINTZE, H. C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-14102008-145041/pt-br.php>. Acesso em: 13 mar 2019.

IBGE. **Aurora do Tocantins TO**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/aurora-do-tocantins/panorama>. Acesso em: 13 mar 2019.

IBGE. **Dianópolis TO**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis>. Acesso em: 14 mar 2019.

IBGE. **Luís Eduardo Magalhães BA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama>. Acesso em: 13 mar 2019.

IBGE. **Taguatinga TO**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil//panorama>. Acesso em: 13 mar 2019.

IBGE. **Tocantins**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 13 mar 2019.

ICMBIO. **Unidades de conservação Cerrado**. Serra Geral do Tocantins. 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2068-esec-serra-geral-do-tocantins>. Acesso em: 13 mar 2019.

IRVING, M. A.; CAMPHORA, A. L. A sustentabilidade como tendência no discurso turístico do Estado do Rio de Janeiro. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (Orgs.). **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.; MELO, G. M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5 n. 4, 2005.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118. São Paulo: Autores Associados, 2003. p. 189-205.

JACOBI, P. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

JAFARI, J. La científicación del turismo. **Contribuciones a la Economía**. jul. 2005. Disponível em: <http://www.eumed.net/ce/>. Acesso em: 22 jun 2019.

JENNINGS, K. **What's the world's shortest river?** Condé Nast Traveler. 18 jun. 2018. Disponível em: <https://www.cntraveler.com/stories/2012-06-18/d-river-lincoln-city-oregon-ken-jennings-maphead>. Acesso em: 22 jun 2019.

John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Trad. de Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000a.

John. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia. Trad. de Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000b.

JORNAL DO TOCANTINS. **Vistoria constata graves danos ambientais no Rio Azuis**. 11 ago. 2017. Redação. Vida Urbana. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/vistoria-constata-graves-danos-ambientais-no-rio-azuis-1.1326010>. Acesso em: 7 jun 2019.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAGO, A.; HEGEDUS, P. de; MACHADO J. A. D. **Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do Município de Nova Palma (RS,**

Brasil) e estratégias de Extensão. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 6, Fortaleza, 2006. 1 CD-ROM.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações de trabalhos científicos. São Paulo, Atlas, 2012.

LEAH, A.; ROB, R. Is it possible to cry a river? **Journal of Interdisciplinary Science**, Topics, v. 5. The Center of Interdisciplinary Science. University of Leicester. Cheryl Hurkett. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Y1XeDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA50&dq=ROE+RIVER,+Great+Falls,+MONTANA,+GUINNESS&ots=c01LukCfHJ&sig=hFJsf-mSRcFbp5go3Ut9Ael0jzE#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 7 jun 2019.

LOPES, D. P. **Aurora do Tocantins – TO:** turismo e sustentabilidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/34080. Acesso em: 17 mar 2019.

LOPES, E. Deputado Léo Barbosa propõe debate sobre o turismo no Rio Azuis. 09 maio 2019. **Notícias.** Disponível em: <http://www.al.to.leg.br/noticia/7366/deputado-leo-barbosa-propoe-debate-sobre-o-turismo-no-rio-azuis>. Acesso em: 7 jun 2019.

LÜCHMANN, L. H. H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos.** In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Curitiba, jul. 2011.

MACELINO, D. G. Espécie de ave endêmica do Tocantins e Goiás pode ser extinta. **Natureza e Conservação.** Extinção. Preservação Ambiental. nov. 2014. Disponível em: <http://www.naturezaeconservacao.eco.br/2014/11/tiriba-do-parana-em-risco-de-extincao.html>. Acesso em: 30 jun 2019.

MACELINO, D. G. Rio Azuis é destino para turistas do Brasil e do mundo. **Natureza e Conservação.** Sessão: Tocantins. Turismo. Dez. 2015. Disponível em: <http://www.naturezaeconservacao.eco.br/2015/12/rio-azuis-no-tocantins-e-destino-para.html>. Acesso em: 18 maio 2019.

MACELINO, D. G. Rio Azuis e o turismo que gera impactos ambientais. 3 out. 2014. **Natureza e Conservação.** Sessão: Impacto Ambiental. Tocantins. Turismo. Disponível em: <http://www.naturezaeconservacao.eco.br/2014/08/rio-Azuis-e-o-turismo-que-gera-impactos.html>. Acesso em: 13 maio 2019.

MADE IN MONTANA. **Roe River Clothing.** Disponível em: <https://app.mt.gov/madeinmontana/Business/Details/11989>. Acesso em: 7 jun 2019.

Marques, C. Almas: natureza exuberante e turismo de experiência nas Serras Gerais. **Raízes do Mundo**. 12 maio 2019. Disponível em: <https://raizesdomundo.com/almas-serras-gerais/>. Acesso em: 30 jun 2019.

MARQUES, C. **Serras Gerais: melhor época, passeios, hospedagem e muitas dicas!** Início. América do Sul. Nacional. Raízes. Tocantins. 13 mar 2019. Disponível em: <https://raizesdomundo.com/serras-gerais-dicas/>. Acesso em: 30 jun 2019.

MEADOWS, D. H.; Meadows, D. L.; Randers, J.; BEHRENS III, William W. **The limits to growth**. New American Library; Universe Books, 1972. Disponível em: <http://www.ask-force.org/web/Global-Warming/Meadows-Limits-to-Growth-Short-1972.pdf>. Acesso em: 25 abr 2019.

MEDEIROS, C. O paraíso é aqui! 29 dez. 2010. **O descobrimento do Brasil**. Disponível em: <http://cinthiaexuxu.blogspot.com/2010/12/o-paraiso-e-aqui.html>. Acesso em: 30 jun 2019.

MELHORES DESTINOS. Dunas do Jalapão. **Guia de destinos**. Disponível em: <https://www.melhoresdestinos.com.br/>. <https://guia.melhoresdestinos.com.br/dunas-do-jalapao-219-6055-l.html>. Acesso em: 18 jun 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Construindo a Agenda 21 local**. Brasília: MMA, 2000.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Diretrizes para a visitação em unidades de conservação**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf. Acesso em: 14 mar 2019.

MMA– Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira.html>. Acesso em: 30 jun 2019.

MMA– Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: 10 jun 2019.

MMA– Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Local**. 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local.html>. Acesso em: 30 jun 2019.

MMA– Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 30 jun 2019.

MMA– Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade brasileira**: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília: MMA/SBF, 2002. (Biodiversidade, 5).

MMA– Ministério do Meio Ambiente. **Conceitos de Educação Ambiental**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 30 jun 2019.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTANA Kids. **Wolds Shortest River**. Facts and figures. Geography. Disponível em: http://montanakids.com/facts_and_figures/geography/Worlds_Shortest_River.htm. Acesso em: 7 jun 2019.

MONTANA.Gov. **Missouri River**. Official State Website. Disponível em: https://ipfs.io/ipfs/QmXoypijzjW3WknFiJnKLwHCnL72vedxjQkDDP1mXWo6uco/wiki/Missouri_river.html#cite_note-40. Acesso em: 7 jun 2019.

MORAIS, S. **SEMARH inicia coleta de dados no Rio Azuis**. 18 jul. 2016. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) do Tocantins, 2016. Disponível em: <https://semarh.to.gov.br/noticia/2016/7/18/semarh-inicia-coleta-de-dados-no-rio-azuis-/>. Acesso em: 7 jun 2019.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 10 jun 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU**: 4,5 bilhões de pessoas não dispõem de saneamento seguro no mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-45-bilhoes-de-pessoas-nao-dispoem-de-saneamento-seguro-no-mundo/>. Acesso em: 17 jul 2017.

NASCIMENTO, A. M. L. do; ROCHA, A. J. D; NOSLACO, M. C. Patrimônio geológico e mineiro no nordeste do Brasil. **Boletim Paranaense de Geociências**, v. 70, p. 103-119, 2013.

NATURATINS. **Parecer técnico de monitoramento nº 393-2017**. Aurora do Tocantins, 2017.

NATUREZA E CONSERVAÇÃO. **Rio Azuis é destino para turistas do Brasil e do mundo**. 09 dez. 2015. Disponível em: <http://www.naturezaeconservacao.eco.br/2015/12/rio-azuis-no-tocantins-e-destino-para.html>. Acesso em: 7 jun 2019.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

NERD VIAJANTES. **Jalapão – Capim Dourado**. Disponível em: <https://www.nerdsviajantes.com/2014/07/15/jalapao-capim-dourado/>. Acesso em: 30 jun 2019.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. Ibama, 2002. p. 27.

NUNES, L. T. D. **Design e cultura: um olhar sobre o artesanato de capim dourado**. 2013. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2013.

O GIRASSOL. **Cavalcadas de Taguatinga continuam fazendo história**. 17 ago. 2010. Disponível em: <http://www.ogirassol.com.br/especial/cavalcadas-de-taguatinga-continuum-fazendo-historia>. Acesso em: 14 mar 2019.

OLIVEIRA, C. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**, v. 2, n. 3, 2008. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/travessias/search/authors/view?firstName=Cristiano&...> Acesso em: 30 jun 2019.

OLIVEIRA, D. **Municípios do Tocantins sobem de categoria no Mapa do Turismo**. Governo do Tocantins, 21 fev 2018. Notícias. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/noticia/2018/2/21/municipios-do-tocantins-sobem-de-categoria-no-mapa-do-turismo/>. Acesso em: 30 jun 2019.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos econômicos e socioambientais gerados pela atividade turística no município de Itacaré, BA**. In: IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, Caxias do Sul, 7-8 jul 2006. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/438>. Acesso em: 20 maio 2019.

OLIVEIRA, M. R. S.; VITTE, C. de C. O fenômeno turístico e suas implicações na cidade de Ouro Preto. In: II ANPPAS – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, Indaiatuba, 2004. **Anais...**, 2004.

OURIQUE. Serras Gerais. Rio Azuis e Rio Sobrado. Encontro dos Rios. Taguatinga. Tocantins. Brasil. **Adventure Trips**. 1º abr. 2016. Disponível em: <http://ourique-jalapao.com.br/?p=3295>. Acesso em: 18 jun 2019.

PACHECO, J. L. **Interpretação do património geológico**: uma aplicação ao geoparque Arouca. 2012. Dissertação (Mestrado em Património Geológico e Geoconservação) – Escola de Ciências, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2012.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, J. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 1 jan. 2010.

PEDRO, E. G.; FONSECA-RODRIGUES, B. E. P.; SIMÕES, P. R.; AMARAL, P. V.; PEREIRA JUNIOR, A.; FIGUEIREDO, L. A. V.; Souza, R.; Rodrigues, A.; EL-DASH, L. G. IV expedição Tocantins (BR): rumo ao desconhecido. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 29, 2007, Ouro Preto. **Anais...** Campinas: SBE; Ouro Preto: SEE, 2007. Disponível em: http://www.cavernas.org.br/sbenoticias/SBENoticias_040.pdf. Acesso em: 7 jun 2019.

PENA, R. F. A. Cerrado: a caixa d'água do Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/cerrado-caixa-dagua-brasil.htm>. Acesso em: 17 jun 2019.

PERADELLES, M. A diferença entre o planejamento estratégico, tático e operacional. 19 abr 2016. **Estratégia empresarial**. Blog da Qualidade. Disponível em: <https://blogdaqualidade.com.br/a-diferenca-entre-o-planejamento-estrategico-tatico-e-operacional/>. Acesso em: 10 jun 2019.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

PISCINA E JARDIM. **Rio Azuis**. Aurora do Tocantins. Piscina e Jardim TO. Disponível em: <https://www.piscinaejardim.com/sobre/rio-azuis-aurora-do-tocantins-to>. Acesso em: 30 jun 2019.

PLANETA ÁGUA. **Azuis o menor rio do Brasil: Localizado no Tocantins o Azuis é uma fonte de águas cristalinas**. 14 fev. 2014. Disponível em: <http://www.revistaplanetaagua.com.br/materia/58252/azuis-o-menor-rio-do-brasil-localizado-no-tocantins-o-azuis-e-uma-fonte-de-aguas-cristalinas>. Acesso em: 7 jun 2019.

PORTAL NA BOCA DO POVO. **Cerimônia Prêmio Dolmã 2016**. 07 dez 2016. Admin 2. Disponível em: <http://www.portalnabocadopovo.com.br/2016/12/07/cerimonia-premio-dolma-2016/>. Acesso em: 7 jun 2019.

PREFEITURA DE AURORA DO TOCANTINS. **Lei nº 114/2015**. Torna de utilidade pública a Associação de Moradores do Azuis e dá outras providências. 23 mar 2015. Documento disponível no acervo da AMAA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE. **Nossa História**. Disponível em: <http://www.natividade.to.gov.br/Nossa-Cidade/Historia/>. Acesso em: 16 mar 2019.

PROBST, J. *Amazing Places: Weird trivia and unbelievable facts to test your knowledge about the most extreme places on earth!* **Challenge Yourself: amazing places**. New York: Puffin Books, 2015. p. 41.

PURUSHOTHAMAN, S.; ABRAHAM, R. Scaling up and sustainability: the experience from rural India. **Sustentabilidade em Debate**, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2011.

RAPRÉS, Rafael. Rio Azuis, uma maravilha no Sudeste do Tocantins. **O Girassol**. 04 ago. 2018. Disponível em: <http://www.ogirassol.com.br/viver/rio-azuis-uma-maravilha-no-sudeste-do-tocantins>. Acesso em: 21 jun 2019.

REBOUÇAS, A. Água e desenvolvimento Rural. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 17 maio 2013.

REIS, D. R. **Dona Romana de Tocantins**: uma fantástica iconografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. Disponível em http://www.artes.uff.br/dissertacoes/2008_delfina_renck_reis.pdf. Acesso em: 11 abr 2018.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de (Ed.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. cap. 3, p. 89-166. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/554094>. Acesso em: 16 maio 20.

RICARDO, W. Gruta dos Caldeirões, Taguatinga, Tocantins. **Trilhando montanhas**. William Ricardo. Disponível em: <https://trilhandomontanhas.com/oficialwilliamricard/>. Acesso em: 30 jun 2019.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTANA. J. Atrativos do Jalapão registram aumento superior a 100% em número de visitação de turistas. 11 nov. 2017. **Portal Tocantins**. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/noticia/2017/11/11/atrativos-do-jalapao-registram-aumento-superior-a-100-em-numero-de-visitacao-de-turistas/>. Acesso em: 18 jun 2019.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2005.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI) – Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, A. Entidades se unem para fortalecer o turismo no Rio Azuis. **Conexão Tocantins**. Estado. 16 fev 2009. Disponível em: [https://conexaoto.com.br/2009/02/16/entidades-se-unem-para-fortalecer-turismo-no-rio-azuis#pp\[noticia\]/3/](https://conexaoto.com.br/2009/02/16/entidades-se-unem-para-fortalecer-turismo-no-rio-azuis#pp[noticia]/3/). Acesso em: 7 jun 2019.

SANTOS, L. S.; Ferraz, M. E. C. S. Maciel, H. S.; Meneses, V. D. **Comunicação, tradição e visibilidade nas Cavalhadas de Taguatinga, Tocantins**. INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. São Paulo, 05-09 set. 2016. Disponível em: portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0305-1.pdf. Acesso em: 14 mar 2019.

SANTOS, M. O. G. **Texto de Apoio Sobre a Agenda 21 Local Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável no Século XXI ou uma agenda para o Século XXI**. Évora, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARUE, K. Viola de Buriti. Instrumentos Musicais. **Ponto Solidário**. Disponível em <https://pontosolidario.org.br/viola-de-buriti>. Acesso em: 16 mar 2019.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Microempresas. **Programação completa da Missão**. Mensagem recebida por e-mail em 4 de fev de 2016 de leonilson.oliveira@to.SEBRAE.com.br. Acesso em: 7 jun 2019.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Microempresas. **Territórios da Cidadania – Riquezas de um novo Brasil**. Tocantins. Região Norte. 2014. p. 51-69. Disponível em: http://www.SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/bis/territorios-da-cidadania-riquezas-de-um-novo-brasil,54a2015783dc0510VgnVCM1000004c00210_aRCRD. Acesso em: 16 mar 2019.

SEBRAE. **Desenvolvimento Econômico Territorial // Bloco 1**. 9 de mar de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jSWgL2_oakM&t=339s. Acesso em: 30 jun 2019.

SEBRAE. **Desenvolvimento Econômico Territorial // Bloco 2**. 9 de mar de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LnTT0g7Hr3U&t=88s>. Acesso em: 30 jun 2019.

SEBRAE. **Desenvolvimento Econômico Territorial // Bloco 3**. 9 de mar de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TFE1suB3w-4&t=37s>. Acesso em: 30 jun 2019.

SEBRAE. **Territórios da Cidadania - Tocantins**. 18 dez 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bbixmkhgEtQ>. Acesso em: 30 jun 2019.

SENADO FEDERAL. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>. Acesso em: 10 jun 2019.

SERAFIM, M. H.; SANTOS, R. F.; ARAUJO, O. B. O.; SILVA, G. F.; APRIGIO, M. **Experiência de organização das mulheres quilombolas Kalungas de Monte Alegre do Goiás em prol fortalecimento da autogestão territorial**. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E O V SEMINÁRIO: DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE. 20 a 23 de março de 2018, São Luís, Maranhão. SEDMMA, 2018.

SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000.

SIGLAVIVA. **Encarte do CD Aurora Régia, de Juraildes da Cruz**. 14 jun 2015. Disponível em: https://issuu.com/siglaviva/docs/aurora_web. Acesso em: 30 jun 2019.

SILVA, A. M. **Azuis**: Antes lugar de todos hoje lugar só de rico. 26 dez. 2018. Disponível em: <https://blogdozica.wordpress.com/2018/12/26/azuis-antes-lugar-de-todos-hoje-lugar-so-de-rico/>. Acesso em: 24 jun 2019.

SILVA, L. A. G. C. **Biomias presentes no estado de Tocantins**. Brasília: Consultoria Legislativa, 2007. (Nota técnica). Disponível em: <https://goo.gl/ENNyjd>. Acesso em: 17 jun 2019.

SILVA, O. J.; CARDOSO, R. R. 2017. **Árvore genealógica do povoado do Rio Azuis**. Documento enviado por e-mail em 21 jan 2019.

SILVEIRA, L. M., PETRINI, M., SANTOS, A. C. M. Z. Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando? **REGE - Revista de Gestão**, v. 23, n. 4, p. 298–305, 2016.

SIMÕES, B. L. D. **Festejos no território quilombola Kalunga: o planejamento participativo como instrumento de desenvolvimento local sustentável**. 2018. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32992>. Acesso em: 14 mar 2018.

SOIBELZON, L.; AVILLA, L. **Aurora do Tocantins, Brasil**. Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata, 2011. Servicio de Difusión de la Creación Intelectual es el Repositorio Institucional de la Universidad

Nacional de La Plata SEDICI – UNLP. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/47146>. Acesso em: 13 mar 2019.

SOU MAIS NOTÍCIAS. **Lagoa da Serra**: um lugar que chama a atenção por sua beleza e lendas. Rio da Conceição, Tocantins. 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.soumaisnoticias.com/lagoa-da-serra-um-que-chama-a-atencao-por-sua-beleza-e-lendas/>. Acesso em: 30 jun 2018.

SOU MAIS NOTÍCIAS. **Rio Azuis**: os encantos do “menor rio do mundo”. 2 jul. 2017. Disponível em: <https://www.soumaisnoticias.com/rio-azuis-os-encantos-do-menor-rio-do-mundo/>. Acesso em: 7 jun 2019.

SOUSA, R. D. Rio Azuis, para um ou para todos? **Tribuna do Interior**. 19 maio 2018. Disponível em: <http://jtnoticias.com.br/noticia/rio-azuis-para-um-ou-para-todos/2337>. Acesso em: 23 jun 2019.

SOUZA, L. Família transforma pequeno negócio no sertão de Tocantins. **Revista Exame**. 22 out. 2012. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/familia-transforma-pequeno-negocio-no-sertao-de-tocantins/>. Acesso em: 7 jun 2019.

SPRICIGO, C. **Fundação Cultural incentiva produção artesanal em Dianópolis**. 29 set. 2005. Secretaria da Comunicação. Governo Do Tocantins. Disponível em: <https://secom.to.gov.br/noticias/fundacao-cultural-incentiva-producao-artesanal-em-dianopolis-7867/>. Acesso em: 16 mar 2019.

STEINBERGER, M. Territórios turísticos no Brasil Central. Brasília: LGE, 2009.

TASSO, J. P. F. **Turismo na encruzilhada**: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas - MA). Dissertação de Mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8921>. Acesso em: 14 mar 2018.

TENÓRIO, E. **Caminhos Azuis**: rota do turismo rural no sudeste do Tocantins. 15 dez. 2007. Disponível em: <https://ruraltins.to.gov.br/noticia/2007/12/5/caminhos-azuis-rota-do-turismo-rural-no-sudeste-do-tocantins/>. Acesso em: 30 jun 2019.

TERRAMAC. **Informações sobre Luís Eduardo Magalhães**. Luís Eduardo Magalhães, 2018. Disponível em: <https://www.terramac.com.br/informacoes-sobre-luis-eduardo-magalhaes/>. Acesso em: 14 mar 2019.

THE CHAMBER OF COMMERCE AND INDUSTRY OF THE REPUBLIC OF ABKHAZIA. **Reprua Shortest River World**. 23 out. 2017. Disponível em: <http://www.tppra.org/en/news/reprua-shortest-river-world>. Acesso em: 7 jun 2019.

THERRIAULT, E. **Montana curiosities**: Quirky Characters, Roadside Oddities & Offbeat Fun. Russel Cowntry: Rowman & Littlefield, 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=1493023683>. Acesso em: 7 jun 2019.

TOCANTINS. Arraias. **Portal Tocantins**. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/cidades-e-monumentos-historicos/arraias/>. Acesso em: 16 mar 2019.

TOCANTINS. Artesanato em Capim Dourado. **Portal de Turismo do Estado do Tocantins**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/encantos-do-jalapao/principais-atrativos/mateiros/artesanato-em-capim-dourado/>. Acesso em: 18 jun 2019.

TOCANTINS. Aurora do Tocantins. **Portal de Turismo do Estado do Tocantins**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/serras-gerais/principais-atrativos/aurora-do-tocantins-/>. Acesso em: 13 mar 2019.

TOCANTINS. **Conheça dez lugares incríveis para você continuar a curtir o verão tocaninense**. Secretaria de Comunicação Social do Governo do Tocantins. (SECOM-TO) Palmas, 2018. Disponível em <https://portal.to.gov.br/noticia/2016/7/30/conheca-dez-lugares-incriveis-para-voce-continuar-a-curtir-o-verao-tocantinense/>. Acesso em: 13 mar 2019

TOCANTINS. Fervedouro do Ceíça. **Portal de Turismo do Estado do Tocantins**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/encantos-do-jalapao/principais-atrativos/mateiros/>. Acesso em: 18 jun 2019.

TOCANTINS. **Mateiros**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/encantos-do-jalapao/principais-atrativos/mateiros/>. Acesso em: 14 mar 2019.

TOCANTINS. **Natividade**. Portal Tocantins. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/cidades-e-monumentos-historicos/natividade/>. Acesso em: 16 mar 2019.

TOCANTINS. **Perfil socioeconômico dos municípios – Aurora do Tocantins, Secretaria do Planejamento e Orçamento**. Diretório de Pesquisa e Informações Econômicas, SEPLAN-TO, Palmas, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/348459/>. Acesso em: 13 mar 2019.

TOCANTINS. **Perfil socioeconômico**. Portal Tocantins. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/>. Acesso em: 13 mar 2019.

TOCANTINS. Poder Judiciário. Comarca de Aurora do Tocantins. Cível. **Autos nº0000251-50.2016.827.2711**. Aurora do Tocantins, 19 mar 2018.

TOCANTINS. **Portal de Turismo do Estado do Tocantins**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/serras-gerais/>. Acesso em: 7 jun 2019.

TOWERSEY, T. Descubra as Serras Gerais, o paraíso escondido do Tocantins. **Guia Mundo Afora**. 14 jun. 2018. Disponível em: <https://www.guiamundoafora.com/serras-gerais-paraíso-tocantins/>. Acesso em: 30 jun 2019.

TRAVASSOS, L. E. P. **Caracterização do carste da região de Cordisburgo, Minas Gerais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), Belo Horizonte, 2007.

TRIBUNA DO INTERIOR. Estudantes da UFT vão mapear o Patrimônio Cultural nas Serras Gerais e promover desfile de moda da cultura Kalunga. **Ascom UFT**. 10 abr 2017. Disponível em: <http://jtnoticias.com.br/noticia/estudantes-da-uft-vaio-mapear-o-patrimonio-cultural-nas-serras-gerais-e-promover-desfile-de-moda-da-cultura-kalunga/1479>. Acesso em: 30 jun 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS. **Número do processo: 0000597-30.2018.827.2711**. Órgão julgador: Juízo da 1ª Escrivania Cível de Aurora. Data de autuação: 25/06/2018. Juiz: Jean Fernandes Barbosa de Castro. Competência: Cível. Classe de ação 12138 - Requerimento de Reintegração de Posse. 2018.

TRISTÃO, M. As dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. **Associativismo**. Incubadora Social da Universidade Federal de SM. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Edital 89/2013. Santa Maria, RS, 2015.

VELOSO, F. **Projeto Criança Capoeira Esporte e Cultura do município de Arraias ganha Prêmio de Culturas Afro-Brasileiras**. Secretaria de Comunicação. Governo do Tocantins. 27 de out. de 2015. Disponível em: <https://secom.to.gov.br/noticias/projeto-crianca-capoeira-esporte-e-cultura-do-municipio-de-arraias-ganha-premio-de-culturas-afro-brasileiras-244414/>. Acesso em: 16 mar 2019.

VENTURI, L. A. B. Geógrafo da FFLCH alerta sobre noção equivocada de “falta de água”. **USP Online Destaque**. São Paulo, 24 ago. 2015.

VICTOR, J. **Aurora do Tocantins**: Rio Azuis é o menor do Brasil, terceiro no mundo e o mais lindo do planeta. 17 jul. 2015. Disponível em: <http://www.dinomarmiranda.com/2015/07/aurora-do-tocantins-rio-azuis-e-o-menor.html>. Acesso em: 2 jun 2019.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 27-75, 2009.

VILARES, S. Cheff André Luis comanda hoje um dos maiores eventos de GastroCultural do Tocantins. **Notícias**. 20 out 2017. Disponível em: <https://sigivilares.com.br/index.php?pag=noticia&id=53447>. Acesso em: 30 jun 2019.

VILLELA, F. N. J.; NOGUEIRA, F. Geologia e geomorfologia da estação ecológica Serra Geral do Tocantins. **Biota Neotropica**, v. 11, n. 1, Campinas, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032011000100023. Acesso em: 13 mar 2019.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3. 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm. Acesso em: 23 mar 2019.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.

ZIMMERMANN, A. **Visitação nos parques nacionais brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina**. 2006. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ZIMMERMANN, A.; JESUS, F. J.; ARAÚJO, R. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais**. ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, 2011. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/roteiro_impacto.pdf. Acesso em: 14 mar 2019.

ANEXO 1 – PESQUISA DE SATISFAÇÃO TURÍSTICA COM RIO AZUIS

Pesquisa de Satisfação Turística com Rio Azuis

<https://docs.google.com/forms/d/1EKlQGtUIP-0...>

Pesquisa de Satisfação Turística com Rio Azuis

Esta pesquisa está sendo conduzida por Fernanda Gomes da Silva, estudante de mestrado profissional em Turismo na Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa é destinada para pessoas que já visitaram o povoado do Rio Azuis. Os dados coletados serão utilizados para fins educacionais e acadêmicos. Os resultados serão usados para embasar um tópico na dissertação de mestrado. A participação é voluntária e a identidade dos participantes é confidencial.

*Obrigatório

1. Como você avalia a limpeza no povoado Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

2. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a limpeza no povoado do Rio Azuis.

3. Como você avalia o estacionamento em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

4. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre estacionamento em Rio Azuis.

5. Como você avalia o atendimento nos restaurantes em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

6. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o atendimento em restaurantes em Rio Azuis.

7. Como você avalia o preço médio de uma refeição por pessoa nos restaurantes em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

4. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre estacionamento em Rio Azuis.

5. Como você avalia o atendimento nos restaurantes em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

6. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o atendimento em restaurantes em Rio Azuis.

7. Como você avalia o preço médio de uma refeição por pessoa nos restaurantes em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

8. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o preço médio por refeição nos restaurantes em Rio Azuis.

9. Como você avalia a qualidade e o sabor da gastronomia nos restaurantes em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

10. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a qualidade e o sabor da gastronomia nos restaurantes em Rio Azuis.

11. Como você avalia a receptividade (hospitalidade) em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

12. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre receptividade e acolhimento (hospitalidade) em Rio Azuis.

13. Como você avalia a sinalização turística (placas) em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

14. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a sinalização turística (placas) em Rio Azuis.

15. Como você avalia a prestação de informação ao turista em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

16. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a prestação de informação ao turista em Rio Azuis.

17. Como você avalia as medidas de proteção ambiental em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruins
- 2 - Ruins
- 3 - Regulares
- 4 - Boas
- 5 - Muito boas
- Não se aplica/ Não sei opinar

18. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre as medidas de proteção ambiental em Rio Azuis.

19. Como você avalia o acesso (estradas) ao povoado do Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

20. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o acesso (estradas) ao povoado do Rio Azuis.

21. Você é contra ou a favor do uso de caixas de som amplificadoras e/ ou som automotivo no Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Contra
- 2 - A favor
- 3 - Neutro
- Não se aplica/ Não sei opinar

22. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o uso de caixas de som amplificadora e som automotivo).

23. Como você avalia a cobrança na nascente do Rio Azuis ? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

24. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a cobrança na nascente do Rio Azuis.

25. Como você avalia as pousadas do Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruins
- 2 - Ruins
- 3 - Regulares
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

26. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre as pousadas do Rio Azuis.

Pesquisa de Satisfação Turística com Rio Azuis

27. Como você avalia a limpeza no povoado Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

28. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a limpeza no povoado do Rio Azuis.

29. Como você avalia o estacionamento em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

30. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre estacionamento em Rio Azuis.

31. Como você avalia o atendimento nos restaurantes em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

32. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o atendimento em restaurantes em Rio Azuis.

33. Como você avalia o preço médio de uma refeição por pessoa nos restaurantes em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

34. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o preço médio por refeição nos restaurantes em Rio Azuis.

35. Como você avalia a qualidade e o sabor da gastronomia nos restaurantes em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

36. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a qualidade e o sabor da gastronomia nos restaurantes em Rio Azuis.

37. Como você avalia a receptividade (hospitalidade) em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

38. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre receptividade e acolhimento (hospitalidade) em Rio Azuis.

39. Como você avalia a sinalização turística (placas) em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

40. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a sinalização turística (placas) em Rio Azuis.

41. Como você avalia a prestação de informação ao turista em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

42. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a prestação de informação ao turista em Rio Azuis.

43. Como você avalia as medidas de proteção ambiental em Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruins
- 2 - Ruins
- 3 - Regulares
- 4 - Boas
- 5 - Muito boas
- Não se aplica/ Não sei opinar

44. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre as medidas de proteção ambiental em Rio Azuis.

45. Como você avalia o acesso (estradas) ao povoado do Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Bom
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

46. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o acesso (estradas) ao povoado do Rio Azuis.

47. Você é contra ou a favor do uso de caixas de som amplificadoras e/ ou som automotivo no Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Contra
- 2 - A favor
- 3 - Neutro
- Não se aplica/ Não sei opinar

48. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre o uso de caixas de som amplificadora e som automotivo).

49. Como você avalia a cobrança na nascente do Rio Azuis ? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruim
- 2 - Ruim
- 3 - Regular
- 4 - Boa
- 5 - Muito bom
- Não se aplica/ Não sei opinar

50. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre a cobrança na nascente do Rio Azuis.

51. Como você avalia as pousadas do Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito ruins
- 2 - Ruins
- 3 - Regulares
- 4 - Boa
- 5 - Muito boa
- Não se aplica/ Não sei opinar

52. Escreva aqui seus comentários adicionais sobre as pousadas do Rio Azuis.

Perfil Socioeconômico

Para finalizar a pesquisa, pedimos por gentileza que responda às questões abaixo. As informações serão usadas para fins acadêmicos e não serão identificadas.

53. Com qual frequência você visitou Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- Uma vez
- Duas vezes
- Três vezes
- Quatro ou mais vezes
- Outro: _____

54. Quando foi sua última visita ao Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- Em 2018
- Em 2017
- Em 2016
- Em 2015 ou antes
- Outro: _____

55. Qual é a sua idade (em anos)?

56. Qual é o seu sexo? *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

57. Qual é a cidade e o estado em que você reside atualmente? *

58. Qual é a sua profissão?

59. Qual foi o meio de hospedagem utilizado na sua visita a Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- Não me hospedei, pois moro perto.
- Não me hospedei, pois estava de passagem.
- Casa de amigos/ parentes.
- Pousada no povoado do Rio Azuis.
- Pousada ou hotel em Aurora do Tocantins.
- Pousada ou hotel em Taguatinga-TO.
- Outros.

60. Escreva aqui o meio de hospedagem utilizado caso tenha marcado a opção outros.

61. Qual foi a sua principal fonte de informação sobre Rio Azuis? (Como conheceu o lugar?) Para esta pergunta, é possível marcar mais de uma opção. *

Marque todas que se aplicam.

- Já conhecia o destino, pois moro perto.
- Amigos e parentes.
- Facebook.
- Instagram.
- Sites de notícias e blogs.
- Outros

62. Escreva aqui sua fonte de informação sobre Rio Azuis, caso tenha marcado a opção outros.

Agradecimento

Agradecemos sua participação nesta pesquisa. Qualquer dúvida, pode-se entrar em contato com a responsável pela pesquisa pelo e-mail fernandagomes.tur@gmail.com

Perfil Socioeconômico

Para finalizar a pesquisa, pedimos por gentileza que responda às questões abaixo. As informações serão usadas para fins acadêmicos e não serão identificadas.

63. Com qual frequência você visitou Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- Uma vez
- Duas vezes
- Três vezes
- Quatro ou mais vezes
- Outro: _____

64. Quando foi sua última visita ao Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- Em 2018
- Em 2017
- Em 2016
- Em 2015 ou antes
- Outro: _____

65. Qual é a sua idade (em anos)?

66. Qual é o seu sexo? *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

67. Qual é a cidade e o estado em que você reside atualmente? *

68. Qual é a sua profissão?

69. Qual foi o meio de hospedagem utilizado na sua visita a Rio Azuis? *

Marcar apenas uma oval.

- Não me hospedei, pois moro perto.
- Não me hospedei, pois estava de passagem.
- Casa de amigos/ parentes.
- Pousada no povoado do Rio Azuis.
- Pousada ou hotel em Aurora do Tocantins.
- Pousada ou hotel em Taguatinga-TO.
- Outros.

70. Escreva aqui o meio de hospedagem utilizado caso tenha marcado a opção outros.

71. Qual foi a sua principal fonte de informação sobre Rio Azuis? (Como conheceu o lugar?) Para esta pergunta, é possível marcar mais de uma opção. *

Marque todas que se aplicam.

- Já conhecia o destino, pois moro perto.
- Amigos e parentes.
- Facebook.
- Instagram.
- Sites de notícias e blogs.
- Outros

72. Escreva aqui sua fonte de informação sobre Rio Azuis, caso tenha marcado a opção outros.

Agradecimento

Agradecemos sua participação nesta pesquisa. Qualquer dúvida, pode-se entrar em contato com a responsável pela pesquisa pelo e-mail fernandagomes.tur@gmail.com

Pesquisa de Satisfação Turística com Rio Azuis

<https://docs.google.com/forms/d/1EKlQGtUIP-0...>

Powered by
 Google Forms